UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: BRASIL OU JAPÃO

O movimento de inserção do dekassegui no espaço geográfico pelo consumo

Ricardo Hirata Ferreira

São Paulo
2007

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: BRASIL OU JAPÃO.

O movimento de inserção do dekasegui no espaço geográfico pelo consumo

Ricardo Hirata Ferreira

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, do Departamento de Geografia, da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Geografia Humana.

Orientadora: Profa. Dra. Rosa Ester Rossini

São Paulo

2007

Ferreira, Ricardo Hirata.

Migrações internacionais : Brasil ou Japão : o movimento de inserção do dekasegui no espaço geográfico pelo consumo / Ricardo Hirata Ferreira ; orientadora Rosa Ester Rossini. -- São Paulo, 2007.

177 f.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Área de concentração: Geografia Humana) - Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

1. Migração internacional (Brasil; Japão). 2. Trabalho – Japão (Aspectos sócioeconômicos). 3. Dekassegui. 4. Consumo. 5. Identidade. I. Título.

21ª. CDD 304.89152
F383m

A Deus (*a vida*), a Santa Luzia (*aos sentidos*) e aos meus Antepassados (*o espiritual*).

Dedico esta tese ao pensador e professor Milton Santos (*ao conhecimento*).

Presenciar suas análises e reflexões sobre o Brasil e o
Mundo foram lições inesquecíveis.

Ao meu primo Fernando de Oliveira (*in memoriam*)
pela realização dos nossos sonhos.

*Na Paulista
Os faróis já vão abrir
E um milhão de estrelas
Prontas pra invadir
Os jardins
Onde a gente aqueceu
Numa paixão
Manhãs frias de abril
Se a avenida
Exilou seus casarões
Quem reconstruiria
Nossas ilusões?
Me lembrei
De contar pra você
Nessa canção
Que o amor conseguiu
Você sabe quantas noites
Eu te procurei
Nessas ruas onde andei?
Conta onde passeia hoje
Esse seu olhar
Quantas fronteiras
Ele já cruzou
No mundo inteiro
De uma só cidade
Se os seus sonhos
Emigraram sem deixar
Nem pedra sobre pedra
Pra poder lembrar
Dou razão
É difícil hospedar
No coração
Sentimentos assim*

Paulista - Leila Pinheiro (Eduardo Gudin e J. C. Costa Netto)

AGRADECIMENTOS

Quero registrar aqui o meu agradecimento especial a minha orientadora Rosa Ester Rossini que me acolheu no curso de pós-graduação. Obrigado professora pelos seus ensinamentos, pela sua sensibilidade e pela possibilidade que me ofereceu de poder realizar o sonho de minha vida. Agradeço também ao meu pai, Luiz Gomes Ferreira, minha mãe, Massako Hirata Ferreira, meu irmão Luciano Hirata Ferreira e sua esposa Laura Martins Hirata Ferreira e a toda minha família: o apoio e a compreensão de vocês foi de extrema importância nesta jornada.

Agradeço também: A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, FAPESP. À professora Mónica Arroyo por sua ajuda imediata a minha pesquisa, em uma etapa muito necessária e pela leitura do relatório de qualificação. À professora Odette Seabra também pela leitura e sugestões dadas ao meu relatório de qualificação e por me proporcionar momentos de reflexão sobre a esperança. À Amélia Damiani, primeira professora, que me recebeu com muita generosidade em seu curso e em seus grupos de estudos.

As minhas valiosas orientadoras: de iniciação científica, Alice Fushako Itani, e de mestrado, Liliana Bueno dos Reis Garcia. Às professoras e aos professores com quem convivi também um pouco mais de perto, seja em grupos de estudos, cursos, palestras, defesas e/ou encontros: Maria Laura Silveira, Margarida Maria de Andrade, Lea Francesconi, Heinz Dieter Heidemann, Júlio Suzuki e Maria Adélia Aparecida de Souza. A importante leitura do meu projeto de pesquisa realizada pela professora Heloísa de Souza Martins. Às aulas que pude acompanhar das professoras Marilena Chauí e Maria Vitória Benevides, e do professor Antonio Carlos Robert de Moraes. Pelos encontros, sempre agradáveis e enriquecedores, em eventos, com as professoras Maria Aparecida de Moraes, Neide Patarra e Olga Becker.

Aos grupos de estudos e seminários de que tive oportunidade de participar, alguns de forma mais regular e outros de forma esporádica: Grupo de Migração – LABUR - CEM; Grupo de Estudos “Teoria e Método em Geografia” – LABOPLAN, com os orientandos da professora Rosa Ester Rossini; Seminário “Família e Sociedade”, NEMGE, coordenado pela professora Lia Fukui; Grupo de Estudos “Leitura dos Grundrisse” e “Metodologia das Ciências”, ambos coordenados pela professora Amélia Damiani; Grupo

de Estudos da professora Odette Seabra, LABUR; Grupo de Psicologia, E/Imigração e Cultura, coordenado pela professora Sylvia Dantas de Biaggi. Ao Instituto de Solidariedade Educacional e Cultural - ISEC. Ao Núcleo de Estudos em História Oral, coordenado pelo professor José Carlos Sebe Bom Meihy, que atualmente venho participando. As discussões realizadas no GT de Migração da ABEP.

A todos que me ajudaram e me receberam no Japão, aos meus familiares, tios, tias, primos e primas, vocês foram incríveis, muito obrigado. Aos amigos e amigas que fiz também durante esta viagem, nossa, quanta solidariedade! E com todos aqueles que lá encontrei, entrevistei, e que compartilharam um pouco de suas vidas comigo, todos vocês marcaram profundamente a minha vida e a minha formação. A Taeco Toma Carignato, Reimei Yoshioka, Marcos Suguiura, Elisa Massae Sasaki e Arnaldo Miura, pessoas que me ajudaram neste processo de preparação e ida para o trabalho de campo no Japão. Às professoras Katumi Ussami e Irani Salles Massafera Tavares pela correção de português do meu trabalho. Aos professores Luiz Fernando Nogueira Oliveira e Shigueco Oi Hoshino pela elaboração do resumo em inglês.

Aos meus primeiros amigos que me acolheram na USP, Antônio Marcos Roseira, Elisa Pinheiro de Freitas, Herodes Bezerra Cavalcanti, Aline Lima Santos, Pedro Mezgravis e Elisângela Couto. Aos amigos do LABOPLAN: Maria do Fétal, Carlos Póvoa, Ana Elisa Pereira, Eliza de Almeida, Fábio Contel, Elias Jabbour, Edson Bicudo. A todos que lá encontrei e com quem compartilhei momentos de um tempo no lugar. Aos funcionários da pós: Ana Lucia Pereira, Rosangela Fidalgo Garcez, Maria Aparecida Brambila e Jurema Ricci Navarro. Ao professor Ailton Luchiari, pelo incentivo, e ao amigo Alessandro Dosena, antigos companheiros de Rio Claro. Aos meus amigos migrólogos: Elisa Massae Sasaki, Fábio Ocada, Adriana Capuano de Oliveira, Fábio Hirano, Lina Kojima, Denise Bomtempo e Lirian Melchior.

Aos meus amigos de alma que encontrei na metrópole: Rodrigo Altair Pinho, Virgínia Célia Cavalcante de Holanda, Ana Marcelino, Maria de Oliveira, Paulo, Glauciana (Gal), Aldiva, Ivanilde e Val. Aos meus amigos de coração e afilhados: Valéria Cazetta, André Claro Felipe, Luiz Fernando Nogueira Oliveira, Ligia Maria Nogueira Oliveira e Maria Eliza Nogueira Oliveira. A Claudinei Lopes Santana pelos nossos encontros e desencontros na metrópole. Um abraço carinhoso a sua família. A Vander Soares que me mostrou o encanto do ser humano. Ao querido filósofo Gilson Tessari. Aos

amigos de longe, mas sempre presentes em minha vida: Rafael Straforini, Flávia Maria de Toledo, Vagner Tadeu Paes de Oliveira, Josivaldo Monteiro Jesus, Rodrigo (Dinho), Wendel Henrique, Mônica de Moura e Silva, Eneida Aleixo Villa, Cristina Criscuolo, Adriano Oliveira e ao poeta Paulo Rogério Novais.

A meus anjos aqui da terra: Vilson Sampietro, Deusa, Pe. Alex Sandro Sudré, Angela (pela nossa viagem ao Solo Sagrado em Atami), Seu Antônio (de São Miguel Arcanjo), Ana Alice Batista Fávero, Luciana Peixoto Finamor e a Vilma Iizuka *Shibutyô*. Aos meus companheiros da Ala Jovem da Reiyukai, com os quais aprendi muito. A todos da Escola Estadual Adherbal de Paula Ferreira em que convivi no ano de 2002, enquanto me preparava para o ingresso nesta aventura. Ao Bento, Brás e Joaquim sempre gentis. À Dona Elvira e à Dona Marlene que me receberam de braços abertos em São Paulo. Enfim, agradeço muito às pessoas com as quais encontrei nesta fraterna, árida, fascinante, estranha, intrigante, mas feliz caminhada.

RESUMO

Esta tese discute a migração internacional de brasileiros, descendentes de japoneses e seus cônjuges, do Brasil para o Japão. O enfoque principal é uma discussão sobre o movimento de inserção destes migrantes, conhecidos como dekassegui, no espaço geográfico, não só pelo viés do trabalho, mas também pelo viés do consumo, uma das variáveis chaves do período atual em que vivemos. O processo de modernização resultado do desenvolvimento do capitalismo, e projeto da modernidade, atravessa os territórios ao longo do tempo, produzindo desigualdades sócio-espaciais. Os espaços e países mais densos de capital ou aptos a acolher esta densidade, acabam atraindo as populações dos lugares e dos países periféricos em crise. A emergência de um modo de vida moderno em consonância com estes espaços também é um fator importante a ser considerado nas explicações do movimento migratório. É por isso que esta tese procura demonstrar que o movimento dekassegui entendido como movimento da vida encontra grandes dificuldades de real integração no território do mundo presente.

Palavras-chave: Migração - Dekassegui - Espaço - Brasil - Japão

ABSTRACT

This thesis studies the Brazilian international migration of Japanese descendents and their spouses from Brazil to Japan. The main approach is the discussion about the movement of migrant introduction, known as “dekassegui”, in the geographic space, not only by way of work, but by the way of consumption, one of variable keys of actual period that we live. The process of modernization, consequence of capitalism development, and modernity project, cross over territories along the time, producing inequality in social-spaces. The spaces and countries denser of capital or able to receive this density end up attracting these populations, from places and peripheral countries in crisis. The emergency of this modern way of life in consonance with these spaces is also an important agent to be considered in the explanation of migratory movement. This thesis searches to demonstrate that the “dekassegui” movement, known as a life movement, finds great difficulties of real integration inside the territory of present world.

Key-words: Migration - Dekassegui - Space - Brazil - Japan

SUMÁRIO

RESUMO	07
ABSTRACT	07
ÍNDICE	09
ÍNDICE DE TABELA E FIGURAS	10
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1. Migrações Internacionais: A (re)inserção do dekasegui	19
CAPÍTULO 2. Espaço e consumo: O território e o mundo do trabalho	56
CAPÍTULO 3. O dekasegui no território japonês: As relações no mundo moderno	88
CAPÍTULO 4. O movimento da vida na migração e a produção de um lugar	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS	155
BIBLIOGRAFIA	164

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1. Migrações Internacionais: A (re)inserção do dekassegui	19
1.1. O processo de modernização e os dekasseguis	31
1.2. O movimento uma constante no migrante	42
1.3. Em busca da (re)inserção como garantia de reprodução da vida	46
CAPÍTULO 2. Espaço e consumo: O território e o mundo do trabalho	56
2.1. A questão do trabalho e do consumo no capitalismo	59
2.2. Do Brasil para o Japão: a formação e o uso do território	65
2.3. O dekassegui no mundo contemporâneo do trabalho	74
CAPÍTULO 3. O dekassegui no território japonês: As relações no mundo moderno	88
3.1. O Japão como o mundo do trabalho e como o mundo do consumo	95
3.2. Lugar e identidade: o consumo invadindo a vida	102
3.3. O automóvel, o shopping-center e as formas de consumo do espaço	108
CAPÍTULO 4. O movimento da vida na migração e a produção de um lugar	119
4.1. Os migrantes no reino dos objetos	124
4.2. A emoção no mundo moderno	131
4.3. A inserção brasileira no espaço japonês	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS	155
BIBLIOGRAFIA	164

ÍNDICE DE TABELA E FIGURAS

Tabela 01: Japão – Dekasseguis (entrevistados e entrevistas de longa duração)	41

Fotografia da Capa: Estação de Metro e Trem da cidade de Nagoya, Japão (Ferreira, 2005).

Fotografia 01: Brasileiros trabalhando na fábrica, Japão	85

Fotografia 02: Shopping-center na cidade de Komaki, Japão	112

Fotografia 03: Crianças brasileiras na Associação Amigos do Brasil no Japão	146

INTRODUÇÃO

“É que a base do fato é que cada um de nós são dois, oscilando entre a necessidade e a liberdade, entre o que somos e o que queremos ser, entre a dificuldade de afirmação diante das situações e a crença de que podemos ser outra coisa e de que podemos construir outra coisa” (Milton Santos, 1996, p. 10).

Foram basicamente, duas as motivações para trilhar o percurso deste caminho e chegar ao resultado do trabalho aqui apresentado. A primeira delas foi sem dúvida nenhuma o ingresso na geografia em 1994, e de estar cursando geografia na Universidade Estadual Paulista, UNESP, na cidade de Rio Claro, a segunda foi por acompanhar, literalmente o distanciamento geográfico de significativa parte de minha família que arrumava as malas para partir rumo ao país dos seus antepassados, o Japão, deixando para trás o Brasil. Assim sendo, o esboço do primeiro projeto realizado foi feito em um curso de educação continuada intitulado: “Como se faz um trabalho científico”, ministrado pela Profa. Dra. Silvana Pintaudi, pessoa que nos instigava naquele momento a pensar, a desenvolver e a procurar um professor ou uma professora que nos orientasse para aquelas primeiras notas de pesquisa, que, por sua vez se transformou em uma jornada nos movendo a acompanhar um pouco de perto aqueles que em princípio estavam cada vez mais longe, os nossos migrantes.

Depois disto seguiu-se então, em 1996, a elaboração do primeiro projeto de iniciação científica intitulado: “O fenômeno de kassegui como mobilidade espacial do trabalho: O caso de Itapetininga”, sob orientação da Profa. Dra. Alice Fushako Itani. Neste primeiro momento a intenção era de compreender o movimento de brasileiros, descendentes de japoneses, em direção ao Japão tomando como base a questão do trabalho, como principal variável da mobilidade espacial de populações no espaço geográfico. Para isso partiu-se de um amplo levantamento bibliográfico sobre o tema e a realização das primeiras quinze entrevistas qualitativas com os de kasseguis que voltavam ao Brasil após terem tido sua experiência migratória na terra do sol nascente.

Posteriormente, com a participação nos debates do grupo de estudos da Profa. Dra. Teresa Sales, na Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, houve a necessidade de pensar o movimento migratório de brasileiros para o Japão, pela questão do lugar, ou seja, do dilema vivido pelos migrantes, naquelas circunstâncias, que a todo o momento demonstravam um enorme conflito entre estar no Japão e ficar no Brasil, trabalhar no

Japão e sonhar com o Brasil. O mestrado, sob orientação da Profa. Dra. Liliana Bueno dos Reis Garcia, na UNESP de Rio Claro veio então em encontro com estas indagações ao reafirmar nestes dekassegus uma identidade brasileira, colocando o Brasil, como de fato a terra natal destes migrantes de origem nipônica, oriundos de uma imigração japonesa ocorrida no século passado. O Japão para eles se revelava a terra dos seus ancestrais, não a deles.

A partir desta segunda pesquisa, realizada entre 1999 e 2001, das novas quinze entrevistas realizadas e consideradas para a dissertação de mestrado, intitulada: “O confronto dos lugares no migrante dekassegui”, emergiu para nossa surpresa uma questão que se colocou com muita força: o consumo, ou mais especificamente um modo de vida marcado fortemente pelo consumo. Foi assim que os estudos prosseguiram no doutorado, agora sob orientação da Profa. Dra. Rosa Ester Rossini, na Universidade de São Paulo, pioneira e especialista na temática. Nesta terceira etapa dos estudos, a preocupação foi então decifrar a migração internacional de brasileiros para o Japão como um movimento de pessoas, ou seja, como um movimento da própria vida, inevitavelmente movida pelo capitalismo no mundo moderno.

Fomos então, com mais força às discussões teóricas de Santos (1987, 1996, 1999, 2000, etc.), trazendo principalmente para a análise seus conceitos de espaço geográfico, território e lugar. Marx (1964, 1974) mostrou-se ainda muito rico no entendimento da sociedade atual, fundamentando as discussões sobre o capital, o trabalho e o consumo, por exemplo. Milton Santos além de mostrar o caminho da compreensão do período em que vivemos também foi referência importante para desvelar o território brasileiro, e com isto nos permitir pensar o porquê da saída dos nossos conterrâneos, neste caso do Brasil para o Japão. Ortiz (2000) foi um dos autores principais usado para realizarmos a leitura sobre o espaço japonês, território para onde se dirige e vem permanecendo parte dos brasileiros.

No decorrer desta pesquisa de doutorado (2003-2007) um fato foi surpreendente e notável, o aumento do número de estudiosos de diversas áreas do conhecimento se debruçando sobre a temática das migrações internacionais recentes, não só de brasileiros para o Japão, mas também de brasileiros, principalmente, para os Estados Unidos e para a Europa. Este fato tem seu respaldo no grau de importância e significância que o tema ganhou nestes últimos tempos, tendo como marco a década de 80. A partir de considerável parte destas discussões pudemos constatar que o Brasil além ser um país formado

intensamente de imigrantes, ainda continua a sê-lo, também é neste momento histórico um importante país “exportador” de gente.

Novamente a pesquisa, centrou-se na metodologia qualitativa, buscando considerar outras quinze entrevistas. A diferença é que elas foram realizadas no Japão, em meio ao movimento da vida destes migrantes no território japonês. Para isto contamos com um trabalho de campo realizado no período de 29 de abril a 05 de junho de 2005, que teve como sede de localização, o município de Komaki¹, onde pudemos contar com o apoio e o abrigo de familiares e amigos. A partir deste lugar percorremos outros lugares, como as cidades de Nagoya, Minokamo, Kariya, Kani, Hamamatsu, Atami, etc. sempre buscando encontrar, interagir, conversar e entrevistar brasileiros no Japão.

O objetivo do trabalho de campo era ir ao encontro daquilo já analisado previamente aqui e reunir elementos empíricos que nos fornecessem suporte para compreender este movimento migratório da vida, não só pelo viés do trabalho, mas também pelo viés do consumo que tanto envolve e fascina as pessoas, inclusive os migrantes. É evidente que a realidade nos surpreende e nos coloca elementos novos e desafiadores para pensar, no entanto, como entendemos que a construção do conhecimento é lento e gradual, um processo contido na forma que, por sua vez, move também a forma, nos restringimos a perseguir a seguinte constatação: que a migração internacional é também um caminho pelo qual os *dekasseguis* se vêm movidos a buscarem a sua (re)inserção no mundo moderno.

É neste sentido que o referido estudo tem como objetivo analisar a migração internacional contemporânea de brasileiros, principalmente de descendentes de japoneses e seus cônjuges, em direção ao Japão a partir do movimento de (re)inserção do migrante *dekassegui*² no espaço geográfico fortemente produzido e movido não só pelo trabalho,

---

¹ A cidade de Komaki está localizada na província de Aichi, a aproximadamente trinta minutos da capital, Nagoya. Segundo informações obtidas junto à prefeitura local, Komaki possui uma população de cerca de 150.000 habitantes, possuindo por volta de 5.000 brasileiros registrados. De acordo com uma *dekassegui* entrevistada Komaki em 1995 era a segunda cidade com o maior número de brasileiros.

² A partir de Lesser (2003) podemos dizer que a palavra *dekassegui* tem dois sentidos: o tradicional, que significa migrantes internos, e o moderno, em referência a pessoas de ascendência japonesa e seus cônjuges que trabalham no Japão, podem ser brasileiros, bolivianos, peruanos, etc. Para Sasaki (1999) a palavra japonesa *dekassegui* significa trabalhar fora de casa. No Japão, referia-se aos trabalhadores que saíam temporariamente de suas regiões de origem, sobretudo aqueles provenientes do norte e nordeste do Japão, e iam em direção a outras mais desenvolvidas durante o rigoroso inverno que interrompia suas produções agrícolas no campo. Este termo é, então, aplicado aos descendentes de japoneses, ou *nikkeis*, todos os descendentes de japoneses nascidos fora do território japonês que foram e estão no Japão, principalmente na condição de trabalhadores. Rossini (2006) utiliza o termo *nikkei* em referência aos japoneses residentes no

mas também pelo consumo. O consumo entendido como um momento da produção que invade a vida e o espaço, fazendo parte da produção dos lugares. Se a migração é um movimento de pessoas no espaço, pode-se entendê-la como um movimento da própria vida, inevitavelmente cada vez mais tomada pelo consumo.

Desta forma para o desenvolvimento da tese, que pode ser considerada uma terceira etapa deste estudo foram elaborados quatro capítulos. No primeiro capítulo: “Migrações Internacionais: a (re)inserção do dekassegui”, apresentamos uma discussão sobre a questão do movimento de (re)inserção do dekassegui no espaço sob o enfoque do capitalismo. Nele poderemos verificar que a mobilidade espacial da população tem sido objeto de diferentes interpretações ao longo do tempo. Para nós, os países ou áreas mais densos de capital, o que pressupõe técnica, ciência e informação seriam hoje considerados os espaços mais luminosos e atrativos para os migrantes. Espaços estes em que, fundamentalmente, a vida moderna tem condições de ser projetada ou mesmo de ser realizada, vislumbrada.

Quatro grupos de migrantes dekassegui podem ser apresentados: O primeiro deles é formado por migrantes que têm como meta o breve retorno ao Brasil. Para isto se empenham muito na formação de uma poupança. O segundo grupo é formado por aqueles que projetam uma volta ao Brasil para o futuro, são os que mais ficam em trânsito entre os dois países. O terceiro grupo praticamente já adotou o Japão como lugar de permanência definitiva. E o quarto grupo pode ser composto pelos filhos dos dekassegui que se submetem ao posicionamento dos pais nesta migração.

Podemos dizer que o processo de modernização enquanto projeto da modernidade esteve na gênese do processo imigratório de japoneses para o Brasil e continua presente evidentemente, diante de novo contexto dos territórios Brasil e Japão, na inversão do fluxo migratório. O movimento pode ser colocado como uma constante no migrante, porque parte do fato de que a modernização via mercado põe as pessoas no movimento, e isto não

---

Brasil e aos descendentes de japoneses nascidos no Brasil. A palavra dekassegui, por sua vez, tem parte de sua composição proveniente do verbo *dekakeru*, e no dicionário básico japonês-português da Fundação Japão (2002), o verbo *dekakeru* significa sair, sair para uma viagem, sair para um passeio e sair para fazer compras. Logo abaixo desta tradução ainda é possível encontrar a seguinte exemplificação: “Meu pai saiu para trabalhar”. É interessante notar que este verbo japonês que significa sair em português sugere o sentido de saída relacionado a uma viagem, a um passeio e para fazer compras, assim como também para o trabalho, sendo, portanto apropriado ao sentido desta migração aqui estudada. O importante é perceber que o termo não deve ser restringido a apenas a um aspecto, por exemplo, ao trabalho exclusivamente, mas sim a todos a estes aspectos que o verbo sugere, além de outros que eventualmente são extrapolados em função do movimento da sociedade e do mundo. Para Yoshioka (1995) a palavra *dekassegui* é sinônimo de luta, coragem e abnegação.

necessariamente significa possuir liberdade. A situação de transitoriedade, característica deste novo tempo de globalização, é que é a novidade, estabelecendo uma ausência de comprometimento das pessoas com o território e do território com as pessoas.

A necessidade permanente da busca pela manutenção de uma (re)inserção como garantia de reprodução da vida põe a migração internacional contemporânea muito mais como um negócio interessante para o capital, que necessita de mão-de-obra sem maiores custos sociais, para competir nos mercados globais, sendo concomitantemente um meio dos migrantes se inserirem de forma precária no mundo moderno, mas em uma posição aparentemente melhor do que se estivessem no seu lugar de origem.

O capítulo 2: “Espaço e Consumo: O território e o mundo do trabalho” traz uma discussão teórica sobre duas questões chaves para a compreensão da produção do espaço geográfico: o trabalho e o consumo. Entendemos o consumo também como parte do processo produtivo, e interessa-nos analisar como especificamente esse momento da produção materializado e realizado no espaço influencia o movimento de kassegui. Para isto constatamos que a formação do território brasileiro a partir da constituição de um arremedo de sociedade de massa induz parte dos brasileiros descendentes de japoneses a buscarem a sua (re)inserção no mercado de trabalho japonês. A questão é que o acesso a este modelo de sociedade no mundo e a possibilidade de um outro uso do território correm seriamente o risco de continuarem submetidos ao trabalho assalariado cada vez mais em crise e precário no que se refere aos direitos trabalhistas.

É neste sentido que a discussão do trabalho e do consumo no capitalismo nos mostra que ainda estamos submetidos à necessidade de vender a nossa força de trabalho ao capital, ou seja, a servidão humana à produção faz-se mais do que nunca necessária em um mundo cada vez mais programado e concorrido para consumir. O poder do consumo, também manutenção e ampliação do próprio poder, parece querer tomar conta da vida. Há um uso privilegiado do território por forças hegemônicas, muitas vezes estranhas ao lugar. Tanto o Estado quanto o Mercado estão submetidos à mesma lógica. São eles que compõem um campo de forças majoritário no território, sendo os migrantes por sua vez contidos, presentes enquanto forças minoritárias. A inserção e a presença destes migrantes de kassegui no mundo do trabalho japonês, que é composto por uma rede de pequenas e médias empresas subcontratadas de grandes empresas, realiza-se assim como antes e ainda

hoje, principalmente via intermediação de empreiteiras japonesas ligadas a agências de recrutamento de mão-de-obra instaladas no Brasil.

O capítulo 3: “O dekasegui no território japonês: As relações no mundo moderno” discute a formação do território japonês a partir da variável consumo. Neste capítulo poderemos evidenciar o primeiro e principal movimento de territorialização do capitalismo no Japão e de desterritorialização das pessoas, este seguindo como etapa importante para a realização do primeiro, que se estabeleceu concomitantemente com o segundo movimento. Posteriormente ocorre também o movimento de reterritorialização da população japonesa na construção da nação japonesa capitalista. Todos são convocados a por em prática e a exercerem a disciplina do trabalho, característica guardada e resgatada da tradição cultural japonesa, hoje em crise. Os dekassegui na contemporaneidade desterritorializados ou precariamente territorializados no seu lugar de origem vão em busca e encontram a sua (re)inserção no território japonês.

É assim que pensando o Japão, não só como o mundo do trabalho, mas também como o mundo do consumo, evidenciamos que esta re-inserção do dekasegui não ocorre apenas no mundo do trabalho japonês de forma precária, mas também no mundo do consumo. O segundo mundo acoplado ao primeiro ganha força no período atual e passa a envolver as pessoas, tomando conta dos momentos da vida, influenciando desta maneira na migração internacional. O consumo invade a vida, e a identidade e o lugar ficam comprometidos, diante da programação do espaço para a produção e o consumo. As diferenças acabam sendo usadas, ou seja, apropriadas pelo capital. A unidade nas semelhanças e nas condições parece não conseguir ter forças para romper com projeto de dominação. Há apenas as formas pontuais de solidariedade ou mesmo algumas articulações na tentativa de melhorar a inserção no território moderno. Quem realmente tem força e quer propor a transcendência é o consumo.

A análise proposta aqui entende o consumo como um momento do processo produtivo que passa a permear todo o nosso dia-a-dia. A reprodução espacial capitalista se realiza com as formas de consumo do espaço, geradoras e acompanhadas de um padrão ou forma de vida moderno. A reprodução da vida, portanto, acaba tendo que se submeter a este meio cada vez mais artificial, sedutor e repressor ao mesmo tempo, passível de oferecer algumas vantagens, em troca do cárcere. Diante da racionalidade do lugar, os brasileiros conseguem pelo menos em parte alcançar este padrão de vida no Japão.

Finalmente no Capítulo 4: “O movimento da vida na migração e a produção de um lugar” é justamente o movimento da vida que ganha evidência no nosso estudo neste mundo que procura a todo o momento impor a supremacia de um único caminho. A vida encontrada no movimento migratório é, no entanto, confusa. As pessoas postas em constante movimento desejam e são tomadas pelo movimento da própria vida cada vez mais confundida com o movimento do capital. A ideologia hegemônica procura ditar o ritmo do tempo, produzindo o próprio tempo que comporta diferentes temporalidades e personalidades, confrontadas no espaço, ou melhor, na especificidade do lugar. O sistema de objetos é senão chamado, construído para servir a eficiência do mercado global. Aqueles que não correspondem a esta convocatória ficam em uma posição periférica sujeitos às maiores explorações e à margem dos centros de decisão, comando e centralização do poder.

É neste contexto de sistemas de ações dominantes e racionais que as populações sobrantes dos territórios ou áreas periféricas do capitalismo, desejosas em movimentar suas vidas se lançam às migrações internacionais. No reino dos objetos técnicos, racionais, encontramos então a realização das ações e a emergência das emoções dos migrantes de kasseguis. Na racionalidade disciplinar da sociedade japonesa, as emoções são muitas vezes silenciadas, entrando em choque com a presença das emoções ainda não tão aprisionadas e cronometradas dos brasileiros. A emoção no mundo moderno está submetida à força do meio dos lugares racionais e globais que promovem uma espécie de “aculturação” daqueles que vêm de fora, justamente ávidos e atraídos pela promessa destes espaços. A esperança ou a surpresa reside, por outro lado, na mescla da cultura e no encontro das histórias de vida dos de dentro e dos de fora, na tentativa de construir e propor uma outra coisa mais fraterna, que não esta que está aí.

O que temos de fato, com relação à presença dos brasileiros no Japão, é a produção de um lugar pautado, sobretudo no mercado. Formas de comércio, consumo e serviços realizados ou de alguma maneira relacionados aos brasileiros compõem, assim aquilo que poderíamos chamar de uma re-inserção brasileira no espaço japonês. A formação e a organização de Associações visando não apenas a uma (re)inserção no sistema produtivo e na sociedade de consumo pode, por sua vez, estar demonstrando um lento, mas gradativo movimento de integração de fato, por parte de alguns de kasseguis ao território japonês, apesar da adversidade e contrariedade deste território moderno em aceitar os migrantes.

Uma considerável parte dos dekasseguis volta ao Brasil, apesar de todas as dificuldades encontradas aqui no que se refere à (re)inserção ou a reprodução da vida, afirmando ser o Brasil a sua verdadeira terra natal; uma outra ainda permanece muito indecisa, em trânsito, e uma terceira começa a assumir a posição de permanecer no território japonês movida pela situação de aparente segurança e estabilidade, comprando e fixando inclusive residência. Estes estão principalmente preocupados com o futuro dos seus filhos e netos, componentes hoje de uma segunda geração que desponta no movimento migratório contemporâneo Brasil e Japão.

CAPÍTULO 1

MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: **A (RE)INSERÇÃO DO DEKASSEGUI**

“Sabemos a priori que a dimensão geográfica do tempo mais externo é o mundo,
mas não sabemos qual a extensão do tempo mais interno”
(M. Santos, 1999, p.111).

No estudo das migrações internacionais abordaremos o tema pela questão do movimento de inserção e (re)inserção do brasileiro descendente de japonês e seu cônjuge, conhecido como dekassegui no espaço geográfico, privilegiando o enfoque do capitalismo propriamente de consumo. Um movimento realizado nos territórios: Brasil e Japão. No mundo moderno este movimento é posto como quase uma constante, que dificilmente se completa na sua totalidade, propondo por sua vez até uma concepção de não movimento.

A concepção de movimento, cada vez mais presente na Geografia, ciência preocupada com o concreto, engloba principalmente discussões sobre a circulação, a distribuição e a formação dos territórios, em um momento que segundo Sorre (1984), o atual estado de nossas sociedades ocidentais e também orientais estão completamente, ou cada vez mais, submetidas ao regime de concentração capitalista.

Beaujeu-Garnier (1980:195) exemplifica este movimento dizendo que “*muitos emigrantes não sabem se vão ou não abandonar por completo a terra natal; levados pela necessidade, partem por um período de tempo mais ou menos prolongado para um país que lhes permita ganhar a vida e, se possível, acumular dinheiro suficiente para a volta; depois, com o lucro do trabalho, retornam para a aldeia natal onde, em virtude do baixo padrão de vida, se tornam velhos cidadãos possuidores de alguns recursos*”.

Para Becker (1997) desde as invasões dos povos bárbaros asiáticos até os migrantes dos novos tempos, grupos populacionais põem-se em movimento: lutam pela hegemonia de novos territórios, fogem de perseguições étnicas e repressões múltiplas, vislumbram a possibilidade de terras e mercados de trabalho promissores, ou simplesmente perambulam em busca de tarefas que lhes assegurem a mera subsistência. Becker ressalta também a questão dos refugiados que são empurrados pelos confrontos tribais, ditatoriais e nacionalistas.

Uma questão polêmica que necessita ser colocada no debate das migrações internacionais se refere ao intenso deslocamento forçado dos negros provenientes da África trazidos como escravos para o novo continente, sob a forma de comércio humano, em um contexto específico da etapa do capitalismo no mundo. Além dos deslocamentos promovidos fortemente pela intervenção e ação do Estado, como construção de barragens, que obrigam a saída e mudança das populações locais. Populações forçadas não apenas a abandonar um mero espaço, mas o lugar da história de suas vidas. Este fato se agrava ainda mais, se pensarmos a questão da desapropriação, tomada ou mesmo a delimitação das terras indígenas, em virtude das estreitas e ocultas relações existentes entre os índios e a terra.

Becker (1997) afirma que no âmbito das migrações internas, igualmente diversificadas tem sido a tipologia dos deslocamentos. No Brasil podemos encontrar ao longo da história diferentes e significativos fluxos de população. Por exemplo, intensos fluxos de caráter rural-urbano que ocorreram nas décadas de 50 e 60, foram representativos de um período marcado por crescente concentração fundiária e pela industrialização principalmente nos grandes centros urbanos do Sudeste Brasileiro. Estabeleceram-se migrações interestaduais de longa distância na década de 70, especialmente a de nordestinos para o eixo Rio de Janeiro – São Paulo e a de sulistas para áreas do Centro-Oeste e Amazônia, responsáveis pela expansão e consolidação do mercado de trabalho no espaço nacional.

“Multiplicaram-se as migrações de assalariados rurais temporários (volantes, bóais-frias) especialmente para as colheitas da cana e da laranja, expressão do subemprego sazonal e das relações de trabalho informais gerados pela modernização capitalista no campo. Fomentaram-se os deslocamentos sucessivos de barrageiros para a construção de grandes obras de infra-estrutura energética ao longo das áreas de fronteira, seja internacional (Itaipu) ou nacional (Tucuruí, Balbina, etc.)” (Becker, 1997, p. 231).

Por outro lado, Becker (1997) também afirma que se intensificou a mobilidade tanto intermunicipal quanto intramunicipal, seja rural-urbana ou rural-rural, em decorrência da progressiva escassez do fator terra, levando à eclosão de movimentos sociais de resistência, do que são exemplos o Movimento dos Sem-Terra (MST) e o das populações extrativistas da Amazônia. Outras formas de movimento ainda poderiam ser

lembradas, como exemplo, os movimentos pendulares intrametropolitanos para o trabalho e/ou estudo, realizado hoje nas metrópoles, muitas vezes em condições sub-humanas modernas, assim como os deslocamentos intra-urbanos de caráter residencial, que podem estar relacionados com a pobreza e a violência.

Segundo Becker (1997) a migração pode ser definida como mobilidade espacial da população. Esta mobilidade tem sido objeto de diferentes interpretações ao longo do tempo, expressando-se, entre outros, através dos enfoques neoclássicos e neomarxista. Até os anos 70, o fenômeno migratório era considerado a partir de uma perspectiva neoclássica, dentro de uma visão predominantemente descritiva e dualista. Estudavam-se os movimentos migratórios especialmente através da mensuração dos fluxos demográficos e das características individuais dos migrantes. Do ponto de vista espacial, a análise estatística de fluxos (linhas) e de aglomerações (pontos) era favorecida em detrimento da visão histórico-geográfica de uma formação social.

“Tal concepção levava a um modelo redutivo da realidade onde a sociedade era considerada sob um enfoque individualizado, atomístico: cada pessoa buscava maximizar suas necessidades. A decisão de migrar era percebida como decorrente apenas da decisão pessoal e não pressionada ou produzida por forças sócio-econômicas exógenas” (Becker, 1997, p. 323). A partir de meados dos anos 70, o fenômeno migratório foi reconsiderado sob o enfoque neomarxista, do que é exemplo o trabalho de Gaudemar (1977). A migração passou a ser concebida como “mobilidade forçada pelas necessidades do capital” e não mais como um ato soberano de vontade pessoal (Becker, 1997).

De fato a migração pode ser entendida como uma crescente sujeição do trabalho ao capital, bem como uma necessidade e uma resposta que ganha suas especificidades em cada momento histórico. Neste mesmo raciocínio a geografia do mundo e dos lugares envoltos pelos processos migratórios também são intrínsecos e indispensáveis para a análise dos diferentes fluxos populacionais. Mesmo o migrante³, sendo um sujeito do

---

³ Segundo Becker (1997: 342) “uma questão teórica-metodológica merece ainda ser tratada na discussão do fenômeno migratório: é a relacionada à definição do migrante enquanto categoria de análise. De acordo com o Censo Demográfico Brasileiro são considerados migrantes todos os indivíduos que apresentarem pelo menos uma mudança de local de residência, seja de um município para o outro (migrante intermunicipal), seja entre diferentes categorias de domicílio dentro dos limites do mesmo município (migrante intramunicipal). Entretanto, além dessa definição administrativa, outra poderia ser considerada a partir da discussão neomarxista: migrantes são todos aqueles indivíduos que seguem os movimentos do capital sob a condição de força de trabalho assalariada, ou potencialmente assalariada”. Podem, neste sentido, serem considerados migrantes, as pessoas submetidas ao movimento do capital, que mudam de residência e de lugar

capital e por mais internalizado que esteja este fato-processo, ainda sim, ele tem um certo domínio da decisão do ato de migrar.

Para Becker (1997), torna-se importante destacar os fatores estruturais que determinam o surgimento e os desdobramentos dos fluxos migratórios. A primeira mola propulsora destes deslocamentos seria sócio-econômica, determinada pelo processo de acumulação do capital; somente num segundo momento poderia se falar nas condições subjetivas das migrações e nas características dos migrantes. A proposta de análise é coerente, porém, um outro caminho que se apresenta é a tentativa de analisar o movimento migratório levando-se em consideração, ao mesmo tempo tanto os fatores estruturais quanto os fatores subjetivos associados às características e a vida dos próprios migrantes. Assim teríamos então a trajetória de vida dos migrantes em articulação e realização com o movimento do mundo e dos lugares.

De acordo com Damiani (1998:62), *“os estudos geográficos sobre migrações envolvem uma perspectiva histórica ampla e acompanham o fenômeno desde a Antiguidade até os nossos dias. O fenômeno do povoamento não poderia ser compreendido sem as migrações. Considera-se desde migrações intercontinentais, detendo-se especialmente, pelo seu volume, na emigração europeia, do final do século XIX às primeiras décadas do século XX, até as migrações a curta e média distâncias, mais freqüentes. Max Sorre fala da europeização do ecúmeno desde o século XVI”*.

Damiani (1998) também ressalta as transferências autoritárias de populações, como o caso da migração de refugiados, movidas por perseguições políticas e culturais, e o comércio de escravos realizado nos séculos passados. Para essa autora estão na base do processo migratório motivos políticos e econômicos conjunturais ou causas econômicas mais estruturais. Nas causas das migrações sugerem-se, as motivações pessoais e o quadro histórico. A pressão demográfica, fruto de um aumento de rendimento na área de origem que não acompanha as reais necessidades do crescimento da população por si só não sustentam as análises sobre migrações.

O êxodo rural, por exemplo, tem como fato histórico importante o processo de expropriação capitalista. Esta mesma estudiosa nos diz que tanto as migrações intercontinentais, como as migrações internas, rural-urbana, rural-rural, urbana-urbana,

---

por um determinado ou indeterminado tempo, carregando consigo todos os seus dramas pessoais e aspectos culturais que podem compor aquilo que estamos entendendo como aspectos subjetivos.

comprovam o processo de expropriação, valorização, concentração da propriedade e de exploração, que marcam o desenvolvimento do capitalismo em países como o Brasil. Damiani (1998) afirma que a emigração européia, ocorrida durante séculos, está inserida na construção econômica do capitalismo, como um dado da irradiação geográfica do sistema econômico e de uma dada estrutura social. Na maioria das vezes o movimento migratório é um empreendimento controlado, um ato político, subsumido em grande parte pelo econômico.

Inicialmente, a emigração européia foi gerada pelos países afetados pela revolução industrial, diante da impossibilidade permanente ou episódica de assimilar, nas diversas formas de emprego da nova economia, a totalidade dos efetivos postos em movimento pelas modificações da estrutura nacional. As flutuações do emprego e do salário teriam uma repercussão direta nesses movimentos migratórios, qualificados, neste caso, enquanto migrações econômicas temporárias. Pierre George acentua que as crises e os períodos de desemprego engendram vagas de emigrantes. Haveria um desequilíbrio provocado por uma economia, cuja mecanização e racionalização são aceleradas. No entanto, Max Sorre nos lembra que o impulso migratório é um fato complexo, que comporta diversas necessidades, desejos, sofrimentos e esperanças (Damiani, 1998).

Meihy (2005), no entanto, nos faz a seguinte questão: No mundo de hoje com 100 milhões de imigrantes é de se perguntar qual é o papel do Brasil contemporâneo neste quadro. Para este mesmo autor a mudança é que passamos de país receptor de estrangeiros para também exportador de gente. Alguns pontos geográficos internacionais têm funcionado como pólos de atração e, entre tantos, os Estados Unidos, Japão e alguns países da Europa se destacam. Por motivos diferentes, cada país atrai grupos com perfis diferenciados, por exemplo, do ponto de vista da cultura. Atualmente, no total, pode-se falar em cerca de três milhões de brasileiros vivendo fora do país, sendo que os envios de dólares por estes conterrâneos nossos representam a terceira maior fonte de divisas externas para o território brasileiro.

Já a Divisão de Assistência Consular do Ministério das Relações Exteriores do Brasil coloca que o total de brasileiros legalmente no exterior em 2002 chegava perto de dois milhões de pessoas. Segundo Ricardo Mituti Jr. do Jornal Nippo-Brasil (2004) estima-se que em 2003 os brasileiros que trabalharam no exterior enviaram para o Brasil cerca de oito bilhões de dólares. Apenas o Japão, onde vivem mais de 270 mil brasileiros, enviou no

ano anterior cerca de dois bilhões e quinhentos milhões de dólares segundo dados do Fundo Multilateral de Investimentos, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).⁴

De todos os modos as migrações são um evento historicamente determinado pela expansão do modo capitalista de produção, uma situação-relação que se renova constantemente de acordo com as novas exigências do processo de acumulação do capital. (Santos, 1983) No atual período técnico-científico, nesta virada de século, os recursos técnicos científicos e a informatização, colocados à disposição da humanidade, conferem para Rossini (1997) uma nova dimensão à análise e interpretação do espaço da sociedade e dos fluxos migratórios. Para este momento, podemos afirmar que os espaços mais densos de capital, sejam eles áreas ou países, são hoje os que mais atraem e/ou necessitam dos migrantes, provenientes dos espaços mais rarefeitos de capital. Principalmente quando estes migrantes não têm a sua inserção satisfatória dentro de uma sociedade capitalista de consumo, que além do trabalho, pressupõe um salário real que lhe dê acesso a ela.

Países ou áreas mais densos de capital, o que pressupõe técnica, ciência e informação seriam, hoje, considerados espaços luminosos ou atrativos para os migrantes. Espaços em que, fundamentalmente, a vida moderna tem condições de ser projetada ou ser realizada. *“Chamaremos de espaços luminosos aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, ficando assim mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo de capital, tecnologia e organização. Por oposição, os subespaços onde tais características estão ausentes seriam os espaços opacos. Entre esses extremos haveria toda uma gama de situações. Os espaços luminosos, pela sua consistência técnica e política, seriam os mais susceptíveis de participar de regularidades e de uma lógica obediente aos interesses das maiores empresas”* (Santos & Silveira, 2001, p. 264).

São esses espaços luminosos, produtos e a serviço do capital, que mais atraem os migrantes. Regiões e cidades também podem ser manchas ou pontos luminosos, para onde se dirigem os migrantes. Neste final de século e início de século, o Brasil, até então um país fortemente imigrantista, passa a ser também um país emigrantista, exportador de mão-de-obra e de gente. A depender da escala e da situação do espaço no tempo, o país ou a área podem estar em uma condição de luminosidade ou opacidade. O Brasil neste momento histórico pode ser considerado opaco e luminoso ao mesmo tempo; opaco

---

⁴ Mituti (2004:3A).

quando parte de sua população deixa o país em busca de melhores condições de vida nos Estados Unidos, no Japão ou na Europa, espaços luminosos do capitalismo; e luminoso, quando, por exemplo, a sua cidade de São Paulo atrai bolivianos e coreanos. O fluxo de brasileiros para o Paraguai merece, no entanto, ser pensado a parte neste processo.⁵

Podemos, a partir de Santos e Silveira (2001), dizer que os espaços luminosos revelam a racionalidade do espaço. A racionalidade do espaço cabe a certas frações do território cujas condições materiais e políticas permitem um uso considerado produtivo pelos atores econômicos, sociais, culturais e políticos. A racionalidade do espaço vem em última instância, das ações que sobre ele se realizam, mas tal possibilidade somente se perfaz quando o próprio território oferece as condições necessárias.

“Pode-se, de modo geral, dizer que nas condições históricas atuais o meio técnico-científico-informacional, seja como área contínua, mancha ou ponto, constitui esse espaço da racionalidade e da globalização” (Santos e Silveira, 2001, p. 306). Espaços privilegiados das grandes empresas, ou do próprio capital. Nesse sentido o Japão na sua totalidade, hoje, se configura em um meio-técnico-científico informacional, pela presença de uma densidade industrial, de transporte, de tecnologia, de conhecimento, etc, evidentemente com áreas mais concentradas e outras menos. A extensão territorial de Tóquio a Osaka é a região mais altamente concentrada de indústrias, porém todo o território japonês está interligado por uma eficiente malha ferroviária. A população japonesa como um todo fez parte e está integrada ao projeto de nação capitalista, todos praticamente participam dela, na condição de trabalhador e na condição de consumidor-cidadão.

O Brasil se configura muito mais como um território que apresenta manchas ou pontos de efetiva implantação de um meio-técnico-científico-infomacional, a racionalidade cobre todo o espaço, mas a sua existência está concentrada em algumas áreas e não engloba a grande maioria da população. Muitos vivem à margem ou precariamente nesse processo. É apenas uma parte que está inserida de fato e participa deste meio. A materialização desse meio-técnico-científico-informacional faz parte do projeto de

---

⁵ O Paraguai não pode ser enquadrado aqui como um país luminoso do ponto de vista técnico-científico informacional. A migração de brasileiros para este país, principalmente em áreas de fronteiras, está relacionada à questão da terra, principalmente no que se refere à aquisição da propriedade privada para a produção agrícola. Não são raros os conflitos ocasionados com a população local, apesar do significativo desempenho econômico de grande parte destes migrantes brasileiros. O Paraguai ocupa o segundo lugar com maior número de brasileiros no exterior. São 373.380 brasileiros, de acordo com o Ministério das Relações Exteriores. (Mituti, 2004).

modernidade que inclui o projeto de vida moderno. E é atrás desse projeto de vida moderno, ou ideal de vida moderno ou mesmo modo de vida moderno, maneira hegemônica de se viver hoje, não acessível à parte da população brasileira, que faz essa parte da população migrar para os espaços mais luminosos.

Em condições de “inferioridade” perante a população local desses países luminosos, os migrantes dos países opacos se sujeitam às explorações e condições precárias de trabalho e de discriminação, em prol de um acesso aparentemente mais rápido e às vezes ilusório a esse padrão ou ideal de vida, que pode ser entendido simplesmente como um retorno financeiro “melhor” para aquisição de uma casa própria, a compra de um automóvel ou um passeio no Havaí. O acesso a esse padrão de vida inclui também a educação dos filhos (de maneira geral precária e deixada para segundo plano nessa migração), a mobília da casa, a alimentação, a saúde, o transporte, o lazer, etc. O próprio viver, em um período que carece de delimitações claras sobre o que é de direito e o que é mercadoria. Um exemplo significativo são as escolas particulares brasileiras no Japão, reconhecidas como empresas no Japão, e reconhecidas como escolas pelo Ministério da Educação no Brasil.

“Os espaços luminosos são os que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, atraindo, portanto, atividades de maior conteúdo de capital, tecnologia e organização. São os espaços obedientes aos interesses das empresas” (Souza, 2003, p.19). São estes espaços que não só atraem, mas produzem capital, que estão atraindo pessoas e força de trabalho da periferia do capitalismo. Santos (1997:32) também nos diz que *“certamente, os pontos da área que acolheram as modernizações ou os seus mais importantes efeitos são também os mais capazes de receber outras modernizações. Isto cria lugares privilegiados, com uma tendência polar. A nível mundial, o emissor (ou o centro) está representado pelo país ou países que, em um momento dado, têm o privilégio das combinações mais efetivas das novas variáveis derredor da variável chave. Este lugar é o centro do sistema mundial”*.

Estes pontos da área e essas áreas que acolheram as modernizações ou seus mais importantes efeitos são também os que “recebem” ou que se vêem “obrigados” a receber os migrantes. São verdadeiros pontos, áreas ou países pólos que magnetizam migrantes, tanto os altamente especializados quanto os sem especialização. Neste caso o emissor (ou o centro) torna-se também receptor de mão-de-obra. São verdadeiros lugares centrais para a

imigração. Santos (1999) nos fala que o meio-técnico-científico é formado por objetos que incluem saber técnico e são o suporte do saber hegemônico, enquanto os outros espaços se tornam apenas os espaços do fazer.

A nova centralidade depende dessa racionalidade que não se dá igualmente em toda a parte. Há espaços marcados pela ciência, pela tecnologia, pela informação, por essa mencionada carga de racionalidade; e há os outros espaços. Há espaços do mandar e os espaços do obedecer. Todavia, essa racionalidade sistêmica não se dá de maneira total e homogênea, pois permanecem áreas onde ela é menor e, mesmo, inexistente e onde cabem outras formas de expressão que têm sua própria lógica (Santos, 1999).

Nesta escala de espaços, poderíamos caracterizar o Japão como um espaço do mandar, e o Brasil como um espaço do obedecer, porém mesmo os espaços do mandar também abrigam os espaços do obedecer e vice-versa. No próprio Japão, podemos localizar esses dois espaços: empresários japoneses que ocupam os empregos estáveis, enquanto migrantes provenientes de outros países, como Brasil, Peru, Filipinas, China, etc, ocupam postos de trabalho temporário em pequenas e médias empresas. A racionalidade⁶ também produz a desigualdade dos espaços que, concomitantemente, produz a desigualdade entre os homens e as mulheres. É nessa racionalidade desigual dos espaços que se produz a migração.

Para Santos (1999) o espaço geográfico é um campo de ação racional. Isso lhe vem da técnica, presente nas coisas e nas ações, o que, ao mesmo tempo, caracteriza o espaço geográfico em nossos dias e lhe atribui a condição de ser um espaço da racionalidade. *“E o que seriam as condições de racionalidade no meio material? A resposta pode ser simples demais: estas condições seriam aquelas susceptíveis de facilitar as ações ditas racionais. Chega, agora, a vez de ser o espaço considerado como racional, desde que vejamos como que ele realmente é, um campo de ação instrumental. Pode-se, como fez Johnson, falar de racionalidade do espaço a partir do momento em que este conhece a mecanização. Mas a estrada de ferro, o automóvel, o telégrafo criaram apenas uma fluidez relativa do território, pois no âmbito geográfico de ação dessas novidades era relativamente limitado. É somente neste fim de século, com as novas técnicas de transmissão e coleta da informação que estamos propriamente autorizados a falar de fluidez do território em*

---

⁶ Para Stiegler a racionalidade está submetida à utilidade. Para Habermas, a utilidade do capital como atividade racional visa a um fim (Santos, 1999).

sentido amplo. É também agora que, por esse motivo, a noção de racionalidade do espaço se impõe mais clara e extensivamente” (Santos, 1999, p. 232).

Os espaços mais fluídos propiciam o desenvolvimento das migrações internacionais, apesar de toda tentativa de controle sobre a circulação das populações, principalmente dos migrantes provenientes da periferia. Esses espaços fluídos privilegiam as ações dos atores hegemônicos, mas também são espaços que conduzem, conscientemente ou inconscientemente, as ações dos migrantes, ações também racionais, pensadas no trabalho, no consumo, nos melhores salários, na possibilidade da realização de projetos e de sonhos, na aquisição de objetos, que levam a decisão de migrar, permanecer no lugar, ou retornar.

Evidentemente fatores mais subjetivos exercem suas influências na migração. Na verdade tanto os fatores racionais quanto os fatores subjetivos estão presentes no migrante, e desempenham as suas forças no ato migratório. O fato é que há uma predominância ideológica e material do espaço racional no mundo, e isso têm seu peso, sua influência e sua colonização. Os próprios fatores subjetivos são, senão produtos, afetados pela existência capitalista. Contudo o íntimo subjetivo ainda existe e pode resistir. A esperança, ilusão ou realidade, reside justamente aí.

“Referindo-se à introdução, por Weber, do conceito de racionalidade, Habermas considera que a racionalização designa, em primeiro lugar, a extensão dos domínios da sociedade submetidos aos critérios de decisão racional. Aqui, nossa afirmação central é que a marcha do processo de racionalização, após haver (sucessivamente) atingido a economia, a cultura, a política, as relações interpessoais e os próprios comportamentos individuais, agora, neste fim de século XX, estaria instalando-se no próprio meio de vida dos homens, isto é, no meio geográfico” (Santos, 1999, p. 230).

É importante ressaltar que *“Weber introduziu o conceito de racionalidade para caracterizar a forma capitalista da atividade econômica, a forma burguesa das trocas ao nível privado e a forma burocrática da dominação... Paralelamente assistimos a uma industrialização do trabalho social, o que faz com que os critérios da atividade instrumental penetrem também em domínios da existência (urbanização do modo de vida, tecnicização das trocas e das comunicações)...”* (Santos, 1999, p. 230).

Este processo de racionalização que atinge o espaço produz um modo de vida próprio do período que faz parte do projeto migratório de parte das pessoas. Estar inserido

no mundo é ter condições de participar desse modo de vida fortemente marcado pelo ideal do consumo que tem suas gradações e varia de espaço para espaço, assim como de pessoa para pessoa, a questão é que praticamente nenhum espaço e nenhuma pessoa está imune a esse processo perverso e prazeroso ao mesmo tempo, pelo contrário, há um desejo de estar nele, a qualquer custo e a qualquer preço. De maneira geral os “despossuídos” dos bens materiais e dos serviços querem conquistá-los, os “limitados” lutam para mantê-los e aspiram a uma dose maior, os “afortunados”, por sua vez, dificilmente estão satisfeitos com o que têm, há a manutenção do desejo de querer mais e melhor.

As três “classes” em questão são potencialmente aptas para a migração: os “despossuídos” ou carentes de bens materiais e serviços (não necessariamente carentes de espíritos), compõem principalmente o quadro das migrações internas. O exemplo clássico é a migração de nordestinos para a cidade de São Paulo. Os “limitados” que poderiam compor o que se convencionou chamar de “classe média”, em situação de empobrecimento⁷, ou de impossibilidade de ascensão social ou mesmo de retorno financeiro rápido, seriam os principais candidatos às migrações internacionais. Fluxos de brasileiros para os Estados Unidos e Europa; migrantes que ocupam postos de trabalho secundários, como faxineiras, garçons, construção civil, atividades comerciais em geral, etc. e os de kasseguis no Japão, que trabalham em sua maior parte no “chão” das fábricas japonesas. Os “afortunados” por sua vez não teriam muitos problemas de circulação pelo mundo, estes são, por exemplo, grandes empresários que marcam jantar de negócios em Nova York, e à tarde do dia seguinte, estão fechando contrato com alguma empresa multinacional em Londres, possuindo por sua vez, residências fixas em até mais de um país.

O processo de racionalização do espaço materializa-se em um meio-técnico-científico informacional que é a “cara” da globalização, ou seja, a própria face do capitalismo. Uma das características desse período são os objetos técnicos carregados de informação, que acabam por imprimir ou mesmo impor um ritmo de vida para as pessoas, uma verdadeira valorização das pessoas inseridas, precariamente ou não. Esse meio técnico

---

⁷ O termo “classe média empobrecida” foi apreendido em um debate realizado com a Profa. Dra. Maria Adélia Aparecida de Souza, na UNICAMP, em 2002. Para ela é principalmente uma classe média empobrecida que compõe os fluxos migratórios para os Estados Unidos, o Japão e países da Europa.

científico é aproveitado pelos agentes hegemônicos, justificando inclusive a reprodução da sua continuidade.⁸

Neste estudo, portanto, nos interessa, principalmente, a inserção e a condição de vida dos migrantes de kasseguis nesse meio técnico-científico-informacional. O Japão em si, ou mesmo a região que mais concentra brasileiros pode perfeitamente ser considerada um meio-técnico-científico informacional, porém este meio para o seu funcionamento, também é composto de um meio técnico precário do ponto de vista da colocação e da situação desses migrantes provenientes do Brasil e de outros países da América do Sul ou da Ásia.

Para Santos (1999:204, 205) *“os espaços da globalização apresentam cargas diferentes de conteúdo técnico, de conteúdo informacional, de conteúdo comunicacional. Os lugares, pois, se definem pela sua densidade técnica, pela sua densidade informacional, pela sua densidade comunicacional, atributos que se interpenetram e cuja fusão os caracteriza e distingue... Os espaços da globalização se definem, pois, pela presença conjunta indissociável, de uma tecnoesfera e de uma psicoesfera, funcionando de modo unitário. A tecnoesfera é o mundo dos objetos, a psicoesfera é a esfera da ação... Cada lugar, cada subespaço, tanto se define por sua existência corpórea, quanto por sua existência relacional. De resto, é assim que os subespaços existem e se diferenciam uns dos outros”*.

No sistema mundo, Brasil e Japão seriam subespaços que se distinguem por seus conteúdos e densidades. Esta distinção e esta posição colocam-nos em situações diferentes no momento histórico. No passado o Japão enviava mão-de-obra e gente para o Brasil, no presente, o quadro se inverte e o Brasil é quem exporta parte dos filhos e netos dessa mesma gente proveniente do Japão. Apesar da especificidade da tecnoesfera e da psicoesfera de cada lugar em cada tempo, ambas, nesta situação se desenvolvem no capitalismo. No início do século passado e primeira metade deste, o conjunto de objetos do estado de São Paulo era composto predominantemente por fazendas de café que necessitavam de braços para o trabalho na lavoura sendo que o Brasil também possuía terras que precisavam ser colonizadas para a manutenção do próprio território. O Japão,

---

⁸ Discussão realizada no Curso de Pós-Graduação: “Território e Circulação”, ministrado pela Profa. Dra. Mônica Arroyo, FFLCH, USP, 2004.

por sua vez, enfrentava o excedente de população expropriada do campo, não absorvida totalmente pelas cidades que buscavam a industrialização.

Na psicoesfera das ações, a política japonesa via a migração como uma possibilidade de resolver seus problemas sociais, dinamizar a economia e desenvolver o seu projeto imperialista. O Brasil, diante do término da escravidão e das dificuldades de manutenção da imigração européia, principalmente a italiana que sofreu restrições por parte da Itália, devido em muito aos maus tratos que os migrantes recebiam nas fazendas de café, vê-se obrigado, após divergências políticas quanto à entrada dos asiáticos, a trazer imigrantes japoneses para o seu território, passando a financiar inclusive a vinda deles no início do fluxo. Posteriormente é o Japão quem toma a frente do financiamento dos japoneses para o Brasil, numa clara atitude de dar continuidade ao seu projeto expansionista, que envolvia tanto o aspecto econômico quanto o político.

1.1. O processo de modernização e os dekassegus

Ambos os países Brasil e Japão, principalmente pós-segunda guerra mundial, passaram por um processo de modernização ainda mais intenso. A diferença significativa entre os dois espaços é que o Japão conseguiu praticamente englobar o seu território como um todo nesse processo, principalmente a sua população, visando sempre a posição de comando no mundo, recuperando assim o espírito expansionista, não mais via ação militar, mas via ação tecnológica capitalista sobre os territórios, tendo os Estados Unidos como aliado e concorrente neste cenário, exercendo ainda o domínio na esfera regional da Ásia.⁹ Posteriormente a China também passa a surpreender o mundo pelo seu desenvolvimento acelerado¹⁰, sem, contudo, resolver os seus problemas sociais diante de um regime autoritário que difere da forma dos demais regimes autoritários do mundo.

A partir de Santos (1999) podemos dizer que a modernização ganha força quando o espaço passa a ser modelado segundo critérios de eficiência e racionalidade que comandam o processo técnico-científico. No que se refere ao conteúdo social e a estrutura espacial ambos são diferentes na imigração japonesa e no atual fluxo de brasileiros para o Japão,

---

⁹ Ortiz. (2000) e Santos (1999).

¹⁰ Armen Mamigonian. Colóquio: “América Latina hoje”, LABOPLAN - DG – FFLCH –USP, (11/05/06).

mas em gênese estes dois movimentos fazem parte do mesmo processo de modernização que coloca os dois países em situações opostas e complementarias no tempo histórico.

O Brasil experimenta uma rápida industrialização e urbanização, visível a partir de 1930 com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, e intensificado por Jucelino Kubitschek (1956-1961), com o *slogan* “cinquenta anos em cinco” realizando uma política econômica modernizadora, mas desnacionalizadora ao mesmo tempo. O desenvolvimento econômico praticado na ditadura militar promove a repressão sobre a população, intensificando a abertura para o mercado exterior, com melhorias para o território brasileiro, principalmente em termos de infra-estrutura, suporte de implantação do capital internacional. O país passa a adotar um crescimento econômico concentrado e virtual para parte da população brasileira. Muitos se vêem à margem e participam precariamente desse processo de modernização, que não atinge a todos e nem a todos os espaços.¹¹

Com o fim da ditadura militar e a volta da conturbada democracia no país, abrem-se novos horizontes, porém os problemas sociais e econômicos ficam cada vez mais expostos e não encontram soluções nos governos que se seguem. No governo Sarney a inflação bate recordes e diversos planos econômicos fracassam. É no contexto político da década de 80 que as posições dos dois países, Brasil e Japão se invertem, de fato, no que se refere a migração internacional. O Japão, que antes enviava seus japoneses, também, para o Brasil, passa em meados da década de 80 a receber de volta, primeiramente os japoneses, que para cá se dirigiram no século passado, e mais intensamente os descendentes desses imigrantes, agora brasileiros nascidos no Brasil.¹²

A aventura de Collor no poder, no início da década de 90, é um desastre para o país. O neoliberalismo ganha força no território brasileiro. A emigração de brasileiros para o exterior, que havia se iniciado nos anos 80, intensifica-se não só para o Japão, mas também para outros países ricos e industrializados.¹³ Itamar Franco, depois da saída do então presidente Collor assume o poder e sob duras penas para o país consegue implantar uma certa estabilização da inflação com o Plano Real: lançado pelo ministro Fernando Henrique Cardoso. Este fato acaba levando então o sociólogo Fernando Henrique Cardoso ao

---

¹¹ Santos (1987).

¹² Sasaki (1998), Sales (1999) e Ferreira (2001).

¹³ Ver os estudos de Oliveira (1997), Sasaki (1998) e Sales (1999).

comando da Nação por dois mandatos. Em sua gestão o Brasil sofre fortemente a privatização do seu território.¹⁴

A falta de empregos e a vulnerabilidade em que foi posta o território brasileiro frente às oscilações do mercado financeiro, e um sentimento de decepção com a situação e estagnação do país acabam promovendo uma mobilização nacional, que leva Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República. Líder sindical de origem popular, Lula, capitaliza a esperança da grande maioria do povo brasileiro. Implanta aquilo que poderíamos dizer uma economia mista, mantendo os privilégios das grandes empresas e dos grandes bancos, com algumas políticas para o social, regadas com fortes discursos voltados para a massa popular. Enfrentando vários problemas no meio político partidário, não consegue se ver livre da corrupção, marca da maioria dos governos anteriores, e pouco consegue atacar as raízes dos problemas nacionais. Sua visita ao Japão em maio de 2005, e seu encontro com os brasileiros na cidade de Nagoya, uma das regiões de maior concentração de brasileiros, mostram definitivamente a continuidade do fluxo migratório e a relativa permanência dos nossos conterrâneos no território japonês.¹⁵

Tanto no que se refere ao contexto geográfico da imigração japonesa quanto do atual movimento de brasileiros para o Japão, concordamos com Santos (1999:197), quando este autor afirmar que *“Cada combinação tem sua própria lógica e autoriza formas de ação específicas a agentes econômicos e sociais específicos. Já vimos, por exemplo, que as ações hegemônicas se estabelecem e se realizam por intermédios de objetos hegemônicos, privilegiando certas áreas. Então, como num sistema de sistemas, o resto do espaço e o resto das ações são chamados a colaborar...”*. Esta combinação espacial exposta por Milton Santos pode ser localizada no tempo. Na primeira metade do século passado, o Japão reunia as condições que o faziam enviar trabalhadores para o Brasil, por outro lado, os fazendeiros de café paulistas imprimiam suas ações hegemônicas na esfera política brasileira, e as fazendas de café, verdadeiros objetos hegemônicos do período, estavam no estado de São Paulo, área privilegiada da formação do território nacional.

De acordo com Barbosa (1983) o avanço técnico redefine as relações sociedade-espaço, criam-se novas formas espaciais e as anteriores se ajustam às novas determinações.¹⁶ Diríamos também que o avanço técnico é resultado de um projeto

---

¹⁴ Tavares (1999).

¹⁵ Takada (2005).

¹⁶ Santos (1999).

político ou de um caminho político trilhado que redefine além de relações sociedade-espço, também relações de espaço e espaço, ou de territórios e territórios. As novas formas espaciais exigem novos conteúdos sociais e vice-versa. No presente, são principalmente as pequenas e médias empresas do Japão, subordinadas as grandes empresas japonesas que necessitam mais da mão-de-obra brasileira, mão-de-obra filtrada pelo Estado japonês, que regula e autoriza a entrada dos descendentes de japoneses e seus cônjuges. Trabalhadores que também podem ocupar a condição de consumidores, participando, desta forma, do “espaço de consumo” japonês, ainda que de maneira mais limitada se comparada à condição do próprio cidadão nativo do lugar.

Segundo Santos (1999:194) *“agora, os atores hegemônicos, armados com uma informação adequada, servem-se de todas as redes e se utilizam de todos os territórios. Eles preferem o espaço reticular, mas sua influência alcança também os espaços banais mais escondidos. Eis porque os territórios nacionais se transformam num espaço nacional da economia internacional e os sistemas de engenharia mais modernos, criados em cada país, são mais bem utilizados por firmas transnacionais que pela própria sociedade nacional.”* Este fato é marcante no Brasil, que teve e tem algumas partes do seu território preparadas para o capital. O Japão por sua vez mantém a aliança com o capital sem perder a sua soberania de decisão e comando, incorporando os japoneses na formação do seu território reticular completamente integrado pelas redes técnicas.¹⁷

Tomando como base Santos (1999), podemos considerar como rede técnica toda infra-estrutura que permite o transporte de matéria, de energia, ou de informação implantada no território, permitindo o acesso e a circulação. No Japão esta circulação e este acesso também são garantidos à população japonesa, caracterizada como elemento chave e como recurso importante na formação, manutenção e ascensão econômica do território japonês. Os sinais de saturação do mercado interno somado a momentos de cautela do povo japonês em gastar ou consumir acabam, todavia, compondo também os pivôs das crises japonesas, como a ocorrida no ano de 1998, situação em que houve uma relativa diminuição do número de entrada de brasileiros no Japão.

É importante entender estas crises como a desaceleração do crescimento econômico se comparado aos ritmos contínuos alcançados principalmente durante as décadas de 60 e 70. Mesmo assim o Japão ainda cresce mantendo-se como uma das mais importantes

---

¹⁷ Santos e Silveira (2001) e Ortiz (2000).

lideranças capitalistas do mundo¹⁸, absorvendo inclusive migrantes de outros territórios, que têm um acesso econômico precário no seu lugar de origem. Para a dekassegui Magali (2005), 39 anos, “aqui no Japão temos mais facilidades e possibilidades, tanto financeiramente quanto em termos de acesso”. Eliana (2005), 29 anos, afirma que *“com o salário ganho no Japão, a gente tem condições... no Brasil, a gente não tem condições, por exemplo, de trocar de carro todo o ano... mesmo o brasileiro ganhando e trabalhando em uma fábrica”*.

De acordo com Shoji (1992), 1946 a 1955 foi o período em que o Japão, vencido na guerra, destituído de suas possessões de além-mar e assediado por graves carências e perturbações sociais, recupera-se com a implantação de várias reformas e ajuda internacional, e reergue as bases de um subsequente crescimento extraordinário da economia. Apesar da situação caótica do pós-guerra, uma nova constituição e diversas reformas institucionais democráticas ajudaram o país a lançar as bases de uma sociedade civil mais estável do que a existente antes do conflito. Nos primeiros estágios do período de crescimento econômico acelerado ocorrido entre os anos de 1956 a 1965, o Japão se beneficiou de sua posição no mundo livre e das condições internacionais então predominantes.

De 1965 a 1975, sucedeu-se um crescimento econômico em ritmo ainda mais acelerado. Esta segunda fase de expansão serviu de base para a transformação da sociedade civil japonesa do pós-guerra no que se poderia chamar de uma “sociedade de massa”, desvencilhada dos elementos de crise que caracterizaram o período anterior à guerra. O processo ocorreu principalmente em consequência da supremacia da indústria de base e de maquinário, substâncias químicas e produtos semelhantes, além de fortes investimentos em educação e pesquisa.¹⁹ A aprendizagem dos japoneses foi rápida e aplicada, de alunos determinados, eles rapidamente passaram à condição de senhores do modelo de crescimento proveniente do Ocidente.

“Entretanto, a crise do petróleo de 1973 revelou que um progresso assim tão formidável não podia ser mantido. Em 1974, pela primeira vez desde o advento do período de crescimento acelerado, o produto nacional bruto do Japão caiu, parecendo então que a economia estivesse se movendo em sentido inverso. Na prática, porém, o país conseguiu

---

¹⁸ Shoji (1992).

¹⁹ Shoji. (1992).

empreender uma rápida mudança de estrutura industrial, muito debatida mesmo antes de se realizar, através de uma reorientação de prioridade para setores automobilísticos e de máquinas elétricas e para o campo de semicondutores, que exige know-how intensivo e evolui constantemente. Esta mudança permitiu que a economia japonesa superasse a crise e preparou os meios para que a sociedade industrial de massa do Japão tomasse um novo curso de crescimento moderado e estável. Posteriormente entre 1976 e 1985, a capacidade de manter o crescimento econômico mesmo diante da estagnação mundial atribuiu ao Japão um status cada vez mais elevado na comunidade internacional. Neste mesmo período, passou-se a falar da população japonesa como sendo dotada de uma perspectiva predominantemente de classe média. Isso daria crédito, mais tarde, às descrições do Japão como uma sociedade de “nova classe média” (Shoji, 1992, p. 03-04).

A novidade nesse quadro é que o Japão passa a incorporar no seu sistema produtivo os imigrantes, em face do encarecimento e sofisticação da sua mão-de-obra, e da nova configuração de concorrência nos mercados mundiais. Para os brasileiros que estão em situação de legalidade no território japonês existe mais fortemente a possibilidade de ter acesso mesmo que parcialmente aos serviços e ao consumo, ou melhor, a condição ou pelo menos a aparente proximidade da condição de classe média japonesa, principalmente no que se refere à circulação e aquisição de bens materiais, como por exemplo, a compra de automóveis ou mesmo da casa própria.²⁰ Para Ishi (2005) há uma diferença substancial entre aqueles pioneiros cujo sonho era comprar uma casa própria no Brasil e os brasileiros que estão comprando casa nas províncias de Kanagawa ou de Tochigi no Japão.

“As estatísticas comprovam que os brasileiros estão com os pés cada vez mais fincados em solo nipônico. O número de conterrâneos registrados no Ministério da Justiça só diminuiu uma vez nos últimos quinze anos. No final de 2003, havia 274.700 brasileiros no país, totalizando 6.368 (2,4%) a mais do que no ano anterior. Isto significa uma fatia de nada menos que 15% de toda a população estrangeira no Japão. Esta porcentagem ganha significado ainda maior se for considerado que grande parte dos residentes brasileiros pertence à faixa da população economicamente ativa, seja como mão-de-obra,

---

²⁰ De maneira geral os brasileiros trabalhando no Japão, conseguem realizar a tão sonhada compra da casa própria no Brasil. Nos últimos anos, alguns brasileiros, também tem entrado em longos financiamentos, de trinta a quarenta anos, por exemplo, para a aquisição da casa própria no território japonês. A garantia da posse da casa própria pode representa uma vitória do projeto migratório, trazendo uma sensação de segurança e investimento certo diante da incerteza que a migração sugere.

seja como consumidor, e (importante frisar) muitas vezes como empresário gerador de empregos” (Ishi, 2005, p. 16).

Podemos constatar uma permanência dos brasileiros no Japão, inseridos ao sistema produtivo japonês e ao “espaço de consumo”, mas não integrados uma vez que não são cidadãos japoneses. Por sua vez, as remessas de muitos dekassegus para o Brasil, são significativas, aquecendo inclusive o setor imobiliário de algumas cidades brasileiras que possuem marcante presença de descendentes de japoneses, ou familiares destes descendentes, como é o caso do município de Álvares Machado, no interior de São Paulo, estudado por Bomtempo (2003).

De acordo com esta autora os dekassegus em aproximadamente doze anos de migração movimentaram em Álvares Machado cerca de R\$ 24.417.741,97 (Vinte e quatro milhões, quatrocentos e dezessete mil, setecentos e quarenta e um reais e noventa e sete centavos), seja em aplicações financeiras, em compras de imóveis urbanos (terrenos, casas para residência e aluguel), imóveis rurais, compra de bens móveis, como automóveis, além de investimentos em estabelecimentos comerciais. Bomtempo (2003:110) afirma que esse *“é um movimento expressivo de dinheiro, considerando que Álvares Machado é um município pequeno e não possui muitas fontes de renda”*.²¹

Hirano (2005) em suas análises verifica, e de certa forma defende a idéia de um movimento de retorno ao Brasil, desses brasileiros que tiveram a experiência migratória no Japão. *“Em junho de 2001, através de um survey realizado no município de Maringá, Paraná, constatou-se que entre os nipo-brasileiros maringaenses com experiência migratória internacional, cerca de 61,0% destes dekassegus encontravam-se retornados no momento da pesquisa”*.

Para Hirano (2005) as remessas financeiras significam que as responsabilidades familiares se mantiveram, sendo que elas são realizadas em sua maioria com o intuito de manutenção da família. As remessas também exercem uma simbologia para o migrante, segundo ele, os investimentos feitos em imóveis, carros e pequenos comércios, indicam a presença destes dekassegus na sua comunidade e meio social, durante sua ausência física.

---

²¹ O município de Álvares Machado, SP, possui aproximadamente 25.000 habitantes. Bomtempo (2003) aplicou 110 questionários junto aos dekassegus que retornaram a Álvares Machado, no período de março e abril de 2002. Esta mesma autora realizou também pesquisas junto ao Cartório de Registro Civil, de Bens e Imóveis que justificam os dados apresentados.

“O fato é que não podemos negar que os dekassegais estão retornando e estão tentando se reintegrar à sociedade brasileira” (Hirano, 2005, p. 18).

A partir da nossa pesquisa de campo realizada no Japão, entre os dias 29 de abril a 05 de junho de 2005, podemos, neste momento, delinear quatro grupos de dekassegais: o primeiro grupo seria composto por aqueles brasileiros que realmente se mantêm firme com o projeto migratório de retorno, tem o objetivo de voltar ao Brasil, e trabalham para isso, vivendo inclusive uma vida mais regrada e limitada no Japão, que poderíamos caracterizar como uma vida “do trabalho para casa, da casa para o trabalho”, geralmente as pessoas desse grupo têm dificuldades de comunicação e circulação no território japonês, estão praticamente vinte e quatro horas pensando e sonhando com o Brasil, não tendo quase nenhuma interação com a população japonesa, a não ser no “espaço do trabalho”, além da pouca participação no “espaço do consumo”. Podem também estar neste grupo os migrantes que estão pela primeira vez no Japão.

O segundo grupo tem um projeto migratório indefinido, o desejo de voltar ao Brasil permanece, mas é incerto e jogado para o futuro, geralmente são os dekassegais que ficam em trânsito ou indecisos entre o Brasil e o Japão, trabalham dois ou três anos e vêm para o Brasil resolver problemas, descansar, passear, rever a família, realizar investimentos e compras. Ficam num “vai e vem” entre os dois países. Estão acostumados com a viagem, e este deslocamento praticamente passou a fazer parte da vida deles. São dekassegais mais dispostos a realizar viagens para outros países, principalmente os mais próximos do Japão, como Havá, Tailândia, Austrália, etc. Procuram aprender o japonês apesar da convivência com os brasileiros e outros estrangeiros. Têm facilidade de circulação pelo Japão. Fazem programas turísticos, visitam parques, cidades, castelos, museus, shoppings, hipermercados, com mais frequência. Alguns até investem na própria formação, fazendo cursos de inglês ou de massagem, por exemplo. E de certa forma participam muito mais do “espaço do consumo” que os demais.

O terceiro grupo pode ser visto como o grupo de brasileiros que praticamente já adotou o Japão, como lugar de uma morada mais definitiva ou permanente, apesar de ainda manter um tênue desejo de retorno ao país de origem. Nesse grupo podemos colocar também aqueles que após longa experiência migratória ou vivência no “espaço do consumo”, de certa forma, definiram um lugar para morar, pelo menos em tese, seja no Brasil ou no Japão. Podemos constatar dois extremos nesse grupo, aqueles que chegaram

ao limite dessa condição de dekassegui, repudiando totalmente o Japão e colocando o Brasil até como um lugar mítico, ou seja, o melhor país para se viver, e os que adotam o território japonês para morar. São de maneira geral dekassegui que estão a mais tempo no Japão.

Podemos ressaltar ainda neste grupo, os brasileiros que estabelecem formas de comércio no território japonês voltadas para o público brasileiro, empregando inclusive os próprios brasileiros, as pessoas engajadas em associações que visam à integração e melhoria das condições de vida dos brasileiros no território japonês e aqueles que começam a adquirir e financiar a sua casa própria no Japão. Alguns destes brasileiros conseguem também, às vezes, serem contratados diretamente pelas fábricas, sem a necessidade de intermediários, outros trabalham em órgãos públicos como escolas, prefeituras e hospitais, exercendo principalmente a função de tradutores. São brasileiros que de maneira geral falam bem o japonês e alguns deles, ainda poucos, chegam, inclusive, a solicitar a nacionalidade japonesa. Muitos estão com a família ou constituíram família e geralmente possuem os filhos nas escolas japonesas, vendo-se inclusive forçados a permanecer no Japão, pois, após longa trajetória no ensino japonês, as crianças acabam incorporando a cultura nipônica.

O quarto grupo pode ser considerado principalmente um desdobramento do terceiro, nele estariam os filhos dos dekassegui, ou seja, a segunda geração, que também pode ser dividida entre aqueles que mantêm os dois idiomas: português e japonês, bem como a convivência tanto com os brasileiros quanto com japoneses; e aqueles que praticamente só falam e entendem o japonês, esquecendo-se do idioma de origem dos pais. É importante, no entanto, frisar que os filhos dos brasileiros, nascidos em território japonês, não são registrados como japoneses, mas sim como brasileiros. Neste grupo estão presentes as crianças que nasceram no Japão, as que vieram ainda pequenas e os jovens que passaram a maior parte da sua vida no Japão. Há nele tanto os que querem ficar no Japão quanto aqueles que têm a vontade de conhecer ou morar no Brasil.

Os grupos não necessariamente são fechados e um dekassegui pode possuir características de até mais de um grupo, podendo passar inclusive de um para outro. Estes grupos poderiam ser exemplificados pelos nossos dekassegui, entrevistados de longa duração. No primeiro grupo estariam os dekassegui: Selma, Pedrinho, Tadeu, Agneta e Isaías. No segundo teríamos como melhor representante o dekassegui Vagner. O terceiro

grupo poderia ser composto por César, Marcelo e Miuka. E no quarto grupo encontramos Edgar e Mônica. Os demais dekassegus, Tatiana, Virginia, Elias, Eliana teriam características de mais de um grupo. Segue assim, a Tabela 01. que apresenta os dekassegus cujas entrevistas foram de longa duração.

Tabela 01. Japão - Dekasseguis (entrevistados e entrevistas de longa duração): nome, idade, estado civil, escolaridade, descendência, tempo de permanência no Japão e situação antes de ir ao Japão, 2005.*

Nome**	Idade	Estado Civil	Escolaridade	Descendência***	Tempo de permanência no Japão (aproximadamente)	Situação antes de ir ao Japão****
Edgar	15 anos	Solteiro	Ens.Médio(inc.)	Sansei	11 anos	-
Mônica	16 anos	Solteira	Ens. Fundamental	Sansei(mestiça)	08 anos	Estudante
Tatiana	22 anos	Solteira	Ens.Médio	Sansei	02 anos	Escrituraria
Vagner	26 anos	Solteiro	Ens.Superior(inc.)	Sansei(mestiço)	08 anos	Funcionário
Virginia	27 anos	Casada	Ens.Médio	Cônjuge	05 anos	Balconista
Elias	27 anos	Solteiro	Ens.Médio	Sansei(mestiço)	07 anos	Estudante
Eliana	29 anos	Separada	Ens.Médio(inc.)	Sansei	10 anos	Estudante
César	35 anos	Solteiro	Ens.Superior	Nissei	11 anos	Jornalista
Marcelo	40 anos	Separado	Ens.Superior	Sansei	15 anos	Gerente
Selma	42 anos	Casada	Ens.Fundamental	Cônjuge	03 meses	Do lar
Miuka	43 anos	Separada	Ens.Superior(inc.)	Nissei	10 anos	Do lar
Pedrinho	48 anos	Casado	Ens.Superior	Nissei	05 anos	Administrador
Tadeu	54 anos	Casado	Ens.Superior	Nissei	07 anos	Administrador
Agneta	57 anos	Casada	Ens.Médio	Cônjuge	07 anos	Vendedora
Isaías	60 anos	Casado	Ens.Superior	Nissei	02 anos	Engenheiro

* Todas essas entrevistas de longa duração foram realizadas no Japão no período de 30 de abril a 05 de junho de 2005.

** Os nomes apresentados nesta tabela não correspondem aos nomes originais dos entrevistados.

*** *Nissei*: filhos de imigrantes de japoneses e *Sansei*: netos de imigrantes de japoneses. *Cônjuge*: não descendente casado com descendente.

**** No Japão todos os entrevistados trabalham ou trabalharam em fábricas. César atualmente exerce a função de jornalista, Vagner trabalha agora em uma lanchonete brasileira, e Selma estava arrumando as malas para voltar ao Brasil. Elaboração: Ferreira, 2006.

O presente estudo tem como base, fundamentalmente, a metodologia qualitativa. A observação participante é inerente a construção deste trabalho, em função das vivências e experiências junto aos dekassegus e seus familiares. Podemos dizer que a pesquisa tem propriamente seu início no ano de 1996 com a realização e formalização do projeto de iniciação científica, sua continuidade no mestrado, seguido do doutorado. De acordo com Cardoso (1987:35) “*os cientistas sociais estão envolvidos em projetos que supõem a utilização de entrevistas longas e ampla convivência com os informantes. É uma espécie*

de volta ao significado em seu estado puro, ao discurso real que deve permitir descobrir novos sentidos não previstos pelas análises macroestruturais”.

Para esta fase da pesquisa, o trabalho de campo no Japão que privilegiou a convivência com os dekasseguis, foi de extrema importância e riqueza, uma vez mudou o prisma da análise, até então realizada somente com os brasileiros que retornavam do Japão. Durante o trabalho de campo foram realizadas várias entrevistas, desde o momento do embarque até o dia de chegada no Brasil, porém muitas delas foram realizadas sem o uso do gravador, anotadas sempre que possível em cadernetas de campo. Essas entrevistas foram realizadas na trajetória do trabalho de campo, no aeroporto, no avião, em trens, nas ruas e avenidas, em supermercados, lojas, restaurantes, bares, parques, etc. Já as entrevistas de longa duração foram gravadas, marcadas antecipadamente e tiveram a duração média de uma hora cada. Foram entrevistados casais, famílias e dekasseguis de forma individual.

Realizamos, portanto, dezessete entrevistas mais detalhadas que estamos chamando de entrevistas de longa duração. Duas destas anotadas em caderneta de campo foram desconsideradas do quadro da Tabela 01 por apresentarem dados incompletos, as demais foram gravadas e seguiram o roteiro elaborado previamente, sendo que em vários momentos esse roteiro foi extrapolado. As entrevistas foram feitas no Japão, e tiveram como objetivo desvendar os temas aqui apresentados. Entrevistamos diferentes perfis de dekasseguis: trabalhadores de fábrica, jornalista, empresário, vendedores, agentes de empreiteiras, homens e mulheres, jovens, idosos, *sansei*, *nissei*, mestiços, não descendentes, com muito e com pouco tempo de Japão. Todos, ou continuam trabalhando em fábricas ou trabalharam primeiramente em fábricas. Uma das entrevistadas da Tabela 01. já voltou para o Brasil.

As entrevistas foram conseguidas por intermediação de parentes e conhecidos ou pela nossa própria relação de amizade estabelecida nos lugares. Elas foram feitas nos apartamentos dos dekasseguis, em finais de expediente de trabalho, em feriados do mês de maio, em finais de semana, nos restaurantes e lojas de café. Encontrar, realizar e estabelecer os laços de confiança com os entrevistados é um esforço que exige muita sensibilidade do entrevistador. Foram também realizadas duas entrevistas com dekasseguis no Brasil, antes do embarque ao Japão, como pré-teste do roteiro por nós elaborado, além das trinta entrevistas realizadas na iniciação científica e no mestrado que também estão sendo consideradas nesse estudo. Nesta pesquisa, assim como nas anteriores, os nomes

originais dos dekasseguis foram substituídos por outros nomes, procurando manter desta forma, o respeito as suas experiências compartilhadas.

1.2. O movimento uma constante no migrante

Cabe neste momento, pensarmos quais estruturas de relações estão por trás dos migrantes, ou melhor, que gestam os migrantes. Os migrantes com os seus ideais, as suas aspirações e as suas necessidades se vêem ora forçados ou ora estimulados a buscarem os espaços mais racionais, que acenam com a possibilidade da realização dos seus projetos e de uma vida preta de sentido, significado e de emoções. Seabra (2005) nos diz que a modernização, pela indústria ou pelo mercado, põe tudo em movimento, inclusive os migrantes. “O capitalismo em todos os níveis refaz a condição humana, afirma Seabra.”²² Alguns lugares são o foco do processo de modernização, colocam se na liderança dele e movimentam outros espaços para a sua realização, movimentando, portanto, as pessoas utilizadas como força de trabalho e transformadas em consumidoras e usuárias no período atual.

Harvey (2004) em seu livro “Espaços de esperança” faz a seguinte pergunta: “Mas em que tipo de mundo estamos inseridos?”²³ Sua questão, no entanto, acaba se desdobrando em outras: Em que mundo queremos estar inseridos? Qual é o mundo em que estamos ou queremos estar inseridos? Em que condições estamos inseridos? O que é estar inserido? Todos estão inseridos? Temos segurança nessa inserção? Temos a liberdade de querermos não estar inseridos, ou estamos condenados a estarmos inseridos? Existem níveis ou graus de inserção? O que precisamos fazer para estarmos inseridos ou para nos mantermos inseridos? O que nos cabe afirmar aqui, é que a migração internacional pode ser um dos meios ou caminhos para a inserção no mundo capitalista contemporâneo, movido pelo processo de modernização e idealizado pela modernidade.

De todos os modos estamos inseridos, uns mais, uns menos. Mesmo os não inseridos (antítese do inserido no sistema capitalista em que vivemos), precisam existir para existirem os inseridos. Isto faz parte da contradição capitalista. Os que detêm os meios de produção e aqueles que não detêm, os que precisam vender a sua força de trabalho e os

---

²² Discussão realizada no Grupo de Estudos da Profa. Dra. Odette Seabra, na FFLCH, USP (28/11/05), com base em Harvey (2004).

²³ Harvey (2004: 305).

que precisam comprar a força de trabalho. Um para movimentar e por em funcionamento a sua vida e o outro para movimentar os seus meios de produção, acumular capital e garantir e ampliar os seus meios de produção e a sua própria vida. De alguma forma estamos inseridos, no entanto usamos também o termo (re)inserção, porque mesmo no Brasil, o migrante está inserido, mesmo que não plenamente ou adequadamente naquilo que se entende como condição satisfatória de inserção, ou como aquilo que é proposto ou intimado como plena inserção sempre ilimitada no modo de produção capitalista. Podemos dizer então, que está ocorrendo uma (re)inserção dos brasileiros no espaço japonês.

Assim, se existe um fluxo de brasileiros para o Japão, lá está ocorrendo uma inserção. Quando o migrante volta ao Brasil, pode-se ter de alguma forma uma nova (re)inserção, contudo, ao verificar-se que no Brasil ela não se realiza por completo, pode ocorrer novamente uma outra busca pela (re)inserção no Japão. Esse movimento, uma vez instalado e dadas as condições para se realizar, pode permanecer por muito tempo, tanto no movimento concreto do migrante nos espaços ou no imaginário da migração.

Muitos, após a experiência migratória, definem o Brasil como lugar para permanecer de fato, re-lembrando a vida que tiveram no Japão para o bem ou para o mal; outros ficam em “trânsito” entre os dois espaços, não definindo nem um, nem outro lugar para ficar; alguns por sua vez decidem adotar o Japão, mantendo, todavia, uma memória do lugar de origem, não faltando aqueles que aspiram a um terceiro lugar que contenha um pouco dos dois, ou que seja o oposto dos dois. A (re)inserção, na verdade, é que define o movimento ou a permanência do migrante no lugar e no território, ou seja, a própria migração abarca tanto o movimento, a permanência no movimento e a permanência após o movimento.

Haesbaert (2004) nos alerta que o capitalismo volátil tende a todo o momento a destruir nossas referências territoriais e a comprovar a nossa falta de liberdade. Estamos destinados à “obrigação” constante do movimento, da mobilidade ou mesmo à mudança. Em sentido mais amplo, estamos subordinados, sobretudo, à dinâmica do consumo e corremos o risco de perder todos os nossos referenciais, ficando inteiramente desprovidos de territórios. Para nós o movimento também pode representar o não movimento, principalmente quando ele se resume apenas à manutenção da (re)inserção.

Todavia a (re)inserção adequada do ponto de vista do capitalismo é aquela que garante a possibilidade de movimento dentro do território, entre os territórios, na sociedade

propriamente, e porque não dizer no mundo, e isto pode ser entendido como liberdade ou falsa liberdade. A possibilidade de transitar pelos países e pelo mundo, mesmo nessas condições de atenuação dos referenciais se apresenta para alguns migrantes como um sentimento de desprendimento de qualquer território. É um sentimento errante e de descomprometimento com o lugar. Para outros, no entanto, o sentimento de pertencimento a um lugar se reforça diante da ausência do lugar.

“Quero morar em definitivo no Brasil, pelo menos morrer lá eu quero, eu quero morar no Brasil, não troco o meu país por nada, nem se eu ficasse aqui e ganhasse muito dinheiro, não, eu estou chegando no meu limite, a questão não é mais o dinheiro, eu tenho filhos, já está tudo lá, cada ano que passa uma parte da minha vida vai para lá, agora aqui, no Japão, só está o meu corpo, só espero que o meu corpo vá para lá também, pois meus pensamentos, minha cabeça, minhas atitudes já estão lá...” (Marcelo, 40 anos, 2005).

Marcelo, já há quinze anos no Japão, não vê a hora de ir embora de vez para o Brasil, afirma que não consegue se adaptar no Japão. No Brasil exerceu, como última função, a gerência de banco, foi para o Japão em 1989, dizendo que via nesse movimento uma nova oportunidade para a sua vida. A questão é que Marcelo nesses quinze anos de Japão, já esteve no Brasil, chegando inclusive a montar uma empresa-transportadora, que segundo ele não se viabilizou devido à queda do dólar. No Japão atualmente trabalha em empreiteira, principalmente na condição de tradutor, dando assistência aos brasileiros.

Para Agneta, 57 anos, casada com Tadeu, 54 anos, com um filho no Japão, Elias, de 27 anos, e outro no Brasil, o motivo principal de estar no Japão é que a sua atividade comercial na cidade de Peruíbe, São Paulo, não estava indo bem. *“Nós viemos porque na nossa idade não tem atividade nenhuma no Brasil. Nos montamos comércio, lá no Brasil não tem como, não corre dinheiro, então quem coloca dinheiro na diversão não ganha dinheiro. Por isso que nos vendemos tudo e viemos para cá. Por pouco tempo, a gente sempre vem por pouco tempo. Até a aposentadoria do meu marido. E a aposentadoria dele que a gente paga é alta, ele quer fazer a máxima com dez salários. Então por isso estamos aqui”* (Agneta, 2005).

Agneta e Tadeu já estão há aproximadamente sete anos nesse “vai e vem” entre o Brasil e o Japão. *“A verdade é que ninguém gosta de ficar aqui eternamente, mas quantas vezes for preciso vir, a gente vem com alegria, com certeza, a gente pede a Deus para que*

não se feche essa porta” (Agneta, 2005). “É uma janela para nós” (Tadeu, 2005). “É uma porta bem grande que precisa ficar sempre aberta para que possamos passar a hora que a gente quiser...” (Agneta, 2005).

César, de 35 anos de idade, chegou no Japão em setembro de 1994 e nunca voltou para o Brasil. Está a nove anos morando na cidade de Hamamatsu, uma das cidades com maior presença de brasileiros, catorze mil, segundo ele. César começou a trabalhar em fábricas, e agora exerce a função de jornalista em um dos jornais mais importantes que circula no Japão, voltado para o público brasileiro. Para César, que participou inclusive dos projetos iniciais de confecção de um dos primeiros jornais brasileiro no Japão, muitos brasileiros sentem a sua vida como uma fase transitória, ele, no entanto, afirma que está satisfeito com a sua profissão e não pretende voltar para o Brasil.

César é um caso de dekasegui, ainda minoria, que conseguiu transcender a condição de trabalhador de fábrica contratado por empreiteira. *“Eu não tenho intenção de voltar para o Brasil, pelo menos por enquanto, mesmo porque eu tenho um pouco de receio de como está o mercado de trabalho lá, e eu prefiro morar aqui no Japão, por causa de tudo isto que eu já falei, por causa da segurança e porque aqui eu estou podendo trabalhar na minha área” (César, 2005).*

“... Eu sinto que as pessoas daqui se sentem assim, como se elas estivessem em uma fase transitória de suas vidas, como se aqui fosse uma fase passageira, e a vida delas estivesse lá no Brasil, então muitas pessoas só querem saber de trabalhar, só querem saber de juntar dinheiro, mas elas não dão conta de que elas estão gastando uma parte de suas vidas aqui no Japão, as pessoas não vão conseguir todo esse tempo de volta, não vão ter esse tempo de volta, mesmo voltando para o Brasil, isso de maneira geral, por outro lado, já tem muita gente comprando imóvel próprio no Japão” (César, 2005).

Vagner de 26 anos chegou ao Japão em maio de 1997, e durante todo esse período, voltou cinco vezes para o Brasil. Largou a faculdade e trocou o trabalho em uma empresa prestadora de serviços do Banco Boston, por um retorno financeiro mais rápido e principalmente por um padrão de vida melhor e aparentemente mais seguro, a custo de muito trabalho “braçal”, seja nas fábricas onde trabalhou ou no atual estabelecimento comercial brasileiro, um misto de mini-supermercado, lanchonete e restaurante com comida e produtos brasileiros. Voltar para o Brasil nesse momento não passa por seus planos, uma vez que não vê aqui possibilidades de garantias financeiras e de futuro.

“Na verdade, penso em morar em outro lugar, que não seja nem no Brasil, nem no Japão, não sei, talvez um lugar que misture um pouco de Brasil e um pouco de Japão, um lugar que fique no meio do caminho, perto do Japão e perto do Brasil, mas eu não faço mais planos, vou deixando acontecer, ainda estou novo, eu só não posso achar que para sempre eu vou estar novo, e que eu não posso me preocupar, mas ainda estou em uma fase que dá para levar... Muita coisa que eu preciso no Brasil, para me garantir, eu já tenho, tenho onde ficar lá, alguma coisa, conseguida com o trabalho daqui” (Vagner, 2005).

“Eu faço planos para o futuro, quero estar bem, não só financeiramente, tem gente que trabalha a vida inteira no Brasil, e não tem nada, então como é que se vai planejar o futuro assim, todo mundo espera o melhor. Às vezes, penso que não era para eu estar no Japão, eu tive oportunidades de morar em outros lugares, e não fui, eu vim aqui para ficar seis meses e já estou há oito anos aproximadamente, então eu já cheguei à conclusão que nem sempre planejar o futuro é bom, então não faço planos, até tenho planos de voltar ao Brasil, mas eu não tenho a menor pressa, por enquanto está bom aqui, está perto de outros lugares, vou, conheço e aprendo em outros lugares...” (Vagner, 2005).

1.3. Em busca da (re)inserção como garantia de reprodução da vida

De acordo com Santos (1982, 2004: 23) “o mundo como espaço se torna o espaço global do capital”. As grandes empresas e instituições financeiras, por via de uma planificação do território pelo aparelho de Estado, imprimem a força do período e impõe em toda parte uma forma de vida mundial. Para esse mesmo autor “as empresas transnacionais, instrumentos de concentração e acumulação, respondem a um duplo objetivo: utilizar a mão-de-obra barata dos países subdesenvolvidos para produzir a baixo custo produtos de exportação, e elevar as taxas de lucros... Esses dois objetivos não poderiam ser atingidos sem uma mundialização da produção e do consumo, das trocas e do mercado, do capital sob todas as suas formas e do trabalho. O próprio Estado torna-se internacionalizado, não apenas por suas funções externas, mas também por suas funções internas, como a de assegurar as condições do crescimento em nível mundial” (Santos, 1982, 2004, p. 16-17).

É principalmente na base das empresas japonesas que se encontra hoje o imigrante legal e ilegal. Além das filiais dessas empresas, implantadas em territórios de países

periféricos que utilizam a mão-de-obra barata, há também a utilização dessa mão-de-obra via migração internacional. É fato que em países como nos Estados Unidos a mão-de-obra migrante é absorvida muito mais pelos serviços secundários, como limpeza, construção civil, restaurantes, etc. que indiretamente dão sustentação à franja das grandes empresas que praticamente comandam a vida do território ou da sociedade norte-americana. Ocupam esses serviços, por exemplo, os imigrantes latino-americanos que lavam os pratos ou fazem a faxina das residências dos pequenos, médios ou grandes executivos norte-americanos.²⁴

Por sua vez, Haesbaert (2004:320-321) coloca que *“a crise financeira e comercial em muitos países ou regiões do chamado Terceiro Mundo, como nas áreas pobres dos Estados de desindustrialização... da América Latina e na maior parte da África, tornou uma massa da população dependente de organizações internacionais de auxílio, transformando-se em casos de assistência social em escala planetária. Droga, máfia, fundamentalismo e nacionalismo representam outros modos pós-catastróficos de reinserção no contexto modernizado”*.

Como já dissemos, a migração internacional representa também neste fim de século e início de século, muito mais uma oportunidade de reinserção no contexto modernizado, seja a (re)inserção no país de destino propriamente, ou o imaginário de que, (re)inserindo-se no lugar de destino, podem transplantar os recursos financeiros adquiridos para o país de origem, e com isso garantir a sua re-inserção futura no lugar de origem. Adquirir imóveis na terra natal é para muitos desses migrantes, a realização de um projeto, a materialização e a possibilidade de garantia de re-inserção na sociedade de origem, que pode se completar com o trabalho, a presença da família e o acesso aos bens e serviços do lugar.

Se não ocorre a conquista ou a manutenção do imóvel, se o trabalho não satisfaz em termos salariais, se a família é desconsiderada, desmanchada, transplantada para o lugar de destino ou re-criada no lugar de destino e se os bens e serviços não são acessíveis, o lugar de origem pode ser descartado pelo migrante, que por sua vez está sendo descartado pelo próprio lugar, nesse sentido ocorre a volta para o lugar de destino, onde a re-inserção à vida moderna é possível e se faz com mais força, principalmente no que se refere à acessibilidade ao consumo ou ao próprio território em si, mesmo sendo ele um migrante. No Japão o dekasegui, de maneira geral, tem condições de pagar o aluguel do seu apartamento, pode ter um ou dois automóveis, tem dinheiro para pagar suas contas de luz,

---

²⁴ Reis e Sales (1999), Meihy (2004) e Sotero (2006).

água, telefone, tem acesso aos meios de transportes, etc. mesmo enquanto um estrangeiro e estando em condições intensas e precárias de trabalho.

“Eu cheguei em maio de 1997, oito anos, esse mês completa oito anos nessa vida. Já voltei para o Brasil, cinco vezes, tirei uma passagem de vinte dias a primeira vez, depois três meses, o tempo mais longo que eu fiquei no Brasil foi de um ano e dois meses, entre idas e vindas, não completam oito anos no Japão direto. Quando estou muito cansado e estressado eu pego o avião e vou para o Brasil, o Brasil é o lugar certo, então você pega o avião aliviado, passou o estresse, você não agüenta ficar lá, o bom daqui, é que a gente pode parar em um lugar legal para tomar café, e nem precisa perguntar o preço, e no Brasil não, você não tem condições de levar um padrão de vida desses...” (Vagner, 26 anos, 2005).

“No Brasil você só sonha de poder fazer, para a maioria das pessoas é assim, você quer ter um carro melhor, tem que economizar, aqui não, aqui você faz e acontece, você não entra em depressão aqui por não conseguir aquilo que você quer, você não entra em depressão pelo lado material, você entra em depressão pelo lado pessoal, da família, de relacionamento, mas quando você está no Brasil, você não pode pegar o avião à hora que você quer e vir para cá, se você está aqui e se enjoa, você tem dinheiro, pode pegar o avião, vai e volta, está precisando, você vai e compra” (Vagner, 2005).

“No Japão você pode mobiliar seu apartamento, pode alugar um apartamento completo, com televisão, cortina, som... no Brasil você passa anos reformando uma sala, a família inteira precisa economizar para trocar um carro, muitas vezes não consegue nem pegar um novo, aqui você trabalha dois, três meses já compra um carro novo. Então olha o seu padrão de vida. Para quem tem filhos aqui, o que é que vai pensar, meu filhos lá em uma cidade perigosa, passando necessidade, onde não tem futuro, ou aqui que ele vai viajar, que ele pode estudar inglês e ir para os Estados Unidos, volta, pode não guardar dinheiro aqui, mas ele tem, então você pensa muito, de abrir mão de tudo isto e voltar para o Brasil. Eu comprei meu apartamento lá, tenho meu carro... Os meus amigos ficaram aqui, e você volta para lá e tem que manter tudo isto, pode até conseguir manter, mas não vai ter a mesma oportunidade de vida que você tem aqui” (Vagner, 2005).

Por outro lado, uma outra parte dos dekassegus, após a experiência migratória também pautada em longa dedicação ao trabalho e sob a égide da rígida disciplina japonesa, após conseguir adquirir um ou mais imóvel no Brasil e arrumar trabalho com

uma remuneração razoavelmente satisfatória, que permita pelo menos um mínimo de acesso aos bens e serviços, acaba por se fixar novamente no território brasileiro. Este grupo de dekassegus mais determinados a voltar a se re-inserir no seu lugar de origem, acaba por privilegiar mais a poupança, e por vezes, se dá por satisfeito com a sua re-inserção no Brasil. Todavia a possibilidade de volta ao Japão ainda permanece, mesmo que secretamente, nesses “ex-dekassegus”, podendo vir à tona, em momentos de ruptura e fragilidade dessa re-inserção.

Bomtempo (2003) verificou também que uma parcela dos que retornaram para o Brasil se re-inseriram novamente no mercado de trabalho, fizeram aplicações financeiras em imóveis, alegando, porém, sentirem falta do salário recebido no Japão, uma vez que os salários e investimentos são bem inferiores no Brasil. Estes, no entanto, afirmam que preferem ficar no Brasil, o melhor lugar para viver, o lugar onde nasceram. Existem também aqueles que não conseguem ficar mais que três meses em território japonês, tamanho é o trauma da experiência migratória. Para eles, a re-inserção pouco importa diante da convicção de que seu lugar, apesar de todos os problemas, é mesmo o Brasil.

Este é o caso de Selma, de 42 anos, casada com Isaías de 60 anos, com uma filha no Japão, Tatiana, 22 anos, e dois filhos no Brasil. Isaías e Tatiana, pai e filha vieram na frente para o Japão, ele com o objetivo de ganhar dinheiro e pagar suas dívidas no Brasil, e com isso recuperar a sua honra e sua dignidade, principalmente perante a sua família. Tatiana, insatisfeita com o trabalho limitado de escriturária no Brasil, foi para o Japão com o objetivo de melhorar sua vida e comprar um apartamento.

Há menos de três meses no Japão, Selma, no entanto, nos deu um relato emocionado, após ter tido uma experiência traumática nas fábricas japonesas onde trabalhou. No momento da entrevista, ela nos informou que havia sido dispensada do serviço (estava de *yassumi*) e que já estava vendo passagens para voltar ao Brasil. *“Eu vou embora, e nem que eu arrume trabalho de empregada doméstica, faxineira, ou acompanhante de doente, qualquer coisa, que ganhe quinhentos reais, ou um salário mínimo, qualquer coisa, mas eu fico no Brasil, eu não fico aqui, são idéias, maneiras de pensar de cada um”* (Selma, 2005).

Segundo relatos dos dekassegus, estar de *yassumi*, é como estar dispensado provisoriamente do serviço sem remuneração ou qualquer garantia de direitos. *“Yassumi é folga sem ganhar, você não vai trabalhar, vai ficar esperando eu ligar, foi isso que me*

falaram...”. (Selma, 42 anos, 2005) Esses dekasseguis ficam esperando um contato via telefone pela empreiteira, que informa se houve a retomada do aumento da produção, para voltarem a trabalhar. É uma forma precária de condição de trabalho, o trabalhador fica disponível e dispensável, ou seja, totalmente a mercê da produção.

Na maior parte das vezes os dekasseguis não se dão conta de que estão submetidos à exploração do trabalho e em uma posição precária de trabalho. Este fator se agrava ainda mais por não saberem ler, escrever e falar o japonês, ficando impossibilitados de negociar, se defender ou entender as condições postas de trabalho. Outros por sua vez até compreendem que estão em uma situação submissa ao sistema, porém este entendimento é fragmentado, e dificilmente se concretiza em uma mobilização coletiva de contestação a ele.

Faz parte da lógica do sistema capitalista transformar as pessoas em força de trabalho e porque não dizer também, em “força de consumo”. Para se reproduzir o capitalismo necessita não só de trabalhadores, mas de trabalhadores-consumidores. O consumo é um momento do processo produtivo que ganha grande força neste período histórico. Para Santos (2000:46), *“neste mundo globalizado, a competitividade, o consumo, a confusão dos espíritos constituem baluartes do presente estado de coisas. A competitividade comanda nossas formas de ação. O consumo comanda nossas formas de inação. E a confusão dos espíritos impede o nosso entendimento do mundo, do país, do lugar, da sociedade e de cada um de nós mesmos”*.

Diante da necessidade de vender sua força de trabalho para o capital, mas mais do que nunca, de ganhar a quantia de dinheiro suficiente para realizar os seus projetos pessoais, frutos de um projeto maior da modernidade, os migrantes se tornam migrantes, e se submetem à lei do mercado de um outro país, sem questionamentos verdadeiramente emancipatórios. As únicas opções que têm são: ficar ou partir, permanecer ou retornar, decisões e dilemas vividos pelos migrantes.

Gaudemar (1977) em sua análise sobre a mobilidade do trabalho explica que a força de trabalho deve ser livre no capitalismo. Essa liberdade tem dois aspectos caracterizados por ele como liberdade positiva e liberdade negativa. Na primeira a força-de-trabalho é uma mercadoria que pertence, como bem particular, ao trabalhador, que pode dela dispor à sua vontade: os trabalhadores são então considerados como atores da própria liberdade. Na segunda o trabalhador não tem diante de si outra hipótese que não seja vender a sua força

de trabalho para viver, se não vende, morre, ou seja, parece não existir alternativa de inserção senão pela venda da própria força-de-trabalho. A mobilidade e a disponibilidade da força-de-trabalho é um pré-requisito para o capital, sendo uma maneira de recorrer aos estoques de mão-de-obra sobrantes de outras áreas ou territórios já colonizados pelo próprio capital.

Podemos dizer conjuntamente com Santos (1987) que os projetos pessoais dos migrantes e os nossos próprios projetos afloram e se exprimem com um vasto componente de alienação. Isto, infelizmente, é assim para a totalidade da população desprovida e muitas vezes incapaz de uma análise justa, fundamentada e crítica sobre a sua própria condição e sobre a condição da coletividade. Para todos nós que nascemos dentro desse processo e a ele nos incorporamos fica difícil distinguir as aspirações pessoais legítimas e as imposições do sistema econômico, político e cultural. *“Trata-se aqui daquela confusão entre liberdade e dominação, de que fala Marcuse quando se refere às condições de existência no mundo de hoje”* (Santos, 1987, p. 16).

“Psicologicamente, e é só isso que aqui nos preocupa, a diferença entre dominação e liberdade está só se tornando menor. O indivíduo reproduz, em seu nível mais profundo, na sua estrutura de instintos, os valores e os padrões de comportamentos que servem para manter a dominação, enquanto a dominação se torna cada vez menos autônoma, menos pessoal, mais objetiva e mais universal. O que hoje domina é o aparelho econômico, político e cultural, que se tornou uma unidade indivisível construída pelo trabalho social” (Marcuse, 1970, p.03).

A competitividade, outra característica do período atual apontada por Santos (2000), que é gerada pelos mercados, instala-se entre os territórios e se estende entre as pessoas, ou aos indivíduos como querem os mais céticos. Este fato é constatado e ressaltado pelos próprios brasileiros no Japão. No mercado de trabalho japonês essa competitividade é acirrada entre os brasileiros. Alguns dekassegus que detêm o domínio da língua, usam-na como instrumento de competição sobre os outros dekassegus. Como os trabalhadores japoneses possuem uma certa estabilidade de emprego, quando a produção diminui os brasileiros são os primeiros a serem mandados embora, porém nem todos são demitidos, uma parte às vezes é retida, os escolhidos geralmente são aqueles que sabem falar o japonês, trabalham mais, se submetem mais à disciplina do trabalho e da cultura japonesa.

Como os brasileiros estão no Japão com o objetivo de ganhar dinheiro, acaba sendo importante mostrar para os chefes japoneses o seu diferencial em termos de eficiência e de certa forma de esperteza sobre os demais conterrâneos. Apesar dessa regra de comportamento competitivo ser marcante no cotidiano da fábrica, a solidariedade nesse meio ainda pode ser encontrada, há sempre um ou outro brasileiro com mais experiência de Japão disposto a ajudar os menos inexperientes. Mas a lógica preponderante é a da competitividade. Este raciocínio também pode ser elaborado para a Universidade e outros espaços.

Para Virgínia, de 27 anos, casada com Pedrinho, de 48 anos, há cinco anos no Japão, *“os brasileiros aqui não têm união... nós viemos para cá imaginando que nos estávamos no céu porque a província de Aichi é o lugar que mais tem brasileiro... só que quando você entra no meio deles, você imagina assim, nossa, estamos com os brasileiros, estamos no meio de amigos...”* (Virgínia, 2005). *“Ah! Estou em casa...”* (Agneta, 57 anos, 2005) *“Ah! Estou feliz! Mas se você fica no meio deles, quando você menos espera, eles puxam o seu tapete, porque aqui é muito difícil ter amizade sincera, aqui é uma disputa atrás da outra...”* (Virgínia, 2005).

“Eles (os brasileiros) têm medo de perder a sua vaga...” (Tadeu, 54 anos, 2005) *“... Nos somos todos iguais aqui, e para os japoneses os brasileiros não fazem diferença nenhuma... Só que entre nos o povo brasileiro há uma rivalidade”* (Virgínia, 2005). *“O que vale aqui é trabalhar”* (Elias, 27 anos, 2005). *“Só interessa se você se desdobrar e trabalhar...”* (Agneta, 2005). *“Para você fazer a sua diferença, eu estou fazendo a diferença, no geral, nos fazemos a diferença estudando a língua japonesa e se interessando pela cultura deles...”* (Virgínia, 2005).

Como os brasileiros têm a sua situação regularizada no Japão, por serem filhos e netos de descendentes de japoneses, ou cônjuges destes, desde a revisão da lei de imigração japonesa ocorrida em 1990, não há grande preocupação ou interesse por mobilizações reivindicatórias, uma vez que eles têm parcialmente o seu reconhecimento pelo território japonês, o que lhes permite ingressar no mercado de trabalho e com isto usufruir da sociedade japonesa mesmo sendo considerados estrangeiros. São estrangeiros inseridos no sistema produtivo tendo, inclusive, acesso aos equipamentos e serviços japoneses, sejam eles públicos ou privados, evidentemente não nas mesmas condições que o cidadão japonês.

Esta situação dos migrantes descendentes de japoneses no Japão, os diferencia dos outros migrantes no próprio território japonês ou de grande parte dos migrantes latino-americanos que vivem nos Estados Unidos, por exemplo, os que estão na condição de clandestinos. Por serem clandestinos encontram mais dificuldades de inserção no sistema produtivo e na própria sociedade em si, no que se refere ao acesso à saúde, à comunicação, a permanência e à circulação no território ou nos territórios.

Recentemente pudemos acompanhar pela mídia a grande mobilização realizada por todos os migrantes que vivem nos Estados Unidos, exigindo principalmente a sua “legalização”. A mobilização que ocorreu no dia primeiro de maio, dia do trabalho, é um pedido de reconhecimento de sua existência, não só do ponto de vista do capital, que os reconhece enquanto trabalhadores e consumidores, mas também de um ponto de vista do território, ou seja, de uma nação capitalista norte-americana, que deles necessita para o seu funcionamento.

“Os 450 mil assinantes do Boston Globe podem ficar sem jornal no dia 1º de maio. É que os cinco mil entregadores, imigrantes brasileiros ilegais em sua maioria, ameaçam aderir ao Dia Sem Imigrantes, um boicote nacional que as organizações representativas dos cerca de doze milhões de estrangeiros indocumentados que vivem nos Estados Unidos articulam para o Dia do Trabalho (comemorado em outra data nos Estados Unidos). Eles querem comprovar, com a sua ausência, quão são úteis e indispensáveis para o país”. (Sotero, O Estado de São Paulo, 23/04/06).

Ao pensarmos com Haesbaert (2004), podemos afirmar que o aumento da miséria e da precarização de uma massa de pessoas é fruto do abandono e da desconsideração de parte da população mundial pelos circuitos de produção global. A impossibilidade de inserção na sociedade capitalista seja em relação ao consumo, ao trabalho, à própria cidadania ou mesmo à expressão cultural, ou a todos eles ao mesmo tempo, impulsiona uma movimentação dessa população “supérflua” em circuitos migratórios. O deslocamento dessa massa de pessoas sobrando para países centrais do capitalismo provoca reações autoritárias e segregadoras do território, que são materializadas pelo fortalecimento dos controles fronteiriços e pela proliferação de atitudes discriminatórias, xenófobas e neonacionalistas.

Levando em consideração a discussão de Haesbaert (2004) sobre territorialização e desterritorialização na geografia, é como se a crescente desterritorialização posta aqui

como sinônimo de exclusão ou inserção precária no território gerasse novos aglomerados de pessoas descartáveis e disponíveis, e o contraponto disto seria uma territorialização dessas pessoas em outros espaços ou territórios também de forma excludente ou incompleta, mais ainda sim, melhor do que a do seu território de origem. O comando ou o controle desse movimento é feito principalmente pelos grupos que se sentem “ameaçados” pela massa de excluídos ou insatisfeitos, provenientes dos espaços ou países periféricos, dos quais são também, em grande medida, responsáveis.

Para Haesbaert (2004: 326) *“provavelmente, hoje as situações mais dramáticas e preocupantes são aquelas que se relacionam à mobilidade, os movimentos de massa, ou seja, referidos a um grande volume de pessoas, como os refugiados miseráveis dos países mais pobres. Controlar esta movimentação muitas vezes completamente imprevisível torna-se cada vez mais um dilema central para muitos países”*.

Contudo de acordo com Patarra (2005) os pobres latino-americanos circulam de maneira geral na América Latina, enquanto que uma classe média empobrecida ou precarizada, esta sim, se movimenta muito mais em direção ao primeiro mundo. Os pobres e os miseráveis quando não estão presos ao lugar, efetivam na maioria das vezes uma migração regional, que pode englobar um deslocamento, campo-cidade, cidade-cidade, estado-estado ou países de extensão contínua, ou seja, países vizinhos, com fronteiras contíguas.

No entanto, o acesso às redes de negócios de pessoas para os países centrais também pode e é acessada pelos pobres, que estando na ilegalidade ou “marginalidade” ficam ainda mais a mercê dos atravessadores, sendo alvos mais fáceis da militarização das fronteiras e da caça aos imigrantes clandestinos. De todos os modos os fluxos para os países centrais do capitalismo, de longo percurso, são realizados por aqueles que contêm um mínimo de condições e instruções para tal, inclusive para acessar as redes de negócios da migração internacional.

Patarra (2005) afirma que a migração internacional se tornou um negócio lucrativo. Ela vê a migração como um negócio do atravessador. “Há inclusive redes sociais estabelecidas em lugares específicos”.²⁵ Tem-se a formação de um comércio de gente humana entre países, que ocorre de maneira nem sempre visível. No caso dos brasileiros

---

²⁵ Discussão realizada por Neide Patarra no Simpósio Internacional de Migrações: O Brasil no fluxo das migrações internacionais, na Pontifícia Universidade Católica, PUC, São Paulo, 15 de setembro de 2005.

para o Japão, o aliciamento para os trabalhos é regularizado, principalmente como garantia de controle para o governo japonês, porém carece de um acompanhamento tanto das autoridades brasileiras quanto das autoridades japonesas, sobre o que de fato acontece e ocorre nessa intermediação ou nesse negócio da migração.

No caso do fluxo de brasileiros para os Estados Unidos, o comércio se complica mais ainda, porque praticamente não há uma forma de acompanhamento sobre como se dá esse recrutamento e envio de pessoas. Há apenas o controle repressivo executado pelas autoridades norte-americanas sobre os migrantes que tentam atravessar a fronteira México - Estados Unidos. Cidades do estado de Santa Catarina, como Criciúma, do estado de Minas Gerais, como Governador Valadares, pioneira neste processo, Teófilo Otoni, etc., e mais recentemente municípios do estado de Goiás, estão inseridas na rede de negócios da migração internacional Brasil - Estados Unidos.²⁶

De acordo com Rossini (1997) os imigrantes japoneses que vieram para o Brasil tinham por meta conquistar o eldorado e retornar ao Japão após cinco a dez anos. Empenharam-se bastante e, através do trabalho árduo e da disciplina, conseguiram superar grande parte das suas dificuldades. No início muitos morreram afetados por doenças tropicais e condições de vida e de trabalho insalubres. A grande maioria não retornou ao Japão após o período programado. A maioria viveu ou vive com uma certa dignidade no Brasil. Seus filhos tiveram e têm acesso à educação. Muitos são universitários, médicos, engenheiros, dentistas, professores, etc.

Esses imigrantes e seus descendentes de alguma forma conseguiram se integrar à sociedade brasileira, adquirindo inclusive propriedades rurais e/ou urbanas. Contudo, desde meados de 1980 até os dias de hoje, seus filhos e netos, levados por problemas e situações semelhantes em algum sentido com os dos seus antepassados, percorrem o caminho inverso em busca do eldorado.²⁷ Um eldorado marcado pelo auge da modernidade, que propõe um modo de vida, um modo de viver e existir, ainda acessível pelo trabalho, desde que, com boa remuneração. É, portanto, no Japão, que parte desses filhos e netos de imigrantes japoneses, agora brasileiros, estão buscando os meios para garantir a reprodução das suas vidas no sistema capitalista.

---

²⁶ “Algumas estimativas do número de brasileiros nos Estados Unidos chegam à casa de um milhão de *brasucas*” (Sotero, 2006, p. C3). Para este assunto, brasileiros nos Estados Unidos, ver Sales (1999), Reis e Sales (1999).

²⁷ Rossini (1997).

CAPÍTULO 2

ESPAÇO E CONSUMO: O TERRITÓRIO E O MUNDO DO TRABALHO

“Pensar não é sair da caverna nem substituir a incerteza das sombras pelos contornos nítidos das próprias coisas, a claridade vacilante de uma chama pela luz do verdadeiro sol. É entrar no labirinto, mais exatamente fazer ser e aparecer um labirinto... É perder-se em galerias que só existem porque as cavamos incansavelmente, girar no fundo de um beco cujo acesso se fechou atrás de nossos passos, até que essa rotação, inexplicavelmente, abra na parede brechas por onde se pode passar” (Cornelius Castoriadis p. 06, 1978).

É imprescindível neste momento considerar o espaço geográfico como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações²⁸, pois *“a riqueza da geografia como província do saber reside, justamente, no fato de que podemos pensar, a um só tempo, os objetos (a materialidade) e as ações (a sociedade) e os mútuos condicionamentos entretecidos com o movimento da história”* (Santos et al, 2000, p. 03).

O espaço geográfico também pode ser visto como sinônimo de espaço banal: *“A compreensão do espaço geográfico como sinônimo de espaço banal obriga-nos a levar em conta todos os elementos e a perceber a inter-relação entre os fenômenos”* (Santos et al, 2000, p. 02). O espaço banal é o espaço de todos os seres humanos, de todas as instituições, de todas as empresas e de todo o ser humano. É o espaço de todas as dimensões do acontecer e de todas as determinações da totalidade social, que incorpora o movimento do todo, permitindo-nos enfrentar a tarefa da análise de forma mais completa, buscando a totalidade dos eventos.²⁹

Sobre a questão do consumo é importante dizer que: o consumo é um processo através do qual um valor de uso é gasto, é destruído, para satisfazer uma necessidade qualquer. Segundo Marx (1974) a produção é também imediatamente consumo. Consumo duplo, subjetivo e objetivo. Primeiro: o indivíduo, que ao produzir desenvolve suas faculdades, também as gasta, as consome, no ato da produção, exatamente como a reprodução natural é um consumo de forças vitais. Segundo: produzir é consumir os meios de produção utilizados, e gastos... Também se consome a matéria-prima, a qual não

---

²⁸ Santos (1999).

²⁹ *“... Espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço. Trata-se do espaço de todos os homens, não importa suas diferenças; o espaço de todas as instituições, não importa a sua força; o espaço de todas as empresas, não importa o seu poder. Esse espaço de todas as dimensões do acontecer, de todas as determinações da totalidade social. É uma visão que incorpora o movimento do todo, permitindo enfrentar a tarefa da análise”* (Santos et al, 2000, p. 03).

conserva sua figura e constituição naturais, esta ao contrário é consumida. O próprio ato de produção é, pois, em todos os seus momentos, também ato de consumo. A produção é imediatamente idêntica ao consumo, o consumo coincide imediatamente com a produção, a isto se chama de consumo produtivo.

O consumo propriamente dito é também produção. Na alimentação, uma forma de consumo, o homem produz seu próprio corpo, mas isto é igualmente válido para qualquer tipo de consumo, que, de um modo ou de outro, produza o homem. Esta é a produção consumidora. Esta produção idêntica ao consumo é uma segunda produção nascida do aniquilamento do produto da primeira. Na primeira o produtor se coisifica, na segunda, é a coisa criada por ele que se personifica. Assim, pois, esta produção consumidora, mesmo sendo uma unidade imediata da produção e do consumo, difere essencialmente da produção propriamente dita (Marx, 1974).

“A produção é, pois, imediatamente consumo; o consumo é, imediatamente, produção... Mas, ao mesmo tempo, opera-se um movimento mediador entre ambos. A produção é mediadora do consumo, cujos materiais cria e sem os quais não teria objeto. Mas o consumo é também mediador da produção ao criar para os produtos o sujeito, para qual são produtos... Sem produção não há consumo, mas sem consumo tampouco há produção” (Marx, 1974, p. 115).

“O consumo produz de uma dupla maneira a produção: Primeiro porque o produto se torna produto efetivo senão no consumo... Ao dissolver o produto, o consumo lhe dá seu retoque final, pois o produto não é apenas a produção enquanto atividade coisificada, mas também enquanto objeto para o sujeito em atividade... Segundo porque o consumo cria a necessidade de uma nova produção, ou seja, o fundamento ideal, que move internamente a produção, e que é sua pressuposição” (Marx, 1974, p. 115).

É por isto que precisamos entender o movimento de kassegui dentro da lógica da totalidade da produção. O de kassegui é um sujeitado desta lógica. Desde o ato de migrar, até a produção na fábrica e o consumo dos produtos no espaço fora da fábrica. A produção do espaço engloba a realização do consumo no espaço. Com a mundialização do capital, a produção pode-se realizar no território japonês, e o consumo pode-se dar no território brasileiro. De todos os modos, a produção e o consumo envolvem por completo o de kassegui no território japonês. A ideologia da produção e do consumo é inerente ao processo de modernização materializado em ambos os territórios, Brasil e Japão, cada qual

com suas particularidades históricas, que permitem explicar tanto a imigração japonesa quanto o movimento de kassegui.

Não podemos considerar em nossas análises apenas a produção por si só, uma vez que é o consumo que cria o impulso da produção, cria também o objeto que atua na produção como determinante da finalidade. Se for claro que a produção oferece o objeto do consumo em sua forma exterior, não é menos claro que o consumo põe idealmente o objeto da produção, como imagem interior, como necessidade, como impulso e como fim. O consumo cria os objetos da produção de uma forma ainda mais subjetiva. Sem necessidade não há produção. Mas o consumo reproduz e amplia a necessidade.³⁰

Marx nos explica também que a produção não produz, pois unicamente o objeto do consumo, mas também o modo de consumo, ou seja, não só objetiva, como subjetivamente. Logo, a produção cria o consumidor. A produção engendra o consumo, primeiro fornecendo o material, o objeto, segundo determinando o modo de consumo, terceiro gerando no consumidor a necessidade dos produtos, que, de início, foram postos por ela como objeto. Produz, pois o objeto do consumo, o impulso do consumo. “... *O indivíduo produz um objeto e, ao consumi-lo, retorna a si mesmo, mas como indivíduo produtor e que se reproduz a si mesmo. Deste modo, o consumo aparece como um momento da produção*” (Marx, 1974, p 117).

Em seus estudos Pintaudi (1981) também coloca que o consumo é um momento do processo produtivo, conjuntamente com a produção, a troca de mercadorias e a distribuição. Estes diferentes momentos da produção têm sua articulação, dimensão e/ou expressão material concretizados num dado lugar historicamente construído. Entendemos o consumo também como etapa do processo produtivo, e interessa-nos especificamente esse momento da produção materializado e realizado no espaço geográfico influenciando o movimento de kassegui.

Para Harvey (1990), o capitalismo prepara o caminho para considerar a produção de novos consumos como um aspecto necessário da acumulação de capital. Esta produção de consumo pode ser atingida de diversas formas: em primeiro lugar, ampliação quantitativa do consumo existente; em segundo lugar, criação de novas necessidades, mediante a extensão das necessidades já existentes em um círculo mais amplo; em terceiro lugar, criação de novas necessidades. Castoriadis (1982: 103), por sua vez, afirma que “o

---

³⁰ Marx (1974).

capitalismo promove a fabricação sintética de novas necessidades, a manipulação dos consumidores, o desenvolvimento de uma mentalidade de status e de posição social, ligados ao consumo e à aquisição de bens materiais”.

Há que se levar em consideração, no entanto, à questão da distribuição dos indivíduos na sociedade³¹ e a participação no consumo diferenciada dos proprietários dos meios de produção e dos não proprietários dos meios de produção. Para nós, interessa-nos principalmente, esses últimos, os trabalhadores, ou seja, categoria ao qual se encontram a maioria dos dekasseguis. Trabalhadores que participam do consumo produtivo (como força motora do capital, pertencente ao capitalista) e do consumo individual, o que se torna possível através da venda da força de trabalho (recebida em forma de salário)³², não no Brasil, mas sim no Japão.

2.1. A questão do trabalho e do consumo no capitalismo

As respostas encontradas em entrevistas realizadas sobre o porquê esses brasileiros migram para o Japão e lá permanecem, com freqüência, mencionam muito a possibilidade de ganhar mais dinheiro e, com isso, montar seu próprio negócio, comprar ou construir uma casa, ou adquirir mais imóveis, comprar um carro, etc. Mas o que também chama atenção são as respostas dadas, de que, trabalhando no Japão, podem, sempre que querem, ir aos shoppings centers, aos parques de diversões, aos restaurantes, às danceterias, aos bares, ao *patinko* (jogos eletrônicos); podem comprar automóveis, eletro-eletrônicos, celular, DVD, aparelho de CD, computador, videogame, CDs, roupas, etc., além de poderem conhecer outros lugares e países.

Para Vagner de 26 anos (2005), *“no Japão os brasileiros podem ter acesso à tecnologia. Todo o brasileiro que chega no Japão, quando pode, já com o primeiro salário, compra, um computador, um DVD, um MP3, uma câmara digital ou uma filmadora... O brasileiro, na minha opinião, por natureza já é consumista. Eu tenho uma amiga que trabalha em uma loja em Nagoya, que me falou que 43% do faturamento da*

---

³¹ Segundo Marx (1974) entre produção e consumo se coloca a distribuição, que determina, em última instância, a participação dos indivíduos no consumo, ainda que sua articulação se dê na produção. A distribuição dos indivíduos na sociedade, conseqüentemente, leva a uma distribuição de produtos que lhe é correspondente. Salário, lucro e renda são resultados distintos, determinados pela distribuição dos meios de produção e dos indivíduos nas sociedades capitalistas.

³² Pintaui (1981).

loja é realizado por brasileiros. O brasileiro é a mão-de-obra mais cara do Japão, depois dos japoneses,... muitos aqui compram carro, roupas, inclusive de griffes, bolsas, sapatos, eletro-eletrônicos, muitos não economizam, e não têm dinheiro nem para ir embora. Em finais de semana e feriados também temos condições de viajar, passear, possuímos essa liberdade aqui. E com o dinheiro também podemos pegar o avião e ir para o Brasil”.

Aqueles que voltam ao Brasil também realizam algumas compras. No entanto, logo constataam que o padrão de vida alcançado no Japão, por meio de um intenso ritmo de trabalho, dificilmente se mantém aqui. Essa constatação, somada a outros fatores, como a questão da segurança, tem-se colocado como um fato marcante na decisão da volta e da conseqüente permanência do dekasegui no Japão.

“No Japão eu fiz o meu conforto. Fiz do jeito que eu queria o conforto para mim. Montei o meu apartamento. Mobiliei a casa do jeito que eu queria. Gosto muito do conforto que a gente tem lá. Em três ou quatro meses de serviço dá para você comprar um carro. Eu não estava economizando nada, estava vivendo lá, o dinheiro que eu ganho, gastava tudo, não pensava em guardar, me divertia, saía, gastava muito, gastava pouco, não estava preocupado com isso. Eu ia muito em patinko, casa de jogos, a minha esposa gostava de ir para parques, tinha um parque aquático muito bonito lá” (Ezequiel, 27 anos, 2004).

De acordo com Ortigoza e Pintaui (2002), o consumo, como uma das esferas da produção, ao sair da fábrica, passa a subjugar a vida em todos os seus momentos. Podemos dizer que o dekasegui, além de um trabalhador, é também posto na condição de consumidor. Para pensarmos sobre o consumo e o consumidor, faz-se necessário, no entanto, retomarmos algumas considerações a respeito do trabalho e do trabalhador no sistema capitalista.

No capitalismo, a pessoa tem como única alternativa vender a sua força de trabalho ao capitalista, detentor do capital. A força de trabalho, como a mercadoria que uma pessoa possui ou o conjunto de faculdades psíquicas, físicas e intelectuais que existem no seu corpo, na sua personalidade viva, tem que ser posta em movimento para produzir outras mercadorias, para transformar o dinheiro em capital (Gaudemar, 1977). Essa é em princípio a sua possibilidade de sobrevivência ou existência no mundo.

Segundo Marx (1964), podemos dizer que o produto do trabalho do trabalhador não lhe pertence. O trabalhador se relaciona assim com um produto que lhe é estranho. Com

base nesse pressuposto, quanto mais o trabalhador se esgota a si mesmo na produção de mercadorias, tanto mais poderoso se torna o mundo dos objetos, que ele cria perante si, e tanto mais pobre ele fica na sua vida interior. No Japão o dekassegui insere-se no sistema produtivo, torna-se um operário, produtor de mercadorias, assim como os outros trabalhadores, contribuindo para a fabricação do mundo das mercadorias que podemos chamar também de mundo do consumo, do qual ele também faz parte. Se este processo e esta situação empobrecem a vida, isto é ainda um fato questionável.

A questão é que o trabalhador põe a sua vida no objeto, porém, agora ela já não pertence a ele, mas ao objeto. O que se incorporou no objeto do seu trabalho já não é seu. A alienação do trabalhador no seu produto significa não só que o trabalho se transforma em objeto, assume uma existência externa, mas que existe independentemente, fora dele e a ele é estranho, torna-se um poder autônomo, opondo-se a ele. A vida que deu ao objeto se torna uma força hostil e antagônica (Marx, 1964).

O trabalhador nada pode criar sem a natureza, sem o mundo externo sensível. Este é o material onde se realiza o trabalho, onde ele é ativo, a partir do qual e por meio do qual produz coisas. Por conseguinte, quanto mais o trabalhador se apropria pelo trabalho do mundo externo, tanto mais o produto do seu trabalho não lhe pertence (Marx, 1964). O mundo produzido e transformado pelo trabalho, cada vez mais alienado para o trabalhador, povoado de objetos artificiais é o próprio espaço geográfico. Esta passagem de Marx pode nos ajudar a compreender porque o mito do retorno às origens se desmorona quando uma parte dos dekassegui chega ao Japão, nutrindo em seu interior o desejo de encontrar a terra dos seus antepassados. O Japão moderno é em muito o espaço do capital.

A alienação pode, assim, ser vista sob dois aspectos, a relação do trabalhador ao produto do trabalho como um objeto estranho que o domina. Essa relação é ao mesmo tempo a relação ao mundo externo sensível, como um mundo estranho e hostil; e a relação do trabalho ao ato da produção dentro do trabalho, em que tal relação é a relação do trabalhador à própria atividade como alguma coisa estranha, que não lhe pertence, a atividade como passividade ao outro, a própria energia física e mental do trabalhador, a sua vida pessoal como uma atividade dirigida contra ele, independente dele, que não lhe pertence (Marx, 1964).

Segundo Marx (1964), a vida genérica do ser humano, que podemos chamar de vida, se resumiu à vida produtiva, único meio da satisfação de uma necessidade, a de

manter a existência física. O ser humano tem o poder de ação sobre o mundo objetivo, de intuir o seu próprio reflexo num mundo por ele criado. Todavia o trabalho alienado subtrai do ser humano o objeto da sua produção. É por isto que o mundo e a própria vida perdem o real sentido de valor para dar lugar ao valor da economia política.

Para Marx (1964), uma consequência imediata da alienação do ser humano a respeito do produto do seu trabalho, da sua vida, é a alienação do ser humano em relação ao outro ser humano. O que se verifica, então, com a relação do ser humano ao seu trabalho, ao produto do seu trabalho e a si mesmo, verifica-se também com relação aos outros seres humanos, bem como ao trabalho e ao objeto do trabalho dos outros seres humanos. Aqui, por exemplo, podemos entender dentre outras questões, a questão da competitividade exacerbada no mundo moderno muito presente entre os brasileiros no Japão.

“A alienação do homem e, acima de tudo, a relação em que o homem se encontra consigo mesmo, realiza-se e exprime-se primeiramente na relação do homem com os outros homens. Assim, na relação do trabalho alienado, cada homem olha os outros homens, segundo o padrão e a relação em que ele próprio, enquanto trabalhador, se encontra” (Marx, 1964, p. 166).

O trabalhador trabalha para o capitalista, o senhor do trabalho (o senhor do espaço), a ele pertence o produto do seu trabalho. Na relação alienada do trabalho, aparece, portanto, a propriedade privada. A propriedade privada é o produto do trabalho alienado e, por outro, ela é o meio através do qual o trabalho se aliena, ou seja, a própria realização da alienação (Marx, 1964).

Para Marx (1964:169), *“o salário e a propriedade privada são idênticos: de fato, o salário, tal como o produto ou objeto do trabalho, o próprio trabalho remunerado, constitui apenas uma consequência necessária da alienação do trabalho. No sistema de salários, o trabalho aparece, não como fim em si, mas como servo do salário ...”* Marx (1964:169-170), por sua vez, afirma que *“um aumento de salários forçado... não passaria de uma melhor remuneração dos escravos e não restituiria o significado e o valor humanos nem ao trabalhador, nem ao trabalho”*.

Por sua vez é sempre um melhor salário pago ao trabalhador, ou seja, ao dekasegui no Japão, se comparado com o Brasil, que lhe dá a possibilidade de maior participação na sociedade capitalista, no próprio espaço geográfico. *“Da relação do trabalho alienado à*

propriedade privada deduz-se ainda que a emancipação da sociedade, quanto à propriedade privada, à servidão, toma a forma política da emancipação dos trabalhadores; não no sentido de que somente está implicada a emancipação dos últimos, mas porque tal emancipação inclui a emancipação da humanidade enquanto totalidade, uma vez que toda a servidão humana se encontra envolvida na relação do trabalhador à produção...” (Marx, 1964:170).

É interessante considerar também que o consumo entra fortemente no impedimento da emancipação da sociedade. A servidão humana à produção faz-se mais do que nunca necessária num mundo cada vez mais produzido e programado para consumir: o consumo enquanto momento da realização da mercadoria, mas também enquanto modo de vida moderno ou forma de vida; o consumo como recompensa pela sujeição ao trabalho e como existência no espaço.

O modo de vida urbano que atrai pessoas do campo para a cidade é na verdade o modo de vida moderno, que exerce uma forte atração nas pessoas. Um modo de vida globalizado, enquanto ideologia, mas restrito, enquanto existência para todos. De acordo com discussão realizada por Maria Vitória Benevides (2005), na Faculdade de Educação, USP, o modo de vida está relacionado aos valores, aos costumes ou ao conjunto de valores arraigados em uma população.

Na sociedade de consumo como quer Baudrillard (1995), poderíamos falar em valores e costumes do consumo já arraigados na população, uma vez que a sociedade de consumo é também a sociedade de aprendizado do consumo, do condicionamento social do consumo, isto é, um *modo novo* e específico de socialização. Milton Santos (1987), ao fazer uma discussão sobre espaço e consumo, fala-nos das novas formas de vida, fundadas pelo consumo.³³

O espaço moderno move o consumidor a consumir, e por que não dizer que, com isto também acaba influenciando ou mesmo movendo o migrante a migrar. Os consumidores tentam encontrar a sua realização na mercadoria, na contemplação da mercadoria ou no imaginário da mercadoria. Porque a mercadoria é a promessa da felicidade, muitas vezes sinônimo da própria felicidade. Ela desperta e traz a tona

---

³³ “A urbanização fundada no consumo é, também, a matriz de um combate entre a cultura popular que desertava as classes médias para ir se abrigar nos bairros pobres, cultura popular hoje defendida pelos pobres, cuja pobreza impede, afinal sua completa imersão nessas *novas formas de vida*, fundadas pelo mesmo consumo que levou os pobres à cidade ou nesta fez pobres os que ainda não eram” Santos (1987:16).

sentimentos do interior da pessoa. Em pequenas ou grandes doses a necessidade de poder adquirir as mercadorias vai dando sentido a vida diária, sublimando, por sua vez, os impasses e as contradições do dia-a-dia e da nossa própria condição no mundo. Para Henrique (2003), o consumo torna-se um hábito ou um estilo de vida e passa a ser foco das relações capitalistas em todas as esferas da vida, da fábrica à moradia. A partir dessas considerações, podemos nos questionar sobre como o consumo vem atingindo a nós todos e aos diferentes dekassegui, e quem vem sendo mais capturado por ele. Qual o consumo e a influência dele, na vida dos dekassegui? Será ele a proposta de resumo da vida humana? Todos têm o direito ao consumo pleno? Ou ao um consumo digno? Qual o limite? Se é que existe limite na sociedade capitalista de um mundo fragmentado.

Depois de quase vinte anos do início do movimento dekassegui, o governo japonês realizou a mais ampla pesquisa sobre a vida dos brasileiros no Japão. Segundo essa pesquisa, vivem no Japão 268 mil dekassegui, sendo que, 52% deles têm entre 20 e 40 anos; 68,6% trabalham em fábricas; 71% são casados; 65% estão há mais de 5 anos no Japão; 36% das crianças estão fora da escola; 61% ganham mais de 5 mil reais por mês (Revista *Made in Japan*, 2004, nº 79).

A partir de Kawamura (1999), podemos dizer que o papel da mídia e da própria informação é muito importante na divulgação e incentivo do padrão moderno de consumo, de um estilo de vida realizado e de certa forma ditado pelos países centrais, muito bem apresentado e seguido pelas classes sociais mais abastadas deste país. Esse padrão divulgado passa a ser desejado pelas populações dos países considerados periféricos, os quais, quando não conseguem alcançar no próprio lugar de origem, sonham em buscá-lo em outro lugar.

Para George (1971), uma parte privilegiada da população participa plenamente do consumo, e, de maneira geral, as populações de todos os países subdesenvolvidos vivem numa situação de subconsumo. O consumo, como um processo realizado e instalado no espaço, vem acompanhado de todo um imaginário³⁴ do consumo, que é produzido e proclamado no mundo, sendo que muitos têm um acesso precário a ele. Um dos caminhos postos no período atual, desta forma, para a manutenção ou o alcance da vida fortemente marcada pelo consumo é também a migração internacional.

---

³⁴ “Imaginário, em um sentido mais específico, é o conjunto de representações, crenças, desejos, sentimentos, através dos quais um indivíduo ou um grupo de indivíduos vê a realidade e a si mesmo...” (Japiassú e Marcondes, 1996, p.139).

2.2. Do Brasil para o Japão: a formação e o uso do território

Outra discussão importante para compreendermos o movimento de kassegui é pensarmos a formação do território tendo sempre como perspectiva a questão do “capitalismo de consumo”, bem como a relação de uso do território nestas circunstâncias pelos migrantes de kassegui. Para Santos (2000: 22), *“o território em si... só se torna um conceito utilizável para análise social quando o consideramos a partir de seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam...”*³⁵

Para Santos (2000: 23), *“há um uso privilegiado do território por forças hegemônicas. Estas, por meio de suas ordens, comandam verticalmente o território e a vida social, relegando ao Estado a uma posição de coadjuvante ou de testemunha, sempre que ele se retira, como no caso brasileiro, do processo de ordenação do uso do território”*,³⁶ postura esta diferente para o caso japonês, em que o Estado também participa do comando e como parceiro do processo de modernização capitalista do seu território.

Segundo Santos (2001), as maiores empresas desempenham um papel central na produção e no funcionamento do território e da economia, mediante a colaboração ou omissão do Estado. Ribeiro (2003), a partir de Milton Santos, ressalta que o território deve ser visto como um campo de forças, como lugar do exercício, de dialéticas entre o vertical e o horizontal. Podemos entender o movimento de kassegui como um resultado do embate de forças entre o mercado e o Estado japonês que poderiam aqui representar as forças verticais, e os migrantes que comporiam as horizontalidades. O mercado de trabalho japonês necessitando de mão-de-obra imigrante, o Estado regulando os fluxos e os migrantes de certa forma atendendo a esta solicitação do mercado e submetendo-se as normas do Estado, ou do próprio território, nem sempre de forma harmoniosa.

Nesta colocação podemos observar o embate de forças entre o governo e os empresários sobre a questão da necessidade de mão-de-obra migrante no território japonês. *“Pouco mais de uma semana depois do diretor do Departamento de Recrutamento de Trabalhador Estrangeiro do Ministério da Saúde, Trabalho e Bem Estar Social do Japão, Tomoaki Katsuda, dizer, em visita ao Brasil, que seu país dificilmente abrirá o mercado de*

---

³⁵ O território usado inclui a todos os atores. A sociedade exerce um permanente diálogo com o território usado, esse diálogo inclui as coisas naturais e artificiais, a herança social e a sociedade em seu movimento atual. (Santos In: Seabra 2000).

³⁶ Santos In: Seabra (2000).

*trabalho aos estrangeiros, a poderosa Federação das Organizações Econômicas do Japão (Keidanren) anunciou que entregará ao governo do primeiro ministro Junichiro Koizumi o plano de revitalização do arquipélago, onde inclui, justamente como peça-chave o trabalhador estrangeiro... Apesar do otimismo do Keidanren, o governo japonês ainda vê com reticências uma abertura mais ampla aos trabalhadores estrangeiros” (Horikawa, 2003).*³⁷

*“O projeto do Keidanren, organização que congrega empresários das principais indústrias japonesas, tem a simpatia da Associação de Corporações Executivas (Keizai Doyukai). Apesar da negativa do governo central, a abertura do mercado também tem o apoio dos governos provinciais. Os estrangeiros entrarão em nosso país, talvez não em grande escala, mas acredito que a era do Japão só para os japoneses vai acabar, afirmou o governador Daijiro Hashimoto, de Kochi. No atual sistema, um estrangeiro nikkei ou não nikkei tem o visto concedido pelo período máximo de três anos. Com a solicitação, o Keidanren pede que esse prazo seja estendido” (Horikawa, 2003).*³⁸

Para Gaudemar (1977: 191), *“o capital derruba e quebra todas as barreiras jurídicas ou tradicionais que o impedem de comprar a seu bel-prazer esta ou aquela espécie de força de trabalho ou de se apropriar deste ou daquele gênero de trabalho.”* O capital é portanto, nesta situação, o Keidanren (organização que congrega empresários das principais indústrias japonesas), as barreiras jurídicas estariam sendo estabelecidas pelo Estado japonês, e a espécie de força de trabalho em questão seria o imigrante, ou seja os dekasseguis. O território é pensado principalmente a partir desses três atores ou agentes, como um campo de forças de agentes hegemônicos, Estado e mercado, considerados como verticalidades, e agentes não hegemônicos, os migrantes dekasseguis, que compõem as horizontalidades, segundo a proposta de Santos (1999).

---

³⁷ A Organização das Nações Unidas (ONU) divulgou uma pesquisa que defende a entrada de 400 mil estrangeiros para o Japão, a fim de retomar a linha de crescimento econômico, que sofreu um forte abalo no final da década de 80. A ONU diz que, com a baixa natalidade e o rápido envelhecimento da população japonesa, o arquipélago necessitará de 17 milhões de estrangeiros até 2050. Por outro, lado o professor Hiroshi Komai, da Universidade de Tsukuba, afirma que, em um quarto de século, o Japão absorveu apenas 1 milhão de imigrantes, para ele o país não conseguirá absorver mais do que 200 mil durante a próxima década. De acordo com o último levantamento do Departamento de Imigração, havia no arquipélago 1.851.758 estrangeiros em 2002, um acréscimo de 4,1% sobre o ano anterior (Horikawa, 2003).

³⁸ Segundo pesquisas do governo japonês, no ano fiscal de 2002, apenas 0,2% dos estrangeiros integravam a força economicamente ativa do país, um índice bastante baixo, se comparado aos Estados Unidos, 11,7%, e a Alemanha, 8,8% (Horikawa, 2003).

Como, de certa forma, o mercado e o Estado impõem as normas, as regras de uso e de controle sobre esses migrantes no território, eles estariam atuando como verticalidades no movimento de kassegui, por sua vez a co-presença desses migrantes estariam compondo as horizontalidades no território japonês. Ao se tratar de um movimento entre dois territórios, Brasil e Japão, podemos então estar pensando, aqui, as verticalidades e as horizontalidades para esta situação. Sabemos que nenhuma verticalidade existe, isoladamente, ao se impor em um lugar, ou em mais lugares. As verticalidades criam uma desordem ou uma ordem, propondo um novo re-arranjo, conjuntamente com as horizontalidades.

O Estado é um agente que pode se impor no lugar, assim como o mercado, este último, principalmente, através das grandes empresas e instituições financeiras. A força da horizontalidade vem do lugar (e também do que vem de fora do lugar³⁹), do que já existe no lugar, da vizinhança e da convivência. Verticalidades e horizontalidades se chocam e se encontram no lugar num constante processo dialético. Para nós, apesar da força das horizontalidades, há ainda um predomínio das verticalidades que acabam ditando o ritmo das horizontalidades, por mais férteis que estas pareçam ser.

Os migrantes em si não compõem força suficiente para serem caracterizados como verticalidades, no entanto também participam do re-arranjo do território, ou dos territórios. São horizontalidades que vem de fora do lugar. Essas novas horizontalidades, provenientes de outros lugares, sob influência das verticalidades, se defrontam e se encontram com as horizontalidades do “novo” lugar, compondo aquilo que Santos (2000) chama de espaço banal; o espaço banal como espaço de análise do geógrafo e como sinônimo de território usado, que nos permite levar em consideração a noção de totalidade.⁴⁰

“Perroux... dizia que o espaço dos geógrafos era o espaço banal, onde tudo estava contemplado, não apenas os fluxos econômicos. Banal no sentido de que é neste espaço que se realiza a vida coletiva, onde os que mandam e os que não mandam,... os poderosos e os não poderosos estão presentes. É isso que... hoje defino como horizontalidade. Agora, a idéia da verticalidade vem desses vetores que se instalam nos lugares e que pouco se importam com o que está em seu entorno. É o que corresponde, sobretudo, às ações das

---

³⁹ Estamos aqui pensando nos migrantes.

⁴⁰ Santos In: Seabra (2000).

empresas globais.⁴¹ *A horizontalidade é o resultado da vizinhança, da coabitação, da coexistência do diverso, que é objeto do geógrafo. Só que as verticalidades perturbam as horizontalidades, embora as horizontalidades também perturbem as verticalidades, porque as primeiras visam a eficácia e agem com este sentido sobre as segundas*” (M. Santos. In: Seabra, O. et al. *Território e Sociedade*. Entrevista com Milton Santos, 2000, p. 53).

Para nós, a tarefa do capital em derrubar as fronteiras para a mobilidade da força de trabalho se depara com a resistência ou a conivência do Estado. De acordo com Santos (1987: 112), “a localização das pessoas no território é, na maioria das vezes, produto de uma combinação entre forças de mercado e decisões de governo”. Esse mesmo autor fala ainda das migrações forçadas como um resultado independente da vontade dos indivíduos atingidos. Aqui reside uma questão complexa, para este caso, afirmar ou não se o movimento de kassegui é uma “migração forçada”, e que independe da vontade dos indivíduos. Se aceitarmos a idéia de que todos estão submetidos ao capital, podemos aceitar o fato de que se trata de uma migração forçada pelo sistema capitalista; o capitalismo propriamente como uma verticalidade do mundo, sobre os lugares e conseqüentemente sobre os migrantes de kassegui.

Podemos dizer que a submissão a essa verticalidade ocorre do ponto de vista do trabalho, do consumo, da própria vida da pessoa e também do território, ou do espaço banal, considerado como horizontalidade. O Brasil encontra-se debilitado ou mesmo impossibilitado de inserir satisfatoriamente parte dos brasileiros no sistema capitalista (ou mesmo na nação capitalista), e o Japão, (re)insere em parte esses brasileiros nikkeis de acordo com os interesses do capital.

“A gente está acostumado a viver de forma diferente, é difícil seguir o padrão deles. A carga de trabalho no Japão é muito grande, só trabalhamos, chega o nosso dia de folga não dá vontade nem de sair. Aqui se ganha dinheiro, mas as pessoas se acomodam, estão aqui há dez anos e nem pensam mais em voltar ao Brasil. O dinheiro vem em primeiro lugar. Aqui se gasta muito, esse país é um país consumista. Há muita coisa para ver, comprar, e com o salário daqui podemos viajar, comprar... As pessoas se acomodam, gastam aqui mesmo e são obrigadas a ficar. Se voltarmos para o Brasil vamos fazer o que lá?” (dekassegui Otávio, *nissei*, há dois anos no Japão, 50 anos de idade, 2005).

---

⁴¹ É importante ressaltarmos que o Estado japonês enquanto uma verticalidade no seu próprio território (e no mundo) tem uma ação diferenciada das empresas globais, exemplificadas por Santos. In: Seabra (2000).

Neste depoimento encontramos o dekassegui submetido ao trabalho assalariado no Japão. A exaustão do trabalho é direcionada para o “espaço do consumo”. É isto que ele tem pela frente e ao seu redor. Como não encontra reais possibilidades de uma (re)inserção satisfatória no Brasil continua no território japonês. A (re)inserção no sistema produtivo é praticamente um pressuposto para a inserção no território, e ela tem que ser dupla, deve acontecer tanto na produção propriamente dita quanto no consumo, extensão e pré-requisito da primeira. Quanto mais eficiente for o movimento do sistema produtivo, mais eficiente será o território no mundo moderno.

A análise da formação sócio-espacial do Brasil de certa forma explica os motivos da não inserção ou da inserção precária de parte da população brasileira no sistema capitalista, que se remete aos problemas da precarização do trabalho ou do emprego, dos baixos salários, da desigualdade social, da crise política e econômica enfrentada pelo nosso país, etc.

Sobre este assunto Santos (1987: 03) afirma que: *“o progresso material obtido nestes últimos anos no Brasil teve como base a aceitação externa de uma racionalidade econômica, exercida pelas firmas mais poderosas, estrangeiras ou nacionais, e o uso externo da força e do poder do Estado, na criação de condições gerais de produção propícias à forma de crescimento adotada. Essas condições gerais da produção não se restringiam à criação de infra-estruturas e sistemas de engenharia adequados, mas chegavam à formulação das condições políticas que assegurassem o êxito mais retumbante à conjugação de esforços públicos e privados no sentido de ver o país avançando, em passo acelerado, para uma forma “superior” de capitalismo. Por isso, a noção de direitos políticos e de direitos individuais teve de ser desrespeitada, se não freqüentemente, pisoteada e anulada... O modelo político e o modelo cívico foram instrumentais ao modelo econômico. As esperanças com que este último acenava às massas eram por demais sedutoras, e estas massas eram despertadas para a necessidade, o interesse, a vantagem de ampliação do consumo, mas não para o exercício da cidadania, que era cada vez mais amputada”*.

“Em nenhum outro país foram assim contemporâneos e concomitantes os processos como a desruralização, as migrações brutais desenraizadoras, a urbanização galopante e concentradora, a expansão do consumo de massa, o crescimento econômico delirante, a concentração da mídia escrita, falada e televisionada, a degradação das

escolas, a instalação de um regime repressivo com a supressão dos direitos elementares dos indivíduos, a substituição rápida e brutal, o triunfo, ainda que superficial, de uma filosofia de vida que privilegia os meios materiais e se despreocupa com os aspectos finalistas da existência e entroniza o egoísmo como lei superior, porque é o instrumento da busca da ascensão social. Em lugar do cidadão formou-se um consumidor, que aceita ser chamado de usuário” (Santos, 1987, p. 12-13).

Em menos de trinta anos, isto é, no espaço de uma ou duas gerações, essas transformações se deram concomitantemente no Brasil. O crescimento econômico obtido pelo Brasil foi fundado em certos setores produtivos e baseado em certos lugares, agravando a concentração de riqueza e as injustiças, entre as pessoas e entre os lugares. Tal crescimento se fazia paralelamente com um apelo ao consumo, impossível de se generalizar,⁴² deixando muitos em uma posição de coadjuvantes do processo, uma vez que o mercado de trabalho não absorveu e não absorve toda a população brasileira gestada e que se gesta na modernização desigual e contraditória do território brasileiro imposta também pelo mundo.

O equipamento do país, destinado principalmente ao escoamento mais fácil e mais rápido dos produtos, serviu ao modelo econômico que o gerou para criação de um modelo territorial correspondente: grandes e brutais migrações, migrações de trabalho e de consumo, esvaziamento demográfico em inúmeras regiões, concentração da população em crescimento em algumas poucas áreas, sobretudo urbanas, com a formação de grandes metrópoles em todas as regiões e a constituição de uma verdadeira megalópole do tipo brasileiro no Sudeste (Santos, 1987).

Teríamos, desta forma, uma sociedade de massa e ao mesmo tempo um arremedo de uma sociedade de massas, uma vez que o poder aquisitivo sempre faltou a uma grande parcela da população brasileira. O consumo de massa é multiforme e abrangente, mas o que se deu no Brasil foi um consumo exclusivo. O consumo de massa valeu-se da mídia em crescimento vertical, para impor gostos e preços. Este trabalho de sedução foi facilitado pela própria atração que as novas mídias impuseram sobre o público. Criadores da moda, difusores do crédito, o papel dos meios de difusão deve ser realçado como o do colaborador privilegiado das artimanhas da produção de massas estilo brasileiro, uma

---

⁴² Santos (1987).

produção de massas contente de si mesma e necessitada apenas de um mercado restringido, que não necessariamente precisa ser para todos.⁴³

Para Santos (1987: 15), *“isso garante o não esgotamento da revolução das esperanças, isto é, das grandes esperanças de consumir, e ajuda a colocar como meta, não propriamente o indivíduo tornado cidadão, mas o indivíduo tornado consumidor”*. É neste momento que surge, diante das dificuldades de manutenção e inserção nesse modelo de vida, de conquistas não coletivas, mais pontuais, a possibilidade da migração. A migração aparece como uma oportunidade de mudança, de conquistas, de realizações, impossibilitadas de acontecer no lugar de origem. É onde a esperança ou a desesperança cede lugar para realização da vida acenada e oferecida pela modernidade-mundo.

A modernidade está relacionada ao que Max Weber chamou de processo de racionalização do mundo: a racionalização do Estado na organização burocrática, a racionalização da economia no capitalismo industrial, a racionalização da cultura na disseminação da educação, no declínio da superstição e no progresso da ciência e da tecnologia, etc. (Wood, 2001). A racionalização do ser humano, da vida, das decisões (migrar ou não, permanecer ou voltar), do tempo, do espaço e da subjetividade (inclusive os sonhos dos migrantes).

Para Lemos (1999:34-35) *“a modernidade criou um tempo seqüencial, com operações de controle, com atitudes de significados para a produção de lucros e rendas rígidas, com ordens imutáveis. É um tempo compartimentado, com valor financeiro, de produção, de uso e de consumo, o tempo da realização rápida da mercadoria. É o tempo real que tornou o tempo do ser humano seu escravo. A maior realização da modernidade foi a formação do modo de produção capitalista, e este conseguiu converter o tempo, dom de Deus, em tempo como servidor a um tempo, senhor e escravizador, dos dias atuais”*.

A racionalização do meio coloca como única alternativa a necessidade de (re)inserção no sistema, seja no Brasil ou no Japão, no caso do movimento de kassegui. É como se a tecnoesfera tivesse hegemonia sobre a psicoesfera, esta última que produz e é também produto da primeira. Isto que parece ser um ciclo e almeja a perfeição, gera as próprias imperfeições e contradições, aparentemente subsumindo tudo e mantendo sua força e seu funcionamento. *“Castoriadis define o período moderno como aquele da luta e*

---

⁴³ Santos (1987).

imbricação mútua entre duas significações imaginárias: a autonomia, de um lado; a expansão ilimitada do domínio racional, de outro” (Haesbaert, 2004, p. 147).

Sobre a autonomia, no entanto, nos diz o mesmo Castoriadis (1988: 68, 76) que: *“a autonomia do ser vivo é seu cerco, seu cerco de organização, de informação, de conhecimento. Esse cerco significa que o funcionamento de si mesmo e sua correspondência com suas diversas coisas que são exteriores a ele, estão governadas por regras, por princípios, por leis, por sentidos que são dados para o ser vivo, e uma vez dados, são de uma vez por todas, e cuja mudança, quando sobrevém, parece algo aleatório... Todos somos em primeiro término fragmentos ambulantes da instituição da nossa sociedade, fragmentos complementários, somos suas partes totais... De conformidade com suas normas, a instituição produz indivíduos, que, por construção, são não somente capazes de reproduzi-la como estão obrigados a reproduzi-la.”* O que nos sobra e nos marca neste sentido é o predomínio da racionalização do território para o capitalismo globalizado.

A modernidade tem, no período atual, como um dos seus principais traços, o modo de vida moderno, sua psicoesfera abrange todo o mundo, mas sua tecnoesfera atinge parte do mundo e parte da população. Segundo Santos (1999: 204), *“ao mesmo tempo em que se instala uma tecnoesfera dependente da ciência e da tecnologia, cria-se, paralelamente, e com as mesmas bases uma psicoesfera. A tecnoesfera se adapta aos mandamentos da produção e do intercâmbio e, desse modo, freqüentemente traduz interesses distantes... A psicoesfera, reino das idéias, crenças e paixões e lugar da produção de um sentido,... também fornece regras a racionalidade... Essa psicoesfera diz Ribeiro consolida a base social da técnica e a adequação comportamental à interação moderna entre tecnologia e valores sociais e é por isso mesmo que a psicoesfera apóia, acompanha... a expansão do meio técnico-científico”* no território e no imaginário das pessoas, e dos migrantes.

A modernidade inclui o processo de modernização que encontra o seu ápice na implantação de um meio-técnico-científico-informacional, promovido pelo Estado, a serviço do capital. Algumas cidades e alguns territórios quase que inteiros se tornam lugares privilegiados dessa tecnoesfera que representa a materialização da modernização, interligada pelas redes técnicas. A modernidade em si poderia ser considerada a psicoesfera hegemônica, que propõe uma maneira única de pensar, agir, produzir e viver, mas que é negada ou precariamente implantada em muitos lugares.

As pessoas buscam a forma de viver proposta pela modernidade, que está presente em algumas parcelas do espaço-mundo. Esta forma de viver é divulgada pelos meios de comunicação, que também compõem as redes técnicas. A migração internacional hoje em muito pode ser entendida pela busca ou manutenção dessa forma de viver, que inclui o acesso, a circulação, o consumo, os projetos pessoais, os sonhos, os próprios benefícios e os dramas pessoais, como a fragmentação da família, gerados na modernidade.

Em vez de termos um projeto nacional ou coletivo, temos os projetos pessoais. A migração na modernidade do mundo atual surge desta forma, muito mais como um projeto pessoal, que pode ou não incorporar a família e o lugar de origem. Por sua vez, o lugar de origem permanece muito mais na esfera da esperança para o migrante, na sua possível melhoria, na sua volta, enquanto que o lugar de destino, coloca-se muito mais como o espaço do empreendimento pessoal, que, inclusive, poderá lhe dar o “passaporte de garantia” do estabelecimento e do investimento na sua terra natal. Este fato pode ser observado no depoimento do dekassegui Otávio, de 50 anos de idade, que está trabalhando no Japão e pagando a sua aposentadoria no Brasil:

“Eu só fiz arubaito (trabalho temporário) em fábricas, prefiro trabalhar em lojas de produtos brasileiros. Estamos no Japão pela necessidade, vim com 48 anos de idade, você acha que eu queria vir para cá?... Trabalhei na Embratel vinte e quatro anos, quatro ou cinco anos atrás ela foi privatizada, mandaram embora mais ou menos de 30 a 40% dos funcionários. Eu estava nessa leva. Saí com algum dinheiro, mas o que se aplica ali não dá certo. Por isso a gente está aqui hoje. O bom do Japão é o ganhar dinheiro e a segurança. Pretendo ficar aqui até me aposentar no Brasil, faltam três anos para me aposentar. Todo mês pago minha aposentadoria, se eu tivesse alguma coisa para sobreviver lá, eu ficava lá, voltava hoje; como não tenho, a gente fica por aqui mesmo” (Otávio, 50 anos, 2005).

A privatização citada pelo dekassegui Otávio (2005) faz parte do processo de abertura econômica intensificado, na década de 90, no Brasil da globalização. De acordo com Sorj (2001: 70): *“as privatizações significaram, em primeiro lugar, um aumento da presença do capital estrangeiro na economia brasileira. São empresas estrangeiras as principais sócias e operadoras de boa parte dos serviços privatizados, em especial a telefonia e o sistema energético. Essa expansão do capital estrangeiro via privatizações convergiu com a abertura econômica e a venda para empresas estrangeiras de grande*

número de bancos... e indústrias de capital nacional... As informações... indicam que houve cortes sistemáticos de pessoal nas empresas privatizadas e terceirização de serviços antes realizados internamente”.

Em algumas ocasiões, como observado no movimento de kassegui, os projetos pessoais abrangem projetos mais amplos. A Associação Amigos do Brasil, visitada no Japão, é um bom exemplo, formada por de kasseguis que realizam um trabalho de apoio e reforço escolar para crianças brasileiras que enfrentam grandes dificuldades de aprendizagem nas escolas japonesas. A meta do grupo que inclui professores e intérpretes brasileiros, contratados pelas prefeituras locais do Japão, é valorizar a importância da educação, retomando, assim, uma antiga tradição de perseverança dos imigrantes japoneses que se dirigiram para o Brasil no século passado: a manutenção dos seus filhos em escolas.

A importância de garantir a educação para a segunda geração passa também pela questão da ascensão social e da afirmação do próprio grupo no território. O desejo da Associação é mostrar para esses jovens um outro caminho que não seja somente o do trabalho em fábricas. *“A maioria deles ao completar quinze anos deixa os estudos para trabalhar, o apelo do consumo nesse país é muito forte, com o dinheiro podem começar a adquirir as suas próprias coisas e ganhar a independência financeira com relação aos pais”*, afirmam as professoras e os professores brasileiros no Japão. A formação de associações de brasileiros em terras estrangeiras pode, desta forma, estar se configurando em um outro uso do território, que extrapola os limites das fábricas e as condições de consumo. Contudo, ainda assim, é importante ressaltar que a maioria dos brasileiros continua sendo empregada, principalmente via empreiteiras, em pequenas e médias empresas japonesas.

2.3. O de kassegui no mundo contemporâneo do trabalho

Cabe então neste item apresentar uma discussão sobre a condição do de kassegui, enquanto migrante-trabalhador nesse sistema capitalista, ou seja, a sua situação ou inserção no mercado de trabalho do território japonês. Podemos dizer a partir de Chesnais (1996) e Santos (1999) que vivemos no período atual sob a égide do capitalismo mundializado.⁴⁴ Os espaços contemporâneos cada vez mais produtos da lógica capitalista, participam da

---

⁴⁴ Santos (1999) e Chesnais (1996).

produção dessa mesma lógica. As outras dimensões, como a vida, a cultura, a religião, a emoção, por exemplo, submetem-se, amalgamam-se e desenvolvem-se no espaço capitalista. A liderança desse modelo de funcionamento da sociedade é ditada pelo Império Norte-Americano. É nesse contexto geográfico que, portanto, temos o movimento de kassegui. Um mundo cada vez mais programado para realizar a mercadoria, em que o capitalismo assume diversas feições e continua colonizando os mais diversos territórios e corações. A produção, o consumo e as finanças se tornam mais complexos, imbricados com as peculiaridades dos lugares, e as redes técnicas e as normas do território servem principalmente ao econômico e/ou manutenção do poder. Nesta situação geográfica a vida se adapta e resiste.

O Estado, muito mais como ferramenta do mercado, vê suas políticas enfraquecidas e sendo usadas pelas políticas das grandes empresas multinacionais e grandes instituições financeiras globais. O território é cada vez mais apropriado pelo mercado. As alianças mercado, Estado e território colocam alguns espaços no comando; outros, apenas no uso; e muitos, no desprezo. A inserção no sistema-mundo exige dos Estados a equiparação ou tecnificação dos territórios para os mercados.

Segundo Vieille (1974): *“de maneira bastante geral, pode-se dizer que o capitalismo procura racionalizar a sociedade como instrumento de produção, de troca e de consumo, e, em consequência, organizar o espaço para sua lógica própria; tais tendências obrigam necessariamente à intervenção do Estado enquanto instituição, para assegurar a coordenação de interesses divergentes no seio da classe dominante, pondo em ação mecanismos de regulamentação, integração e repressão, definindo e construindo a melhor organização possível do território”* (Santos, 2004, p. 43).

Podemos dizer que o espaço, enquanto lócus da modernização econômica, prepondera sobre o espaço enquanto habitação da pessoa humana, prepondera sobre a pessoa humana. Brioschi e Trigo (2002:134), em uma outra concepção de estudo, falam dos “espaços sociais”. Para estas autoras, integrantes do Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero, da Universidade de São Paulo: *“os espaços sociais são campos onde os seus membros lutam por valores e capitais que garantem a própria existência dos campos...”* No campo, existe um sistema de relações que podem ser de aliança ou de conflito, de concorrência e/ou cooperação, entre posições diferenciadas e socialmente definidas.

Na atualidade, esses “espaços sociais”, estabelecidos e pensados para o mundo do trabalho capitalista, acirram as concorrências, as disputas, os conflitos, as alianças, as solidariedades e a cooperação. Algumas relações escapam a essa dinâmica, mas como compreender seu grau de autonomia? É comum, como já colocamos, o relato dos conflitos entre os próprios brasileiros no Japão: ou pela concorrência no serviço, ou pela disputa pela preferência do chefe, ou pela aceitação das regras do sistema, conjuntamente, com as dificuldades de organização dos próprios migrantes.

No entanto, a solidariedade, a indignação e a cooperação existem, entre os próprios brasileiros, também com japoneses e até mesmo com os demais estrangeiros. Mas de maneira geral, a tendência é sempre a da separação, da diferenciação ou mesmo da fragmentação, característica do momento atual. *“Sofria discriminação por parte de alguns funcionários japoneses que faziam a gente de bobo. Eles discriminam se fazemos alguma coisa que não sabemos como é o funcionamento correto. Na verdade, eles se auto discriminam quando entra na empresa alguém com menos capacidade. Muitos têm problemas com os próprios brasileiros. Começa a ocorrer uma concorrência entre os próprios brasileiros na empresa. Eu era brasileiro e tinha uma certa discriminação com os brasileiros...”* (Tiago, 28 anos, 1997).

Zusman e Quintar (2001) nos colocam duas questões importantes, analisando a discussão teórica de Antonio Negri e Michael Hardt: o domínio capitalista convertendo toda a sociedade numa fábrica que produz a vida social, e a força da multidão que pode extravasar as paredes dessa fábrica e promover a sua queda. Na multidão reside o poder, mas a multidão é apropriada e mutilada. Assim, de nada adianta uma multidão esvaziada.

A união da multidão pode representar a ruína da sociedade capitalista; por outro lado, ela é reunida para mantê-la.⁴⁵ Ser operário de kassegui é diferente de ser operário japonês, mas os dois são operários e servem ao mesmo sistema. Estão separados e estão reunidos, são diferentes e são iguais. Os esforços devem ser concentrados em aproximá-los, mantê-los no sistema, com menos divergências possíveis, separá-los, reforçar-lhes as diferenças, garantir lhes e/ou equipará-los com os mesmos direitos? Mas, um é estrangeiro e o outro, nativo no território japonês. Logo, isso é possível? A equiparação dos direitos? É

---

⁴⁵ É importante levarmos em consideração também às diferenças, semelhanças, divergências e convergências étnicas e culturais, bem como a história de cada povo e de cada pessoa. No entanto Harvey (1990, 2004) nos mostra que mesmo estas diferenças ou convergências são apropriadas em benefício do capitalismo na produção da história e da geografia no mundo contemporâneo.

isso que todos almejam? De acordo com um Missionário da Pastoral do Migrante, dignidade, moradia e comida é um bom começo.⁴⁶

No caso dos dekassegus, isso fica confuso, pois, de acordo com Sasaki (1998), não são os pobres que migram para o Japão. A migração para o Japão não é exatamente uma questão de sobrevivência, é muito mais uma alternativa ou estratégia para alcançar, manter ou recuperar um determinado padrão econômico e material que, mesmo antes de partir ao Japão, não era tão baixo em relação à média da população brasileira. Em outras palavras, não são os pobres propriamente, mas uma classe média (empobrecida ou precariamente re-inserida) que participa da migração internacional. Por outro lado, no Grupo de Psicologia, E/Imigração e Cultura da Universidade de São Paulo, a pesquisadora, Taeco Carignato (2004), nos relata que o movimento dekassegui veio nos revelar a diversidade social existente entre os dekassegus e derrubar a imagem de que todo descendente de japonês é rico.

O que de fato ocorre, na maioria das vezes, é que o mínimo da dignidade acaba sendo deixado de lado, serve, na maioria das vezes, como discurso, pois o que realmente importa na lógica da sociedade de consumo é o excesso⁴⁷. A carência e a abundância coexistem no espaço geográfico. A abundância, que é pregada no Brasil, é ao mesmo tempo restrita, e isso, de alguma forma, vem também movendo parte dos brasileiros a buscarem a sua (re)inserção, ou participação em sociedades mais atraentes do ponto de vista do capitalismo.

Santos (2003) nos coloca o seguinte questionamento: Este processo de dominação da pessoa pelo viés da dominação do espaço é irreversível? Pode-se imaginar uma organização do espaço que não seja ditada exclusivamente pelos interesses do poder do capital, mas que corresponda as reais necessidades da sociedade como um todo? É possível reverter o processo de dominação do ser humano sobre o próprio ser humano? Podemos dizer que os conflitos internos se materializam no externo, e os conflitos externos se materializam nos mundos internos. O espaço geográfico também é o reflexo do interior humano e o próprio ser humano é também produto do externo, ou seja, do espaço cada vez mais artificial e artificializado.

---

⁴⁶ Relato ouvido no Trabalho de Campo a Pastoral do Migrante em São Paulo, organizado pelo Prof. Dr. Heinz Dieter Heidemann, 2003.

⁴⁷ Baudrillard (1995) e Lefebvre (1991).

A beleza, a tristeza, a perversidade, a violência, a ambição, os desejos, os preconceitos, o poder, a insensibilidade, a sensibilidade, etc., estão estampados e são encontrados no espaço e nas pessoas. Um coloniza o outro e encontrando nele terreno fértil. As microrrelações alimentam as macrorrelações e vice-versa. O espaço, como produto do trabalho alienado, mas também dos sentimentos (alienados?), e acima de tudo de uma ideologia hegemônica que comanda o trabalho e participa intensamente da produção dos sentimentos.

A partir das discussões de Gaudemar (1977), podemos dizer que o trabalhador é desapropriado dos seus meios de produção e, para sobreviver, vê-se obrigado a vender a sua força de trabalho ao capitalista, sujeito detentor dos meios de produção. O migrante, desta forma, como trabalhador, não tem alternativa a não ser se submeter ao capital. *“O surgimento do sistema capitalista acarretou um aprofundamento da divisão - social assim como geográfica - do trabalho que separou o homem dos meios de produção; a propriedade destes escapa cada vez mais do produtor direto para se concentrar nas mãos dos detentores do capital”* (Santos, 2003, p.138).

A escolha de parte dos brasileiros, descendentes de japoneses, restringe-se a continuar inserida precariamente no espaço brasileiro⁴⁸, ou a buscar a sua re-inserção, via mercado de trabalho, no espaço japonês. Essa re-inserção não deixa de ser precária também, uma vez que se trata de migrantes em uma posição aparentemente melhor do que se estivesse no seu país de origem. Para Rossini (2005), após vinte anos de movimento de kassegui, esta presença dos brasileiros no Japão está se configurando em um processo de “enraizamento”⁴⁹, mesmo sabendo que os espaços e territórios modernos não tem como intenção promover o “enraizamento”, ou mesmo a integração dos migrantes provenientes de países periféricos. A postura deles é sempre a da restrição e criação de barreiras.

No entanto, quando um mercado capitalista clama por trabalhadores, os Estados se vêem obrigados, de alguma forma, a ceder, se quiserem continuar na posição de controladores dos fluxos. As fronteiras por mais rígidas que possam ser com relação às pessoas, ainda assim são permeáveis, num mundo com enorme exército industrial de

---

⁴⁸ Estamos entendendo, principalmente como (re)inserção precária, o acesso limitado ao consumo que pode incluir o acesso precário aos bens e serviços. A (re)inserção também envolve a questão do desemprego e dos baixos salários, bem como as dificuldades de manutenção das despesas diárias e das possibilidades de ascensão social no que se refere a uma melhoria do padrão de vida.

⁴⁹ Rosa Ester Rossini. Mesa Redonda: “Mobilidade e Identidade nas Dinâmicas Territoriais.” X Encontro de Geógrafos da América Latina, 20-25 mar. 2005.

reserva ou população sobrando, sedenta por participar deste mesmo mundo moderno, que a todo o momento propõe e/ou dá condições à fluidez. Na divisão territorial do trabalho, o Brasil aparece, hoje, também como exportador de força de trabalho, e o Japão, como importador de força de trabalho.

O migrante na condição de força de trabalho está submetido ao capital. Suas escolhas, portanto, acabam estando também submetidas ao capitalismo. Segundo Gaudemar (1977), na mobilidade do trabalho, a força de trabalho deve ser móvel, isto é, capaz de manter os espaços preparados pelo capital, quer tenham sido escolhidos, quer impostos; e o migrante é sempre um ser sujeitado, uma força de trabalho que produz valor no sistema capitalista. Uma parte dos trabalhadores e dos consumidores responde e é atraída por espaços capitalistas modernos que magnetizam e se impõem aos migrantes. Eles saem dos espaços e países periféricos, envoltos pelos problemas sociais, rumo aos espaços mais aptos para o capital, ou espaços e países centrais do capitalismo.

No caso dos migrantes brasileiros nikkeis, estes atendem a uma demanda de mão-de-obra de pequenas e médias empresas japonesas, subcontratadas de grandes empresas como Sony, Toyota, Mitsubishi, Nissan, Cânon, etc. Essas pequenas e médias empresas apesar de diversas, estão submetidas a estas grandes empresas. Muitas destas pequenas empresas mantêm formas mistas de produção, combinando diferentes graus de tecnologia, com formas de trabalho tanto flexíveis (toyotismo) quanto fordistas, além de contratarem de forma terceirizada a mão-de-obra migrante, ausente de encargos sociais.

Com o encarecimento e sofisticação da mão-de-obra japonesa e a competição dos mercados mundiais, as pequenas e médias empresas japonesas passam a empregar a mão-de-obra imigrante, inclusive a brasileira. São pequenas e médias empresas subcontratadas de grandes empresas que formam uma imensa rede produtiva no território japonês. Em termos gerais podemos encontrar no mundo do trabalho japonês: ainda os empregados vitalícios, que recebem os maiores salários por serem os mais especializados, os empregados intermediários, com uma certa estabilidade na empresa e os empregados periféricos, como os dekassegus e outros imigrantes, além das mulheres que recebem na maior parte das vezes até metade do salário dos homens.⁵⁰

“Eu trabalhava com motores de ar condicionado. Fazia a fiação, o enrolamento e a costura dos fios para o motor. O motor saía dessa empresa parcialmente montado se

---

⁵⁰ Iida (1984); Mattoso (1995); Ferreira (1997, 2001) e Hirata (2002).

dirigindo para uma outra empresa para dar continuidade ao processo de produção, até a montagem total do motor. No Japão cada empresa faz uma etapa da peça ou produto, até se chegar no produto final, onde se coloca a etiqueta da marca e o vende. Não é uma empresa que faz totalmente o produto. São diferentes empresas, instaladas em diferentes cidades, todas subcontratadas que realizam a produção” (Henrique, 35 anos, 1997).

“A empresa que eu trabalhei fazia uma parte da máquina fotográfica. Nos mandavam de uma outra empresa parte dessa máquina pré-montada. Nós fazíamos o visor da máquina, e mandávamos ela para uma outra empresa instalada na Tailândia. As máquinas eram para a Cânon, eles realizavam o pedido, e repassavam para nós. A Cânon simplesmente colocava a marca Cânon. A empresa que eu trabalhava se chamava Niska, sua matriz estava situada em Yamanashi, ela ainda possuía uma outra filial na Tailândia” (Aline, 25 anos, 1997).

“Nossa empresa não montava a máquina de cassino inteira, o patinko, fazíamos as peças, para o patinko, uma espécie de quadro. Este quadro era montado, pintado e enviado para uma outra empresa que iria montar o patinko. Eram empresas montadoras, como a Sanyo, por exemplo. Essas peças iam para uma Sanyo, que iria colocar a marca no patinko depois de montada. Mandávamos para empresas que tinham marca, pois minha empresa não tinha nome nenhum. Esta empresa que trabalhava se chamava Nito, ela prestava serviços para empresas maiores...” (Eliana, 21 anos, 1997).

“Recebíamos dessas grandes empresas pedidos de até 2000 peças. Nós prensávamos, soldávamos... Sempre tinha uma quantia certa de pedidos, mas esta eventualmente variava. Tínhamos pedidos de 200, 300 até 6000 peças. Quando o pedido era maior, nos trabalhávamos mais, maior o número de horas extras, era bom para os brasileiros. No final do ano para o começo do ano ocorria uma queda na produção. No meio do ano o pedido era maior. No Japão de cada seis em seis meses as máquinas de patinko são renovadas, jogam se as velhas e compram novas. Nesse sentido sempre tínhamos trabalho, pois sempre haviam pedidos...” (Eliana, 21 anos, 1997).

A rede de pequenas, médias e grandes empresas, de início, se estabeleceu de forma complementar. A racionalização e a modernização das pequenas e médias empresas propiciaram a sua rápida evolução tecnológica. A estruturação das pequenas e médias empresas se voltou para o atendimento às grandes empresas, no fornecimento de componentes de alta qualidade a preços reduzidos. As grandes empresas, na necessidade de

produzir produtos competitivos e de qualidade, estabeleceram com o governo uma colaboração de ajuda técnica a essas pequenas e médias empresas. Além da assistência técnica, as grandes empresas garantiam também encomendas a longo prazo (Iida, 1984).

O sistema de subcontratação, em que pequenas e médias empresas forneciam peças para montadoras, evoluiu para uma estrutura piramidal, com a empresa-mãe ocupando o topo dessa pirâmide e suas subsidiárias que chegam a centenas ou até milhares, organizadas hierarquicamente, do topo para a base dessa pirâmide. Atualmente, os poderosos conglomerados estabelecem relações de subordinação e dependência das pequenas e médias empresas (Iida, 1984).

O funcionamento desse sistema vem se mantendo cada vez mais, também pela precariedade do trabalho humano, principalmente nas pequenas e médias empresas, com a terceirização e contratação de trabalhadores imigrantes, chineses, coreanos, brasileiros, peruanos, etc. Dentro da própria empresa, temos a divisão entre os trabalhadores japoneses e os trabalhadores imigrantes. E dentre os imigrantes, os ilegais e os legais. Na sua grande maioria, os trabalhadores nikkeis, autorizados a permanecerem em território japonês, são contratados por empreiteiras e terceirizados às pequenas e médias empresas. As empreiteiras japonesas estão interligadas às agências de recrutamento de mão-de-obra nikkei, principalmente em países da América do Sul, como o Brasil.⁵¹

São essas agências que financiam a passagem da viagem, solicitam e organizam a documentação para o embarque e a permanência dos dekassegus no Japão. Lá eles ficam como empregados da empreiteira. E aqui reside um sério problema do movimento dekassegui, pouco enfrentado pelas autoridades tanto japonesas quanto brasileiras: a falta de fiscalização e acompanhamento dessas empreiteiras. São comuns os relatos de que algumas dessas empreiteiras, por exemplo, possuem relações com a máfia japonesa.

Muitas acabam e continuam explorando de diversas formas os migrantes dekassegus, cobrando a mais na passagem, nos gastos de moradia, na alimentação, chegando, inclusive, à retenção de passaportes, etc. Em alguns casos, a liberação do próprio dekassegui pela empreiteira somente se dá depois que ele consegue quitar as suas dívidas. Em casos de impossibilidade do dekassegui pagar as suas dívidas, muitas vezes por problemas de saúde, relacionados ao trabalho ou mesmo por conflitos com a própria

---

⁵¹ Essas questões foram discutidas por: Yoshioka (1995), Sasaki (1998), Ferreira (1997, 2001) e Bomtempo (2003).

empreiteira, é geralmente um membro da família quem o faz e isso, após muitas negociações com a empreiteira. Os relatos de exploração são dados, principalmente, por aqueles que vão pela primeira vez ao Japão.

“Fui pela agência Universitur localizada no Bairro da Liberdade, ela tinha feito inúmeras promessas. Chegando lá não era nada do que tinham prometido. Prometeram emprego garantido, descreveram como seria esse emprego, falaram sobre o alojamento que seria somente para mulheres, pois tinha ido sozinha com mais uma prima. Chegando lá, não era nada disso, nos colocaram num lugar com muitas pessoas, todos juntos, homens, mulheres e crianças. Ao menos como era dividido por quartos, colocaram as quatro meninas juntas. Mas o alojamento era muito precário. Muitas pessoas estrangeiras que chegavam se dirigiam para esse alojamento” (Aline, 25 anos, 1997).

“A passagem disseram que era um preço, chegando lá cobraram outro preço, tive que pagar a mais. Paguei quatro mil e duzentos dólares pela passagem, um absurdo, sendo que tinha gente indo por dois mil dólares. Paguei o dobro da passagem. Afirmaram que depois de uma semana iria começar a trabalhar, cheguei dia seis de maio, era feriado, fiquei dois meses parada sem arrumar emprego, diziam que isto acontecia porque eu não falava japonês e por ter o rosto que não tinha nada a ver com japonês... era rosto de gaijin (estrangeiro ou brasileiro), não tinha traços de japonesa, logo não conseguia emprego. Depois desses dois meses, consegui arrumar emprego, ganhando bem menos da faixa salarial...” (Aline, 1997).

“Foi a empreiteira que arrumou esse emprego. Fiquei dois meses parada só gastando, pegava na empreiteira pequenos vales para poder comprar alimento. Não havia levado dinheiro, me falaram que não estava frio lá, e estava um frio tremendo, então tive que comprar roupa, emprestava vales da empreiteira. Ao todo fiquei devendo para empreiteira mais de cinco mil dólares, cada vez mais minha dívida ia aumentando... Essa dívida só consegui liquidar com muito esforço em um ano. A empreiteira falava que não tinha emprego, que não podia fazer nada. Não se podia falar nada, era a minha primeira vez no Japão, não conhecia nada. Estando no Japão a única segurança que se tem, bem ou mal é a da empreiteira. Estava totalmente sujeita a ela. Então ficava quieta e aceitava...” (Aline, 25 anos, 1997).

No salário recebido pelo dekasegui, as empreiteiras, de maneira geral, fazem os seguintes descontos: de passagem, geralmente, descontada em quatro ou cinco meses, cujo

preço é extrapolado; de seguro saúde, nem sempre garantido pela empreiteira; de aluguel do alojamento; da água; da luz; do gás; às vezes, descontos sobre as mobílias do alojamento; da refeição servida nas empresas e do imposto municipal para a coleta de lixo e demais manutenções da cidade. Assim como são encontradas empreiteiras problemáticas, também são encontrados candidatos a ser dekassegui também problemáticos, com documentação irregular, re-arranjos familiares e casamentos “artificiais”, falta de instrução, questões de saúde, principalmente os relacionados aos problemas mentais, que acabam por se agravar no Japão, etc.⁵²

Para parte dos dekasseguis, algumas empreiteiras não só cumprem aquilo que prometem, como também procuram dar assistência a eles: *“A agência que me enviou deu toda assistência possível, o que ela havia prometido, ela cumpriu, emprego garantido, alojamento...”* (Elis, 44 anos, 1997). *“As empreiteiras estão se apresentando mais negociáveis, caso a pessoa não se adapte em um setor de trabalho, elas efetivam a mudança do trabalhador para outro setor de trabalho”* (Jonas, 46 anos, 1997). É fato que, dentre as empreiteiras, existem aquelas que cumprem o contrato estabelecido com o trabalhador, e aquelas que somente visam ao seu lucro. Aqueles, com mais experiência de Japão ou que podem contar com o apoio da família e dos amigos, conseguem empreiteiras idôneas. Mas, muitas vezes os contratos de trabalho nestas circunstâncias não são claros.

O fato é que as propagandas das empreiteiras prometem muito, mas nem sempre correspondem ao prometido. Isso reflete a síndrome do nosso período, o excesso de informações, na maioria das vezes vazio, e aparentemente significativos, não para os cidadãos, mas para os consumidores e usuários. Em jornais e revistas destinados ao público nikkei, é comum encontrar diversos anúncios de empregos no Japão, tanto para os homens quanto para as mulheres. No Bairro da Liberdade, na cidade de São Paulo, a todo o momento são entregues, para os descendentes de japoneses, os panfletos com anúncios de trabalho no Japão.

Para Urano (2002:28) *“no caso deste fluxo migratório em específico, o papel desempenhado pelas redes formadas por agências de viagens e empreiteiras, aliadas às redes informais de parentes e amigos possuem um papel central. Em vista da falta de confiabilidade de uma parcela dos agenciadores de mão-de-obra, um expediente muito*

---

⁵² Yoshioka (1995), Sasaki (1998), Ferreira (2001) e Pesquisa de Campo realizada no Japão em 2005.

freqüente dos migrantes é o de utilizarem de outra fonte, a informação advinda de parentes e familiares, para melhor tomar a decisão de migrar”.

Os dekasseguis, com mais experiência no Japão, já estabeleceram laços com os agentes das empreiteiras e das próprias fábricas japonesas e, quando voltam ao Brasil, já deixam acertado o seu breve retorno ao mesmo emprego. Atualmente, caso o dekassegui se veja numa situação difícil em território japonês, como falta de trabalho, ou problemas de saúde, acaba sendo socorrido por parentes e amigos que já se encontram lá. É freqüente, também, o migrante procurar uma empreiteira já conhecida de um amigo ou familiar.

De acordo com a Revista *Made in Japan* (n. 79, 2004, p. 29), 71,7% dos dekasseguis são casados e 25,9% são solteiros. Muitas famílias estão se constituindo neste movimento dekassegui, famílias formadas, inclusive, no próprio Japão. Em compensação, muitas outras estão sendo desfeitas ou artificialmente refeitas. Verificam-se, nos relatos, casais que permanecem por longos anos separados um do outro, e/ou separados dos filhos que ficam no Brasil.

Algumas vezes aparecem nos depoimentos realizados com os dekasseguis (1997, 2001 e 2005), alguém que conhece pessoas que fizeram casamentos realizados por contratos, entre descendentes de japoneses e não descendentes, a adoção de filhos por descendentes, falsificação de documentos e até cirurgias para “puxar” os olhos. Esses casos acontecem, tanto com brasileiros quanto com peruanos, e, algumas vezes, aparecem na mídia destinada ao público nikkei. O fato é que o Consulado Japonês tem sido mais rigoroso quanto à emissão do visto de longa permanência.

No Consulado Japonês, na Avenida Paulista, em São Paulo, os dekasseguis ou candidatos a dekasseguis, para comprovar sua descendência ou seu casamento, levam muitos álbuns de fotografias. O casal comparece junto, alguns levam os filhos, outros também levam os pais, principalmente as mães ou sogras, talvez como segurança, ou como forma de garantia de que realmente são descendentes ou casados com descendentes. É notável, inclusive, que ficam abraçados, na frente de um guichê, extremamente formal e também impessoal (racionalizado).

De todos os modos Kawamura (2001) e Urano (2002) colocam que embora tenha havido uma diversificação qualitativa dos trabalhos oferecidos aos brasileiros com a formação de concentrações populacionais em cidades industriais e com o desenvolvimento de negócios étnicos, a maioria destes migrantes continuam atrelados ao mercado de

trabalho periférico. Segundo Ribas (2003) *“todos os trabalhadores imigrantes contratados dentro do território japonês, gozam de proteção da Lei de Normas Trabalhistas, da mesma forma que os demais trabalhadores nacionais”*.

Fotografia 01: Brasileiros trabalhando em uma fábrica no Japão. Fabricação e embalagens de cartuchos de tinta para impressora. Em 24 horas saem de cada máquina 40 mil cartuchos. É notável a limpeza do lugar e a dedicação dos brasileiros submetidos ao intenso ritmo de produção e a organização japonesa do trabalho. Quando a produção diminui, devido à defasagem da marca ou modelo da impressora ou do cartucho, os brasileiros são os primeiros a serem dispensados. (Foto gentilmente cedida pela dekassegui Ana Maria, de 30 anos de idade, 2004).

Por sua vez, Hirata (2002) aponta que existe uma divisão nítida do trabalho, no que se refere, por exemplo, aos homens e as mulheres. Na maioria das vezes a mulher ocupa cargos considerados inferiores aos dos homens no Japão, ganhando inclusive menos. Em seus estudos sobre o mercado de trabalho esta mesma autora, afirma que em relação à tese do surgimento de um “novo paradigma de organização industrial”, ou de um novo conceito ou modelo de produção alternativo ao modelo fordista, pode-se constatar que o

taylorismo⁵³ não acabou, sobretudo se considerarmos as indústrias dos países subdesenvolvidos, no entanto, mesmo em países em que o desenvolvimento da automatização foi considerável nesses últimos anos, o fordismo⁵⁴ e a produção em massa parecem ainda inteiramente atuais.

No Japão, o toyotismo⁵⁵, modelo de produção surgido no território japonês a partir de aprendizagens e influências externas⁵⁶, procura combinar características e articulações com o modelo de produção taylorista-fordista, sobretudo se considerarmos, a divisão entre as grandes, médias e pequenas empresas, a divisão sexual do trabalho, as produções em séries, apesar do rodízio dos operários nas linhas de produção e montagem, a defasagem tecnológica, o uso intensivo de mão-de-obra principalmente a imigrante e a precarização do trabalho que atinge primeiramente os trabalhadores provenientes dos países periféricos do capitalismo. Esta também é uma tendência do mercado de trabalho na globalização.

---

⁵³ Nos primeiros anos do século XX, surge o sistema desenvolvido por Frederick Taylor, engenheiro e economista norte-americano, considerado o criador da administração científica. O taylorismo propunha uma nova forma de organização do trabalho nas indústrias, caracterizada por uma rígida separação das tarefas a serem executadas pelos trabalhadores e uma também rígida divisão entre trabalhadores administrativos e executivos de um lado e operários de outro. A produtividade máxima do trabalho era a meta perseguida, e a forma de alcançá-la era o rigoroso controle, por meio da mediação cronométrica do tempo despendido em cada tarefa. Atrás da premiação (em dinheiro ou como outra vantagem), que estimulava cada trabalhador a se superar na rapidez e produtividade, camuflava-se uma acentuada exploração do trabalho dos operários. (Médici e Almeida, 2001).

⁵⁴ Na década de 1920, também nos Estados Unidos, expande-se um novo sistema de trabalho na produção industrial: o fordismo, que deve seu nome ao empresário que o estabeleceu em suas indústrias, Henry Ford, fundador da Ford Motor Company. O fordismo vinha não somente aperfeiçoar características do taylorismo, mas aprofundar a questão da produção e da produtividade. A meta era levar a produção industrial a uma escala jamais vista, e o meio para chegar a esse objetivo era fundamentalmente a implantação da linha de montagem, com a máxima especialização de cada trabalhador, porém compondo grupos de tarefas que se complementam. Na visão do fordismo, se a produção deve ser em massa, o consumo também precisa se fazer na mesma escala, residindo aí uma grande diferença com o sistema anterior: o próprio trabalhador deveria ser o consumidor do produto, por isso era necessário que seu salário tivesse um mínimo de poder aquisitivo. (Médici e Almeida, 2001).

⁵⁵ Segundo Médici e Almeida (2001) o sistema que vem se expandindo rapidamente é o toyotismo. Diferente dos outros, o toyotismo tem sua origem no Japão, foi criado, desenvolvido e implantado inicialmente na empresa automobilística japonesa Toyota. O novo sistema propõe que o trabalhador deve ser polifuncional, o que significa que cada operário da fábrica deve ser capaz de realizar diferentes tarefas no processo de produção. Um dos elementos mais característicos do toyotismo é o sistema denominado *just-in-time*, que é um método de produzir no tempo certo e na quantidade exata, portanto, sem desperdício de material e horas trabalhadas. Um dos recursos para adotar esse processo com eficiência é atrair para o entorno da indústria principal todos os seus fornecedores, a fim de que eles produzam cada item à medida que se faça necessário, evitando a formação de estoque no interior da fábrica.

O controle de qualidade e a preferência do consumidor também são levados em consideração neste sistema. Diante das oscilações do mercado interno e mundial, está ficando cada vez mais difícil para os empresários japoneses, manterem, por exemplo, a estabilidade, a sofisticação e o encarecimento da mão-de-obra japonesa, é por isto que uma das estratégias adotadas, tendência no mundo, é a contratação precária de trabalhadores imigrantes, que podem ser dispensados a qualquer hora sem maiores encargos sociais para as empresas frente às quedas de produções.

⁵⁶ Coriat (1994).

O que, por sua vez, nos cabe ressaltar aqui é que o território com toda a sua história específica do lugar pode ser visto como um campo de forças hegemônicas e não-hegemônicas. As forças hegemônicas seriam provenientes do mercado (consideremos o mercado que necessita também e cada vez mais de mão-de-obra precarizada), e do Estado (que procura controlar os fluxos). As forças em princípio não-hegemônicas incluem os migrantes (ávidos por trabalho necessariamente acompanhados de melhores salários, por isso mesmo submetidos às forças hegemônicas). O território comporta, além disto, a co-existência de redes técnicas (rede de empresas, de transportes, de informações), redes sociais (migrantes, familiares e amigos) e redes mistas, técnicas e sociais, como as empreiteiras, por exemplo, ligadas ao capital e aos migrantes ao mesmo tempo (não que as outras não a sejam).

A questão, porém, é que as redes de apoio, de solidariedade, de convivência e de família dos brasileiros re-criadas e estabelecidas no território japonês, se estabelecem emaranhadas, ou mesmo abaixo das redes técnicas-capitalistas, não se configurando em verdadeiras redes emancipatórias. É, todavia, na junção e nas conexões estabelecidas entre estas redes técnicas e redes sociais que se compõem o movimento. Redes, que em seu conjunto, formam as redes geográficas do território, conectando-o ao mundo moderno, cada vez mais moldado à luz do consumo.

CAPÍTULO 3

O DEKASSEGUI NO TERRITÓRIO JAPONÊS:

AS RELAÇÕES NO MUNDO MODERNO

“A principal razão para a dependência dos favelados com relação ao sistema político parece ser a vulnerabilidade de seu status como habitantes urbanos... Favelados são cidadãos-hóspedes das metrópoles latino-americanas, como os imigrantes estrangeiros são os cidadãos-hóspedes das economias capitalistas avançadas” (Castells, 1983).

Neste momento torna-se importante analisar o território japonês do ponto de vista do consumo. Espaço geográfico em que os dekassegui estão se dirigindo e buscando a sua inserção, seja ela em princípio temporária, indefinida ou mesmo permanente. Podemos considerar a Revolução Meiji (o governo esclarecido) como um marco da modernidade no Japão. Para Ortiz (2000) Meiji significa modernidade e unidade nacional com a centralização do poder na figura divina do imperador. A ordem tradicional é desorganizada e em seu lugar surgem novos arranjos sociais. Este movimento englobava uma revolução industrial e também uma revolução cultural que visava à integração do território japonês.

A integração tinha por base, principalmente o fator político-econômico com o estabelecimento de um mercado, de uma moeda nacional e de uma única língua oficial.⁵⁷ A integração lingüística do Japão era também parte importante deste projeto de modernidade, que tinha como objetivo uma re-ordenação e fortalecimento do próprio território japonês. Esta adequação se fazia necessária frente as maiores influências do mundo exterior e as estratégias de disputas pelo poder no cenário internacional.

De acordo com Barros (1991), na Restauração Meiji que durou aproximadamente trinta e sete anos (1868-1905), houve a instalação do estado nacional japonês e a transformação do Japão, de uma sociedade agrária e feudal, 250 anos isolada do mundo, em uma potência industrial moderna. Para Tsukamoto (1973), nesta Revolução Meiji o Japão com políticas de reformas no campo, abandono de um sistema feudal de produção, incentivo a industrialização e abertura do comércio, coloca-se em uma situação de instabilidade econômica com grande quantidade de trabalhadores, muitos falidos ou expulsos do campo, sem trabalho.

---

⁵⁷ No Japão tradicional havia diferenças dialetais consideráveis. A língua escrita e falada variava consideravelmente nas diversas regiões do país. O governo teve de iniciar uma política de padronização lingüística, pois somente dessa forma poderia envolver o conjunto dos habitantes dentro de uma mesma norma. (Ortiz, 2000).

É diante deste contexto de mudança e crise social que o governo japonês interessado em estreitar relações com outros países adota em seu território uma política de emigração.⁵⁸ Há neste momento, portanto, dois movimentos importantes, um primeiro em direção às cidades em expansão, mas que não conseguia atender a demanda de inserção desta população que chegava do campo⁵⁹, e um outro em direção aos outros países interessados em mão-de-obra. Os dois movimentos eram o reflexo do processo de modernização do país. Cabe, no entanto, ressaltar que o segundo movimento visava a atender os interesses dos comandantes do território em questão, envolvidos com o projeto imperialista japonês, e do novo continente em formação.⁶⁰

Segundo Bomtempo (2003) o Japão no final do século XIX e início do século XX estava passando por mudanças econômicas e políticas, que atingiram toda a sociedade. O Japão estava em meio à restauração Meiji, que implicou no impulso inicial para o seu desenvolvimento e fundação como país moderno, no período de 1868 a 1912. (Lima, 2001). *“Era um Japão que estava passando do período feudal para um Estado moderno, pautado na industrialização, com a inovação das técnicas. Assim, os pequenos produtores rurais estavam com dificuldades para dar continuidade à atividade agrícola. A crescente população era uma barreira a ser enfrentada, por causa da pequena extensão territorial do país. O Japão era o lugar dos sonhos perdidos, o lugar das impossibilidades de ascensão econômica e social e, nesse caso, a emigração era uma alternativa”* (Bomtempo, 2003, p. 35).

Podemos dizer que está foi a grande territorialização capitalista no Japão, ao mesmo tempo em que, segundo Hasbaert (2004), esse movimento de desmantelamento do sistema feudal, com a saída de população do campo para as cidades e para outros países pode ser visto como a primeira grande desterritorialização capitalista, relacionada à origem do capitalismo, ao seu ponto de partida, que é a chamada acumulação primitiva de capital, separando produtor e meios de produção. Trata-se da expropriação do povo do campo de sua base fundiária e sua transformação em trabalhador livre rumo ao assalariamento, em

---

⁵⁸ Tsukamoto (1973).

⁵⁹ Ortiz (2000).

⁶⁰ As primeiras levas de emigrantes japoneses se dirigiram para o Havaí, com a incorporação do Havaí pelos Estados Unidos, as correntes imigratórias seguiram para o oeste dos Estados Unidos. Para o Canadá os emigrantes executaram trabalhos na frente pioneira de ocupação. No Peru, exerceram trabalhos em indústrias pesqueiras e madeireiras, posteriormente foram enviadas levas de emigrantes para o Brasil que atendiam principalmente a demanda de trabalho das fazendas de café do estado de São Paulo e aos interesses de colonização do território brasileiro. (Tsukamoto, 1973).

outras cidades e também para nós, em outros países, neste momento histórico e nesta situação geográfica.⁶¹ *“Há dissociação entre trabalhador e “controle” (domínio e apropriação) dos meios de produção (da terra para cultivar à fábrica ou aos instrumentos para produzir) é a grande desterritorialização, imprescindível, de qualquer modo, à construção e à reprodução do capitalismo”* (Hasbaert, 2004, p. 175).

Há um grande investimento do Estado japonês em bancos, ferrovias, transportes urbanos, comunicações, correios, telégrafos, portos, indústrias. Este setor moderno da economia toma fôlego durante a primeira guerra mundial, mas não ira substituir as antigas formas de organização produtiva. Até o final da segunda guerra mundial os setores moderno e tradicional coabitam entre si. Se as produções de ponta se agregam em torno dos maquinários, indústrias têxtil, processamento químico, armamentos, o setor tradicional é sobretudo responsável pelos bens de consumo.⁶²

De acordo com Ortiz (2000), o Japão passa a idealizar os feitos, os valores e as maneiras de ser da civilização ocidental, imitando, disseminando e aperfeiçoando os valores de uma civilização técnica. “A ocidentalização desenfreada contrapõem-se à valorização das tradições ancestrais” (Ortiz, 2000, p. 55). Esta situação se realizou, no entanto, selecionando e adaptando as influências ocidentais, escolhendo e direcionando parte da tradição na construção da modernidade. A centralidade do Estado-nação foi decisiva neste processo, uma vez que foi o fórum capaz de dar sentido à incorporação dos elementos importados ou vindos de fora e de reformular e adaptar o patrimônio legado pela história.⁶³

Hoje a marca ocidental no Japão é visível por todo o território, alias a sua inserção de comando e difusor do ideal de modernidade no mundo globalizado pode ser expresso no modo de vida moderno dos japoneses, incorporado principalmente dos Estados Unidos. Os valores tradicionais foram apropriados pelo desenvolvimento capitalista. Eles ainda existem, mas precisam ser procurados na sua essência.⁶⁴ Alguns entrevistados indagados sobre se o Japão devido à presença dos brasileiros encontra-se “abrasileirado”, respondem

---

⁶¹ Estamos entendendo por situação geográfica o contexto produzido.

⁶² Uma parcela considerável da população empregada ainda se encontra fora do setor produtivo moderno. O consumo ainda vem marcado principalmente pelos produtos nativos, isto é, processados pelas pequenas indústrias locais e familiares (Ortiz, 2000).

⁶³ Ortiz (2000).

⁶⁴ Para aprofundamento desta questão e melhor compreensão dos aspectos culturais dos japoneses e dos seus descendentes no Brasil e no Japão, ver o trabalho de Fábio Ocada. *A tecelagem da vida com fios partidos: As motivações invisíveis da emigração de kasseguí ao Japão em quatro estações*, 2006.

prontamente que não, mas sim fortemente ocidentalizado. “*O Japão não se encontra abrigado, mas sim fortemente ocidentalizado, os japoneses absorvem praticamente tudo do Ocidente*” (dekasugui Tadeu, 2005). É por isto que aqueles que vêm ao Japão nutrido re-encontrar as suas origens, transmitidas pelos seus antepassados, acabam se decepcionando com o lugar.

Para Barros (1991), se não fosse a universal presença dos letreiros em *kanji* (ideogramas japoneses/chineses) e dos japoneses, seria difícil sentir que havia chegado ao Japão. Há pouca coisa visivelmente nipônica no trajeto de oitenta quilômetros que liga o aeroporto internacional de Narita a Tokyo e, embora se dilua à medida que nos afastamos da capital, generaliza-se à conclusão de que a ocidentalização, e, mais especificamente, a americanização, se alastrou pelo Japão em grau inimaginável. A grande surpresa que o Japão apresenta aos seus visitantes é a ausência do exótico, ele é talvez o menos exótico país oriental.

Para Ocada (2006), no entanto, por mais que os japoneses e seus descendentes de japoneses estejam se afastando das suas origens, não há um apagamento completo delas, alguma coisa ainda fica e resiste. Em seus estudos de doutorado ele vai tentar encontrá-las na memória dos idosos, seres que ainda carregam os valores antigos do Japão tradicional, e que estiveram presentes na formação das novas gerações, inclusive esta que migra do Brasil na condição de dekasugui. Barros (1991), apesar de constatar o enorme grau de ocidentalização do Japão, também afirma que o japonês continua a ser japonês nos seus valores mais pessoais e profundos, por exemplo, na sua insuperável percepção do outro e sua presença. Esta constatação também pode ser estendida ao território japonês que apesar de ocidentalizado, ainda guarda importantes rugosidades⁶⁵ do passado, e que de alguma forma estão vivas no presente.

A questão é que no primeiro momento de modernização do Japão forjou-se fortemente uma ideologia em benefício do trabalho destinada a sustentar a industrialização. A organização do tempo de trabalho foi decidida pelo Estado, que exaltava apenas as virtudes do trabalho, dando ao lazer um valor negativo. Até 1945⁶⁶, o consumo

---

⁶⁵ Coisas, objetos, ações, pensamentos, comportamentos, marcas culturais do passado ou de um outro período que de alguma forma estão presentes no mundo moderno. A tudo isto, pode-se chamar de rugosidade, termo trabalhado por Santos (1999). O Japão profundo, além das aparências e das roupagens ocidentais, que também compõem a realidade deste território, precisa ser mais bem investigado.

⁶⁶ O ano de 1945 marca a derrota do Japão na segunda guerra mundial, com as explosões das bombas atômicas lançadas pelos Estados Unidos sobre as cidades de Hiroshima e Nagasaki, bem como a passagem

difícilmente poderia ser correlacionado com o crescimento da renda nacional e o padrão de vida das pessoas era modesto. Ao incentivar a disciplina do trabalho, o Estado exige de seus governados uma cota de sacrifício em nome do bem geral. O esforço comum pode ser canalizado para uma maximização do progresso técnico (Ortiz, 2000).

Certamente a disciplina que remonta de tempos passados persiste no Japão⁶⁷, está presente na vida japonesa e no trabalho, apesar de apresentar sinais de crise entre os mais jovens, já nascidos na plena sociedade moderna de consumo japonesa. A conotação negativa do tempo de lazer por sua vez é transformada em um motor desta sociedade, que passa a ser um recurso importante na reprodução do capital. O tempo do lazer, que também pode ser considerado como tempo do consumo, passa a ser um momento tão importante quanto o tempo do trabalho.

A disciplina do trabalho, que se estende à disciplina também do lazer, é na verdade a disciplina do território que se sustenta até os dias de hoje, inclusive nas relações mais finas do cotidiano japonês, muitas vezes estranhadas pelos brasileiros, mas também absorvidas por estes, que as entendem como uma maneira de serem aceitos e mantidos no trabalho e na sociedade. Esta relação, no entanto, nem sempre é estabelecida de forma tranqüila. O sistema produtivo instalado nos espaços põe a todos como reprodutores dele, mas ainda sim existe uma bagagem cultural intrínseca de cada lugar, ou mesmo de cada pessoa, que se atrita quando é posta em contato lado a lado.

Harvey (1990), em sua análise sobre a mobilidade da força de trabalho, afirma que a oferta da força de trabalho também mostra necessariamente diferenciações internas. Para começar, a força de trabalho como mercadoria sempre tem um aspecto de “produto conjunto”: homens, mulheres, crianças, velhos e jovens, todos estão disponíveis para a exploração. Os capitalistas podem aproveitar estas diferenças, que podem ser históricas, religiosas, raciais e culturais a depender das circunstâncias, por exemplo, para dividir e governar a classe trabalhadora.

A disciplina, marca cultural japonesa, foi eficientemente incorporada pelo capitalismo japonês. Está presente nas fábricas, foi transferida para os objetos técnicos, se estende para o “espaço do consumo” e mesmo para o espaço banal, como propõe Santos

---

do território japonês na condição de inimigo, para a condição de aliado norte-americano, frente à expansão do projeto socialista no mundo. Foi então decisivo para a reconstrução do Japão, visto como um parceiro importante no continente asiático, as altas aplicações de capitais realizadas pelos Estados Unidos.

⁶⁷ A questão da disciplina japonesa tem suas origens no confucionismo e nas duas principais religiões do Japão, o budismo e o xintoísmo.

(1996). No depoimento do dekassegui Tadeu (54 anos, 2005), podemos observar sua preocupação em realizar as tarefas no trabalho da melhor maneira possível, a fim de conquistar a confiança dos japoneses. *“Eu e Agneta procuramos fazer isso, eu sempre fui assim, não é porque estou com mais idade, mas onde estou trabalhando eu procuro fazer da melhor maneira possível para a gente ganhar a confiança. O Elias, meu filho, entrou agora, se fosse somente pela empreiteira, ele não entrava na nossa firma, por causa dos problemas anteriores que ocorreu com o seu irmão, não entraria, mas como a gente procurou trabalhar bem lá, então fui falar com o chefe, o chefe mandou trazer ele, a empreiteira inclusive estranhou deles o admitirem, porque eles não estavam admitindo ninguém lá dentro”...*

Neste outro depoimento, podemos observar o choque das diferenças internas ou culturais das pessoas aflorando no ambiente de trabalho, mesmo estando todos submetidos ao mesmo sistema produtivo. *“O que aconteceu com a brasileira, ela falava bem a língua japonesa, vamos dizer assim, ela falava, entendia, lia e escrevia, então, era quase uma japonesa, só que a humildade a abandonou, o que aconteceu com ela, ela pensava que estava no mesmo padrão que o japonês, que era o chefe. Ela pensava que o fato dela saber falar o japonês era suficiente para debater com ele, só que independente de você saber falar a língua japonesa, você é peão aqui, nos todos somos considerados peão aqui! Eu sempre brinquei muito com os japoneses, ela quis mostrar que ela era a autoridade, sendo que ela se esqueceu que ela era brasileira...”* (Virgínia, 27 anos, 2005).

No depoimento de Virgínia (27 anos, 2005) podemos observar ainda a questão do gênero, sendo usada como diferença em benefício do capitalismo japonês. *“A mulher trabalha a mesma quantidade que os homens, às vezes nos trabalhamos até mais do que os homens e ganhamos menos do que eles, isto é uma desvantagem para nos mulheres, porque às vezes fazemos mais esforços, por exemplo, em uma fábrica de pães, bolos e doces. Num lugar deste a gente que é mulher trabalha mesmo! Ali dentro tem homens e mulheres, e os homens às vezes são mais devagar, e as mulheres são mais rápidas, não estou querendo falar mal dos homens, mais é a tendência...”*.

Na mesma fábrica em que também trabalhou Virgínia, Isaías, de 60 anos de idade, nos dá o seguinte relato: *“Eu pedi demissão de lá para vir para cá, a princípio, vim para trabalhar na padaria aqui, trabalhei uns dez dias mais ou menos, acho que era o excesso de gente, eles mandaram muita gente embora. De modo geral eles cortaram umas trinta*

peessoas, tinha muita gente, então os que entraram mais recentes na época, eles cortaram, dentre eles eu, uma das últimas levas que entraram lá... Então me mandaram embora, mandaram um, mandaram outro... até eles equilibrarem o pessoal, mas não gostei de trabalhar na padaria. Porque é trabalhar na esteira, aquilo não é para mim...” (Isaías, 2005).

“São dois turnos, de dia e a noite, na mudança de turno, tem uma fase, uma turma de dia que trabalha tal hora, eles tem um horário que o computador estabelece. Tem início à atividade do dia, os produtos da padaria têm a data certa, a validade... então o computador já está programado para isto, para colar as etiquetas nos produtos. É a data do produto tal, tem um horário certo para começar até completar as vinte e quatro horas para mudar o dia, então quando muda de turno, a turma da noite, o computador já está programado. O sistema entrava em funcionamento só a meia noite... então quando chegava no final do período... a gente termina aquela série... e aí o pessoal fica fazendo limpeza... até chegar aquele horário do sistema autorizar novamente... até então não dá para fazer, não sai o produto, é tudo cronometrado nesta produção, neste intervalo não tem praticamente nada o que fazer, a não ser a limpeza, o pessoal limpa a esteira, limpa a máquina” (Isaías, 60 anos, 2005).

Isaías reconhece não ter gostado de trabalhar nesta fábrica de pães, bolos e doces, que eles chamam de padaria, devido ao intenso ritmo de trabalho ditado pelo computador. A lógica da organização japonesa é projetada na máquina, no objeto técnico, que promove a regulação do tempo do trabalho, do tempo da produção na fábrica. O ser humano que não é capaz de se adaptar a essa lógica é descartado quando ocorre queda na produção, aliás, esta é uma característica importante nas relações do mundo moderno, que beneficiam as empresas em que os trabalhadores estão hoje à mercê, principalmente os migrantes.

Estas relações impregnam os seres humanos, o próprio espaço e são levadas para o cotidiano da vida, para outras dimensões da vida, ou seja, para o próprio espaço banal, como algo inevitável. Quanto mais moderno o país ou o lugar, mais estas relações estão presentes, atingindo em diferentes níveis ou graus os diferentes lugares e as diferentes pessoas de alguma forma, muitas vezes aparentemente invisível. Este processo pode ser rápido, devastador ou lento, sendo injetado em pequenas doses, como um veneno que se acumula ao longo do tempo, ao longo de uma vida, produzindo lugares vazios ou assombrados, levando a pessoa à morte, a fragmentação ou o sofrimento do corpo, o

empobrecimento e o adoecimento da alma e a destruição da natureza do mundo. Este processo é alucinógeno e também perturbador. Tentemos então, recuperar o lado benéfico desta modernidade enquanto há tempo.

3.1. Japão como o mundo do trabalho e como o mundo do consumo

Em seu estudo: *“O próximo e o distante – Japão e Modernidade – Mundo”*, Renato Ortiz (2000), descreve como o mundo do consumo vai ganhando força no Japão e se colocando como um importante traço da modernidade. Nos anos 60, o Japão se consolida como uma sociedade de massa. A política nacional estava pautada na produção da abundância, encorajando naturalmente a população a consumir, com o *slogan* “consumir é uma virtude”. Neste momento o mundo dos objetos que poderiam trazer o bem estar ou a satisfação perde a sua conotação pejorativa para se constituir na expressão do sonho, da aspiração de cada um. O que era entendido como excessivo, exagerado, dissipação de energia, é ressemantizado como um ideal coletivo. O mundo do consumo passa a ser tão importante quanto o mundo do trabalho.

No início o Japão, como na França do século XIX, conhece o florescimento das lojas de departamento, a “felicidade das senhoras”. Também os grandes jornais e as companhias produziam eventos com a nítida intenção de promover a venda de seus produtos. Um exemplo disso são as feiras, espaço no qual se buscava conjugar lazer e consumo. Entretanto, essas manifestações de modernidade se confinavam ainda a grupos restritos da população, atingindo apenas alguns setores das classes altas urbanas.⁶⁸

Segundo Ortiz (2000:81) é isso que nos permite compreender alguns testemunhos da época: *“A multidão de homens e mulheres vestidos com roupas ocidentais, saindo da estação de Tóquio todas as manhãs, indo para o trabalho em seus escritórios nos enormes prédios de ferros e concreto no bairro Marunouchi, dá a aparência de uma sociedade totalmente modernizada...”*. Neste momento há o convívio com o tradicional, principalmente no mundo da família, da casa, no espaço privado. Primeiramente ocorre então uma invasão do estilo de vida ocidental na área pública, aos poucos, entretanto, o espaço privado vai sendo colonizado, numa espécie de amalgama entre o moderno e o tradicional que resulta no Japão moderno dos dias de hoje.

---

⁶⁸ Ortiz (2000).

Mishima, um intelectual japonês desta época, que tem à sua disposição a herança samurai japonesa, descreve Ortiz (2000, p. 82-83), vive uma profunda rejeição da realidade que experimenta. *“A moda, o dinheiro, a emancipação feminina, o sucesso da mídia são para ele sinais de fraqueza, de perda das raízes, uma debilitação dos autênticos princípios ancestrais (em sua visão conservadora e masculina ele a aproxima à idéia de feminização dos sentidos). A morte, oculta e temida pela assepsia racionalista, torna-se um artifício de contestação radical, um mecanismo de redenção. Seu suicídio pungente e espetacular foi um ato desesperado diante das garras do presente iniludível. O gesto dramático caiu talvez no esquecimento, mas as críticas de Mishima indubitavelmente apontam para as mudanças substantivas que o Japão conhece. No pós-guerra, a modernidade inacabada tem os seus dias contados”*.

“Entre 1946 e 1973 o PIB japonês manteve um crescimento médio de 10% ao ano. O parque industrial se transforma (ferro, aço, máquinas, etc.), novas tecnologias são introduzidas e a produtividade no setor manufatureiro atinge uma das taxas mais elevadas do mundo... Os economistas sublinham que a estrutura industrial se altera, preparando o país para a sua terceira revolução industrial. Durante este período, desenvolve-se um forte mercado interno... O Japão torna-se um grande exportador de bens da indústria pesada (maquinário) e de produtos manufaturados confeccionados por uma alta tecnologia sofisticada, câmeras fotográficas, automóveis... A Guerra da Coréia (1950) e a Guerra Fria fazem com que o Japão se transforme no bastião do capitalismo americano na esfera de influência asiática” (Ortiz, 2000, p.83).

O crescimento econômico não atingiu unicamente as classes abastadas. A distribuição de renda favorece a população como um todo, sendo responsável pela expansão de uma nova e ampla classe média e pela melhoria do nível de vida nos moldes do capitalismo moderno. O crescimento das cidades é vertiginoso, a zona rural se despoeva e a mão-de-obra empregada nos setores secundário e terciário suplanta a população economicamente ativa na agricultura. Verifica-se também a emergência de uma “cultura de massa” concomitantemente com a ascensão das indústrias culturais. Todavia não se deve pensar que as manifestações de cultura popular tradicional declinem inteiramente, elas na verdade perdem em atração e convencimento, resistindo ou sendo transformadas para o pólo dos produtos culturais.⁶⁹

---

⁶⁹ Ortiz (2000).

Um aspecto importante para este estudo, e decorrente das mudanças sócio-econômicas refere-se ao consumo. Entre 1957 e 1980, segundo Ortiz (2000), a produção e a difusão de bens duráveis cresce vertiginosamente. Geladeiras, televisores, ar-condicionado, aspiradores de pó, automóveis, máquinas de lavar roupa, câmeras fotográficas, considerados até então raridades tornam-se cada vez mais comuns. A expansão dos bens duráveis pode ainda ser relacionada à mudança do padrão alimentar que se diversifica e ganha novos sabores e novas roupagens. Pois bem é para este território que o dekasegui se dirige, e se depara, não para outro. O território possui muitas dimensões, cabe ao pesquisador, no entanto, a leitura e a ressalva de uma delas ou de algumas delas para explicar o fenômeno em questão, tendo sempre como perspectiva a totalidade do espaço geográfico.

Com base no trabalho de campo realizado no Japão (2005) podemos dizer que as cidades japonesas, que tivemos oportunidade de visitar e realizar a pesquisa de campo com os brasileiros⁷⁰, de maneira geral, são muito bem servidas de shopping-centers, lojas, supermercados, etc. Por toda cidade se encontram lojas de conveniência, que possuem uma variedade enorme de produtos, alimentos, revistas, jornais, bebidas, filmes fotográficos, doces, etc. O dekasegui também entra no circuito de produção e de consumo japonês. Na fábrica participa deste processo de produção como força de trabalho e trabalhador, no “espaço do consumo” presente maciçamente nas cidades, também tem condições de participar. No Brasil, muitas vezes, não tem condições de participar nem de um espaço e nem de outro.

Além da grande presença de lojas de conveniência, há também muitas lojas de cem *yen*, conhecidas como *hyako yen*, que seriam semelhantes às lojas de um real e noventa e nove centavos do Brasil, porém com uma variedade, preço e qualidade de mercadorias superiores aos daqui. Existe uma diversidade muito grande de mercadorias nos estabelecimentos comerciais, em supermercados as opções de produtos são diversas, há, por exemplo, diferentes qualidades de chocolates, balas, sorvetes, verduras, legumes, enlatados, peixes, carnes, sucos, pães, etc. Muitos alimentos são práticos, prontos ou praticamente prontos para serem preparados ou comidos. A aparência do produto é perfeita, as frutas são perfeitas, coloridas e na maior parte das vezes saborosas. As embalagens são sempre atraentes e seduzem os consumidores, tanto japoneses quanto

---

⁷⁰ Cidades de: Komaki, Nagoya, Minokamo, Kani, Kariya, Hamamatsu, etc.

brasileiros. De maneira geral, todos são convidados a consumir, e todos podem consumir, desde que trabalhem e tenham dinheiro. E lá no Japão há trabalho, dinheiro e consumo para os brasileiros, apesar de todos os problemas enfrentados por estes e da tristeza nos olhares de muitos deles por estarem longe de casa.

Podemos observar também que alguns brasileiros procuram sempre que possível os preços mais baratos, ou produtos em promoção, mas nem sempre isto é possível, pois é sempre irresistível não se levar pela atração das mercadorias, ou ao estilo de vida moderno. Os diferentes tipos de sorvetes e outros alimentos, por exemplo, despertam os desejos nas pessoas, muitas vezes reprimidos, ou trocados por outros sentimentos. É um verdadeiro *Show de Truman* com a diferença de que não é um filme, mas sim algo que acreditamos ser verdadeiramente real⁷¹, e por isto mesmo passível de sofrimentos profundos.⁷² O fato é que o Japão enquanto “espaço do consumo perfeito” é acessível aos brasileiros. Praticamente todos têm acesso, no entanto parte deles ainda tem a perseverança de trabalhar muito para poupar e regressar ao Brasil, vivendo uma vida mais regrada do ponto de vista da participação no consumo.

A questão é que mesmo levando uma vida mais regrada, isto não deixa de ser um ato repressivo de viver, principalmente quando se vive em uma sociedade ou em um mundo construído de objetos sedutores e saborosos. Nascer, crescer e viver no mundo do consumo, sem poder usufruir deste meio, não deixa de ser uma violência. Neste mundo todos os sentidos, visão, audição, olfato, tato, paladar são acessados e estimulados para os prazeres do consumo, já são gerações e gerações sendo educadas, catequizadas neste meio cada vez mais artificial, regado de promessas e imagens de felicidade. A contra violência ou uma contra racionalidade segundo a proposta de Santos (1999), parece ressurgir

---

⁷¹ O filme *O Show de Truman* nos apresenta um mundo perfeito, criado por uma equipe de televisão, tendo um mentor principal, que se sente Deus, e quer controlar a vida de Truman, uma criança que se torna adulto, acreditando por um longo tempo que aquele mundo criado e manipulado é real. Sua vida é passada ao vivo, 24 horas, desde o momento do seu nascimento, a todos os telespectadores, do outro mundo, tido como real. Há a sensação de que todos estão prisioneiros do mesmo sistema, tanto os de fora, quanto os de dentro. Todavia alguma coisa incomoda Truman naquela perfeição, colocando a necessidade do rompimento com aquele mundo. (Filme: *O Show de Truman*. O Show da vida. Diretor Peter Weir, EUA, 1998).

⁷² Não podemos deixar de relatar aqui a triste experiência de ter acompanhado o enterro no Brasil, de um dekassegui de 38 anos, que morreu trabalhando em uma fábrica no Japão, vítima de um ataque cardíaco. No Japão é hábito a cremação dos corpos. Não deixou de ser no mínimo perturbadora a sensação de ver em uma vasilha delicada de porcelana japonesa os restos deste corpo, ou melhor, desta pessoa. As sobras dos seus ossos visivelmente assépticos e brancos. Este dekassegui cuidava de um irmão, também dekassegui, inválido e inconsciente em uma cama do hospital no Japão, vítima de confrontos com gangues no Japão. Coube a um outro irmão que já estava a mais de oito anos lá, sem ver sua família no Brasil, esposa e filhas, trazer de avião, a vasilha de porcelana decorada com flores contendo o que havia sobrado, pelo menos materialmente, do seu irmão. Estar junto a esta família neste momento no cemitério foi algo realmente inexplicável (2006).

daqueles que vêem a tudo isto e não podem participar verdadeiramente disto, de forma lícita, aqueles que vivem nas sombras, e que se misturam com as sombras, surgindo para nós em momentos e lugares inesperados. A cidade é o espaço “privilegiado, condenado ou revolucionário” onde tudo isto se dá e pode vir a se dar.

No caso dos dekasseguis, não podemos afirmar aqui que se trata de um consumismo desenfreado, e sim de um modo de vida a que estão submetidos, com graus de envolvimento diferenciado. Aliás, que todos nós estamos submetidos de uma forma ou de outra. Uma verdadeira tecnoesfera (técnica e materialidade do meio) e uma psicoesfera (ideologia e sentidos do período) que atravessam o mundo, o tempo e a vida das pessoas. A diversidade das mercadorias abrange todos os setores do comércio, roupas, eletroeletrônicos, brinquedos, móveis, plantas, flores, acessório para jardins, perfumes, jóias, sapatos, bolsas, CDs, DVDs, material escolar, enfeites, etc.

De acordo com Barros (1991), mal se entra em contato com o Japão e sua riqueza salta aos olhos. Ela é evidente na profusão das obras e serviços públicos que ostentam por toda parte o mesmo nível de modernidade e cuidado. A exposição e choque maiores de riqueza se acham, contudo, nos *depato*, lojas de departamentos que são encontradas em muitas cidades. Para este mesmo autor não se trata, muitas vezes, de uma riqueza ostentatória, nem afrontosa, a discrição e o bom gosto amenizam o luxo. O que espanta é a variedade, a abundância e os preços.

Para Isaías (60 anos, 2005) *“se bobear eles consomem a gente! Tem muitos aparelhos eletrônicos, é uma tentação, se você não tomar cuidado, você deixa todo o dinheiro aqui”*. *“Eu quando cheguei do Brasil, agora eu já enjoei, eu fiquei encantada com a parte alimentícia, pães, você vai ali no apta (mini shopping-center), tem aquela padaria, ou mesmo dentro do supermercado, tem os rocamboles, os pães são maravilhosos, doces, muitas coisas gostosas... No Brasil não chega a ter essa variedade assim, de bolachas, de salgadinhos, é diferente, e tudo bom, a qualidade é excelente”* (Selma, 42 anos, 2005). *“É que aqui os produtos são muito cuidadosos...”* (Isaías, 2005). *“São selecionados”* (Selma, 2005). *“Eu fico impressionado com as embalagens daqui dos produtos alimentícios, acho que as embalagens custam mais caras que os próprios produtos. Tem muitas novidades”* (Isaías, 2005).

“Dos peixes e carnes à cerâmica e às confecções, das frutas aos cosméticos, dos kimonos às gravatas, ali estão presentes... as griffes... do mundo flutuando num oceano de

produtos japoneses que nada lhes fica a dever” (Barros, 1991, p. 69). O Japão tem um dos mais altos custos de vida do mundo. A altura dos preços está em qualquer tabuleta e etiqueta. Dos gêneros se estende aos aluguéis, contas de água e luz, transportes, mensalidades escolares, etc.⁷³

Miuka, de 43 anos, está no Japão há aproximadamente dez anos, juntamente com seus três filhos, um deles é casado, e mora em uma outra residência, porém na mesma cidade. Para ela o custo de vida no Japão é muito caro, e todo seu dinheiro praticamente vai para as despesas do dia a dia, principalmente na manutenção de um dos filhos na escola japonesa. O fato de ser mulher e ser separada, e com isto ter que manter as despesas da família no Japão é um fator muito ressaltado por ela. *“Eu só compro o necessário, porque não sobra tanto dinheiro assim, para comprar além do necessário, então eu compro o básico, e o necessário, ainda mais que estou com um dos meninos na escola. Tenho dois filhos aqui... Eu pago a escola, se bem que é pouco, mas eu pago, o que é caro mesmo são os uniformes, eles fazem esportes, praticam esportes e o material que eles usam é muito caro...”* (Miuka, 2005).

Poderíamos falar também em uma “educação do consumo”, ou seja, uma educação desenvolvida para o consumo, de uma disciplina, originária da cultura japonesa re-incorporada e transferida para a fábrica e presente também no “espaço do consumo japonês”. Esta disciplina se estende desde a maneira de se embalar um produto, combinando cores, fitas e embalagens até o atendimento ao consumidor. A relação vendedor – consumidor é na maioria das vezes sempre muito cordial, usam-se sempre as palavras *sumimassen* (com licença) antes de comprar ou vender, e o agradecimento, *arigato gozaimasu* (obrigado), de ambas as partes.

No ato da compra, o dinheiro é posto em uma pequena cesta, e o troco devolvido é anunciado em voz alta, seguido de um cumprimento de agradecimento, este comportamento é quase sempre automático. O atendimento parece ser padrão, em caixas de supermercados e lojas de conveniência o atendimento é rápido, pois o outro consumidor não pode ficar esperando em detrimento do primeiro. A devolução do troco não é problema, logo tanto faz dar ou não trocados, o importante é não demorar, ser ágil. Tudo parece funcionar em perfeita sincronia e harmonia, desde a caixa registradora, até o comportamento dos vendedores.

---

⁷³ Barros (1991).

O problema é que nem sempre os brasileiros conseguem se adequar totalmente a este ritmo do “espaço do consumo”. Ocorrem constrangimentos e conflitos de ambas as partes, até se chegar a uma adequação das ações dos imigrantes com as ações da população local em conjunto com os sistemas de objetos técnicos do mundo neste lugar. Em outras lojas e estabelecimentos comerciais o atendimento pode ser mais demorado e atencioso, ou repulsivo, por se tratar de uma clientela de imigrantes. Há relatos de alguns brasileiros que ao entrarem em estabelecimentos comerciais passam a ser mais vigiados pelos vendedores japoneses.

Este fato está associado a pequenos furtos realizados por alguns brasileiros em estabelecimentos comerciais. De acordo com o depoimento de um entrevistado, ficou conhecido o episódio de um estabelecimento comercial que colocava uma suave música brasileira quando notavam a presença de brasileiros dentro do recinto. Em princípio os brasileiros ficaram lisonjeados com o gesto da loja, acreditando ser uma saudação de boas vindas, porém logo perceberam que era uma tática usada pelo estabelecimento para alertar os funcionários de que havia estrangeiros circulando no seu interior.

Mas em muitas lojas, bancos, e mesmo em órgãos públicos é notória a ressalva dos brasileiros quanto à organização e a eficiência do atendimento, fato que dificilmente acontece no Brasil. É visível também o esforço dos japoneses, principalmente nos espaços de comércio e consumo, em explicar o funcionamento de uma mercadoria aos brasileiros, que nem sempre entendem a língua japonesa. Na maioria das vezes, no entanto, o atendimento é tão padronizado que o vendedor não percebe a dificuldade enfrentada pelos estrangeiros no ato da escolha e da compra do produto. Os vendedores agem da mesma forma como agem com os japoneses, falam rápido e em tom de voz baixo, o ato em si, da compra e venda, acaba sendo muito automático para os japoneses que visam ao funcionamento do sistema desde a produção propriamente dita até o consumo. É evidente que este comportamento também revela e guarda maneiras de ser intrínseca da história do lugar.

A “educação do consumo” tem o seu limite, causando algumas vezes irritação nos funcionários e vendedores dos estabelecimentos comerciais, quando os brasileiros, por exemplo, se encontram distraídos ou descontraindo, não prestando a devida atenção no que deve ser feito neste momento da realização do consumo. Esta irritação também acontece no

espaço da fábrica quando os brasileiros não conseguem entender como deve ser feito o serviço ou fogem do padrão de comportamento estabelecido no trabalho.

De acordo com Virgínia (27 anos, 2005) por mais que seja proibido conversar trabalhando, ela continua conversando. Para ela o importante é corresponder à produção exigida pela fábrica. *“Se estou dando conta do trabalho, por que é que eu não posso falar, eu não sei trabalhar quieta. E outra coisa, o chefe vive me proibindo de mascar chiclete e levar balas na fábrica, pois eu vou com o bolso cheio de balas e chicletes e ainda ofereço para ele!”* Virgínia é uma dekassegui que dificilmente consegue ficar muito tempo na mesma fábrica, mesmo assim diz apreciar muitos aspectos do Japão. Afirma que pretende no futuro, voltar a morar no Brasil, mas neste momento prefere ficar no Japão. *“Aqui tenho trabalho, ganho meu dinheiro, e posso visitar o Brasil, quando sinto necessidade...”* (Virgínia, 2005).

3.2. Lugar e identidade: o consumo invadindo a vida

Uma das principais questões perseguidas neste estudo vem sendo, portanto, o consumo, sempre relacionado à questão do trabalho, enquanto um elemento (ou momento) importante no movimento migratório dekassegui. Não como único motor da migração contemporânea, mas como uma variável chave do espaço geográfico. O consumo entendido como uma importante etapa do sistema produtivo capitalista, materializado no espaço e presente, com muita força, no cotidiano das pessoas.

Concordamos com Ocada (2006) quando ele coloca que a condição dekassegui é um meio para se dirigir ao Japão, e que muitos motivos, inclusive os subjetivos, por vezes desconhecidos do ponto de vista dos migrantes, estão presentes no ato de migrar ou se deslocar no espaço. Existem os fatores estruturais, como as forças do mercado, do Estado, do território, e também os fatores subjetivos, relacionados aos dramas pessoais, às inquietações interiores, aos desejos mais íntimos, aos sonhos e à busca de algo relacionado ao passado ou ao futuro. Tudo isto sendo atravessado pelo capitalismo no período atual.⁷⁴

---

⁷⁴ Pensamento elaborado principalmente a partir da Palestra *“Um estudo sobre as motivações da emigração dekassegui ao Japão”*, proferida pelo Prof. Dr. Fábio Ocada, e das discussões que se seguiram no Grupo de Estudos de Migrações LABUR-DG-USP & CEM, no dia 28 de setembro de 2006 e durante o 2º Semestre de 2005.

De todos os modos, a força destes fatores em conjunto está presente nas migrações internacionais. Estamos, no entanto, ressaltando o fato do movimento de kassegui se realizar em duas sociedades capitalistas do mundo moderno, Brasil e Japão. Sociedades estas que possuem tanto na sua história como no presente atual a ligação do movimento de pessoas. Primeiramente a imigração japonesa para o Brasil iniciada no século passado a partir de 1908, e a reversão do fluxo, a partir de 1980, com parte dos descendentes de imigrantes japoneses e seus cônjuges não descendentes migrando para Japão.⁷⁵

Em ambos os casos podemos, através de nossos estudos, afirmar que se trata tanto de um movimento de população no espaço quanto de um processo de migração. Nas duas colocações estão presentes a vida humana. É impossível descolar as diversas dimensões da existência humana, no que se refere ao assunto em questão. O fato de deixarem um lugar para viverem em um outro lugar por um determinado ou indeterminado tempo, já os coloca na condição de migrantes.

Uma interpretação interessante de migração é dada por Salim (1992), que se baseou em uma pesquisa feita pela Organização das Nações Unidas, no ano de 1970. *“A migração é definida como sendo o deslocamento de uma área definidora do fenômeno para uma outra (ou um deslocamento a uma distância mínima especificada), que se realizou durante um intervalo de migração determinado e que implicou uma mudança de residência”*.⁷⁶ Nesta colocação o termo área poderia muito bem ser substituído pelo termo território, uma vez que a definição do movimento migratório, vem da articulação de situações específicas tanto do território de origem, quanto do território de destino em um contexto de globalização⁷⁷ e mundialização do capital⁷⁸. Não deixando de considerar também as especificidades de cada grupo e as dimensões inerentes de cada migrante.

O fato é que a necessidade de submeter ao mercado de trabalho e as explorações do trabalho para receberem um salário, no sistema capitalista, põem os migrantes, na condição de força de trabalho mobilizada para o capital (Gaudemar, 1977 & Peliano 1990). Principalmente fora, mas também dentro, do mundo do trabalho ou mais especificamente no mundo da fábrica, regulada pelo tempo hegemônico do relógio produtivo, há o mundo

---

⁷⁵ Tsukamoto (1973), Asari (1992) e Ferreira (1997, 2001).

⁷⁶ Póvoa Neto (1997).

⁷⁷ Santos (2000).

⁷⁸ Chesnais (1996).

do consumo, ou o “espaço do consumo”, em que o sentido de ser cidadão de acordo com Santos (1987), vai se perdendo cada vez mais, dando lugar a figura do consumidor.

É importante ressaltar também que, em uma outra linha de pensamento, as discussões realizadas no Núcleo de Estudos em História Oral, da Universidade de São Paulo, coordenado pelo professor José Carlos Sebe Bom Meihy (2006), revelam a existência de várias identidades em jogo em uma única pessoa, sendo esta identidade acessada conforme a situação em que se encontra esta pessoa. A identidade é, portanto, acionada de acordo com o lugar em que se está ou que se é colocado. As múltiplas identidades também podem sugerir uma indefinição de identidade, ou mesmo a afirmação de uma delas.⁷⁹

Assim o migrante, além de ser força de trabalho, trabalhador ou consumidor no capitalismo, é também pai ou mãe, mulher ou homem, velho ou jovem, etc.⁸⁰ Sob as diferentes identidades há a identidade hierárquica proveniente do Estado Nacional, que estabelece, por exemplo, que os dekassegus sejam brasileiros e não japoneses, por mais que sejam descendentes de japoneses.⁸¹ A partir disto podemos dizer que o lugar ao mesmo tempo em que participa da produção da identidade, aponta e muitas vezes exige uma determinada identidade, características ou comportamentos, e a pessoa ou o migrante responde, aceitando, contestando ou entendendo esta solicitação ou situação.

Para Carlos (1996), o lugar é produto das relações humanas, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura produzindo a identidade, posto que é aí que a pessoa se reconhece porque é o lugar da vida. O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar liga-se indissociavelmente à produção da vida. No lugar emerge a vida, pois é aí que se dá a unidade da vida social.

No entanto, o que estamos discutindo aqui é um fato que para nós é relevante neste movimento de kassegui, a questão do consumo, importante marca ou variável do período atual, fortemente presente no espaço geográfico,⁸² ou seja, a vida se realizando-se no “lugar do consumo” e fluindo no mundo do consumo. Caberia, no entanto, pensar também

---

⁷⁹ Meihy (2004) e Bauman (2005).

⁸⁰ Harvey (2004).

⁸¹ Estamos compreendendo que os cônjuges, não-descendentes casados com descendentes de japoneses também podem ser considerados de kassegui. É importante lembrar também que há de kassegui provenientes de outros países da América Latina.

⁸² Santos (1987) e Santos (2000).

a questão do lugar produzido para o consumo, onde o consumo se dá, enquanto um meio e um fim. Neste lugar existem não só os consumidores, mas também as pessoas.

Qual ou quais identidades estariam sendo produzidas neste lugar? A identidade do consumidor, do cliente, do usuário, do vendedor? Que relações e emoções emergem, além daquelas já pré-definidas pela lógica intencional do lugar? Para alguns nenhuma, mas como afirmar de fato isto? Do lugar estariam emergindo emoções ingênuas, falsas, prazerosas, alienadas, felizes, angustiantes, espontâneas, automáticas, verdadeiras, programadas, reais, perturbadoras... O mundo da fantasia também é o mundo consumo, o mundo dos sonhos, materializado no espaço geográfico, que reina na atmosfera do meio, no ar que respiramos, naquilo que vemos, tocamos, sentimos, ouvimos, cheiramos, pensamos, imaginamos, aspiramos, desejamos e sonhamos.

Algo que em princípio parece propor a transcendência, a ilusão, a fuga, a superação dos problemas, ou dos conflitos e que também traz alguma alegria, a fascinação, alguma indiferença, incômodo e alguma reflexão. A consciência da satisfação imediata e descartável. Se o mundo do consumo é o mundo do descartável e do supérfluo, se os objetos postos como mais valiosos são descartáveis, os seres humanos, quando não munidos das condições de deter estes objetos, também se tornam “descartáveis”. Enquanto consumidores são interessantes para o capital.

No Grupo de Estudos de Migrações, a professora Ana Cristina Nasser (2006) indagou a dois jovens ex-dekaseguis, porque estes haviam agüentado nove anos em condições de forte pressão e ritmo de trabalho no Japão, além dos choques culturais que enfrentaram, inclusive dentro da fábrica, nesta condição de migrantes estrangeiros.⁸³ E a resposta dos dois jovens foi muito reveladora.

---

⁸³ Mesmo sendo descendentes de japoneses, os dekaseguis são tratados como estrangeiros no território japonês. Não são considerados japoneses. Os filhos dos dekaseguis nascidos no Japão são inclusive registrados como brasileiros no Consulado do Brasil. O motivo de serem considerados estrangeiros no país dos seus ancestrais causou constrangimento em muitos dos descendentes de japoneses que nutriam o pensamento de algum pertencimento ao Japão. Este pensamento foi construído e transmitido principalmente pelos seus pais, avós ou antepassados que de lá vieram. No Brasil, muitas famílias de descendentes de japoneses, tratavam o não descendente como *gaijin*, o outro, o diferente. No Japão estes descendentes de japoneses assim como os demais estrangeiros também são chamados de *gaijin*, isto em si, já foi algo difícil para os descendentes, que acreditavam serem pelo menos em parte, também japoneses. Em uma das falas do filme de Tizuka Yamasaki, “Ama-me como sou”, 2005, uma das personagens, descendente de japoneses, casada com um descendente de espanhol, diante do choque cultural em que viviam, afirma para ele: “Nós somos todos *gaijin*!”. Isto também em referência ao fato de estarem no Brasil e viverem a experiência de ser dekasegui no Japão.

A jovem dizia que o ambiente da fábrica era sufocante e que trabalhava muito, e por isto, para superar tudo aquilo, ela cantava, fazia planos do que fazer quando voltasse ao Brasil, etc. Afirmou também que após sair daquele mundo do trabalho, ela tinha dinheiro, tinha a sua internet, as suas revistas, tinha a TV por assinatura e com isso podia assistir à Rede Globo, ou seja, tinha o acesso ao mundo oferecido pela modernidade. Por meio destes objetos técnicos, adquiridos e oferecidos lá no Japão, ela podia ter acesso ao Brasil. O acesso inclusive a estes meios, ou a estes objetos técnicos. Posteriormente afirmava ela “Vou voltar para o Brasil para fazer o quê?”

O outro jovem nos disse: “Fui com um pensamento inocente, vou ficar dois anos no Japão, juntar dinheiro, quero conhecer os países da Polinésia”. Para ele a vida na fábrica era realmente “robótica”. Outros dekassegui, no entanto, não têm esta percepção. Mas de acordo com este jovem, quando se sai da fábrica, a pessoa tem dinheiro, pode viajar para as ilhas da Indonésia, neste sentido, fora da fábrica a vida lá é uma maravilha. Ana Cristina Nasser, no entanto, continuou a questionar: “Então por que você voltou para o Brasil?”

O jovem então respondeu: *“Comecei a questionar tudo isto, minha cabeça estava atrofiando, vou me tornar um robô, mais da metade da minha vida só no trabalho. Nossa cabeça vai atrofiando. Eu jogava na mega sena lá no Japão, para ganhar muito dinheiro, e poder matar o chefe! Há também aqueles que se perdem no patinko”* (jogos eletrônicos, uma espécie de cassino eletrônico que se perde dinheiro, mas que se pode ganhar dinheiro).⁸⁴

A partir desta discussão podemos observar além de outras coisas a articulação da esfera produtiva. O mundo confinado da fábrica em articulação com o mundo do consumo. Todo o esforço despendido no primeiro mundo encontra a sua recompensa no segundo mundo. O consumo, ao mesmo tempo em que integra o sistema produtivo, serve como emoliente e válvula de escape. O consumo transpassa o espaço, rearticula a cidades e se impõe na vida das pessoas, trazendo a promessa da felicidade eterna, mas que se realiza apenas no efêmero, no momentâneo. Muitas vezes na duração do fascínio da mercadoria, ou mesmo do prazo de validade do produto. A sua beleza é realmente encantadora, escondendo a adversidade perversa e contraditória do sistema no qual vivemos. O consumo

---

⁸⁴ Discussão realizada na palestra “Um estudo sobre as motivações da emigração dekassegui ao Japão”, proferida pelo Prof. Dr. Fábio Ocada, no Grupo de Estudos de Migrações, do Laboratório de Geografia Urbana em conjunto com o Centro de Estudos Migratórios. DG - FFLCH – USP. (28/09/06).

não move apenas os objetos, move também as pessoas, ou seja, inclusive os migrantes, direta ou indiretamente.

Chegamos ao ponto em que o consumo invade toda a vida, em que todas as atividades se encadeiam do mesmo modo combinatório, em que o canal das satisfações se encontra previamente traçado, hora a hora, em que o envolvimento é total, inteiramente climatizado, organizado, culturalizado. Na fenomenologia do consumo, a climatização geral da vida, dos bens, dos objetos, dos serviços, das condutas e das relações sociais representa o estágio completo e consumado na evolução que vai da abundância pura e simples até a escassez, ou o consumo residual, rarefeito, através dos feixes articulados de objetos, até ao condicionamento total dos atos e do tempo, até a rede de ambiência sistemática inscrita desde as cidades até os aeroportos modernos. (Baudrillard, 1995).

Para Damiani (2003) o espaço é programado na fábrica para a produção e fora da fábrica para o consumo. Na atualidade, grande parte da população, principalmente a brasileira, não tem efetivo acesso ao consumo ou tem apenas um acesso limitado. O sistema capitalista captura cada vez mais o mundo. As classes médias ficam acomodadas porque podem consumir, e muitos vivem o mito, a promessa do consumo, ficam com o imaginário do consumo, vivendo de fato apenas um consumo residual.⁸⁵ No Japão, sob duras penas, perdas ou ganhos, este sonho ou modo de vida tem possibilidades de se realizar.

“Me realizei, lá no Japão, eu consegui tudo o que eu queria, o que aqui eu não conseguia, aqui eu tinha sonhos de ter, e não conseguia ter, lá tive até demais, tive até além do sonho... Eu sempre tive sonho, meu marido trabalhava aqui ganhava pouco, a gente sempre passava apertado o mês, não sobrava dinheiro de um mês para o outro, lá sobra, você pode comprar o que quiser, que ainda sobra dinheiro, e dá para você guardar. Então sempre tive roupas novas, cada vez que eu ia comprar eu tinha dinheiro para comprar, e aqui eu já não tinha, aqui só ficava em sonho, você olhava numa vitrine da loja e só ficava sonhando com a roupa, e lá não, lá você pode comprar, à vontade, o quanto você quer, não tem problema nenhum” (Vanderlea, 36 anos, 2001).

“Eu compro de tudo! Neste país tenho condições de poder comprar, compro roupas principalmente, pode ver que as roupas do Japão não tem nada a ver com as do

---

⁸⁵ Discussão realizada no curso da Profa. Dra. Amélia Damiani, em 13 de junho de 2003, no Departamento de Geografia, FFLCH, USP, tendo como referência Harvey (1990).

Brasil, é bem diferente, a pessoa daqui também está bem acostumada... No Japão as roupas são muito boas, este é o país da moda, começa tudo aqui mesmo... se você for para Tóquio, você vai ficar espantado com o que você vai ver lá, roupa de passarela não se usa na rua, é tendência, expressão artística do estilista, lá vai para a rua mesmo, por exemplo, se a moda for engessar o corpo, eles saem com o corpo engessado na rua. Então aqui no Japão, a moda é uma coisa muito bacana, a maneira deles se vestirem, no dia a dia, eles são muito preocupados com a aparência, eu acho este lugar um paraíso. Tem grife cara, loja barata, pechincha... e é tudo de qualidade, mesmo as roupas mais em conta...” (Vagner, 26 anos, 2005).

3.3. O automóvel, o shopping-center e as formas de consumo do espaço

Dentre os vários sistemas de objetos técnicos que também compõem o espaço geográfico e estão de alguma forma presentes no movimento de kassegui: dois são interessantes de serem analisados: o automóvel e o shopping-center que são para nós dois dos ícones mais importantes na representação deste mundo. Para Sasaki (1999:262), “*os sonhos e os desejos dos de kasseguis são alimentados e construídos a partir da possibilidade de poupar mais em menos tempo no Japão. Parte desse dinheiro, adquirido como mão-de-obra migrante barata num país estrangeiro é remetida ao país de origem.*” e a outra parte do dinheiro é gasta neste próprio país.

Para Baudrillard (1995) a casa reúne a totalidade dos objetos, mas o automóvel é também, objeto. Objeto seria aquilo que a pessoa utiliza em sua vida cotidiana, ultrapassa o quadro doméstico e, aparecendo como utensílio, também constitui um símbolo, um signo. O automóvel é um dos mais importantes signos de nosso tempo e seu papel, na produção do imaginário, tem profunda repercussão sobre o conjunto da vida das pessoas, incluindo a redefinição da sociedade e do espaço.

As pessoas acabam considerando o automóvel como indispensável e esse dado psicológico torna-se um dado da realidade vivida. Ilusão ou certeza, o automóvel fortalece no seu possuidor a idéia de liberdade de movimento, dando-lhe o sentimento de ganhar tempo, de não perder um minuto, neste século da velocidade e da pressa. Com o veículo individual, a pessoa se imagina mais plenamente realizada, assim respondendo às demandas de status e do narcisismo, característicos da era pós-moderna. O automóvel é um

elemento do guarda-roupa, uma quase vestimenta. Usado na rua, parece prolongar o corpo do homem como uma prótese a mais.⁸⁶

De acordo com o presidente da Associação dos Brasileiros no Japão: “Ter um bom carro na garagem é o sonho de consumo de muitos brasileiros e ele traz isso para o Japão”. Muitos brasileiros têm optado pela praticidade e conforto da vida sobre quatro rodas, empolgados com a facilidade de adquirir um automóvel no Japão. Um empregado que ganha o salário médio de 300 mil *yen* mensais (cerca de 2,8 mil dólares) é capaz de comprar um carro com sete anos de uso, em bom estado, por 250 mil *yen* (cerca de 2,3 mil dólares). Para isso, basta que ele economize parte do seu salário por dois ou três meses. Se quiser um automóvel mais novo, pode contar com as lojas de carros especializadas no atendimento a brasileiros, localizadas nas cidades que concentram grande parte dessa população, como Hamamatsu e Oizumi. As lojas oferecem financiamento de 10 a 36 meses, dispensam um fiador japonês e ainda aceitam carros usados na troca. Com isso, máquinas de até três milhões de *yen* (cerca 28,5 mil dólares) começaram a surgir nas garagens de brasileiros (Revista Made in Japan, n 29, 2000, p. 39).

De acordo com um brasileiro que trabalha na compra e venda de carro no Japão, o brasileiro tem um comportamento semelhante ao do japonês no que se refere a automóveis. *“O jovem solteiro gosta de carro esportivo, como o Nissan Skyline turbo, e costuma comprometer todo o seu salário para conseguir um belo modelo. Já os casados com filhos preferem as wagons e vans, que levam até oito pessoas. Enquanto as mulheres preferem os carros pequenos”*, diz (Revista Made in Japan, n 29, 2000, p 38-40).

O dekassegui e a dekassegui conseguem, portanto, materializar no Japão ou mesmo no Brasil, um dos seus mais significativos desejos de consumo, o automóvel, um dos principais ícones investidos de significado no capitalismo. Vir para o Japão para juntar dinheiro, e depois voltar para o Brasil e conseguir comprar um carro, é a materialização de um sonho e de um empreendimento que se corou de sucesso.

Produzido pelo sistema técnico produtivo, muitas vezes pelos próprios dekassegui que trabalham na linha de produção, o automóvel é também comprado por uma parte deles. Neste caso podemos verificar a inserção do dekassegui no sistema produtivo tanto no que se refere ao mundo do trabalho quanto ao mundo do consumo, comprando, por exemplo, o automóvel. O automóvel oferece o conforto, a possibilidade de maiores deslocamentos no

---

⁸⁶ Baudrillard (1995).

espaço e a sensação de realização, liberdade e ganho de tempo. Mas ganho de tempo para quê?

Segundo a Revista Made in Japan (n. 29, 2000, p. 40), a popularização dos carros entre os brasileiros ocorre também pelo fato da maioria dos brasileiros morar em cidades em que as linhas de trem e metrô não servem como meio de transporte para as fábricas. Muitas empresas ficam fora da área metropolitana e longe das casas e alojamentos. Para ir ao trabalho, eles geralmente dependem do transporte da empresa ou vão de bicicleta. Com o carro, tudo fica mais fácil. *“Se não tivesse carro, dependeria do transporte da empresa ou iria a pé para o trabalho. De automóvel, gasto quinze minutos”*, explica a dekasegui Yukie, 45 anos, que este ano comprou um Suzuki Cervo turbo. O fato de ter veículo próprio também ajuda na hora de fazer horas extras. *“Posso trabalhar até mais tarde sossegada”*.

O dia está amanhecendo e o dekasegui Fernando, 19 anos, se prepara para voltar ao alojamento onde mora, depois de uma noite de trabalho em uma fábrica de autopeças na cidade de Hamamatsu, província de Shizuoka. Passa em uma máquina de refrigerantes, pega uma coca-cola e embarca em seu Nissan Skyline branco, 2.5 turbo, ano 95. Apesar do cansaço, está feliz. *“Adoro esse carro. Estou realizado”*, declara. O automóvel mudou a vida do rapaz. Habitualmente caseiro, ele passou a sair mais e, sempre que o trabalho permite, vai para as “discos” (danceterias) exhibir o carrão. Segundo o dekasegui Edson, 23 anos, *“ficou mais difícil economizar e, às vezes, me arrependo de ter comprado um carro tão caro. Mas vejo que ele impressiona e sei que valeu a pena”* (Revista Made in Japan, n. 29, 2000, p. 38 e 41).

De acordo com Virgínia (27 anos, 2005) de certa forma *“qualquer um de nós trabalhando aqui no Japão, pode comprar um carro maravilhoso, você pode comprar um carro importado, qualquer carro que você quiser, você pode, a gente tem chance de ganhar dinheiro, aqui todos podem comprar, neste condomínio (conjunto de pequenos prédios com apartamentos), moram muitos brasileiros, dá para se contar quantos japoneses têm aqui... O que é que você vê, muitos carros grandes e bonitos, que estão aí embaixo. Aliás, os melhores carros são também dos brasileiros, os carros dos japoneses são às vezes até mais simples. Por este motivo muitos brasileiros se engrandecem e é por isto que eles estão aqui há dez, doze, quinze anos... Agora no Brasil, com certeza eles não têm nem um terreno para viver, eles não têm nada, eles não têm nem o dinheiro da*

passagem para ir embora, não têm, porque eles vivem fazendo dívidas aqui no Japão. E têm os jovens que vem para cá e só pensam em gastar, badalar por aí. O que é uma ilusão...”

Vagner, de 26 anos (2005), afirma que *“aqui no Japão eu prefiro não dirigir, carro traz gastos, os meios de transportes deste país são ótimos, se você depender de ônibus, de trem, de metro, você não fica na mão. Os próprios japoneses têm o hábito de andar de bicicleta, para cima e para baixo, em grandes avenidas, a gente entra no esquema deles. Em Nagoya, e em Yokohama, onde eu também morei, não era diferente, na minha opinião você ter carro é um atraso, o metro é mais rápido e mais barato, porque os estacionamentos aqui são uns absurdos de caro, uma vaga mensal em Nagoya chega a custar trezentos dólares por mês”*.

Nestas colocações de Vagner (2005) o que fica evidente é a eficiência do território japonês. A questão, muitas vezes, não é nem se a pessoa tem ou não o automóvel. Já é pressuposto, que lá ela tem as condições de adquiri-lo, se assim o desejar. O fato de possuir o automóvel o obriga, todavia a ter outros gastos. Tendo ou não automóvel o migrante está de todos os modos envolvido no ato de se mover em um espaço racionalizado para o capital. O movimento é um pressuposto para a eficiência do capitalismo. Quanto mais o território ou o espaço estiver apto para o movimento, mais apto ele estará para participar do mundo globalizado. Na globalização, a possibilidade de movimento é maior, porém apenas uma parcela da população tem reais possibilidades se por em constante movimento. É por isto que estar em movimento é um desejo das pessoas. O risco que se tem é que o movimento da vida se transforme em uma completa ilusão, o que por sua vez não o é.

“Agora os brasileiros que moram em cidades menores no Japão, às vezes estão em um apartamento aonde já tem uma vaga na garagem. Para quem mora nestas cidades menores e vai de vez em quando para Nagoya, talvez compense ter carro, porque o meio de transporte talvez não seja tão bom. Mas mesmo assim, quando eu morei em Hamamatsu, eu nunca fiquei na mão, porque a malha ferroviária do Japão é excelente, é um país que o que funciona aqui é trem, se está marcado para ele passar dez horas e quarenta e três minutos, ele passa, não atrasa nem um minuto sequer, e com ônibus é a mesma coisa. Então eu acho que aqui você não precisa de carro” (Vagner, 2005).

“Em qualquer lugar que você pára com o carro no Japão, tem que pagar uma multa, você paga cinco dólares para ficar meia hora com o carro parado na guia, eu vejo

que não compensa. O que compensa é você ter carteira de motorista, para poder fazer horas extras no trabalho, e depois de um certo horário, se você sair às onze e meia da noite ou à meia noite, dependendo de onde você está, não tem mais trem, se você sai de madrugada do serviço, então você precisa ter um carro para poder voltar para casa, aí sim, eu nunca tive esta necessidade, nunca me fez falta aqui no Japão” (Vagner, 2005).

O shopping-center reúne em si um conjunto de objetos técnicos ou mesmo de mercadorias, compondo assim um sistema de objetos técnicos. O sistema de ações proposto ou mesmo intimado neste ambiente são as ações do consumo, que compõem os sistemas de ações da produção. De todos os modos a vida também se compõe a este espaço artificial e programado. Além das ações produtivas há também as outras ações e emoções, como as relações de amizade, de troca de olhares, de namoros, de encontros.

Fotografia 02: Na paisagem acima o destaque é para o Shopping-Center, muito presente e marcante nas cidades japonesas. Shopping-center na cidade de Komaki, Japão (Ferreira, 2005).

De acordo com Santos (1987), em uma sociedade tornada competitiva pelos valores que erigiu como dogmas, o consumo é um verdadeiro ópio, cujos templos modernos são os shopping-centers e os supermercados, aliás, construídos à feição das catedrais. O poder do consumo é realmente contagiante e permeia o nosso dia-a-dia.

Em sua crítica um tanto quanto ácida à sociedade de consumo analisada por Jean Baudrillard (1995), os shopping-centers são e representam uma nova maneira de se viver. No mesmo local climatizado e agradável pode-se de uma só vez comprar os alimentos, os objetos destinados ao apartamento ou a casa, os vestidos, as flores, os livros, as quinquilharias, almoçar, assistir a um filme, ou simplesmente apreciar a paisagem, dialogando com as mercadorias que acabam se confundindo com as pessoas.

O shopping-center é um espaço marcante na paisagem das cidades japonesas, além de outros importantes espaços de lazer, como parques aquáticos, parques de diversões, danceterias, templos, castelos, museus, etc.⁸⁷ As academias de ginásticas de certa forma também não fogem muito deste universo da análise em relação ao shopping-center e hipermercados. No Japão, após longas e exaustivas jornadas de trabalho, são na maior parte das vezes nestes espaços ou lugares, freqüentados por muitos japoneses, que os dekasseguis vão se deparar, e na medida do possível desfrutar como quer também muitos de nós.

“Qualquer hora que eu quiser, então aqui não dá, e lá eu posso ir no shopping toda a semana, e gastar toda a semana... E lá você sai, toda vez que você sai você acha alguma coisa diferente, em qualquer lugar que você vai é até engraçado, você vai, tem sempre alguma coisa diferente que você tem que ver, é gostoso...Tem feriado, tem feriado de maio, agosto e dezembro que é de uma semana. Então, em 1996 eu fui na Disney, aqui nem no Playcenter eu vou, quem dera na Disney. Lá, apesar do esforço, uma vez por ano eu posso ir na Disney” (Vanda, 25 anos, 2001).

“O Japão é realmente um paraíso para se fazer compras de roupas, a maioria das pessoas, dos brasileiros, os mais novos principalmente não resistem, é inevitável ir para shoppings, para ver roupas, ou mesmo para passear. Toda a folga, todo mundo que sai, sempre volta com alguma camiseta pelo menos; está aí a diferença, você sai no dia da sua folga, raramente você vê um brasileiro gastando menos de cem dólares no dia da sua

---

⁸⁷ No caso dos castelos, museus e templos, estes carregam em si elementos do passado, que se adequam ou são mesmo subvertidos pelo e para o capitalismo. A forma pode até ser mantida, mas o conteúdo e o uso são redefinidos.

folga, às vezes você não volta com nada para a casa, mas você gastou, é muito fácil você gastar seu dinheiro, mas aqui é realmente puro consumo, pois tudo te chama muito a atenção, eu acho bacana também ao mesmo tempo a gente poder comprar.” (Vagner, 26 anos, 2005).

Em sua discussão sobre o consumo do espaço Carlos (1999), coloca que o momento em que vivemos é marcado por profundas e rápidas transformações nas relações espaço-temporais, que tem como resultado uma nova mentalidade do homem e da mulher moderna em relação a sua visão de mundo e de realidade. O desenvolvimento tecnológico propicia à informação chegar em todos os lugares, disseminando uma racionalidade hegemônica. A globalização traz para as pessoas a imposição e o convite a novos padrões de comportamento, novos valores, nova estética, resultando novos modos de consumo no e do espaço.

Além da produção de bens, temos também a venda do espaço. O movimento se estabelece desde o “espaço do consumo”, da produção propriamente dita, ou seja, da fábrica que desencadeia o espaço enquanto condição de produção, distribuição, circulação, troca e consumo de mercadorias, até o consumo do espaço, em que se compram e se vendem pedaços do espaço para reprodução da vida em benefício da ampliação e reprodução do capital. O espaço no mundo moderno tornou-se mercadoria de acordo com Carlos (1999), e seu processo de reprodução submete-se, cada vez mais, à lógica do mercado imobiliário e às políticas estratégicas do Estado, visando à manutenção e ampliação do poder, através da criação de políticas de dominação e de controle.

Este comportamento em si pode comportar o funcionamento do sistema com a inserção da população, como acontece no Japão, ou pelo menos de efetiva parte da população, como se verifica no Brasil. O que se subentende por qualidade de vida nesta concepção de mundo moderno pode estar posta neste funcionamento, ou lógica de pensar o mundo e de fazer o mundo. Diante deste movimento o que temos de interessante e estratégico, neste sentido, são as ampliações e sofisticações das atividades e estruturas de turismo e de lazer, como novas formas de consumo do espaço participando intensivamente da reprodução espacial capitalista, fato muito evidente no Japão.

A partir do nosso trabalho de campo realizado no Japão (2005), pudemos observar que a infra-estrutura para o turismo no Japão é muito moderna, atrativa e eficiente. Parques, museus, templos, castelos, por exemplo, integram aquilo que poderíamos chamar

de um verdadeiro sistema turístico. Em uma das ocasiões, tivemos a oportunidade de acompanhar um grupo de dekasseguis em um passeio ao Porto de Nagoya, ao Parque Aquático e a um Parque de Diversões na cidade de Nagoya. Estas três infra-estruturas ou objetos técnicos estão integrados em um mesmo espaço contíguo, inclusive, com acesso rápido para o metrô, que por sua vez é integrado ao sistema ferroviário.⁸⁸

No lugar há também uma rede de alimentação que é formada por uma praça de alimentação com lanchonetes, restaurantes, lojas de doces e máquinas eletrônicas de diversas bebidas, refrigerantes, cafês, chás, sucos, de muitos sabores. Estas máquinas estão espalhadas por vários lugares no Japão: ruas, estações de trem, shoppings, escolas, etc. Nelas, o consumidor coloca uma moeda e retira uma bebida, na temperatura fria ou quente. A praticidade deste movimento é uma verdadeira comodidade para a realização do consumo. O show do consumo alcança o seu ápice no irresistível comércio de souvenir. A verdade é que é preciso ter muita determinação para não se contagiar com toda esta intimação envolvente, atraente e sedutora do espaço.

Além dos japoneses é possível constatar que muitos brasileiros visitam este lugar em finais de semana e feriados. A movimentação de pessoas é intensa, o que deve ser comum nos diversos lugares turísticos do Japão. Elisangela (2005), de 40 anos de idade, foi uma das dekasseguis que acompanhamos no passeio. Elisangela está há catorze anos no Japão, e foi duas vezes ao Brasil para visitar a mãe e o restante da família que mora na cidade de São Paulo. Diz que não gosta de ficar no Brasil porque tem o que fazer no Japão, prefere ficar lá, uma vez que pode trabalhar e ganhar dinheiro.

Elisangela é casada com um japonês e têm dois filhos nascidos no Japão, o menino tem seis anos e a menina onze anos, os dois estudam em escola japonesa, o mais novo está na primeira série e a mais velha está na sexta série, ambos só falam o japonês e os dois têm dupla nacionalidade. De acordo com ela quando eles atingirem a maioridade terão que optar entre a nacionalidade japonesa ou a nacionalidade brasileira. Como seu marido é japonês, ela também pode pedir a nacionalidade japonesa, mas diz que não o faz porque

---

⁸⁸ Houve da nossa parte um grande esforço para entender a lógica de circulação de trens e metro no Japão. A malha de trens e metro do Japão é extremamente densa e complexa, toda a rede está interligada, e grandes empresas regem o sistema. Segundo informações de um dekassegui, uma das empresas comanda a linha de trem Meitetsu, que cobre várias cidades e diversas estações no Japão. Esta mesma empresa também comanda a frota de táxis, e detem parte do setor imobiliário japonês. Alguns dekasseguis demoram pelo menos um ano para entenderem apenas o metro da cidade de Nagoya, outros, há cinco anos no Japão, ainda não entendem a lógica metroviária de Nagoya e as inteligências ferroviárias. Mas mesmo assim eles circulam pelo território japonês, às vezes até mais do que se estivessem aqui.

não quer perder a brasileira. O interessante é que quem quer morar no Brasil é o seu marido que é japonês, pois para ele a vida no Brasil é mais sossegada. Tanto ela quanto ele desejam vir para o Brasil somente quando ficarem velhos, para eles o Japão é um lugar muito rígido com uma vida muito cronometrada. *“O bom no Japão é ter dinheiro para poder comprar”*.

Marcelo (2005), de 40 anos de idade, há mais quinze anos no Japão, nos disse que já passou muito no Japão e que agora não tem mais vontade de passear. *“Eu já passei muito aqui no Japão, mas hoje não tenho mais vontade... A única coisa que gosto de comprar são roupas, eu não tenho mais esta ilusão de ficar comprando bens eletrônicos. Hoje são só as roupas que me deixam bem. O que me dá motivação são as roupas, gosto de me vestir bem e de estar de bem comigo mesmo. Agora bens materiais, assim carro, som, televisão, não”*.

“Outras pessoas querem comprar carro, equipar o carro. Hoje vou comprar uma câmera, um computador, todo mundo pensa em comprar alguma coisa, só que em vez de comprar o mais barato, querem muitas vezes comprar o mais caro, eu sempre falo, comprem o mais barato, para você utilizar hoje, porque amanhã ou depois, como o Japão é um país muito dinâmico, aquilo que você está comprando caro, amanhã você vai comprar por um preço menor, e isto é uma coisa básica para você se manter, não vai te onerar muito, e pelo menos você tem, mas as pessoas sempre querem comprar o melhor...” (Marcelo, 2005).

“O Japão parece um circo de ilusão...” (Elias 27 anos, 2005) *“Aqui tudo é ilusão, se você não souber administrar a sua vida”* (Agneta, 57 anos, 2005). *“Eu não tenho muitas despesas, porque moro sozinho, eu tenho as despesas que todo mundo tem, comprar uma roupa de vez em quando, sair para jantar, às vezes comprar uma coisa nova para casa, trocar de carro, fora isto, só que eu não sei para onde vai o dinheiro que eu ganho aqui, a gente até tenta não fazer muitos gastos, mas eu não sei, de repente o dinheiro some”* (César, 35 anos, 2005). Eliana, de 29 anos (2005), que deixou os estudos para partir ao Japão, afirma que muitas pessoas não conseguem guardar dinheiro no Japão, por causa do padrão de vida que levam lá. *“Muitas pessoas se acostumam com este padrão de vida daqui, e encontram dificuldades de mantê-lo no Brasil”*.

“Outro dia nós almoçamos em um shopping, comemos uma comida simples, nos gastamos três mil e novecentos yen, isto no Brasil representa mais de cem reais”. (Agneta,

57 anos, 2007). *“Mas você não pode comparar o real com o yen, você está aqui...”* (Tadeu, 54 anos, 2005). *“Em finais de semana a gente sai, pegamos as bicicletas e vamos longe, nos vamos em outras cidadezinhas por lá, vamos aos shoppings, nos vamos passear. Vamos nós três juntos, eu, meu marido e meu filho”* (Agneta, 57 anos, 2005).

Uma parte dos dekasseguis procura e tenta viver uma vida mais regrada no Japão, trabalhando muito, poupando e enviando suas economias para investimentos no Brasil e manutenção da família. Um outro dado interessante é que para alguns entrevistados, após terem sonhado e vivido um ritmo mais intenso do consumo incentivado tanto pelo espaço japonês quanto pelo espaço brasileiro, não deixando muitas vezes de fazer suas remessas de dinheiro para o Brasil, começam a constatar um certo limite desta situação, ou seja, começam a questionar a sua condição de migrante, trabalhador e consumidor.

Por outro lado, o consumo ainda assim, é uma variável marcante do espaço geográfico, sendo praticamente inevitável se abster completamente dela. A impossibilidade de (re)inserção no território brasileiro e com isto a impossibilidade de participação nesta sociedade moderna, pautada no dinheiro e no consumo, faz com que muitos brasileiros acabem voltando ao Japão. Apesar de todas as dificuldades enfrentadas, lá eles ainda têm um salário que lhes permite estar inserido, senão no território japonês de fato, mas pelo menos na sociedade capitalista.

A cidadania é um outro tema que mereceria um profundo estudo e reflexão, o que demandaria mais tempo, mercadoria cara e rara nos tempos de hoje, cada vez mais adequado à lógica da eficiência produtiva do mercado e que entra em curto circuito com a lentidão e normatização burocrática dos espaços públicos brasileiros, que é chamado a ser cada vez mais mercado. Neste processo não só a cidadania se esvai, mas o conhecimento também, ou melhor, se transformam. De acordo com Santos (1987), não há cidadãos no Brasil. O consumidor e o usuário tomam o lugar do cidadão.

No mundo moderno do capitalismo as pessoas precisam pagar suas contas e querem desfrutar dos bens materiais e dos sonhos remodelados por ele, para que isto aconteça é preciso ter dinheiro, senão as coisas não funcionam, pois bem, o trabalho é um dos meios encontrado no Japão para a realização destas coisas. Se a vida é remodelada neste modelo de mundo a ser seguido, a cidadania também passa a ser outra coisa, próxima da concepção do que é este mundo. Arriscaríamos dizer que diante desta situação em que vivemos, apesar dos brasileiros estarem na sua maioria na franja do mercado de trabalho japonês,

sofrendo, por vezes, muitos constrangimentos, ou mesmo humilhações, é lá que eles são mais cidadãos do que aqui, do que no seu próprio país. A coragem ou a falta de coragem advém tanto do ato de mudar de lugar para participar de uma outra pátria, quanto de ficar no lugar para propor uma outra pátria, ou uma outra coisa, que não esta.

CAPÍTULO 4

O MOVIMENTO DA VIDA NA MIGRAÇÃO E A PRODUÇÃO DE UM LUGAR

“Quando considero a breve duração de minha vida absorvida na eternidade que vem antes e depois... o pequeno espaço que ocupo e que vejo ser engolido pela infinita imensidão dos espaços de que nada sei e que nada sabem sobre mim, fico amedrontado e surpreso por me ver aqui e não ali, agora e não depois” (Blaise Pascal).

O movimento de kassegui torna-se visível na década de 80, intensifica-se na década de 90 e continua até os dias de hoje. Diante do recrudescimento de migrantes clandestinos, no seu país, e da demanda de um mercado de trabalho ávido por trabalhadores mais baratos (descartáveis e ausentes de encargos sociais), o Estado japonês opta por autorizar e regular a entrada de descendentes de japoneses provenientes de países que receberam imigrantes japoneses na primeira metade do século passado. Estes, em princípio, representariam menor ameaça à sociedade nipônica por serem descendentes de japoneses e atenderiam a demanda do mercado de trabalho.

No começo do fluxo, regressaram ao Japão, primeiramente, os próprios japoneses que residiam no exterior. Posteriormente, começaram a entrar os descendentes de japoneses com vistos de turista. Após o término de três meses, estes ficavam na ilegalidade e sujeitos a maiores explorações. No início da década de 90, a lei de imigração japonesa é reformulada, e vistos de longa permanência (de um a três anos com possibilidade de renovação) passaram a ser concedidos aos filhos de imigrantes japoneses (*nissei*) e aos netos de imigrantes japoneses (*sansei*).⁸⁹

Esses migrantes, mesmo sendo descendentes de japoneses, foram considerados estrangeiros pela sociedade japonesa, e isto de certa forma causou, em alguns, um choque de identidade, uma vez que almejavam resgatar suas origens no Japão. De acordo com Oliveira (1997), eram japoneses no Brasil, e no Japão se redescobrem que são brasileiros. No entanto, o grau de “brasilidade” é variável entre os migrantes. Alguns se aproximam mais do “padrão japonês” ou do “ser japonês”, outros preferem afirmar o “ser brasileiro”. O problema que se coloca, é que, após passarem alguns anos no Japão, muitos, ao voltarem

---

⁸⁹ Sobre a Reforma da Lei de Imigração Japonesa no início da década de 90, ver os trabalhos de Sasaki (1998) e Ferreira (2001).

para o Brasil, acabam não se reconhecendo mais e também aqui já não se sentem mais em casa.

“Ficamos em trânsito tentando buscar nossas referências, às vezes no Japão, parece que não nos reconhecemos mais, naquele ritmo de trabalho e ambiente competitivo de fábrica, então, voltamos para o Brasil, para ver se nos encontramos novamente conosco mesmos” (Ellen, 2005). Este depoimento foi dado por uma dekassegui que participava dos cursos do Centro de Informação e Apoio ao Trabalhador no Exterior, CIATE, localizado no Bairro da Liberdade, São Paulo. Ellen e seu marido já estavam se preparando novamente para voltar ao Japão.

Encontram-se, atualmente no Japão, 273 mil brasileiros, o terceiro maior grupo de imigrantes nesse país (Maisonave, 2003, p. A22). Em sua maior parte, esses brasileiros, na condição de trabalhadores terceirizados pelas empreiteiras a pequenas e médias empresas japonesas recebem em média de mil e quinhentos dólares a três mil dólares por mês, sabendo que a mulher dekassegui recebe sempre menos que o homem dekassegui.

A média da jornada de trabalho de um dekassegui na empresa é de oito a dez horas. A média de horas extras realizadas é de duas horas. Há relatos de experiências de dekasseguis que chegam a trabalhar doze horas por dia. Geralmente, trabalham de segunda a sábado, e é também comum a virada de turno, uma semana de trabalho durante o dia e uma semana de trabalho durante a noite. O dekassegui ganha por hora trabalhada. Assim, quanto mais horas ele trabalha, mais o seu salário aumenta⁹⁰.

O relato de Miguel, 34 anos (2001), há cinco anos no Japão, no entanto, extrapola essa média, *“porque no Japão tem serviço muito puxado, eu trabalhei numa empresa que entrava às cinco da manhã e saía dez e quinze da noite. Então era uma coisa muito estressante, você dormia quatro horas mais ou menos, então era algo muito estressante... Mas geralmente tem gente que agüenta anos assim, agora a maioria das vezes o serviço que eu agüentei assim, até dois anos assim, entrava às oito da manhã e saía às dez da noite, e feriado assim. Às vezes descansava dois domingos por mês, mas esse negócio de agüentar ou não vai muito da pessoa, mas o próprio organismo acaba se acostumando”*.

A rotação do turno da jornada de trabalho, possibilita com que a fábrica não necessite pagar o adicional noturno no salário de todas as semanas.⁹¹ O objetivo é sempre o

---

⁹⁰ Yoshioka (1995) e Ferreira (1997, 2001).

⁹¹ Ricardo Sasaki. Curso: “Regras básicas para estrangeiros e leis trabalhistas do Japão.” CIATE, São Paulo, 2005.

da eliminação de custos sociais com os trabalhadores, e é aí que reside a vantagem de se contratar o trabalhador imigrante. A precariedade e a falta de clareza dos contratos de trabalho, das condições e a sonegação ou a eliminação dos direitos trabalhistas são uma tendência frente ao cenário competitivo e globalizado da economia.⁹²

“As empresas japonesas, montadoras, grandes empresas como Toyota, Honda, Nissan, empresas multinacionais, não querem vínculos empregatícios com os trabalhadores estrangeiros. As empresas querem ter uma mão-de-obra barata, pois o trabalhador japonês é caro, e ao ser mandado embora obriga a empresa a pagar indenizações” (Discussão realizada no Curso “Regras Básicas para estrangeiros e leis trabalhistas do Japão”, CIATE, São Paulo, 2005).

Os brasileiros, descendentes de japoneses, são, portanto, recrutados para o mercado de trabalho japonês e, ao mesmo tempo, vêm, dessa forma, a possibilidade de participação no mundo capitalista, participação esta que lhes dá a possibilidade de alguma existência no mundo. No Brasil, muitas vezes essa participação é limitada, devido aos problemas sócio-econômicos enfrentados pelo país. O caminho da migração internacional torna-se, por isso, uma possibilidade de solução interessante para uma parcela da população brasileira.

“Dados do Itamaraty revelam que, nos últimos cinco anos, aumentou em um terço o número de brasileiros que moram no exterior. Cerca de 100 mil pessoas por ano deixaram o país, em média. Os dados oficiais mostram que dois milhões de brasileiros moravam no exterior no ano passado. Os números não são precisos porque não há controle de saída de brasileiros do país e porque apenas uma pequena parte dos residentes no exterior inscreve-se nos consulados brasileiros. Mas são os únicos dados sobre imigração disponíveis no Ministério das Relações Exteriores” (Da reportagem local, *Folha de S. Paulo*, 10 ago. 2003, p. A22).

Podemos dizer que no mundo contemporâneo, importantes estudiosos das migrações ou da mobilidade espacial, como Heidemann (2003), explicam que somente depois do mundo da mercadoria, desse sistema social dominante, é que realmente haverá a possibilidade da vida. “Tenhamos fé: existe uma vida depois... do mercado!” (Heidemann, 2003, p. 11). No entanto, alguma coisa chamada vida se realiza, e é justamente a dinâmica da vida que a todo o momento buscamos e encontramos no movimento de kassegui.

---

⁹² Conforme os estudos de Mattoso (1995); Ferreira (2001) e Bomtempo (2003).

A lógica do espaço mundial, ditado predominantemente pelo sistema capitalista, é majoritariamente comandado por agentes hegemônicos, absorvidos por esse mesmo sistema. O espaço que é produto, também, é condição, é o meio pelo qual os dekasseguis se movimentam (e vivem). É dessa forma que podemos pensar o espaço como lugar da produção, da reprodução da vida e como trânsito, movimento ou abrigo.

Podemos dizer, conforme Santos (1999, p. 137) que “cada período é portador de um sentido, partilhado pelo espaço e pela sociedade”. É assim que ficamos instigados a pensar sobre o sentido desse período, dessa época na qual vivemos, sobrevivemos ou achamos que vivemos. Um dos caminhos para chegarmos a esse sentido, pode, desta forma, ser trilhado pelo espaço geográfico, pois o espaço produz um discurso, possui uma “cara”, a “cara” e o sentido do Período: da Globalização.⁹³

O espaço considerado uma totalidade e, em constante totalização, que acaba prevalecendo aos nossos sentidos é o “espaço da dominação”, proveniente de um discurso pragmático que se instalou ao longo do tempo e se realiza através de um sistema técnico vigente que quer se impor aos lugares. Alguns chegam, inclusive, a afirmar que o mundo tornou-se uma grande fábrica, ou um grande banco (um grande cassino), governado por especialistas, um mundo com espaços divididos, hierarquizados, porém, mais do que nunca, conectados no período atual, base, no entanto, segundo Santos (2000) para se pensar, propor e enxergar uma outra globalização, que não seja fábula e nem perversa, mas verdadeiramente humana.

O espaço banal, ou espaço de todos, é também contaminado pela lógica formal (racional) e apropriado de fato por uma parte da população. Para Santos (1996, 1999, 2000) a riqueza vem justamente do espaço banal, da criatividade do lugar, da força da sobrevivência diária em plena adversidade que emerge a solidariedade mais autêntica. No Japão, este espaço ganha força com a presença e a mescla dos imigrantes, porém estes já foram abduzidos há muito tempo pelo capitalismo do seu lugar de origem, e lá acabam sendo absorvidos também pela lógica mundial e racional específica do lugar. O questionamento até acontece, mas são ainda poucos os que procuram e experimentam outros caminhos.

Para Santos (1999: 94, 96), *“a totalidade é o conjunto de todas as coisas e todos os seres humanos, em sua realidade, isto é, em suas relações, e em seu movimento. A*

---

⁹³ Santos (2000).

totalidade está sempre em movimento, num incessante processo de totalização, nos diz Sartre. Se o ser é a existência em potência, segundo Sartre, e a existência é o ser em ato, a sociedade seria assim o ser e o espaço a existência". A busca da totalidade se coloca como um horizonte a ser alcançado pelo pesquisador, ao menos em utopia.

É importante lembrar que o espaço é pensado por Santos (1999:18), "como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações". Os espaços, Brasil e Japão, são também revelados pelos migrantes dekassegus, pessoas que vivenciaram ou vivenciam, sentem e expressam estes lugares, conjuntamente com outros agentes. Estes migrantes também são produtos, conteúdos do espaço geográfico, e, de alguma forma, são produtores e reprodutores dele. São também espaço enquanto materialidade, ação e sentidos (memória).

Os migrantes são o reflexo, a extensão dos espaços, participam e realizam a produção de um novo ou outro espaço. Os dekassegus, como "construções" do espaço chamado Brasil e, agora, também do espaço chamado Japão. *"Eu sou Brasil"*. Esse depoimento é dado por Vanda (25 anos, 2001), após experiência de sete anos no Japão. Depois de algumas breves estadas de visita ao Brasil, para adquirir imóveis, alguns bens materiais, preencher suas saudades e reencontrar sua mãe, demais familiares e amigos, Vanda voltou ao Japão, onde se encontra até o presente momento.

Para Oliveira (1999:305), *"os dekassegus trazem muito mais que dinheiro para o Brasil e levam muito mais que braços para o trabalho no Japão. Trazem também o reconhecimento de uma pátria e levam todo um país para dentro de uma sociedade de moldes tão homogêneos. São rostos japoneses carregando o Brasil dentro de si"*.

As relações mercantis de poder prevalecem e estabelecem-se, nos espaços da totalidade ou das totalidades, e, muitas vezes, subsumem a política, a técnica, a ciência, a história, a cultura, a religião, as crenças, os valores, as normas, as tradições, as emoções, as pessoas e os seus próprios espíritos. Esses outros elementos ou dimensões do espaço existem, a grande questão que se coloca são as suas possibilidades de resistência, grau de contaminação, autonomia e emancipação. Neste capítulo veremos então como a emoção e a vida desses dekassegus vem se realizando neste movimento Brasil-Japão, bem como a participação na produção de um novo espaço brasileiro em meio ao território japonês.

4.1. Os migrantes no reino dos objetos

O mundo como produto do trabalho, se configura cada vez mais como um mundo povoado de objetos fabricados. A vida está envolta e é movida por objetos técnicos, que nos propõem e possibilitam formas de agir. Os objetos já possuem em sua gênese uma intencionalidade, a intencionalidade do período. Negar a sua existência e a sua influência é se abster do debate sobre o movimento da vida. Os objetos constituem um sistema de objetos, e são produtos da história e da cultura do lugar e do mundo. Transformam-se ou são produzidos, todavia cada vez mais como mercadorias, carregando o caráter de mercadoria.

É neste sentido que o conjunto indissociável de sistemas de objetos do período atual articulados com os sistemas de ações racionais constituem também o “espaço do consumo” tanto no território brasileiro quanto no território japonês. Está é, portanto, uma característica marcante do meio ou do reino em que vivemos, e que por conseguinte se encontram os migrantes contemporâneos. A intensidade da artificialidade do meio é variável e mutável ao longo do tempo e nos diferentes espaços, mas o projeto de modernidade hegemônico atinge a todos e a todos os lugares.

É desta maneira que Scarim (1999:58), nos diz que *“a forma racional da ciência e da técnica, ou seja, a racionalidade materializada nos sistemas de ação racional com respeito a fins constituindo uma forma de vida, uma totalidade histórica de um mundo de vida. Esta racionalidade procura definir a vida, definir o mundo, a partir de conceitos e da lógica pela qual esta racionalidade se define. Da mesma forma, a mercadoria se veste de vida, a partir da propaganda, envolve-se de sentimentos, sonhos e fantasias. O mundo coisificado, ou seja, o mundo dos objetos, o sistema construído a partir da racionalidade instrumental, procura-se auto definir como o mundo, a totalidade mundo, se auto proclama a humanidade”*.

Mesmo diante deste fato inevitável apresentado por Scarim (1999), ainda sim, levamos em consideração a afirmação de Boff (2000) que nos diz: não há nada que, em sua totalidade, possa enquadrar totalmente o ser humano, nenhuma fórmula científica, nenhum modo de produção, nenhum sistema social dominante, nem mesmo o nosso moderno sistema globalizado, dentro do pensamento único que afirma não existir alternativas,

reforçado pelo fundamentalismo da economia de hoje, que garante existir apenas o modo de produção capitalista global, com sua ideologia política.

Existem dimensões profundas e muitas vezes desconhecidas nas pessoas, enfim, nos migrantes, difíceis de serem exploradas e realmente reveladas, que podem escapar à racionalidade pragmática do nosso tempo, e encontram a possibilidade de emergir no espaço, no lugar, como, por exemplo, a emoção. Milton Santos nos lembra que por herança da modernidade exclui-se a emoção na produção do pensamento. Na realidade, eu existo porque eu sinto e não porque eu penso, o fato de existir, isto é, de ser cada qual o que é, permite afrontar o mundo através do lugar (Nilo, 2003). Assim como o espaço, o ser humano também é uma totalidade em constante totalização a ser transcendida. O lugar também é o espaço híbrido das experiências e das possibilidades.

“Fomos também no templo nos purificar, como os japoneses dizem. Dona Maria, seu João... como o lugar estava cheio, todos com o mesmo propósito, a mesma busca, ou seja, o mesmo Deus. Depois de todo esse ritual de purificação, chegaram os monges para orar dentro do templo. Ficamos muito honrados em poder assistir a cerimônia, muito interessante, não entendíamos muita coisa, mas o bastante para perceber que era uma mensagem de paz e amor. Apesar das dificuldades que passamos, já conseguimos analisar, o quanto aprendemos, e o quanto crescemos moralmente e espiritualmente estando aqui” (trecho da carta escrita por Isabel a seus familiares no Brasil, 27 de janeiro de 2004, já há três anos no Japão).

Não podemos, no entanto, deixar de levar em consideração a precisa afirmação de Santos (1999: 137, 78): *“que as características da sociedade e do espaço geográfico, em um dado momento..., estão em relação com um determinado estado das técnicas... A cada novo momento, impõe-se captar o que é mais característico do novo sistema de objetos e do novo sistema de ações. Os conjuntos formados por objetos novos e ações novas tendem a ser mais produtivos e constituem, num dado lugar, situações hegemônicas. Os novos sistemas de objetos põem-se à disposição das forças sociais mais poderosas, quando não são deliberadamente produzidos para o seu exercício. Ações novas podem dar-se sobre velhos objetos, mas sua eficácia é, assim, limitada”*.

Nesse sistema técnico imposto no espaço, no intrincado sistema de objetos e sistema de ações, as relações e as emoções dos migrantes dekassegus se realizam. O sistema de ações estabelecido por esses agentes, capturados, seduzidos e movidos pelo sistema de

objetos técnicos é condicionado, moldado, por este mesmo sistema de objetos. No entanto, esse sistema de objetos também pode ser moldado, reproduzido e transformado pelo sistema de ações o que inclui as emoções.

As ações desses agentes se estabelecem entre si e entre os outros agentes, de forma diferenciada, porque eles são diferentes, hierarquizadas, de forma conflituosa e solidária, podemos dizer também que são um conjunto de sistemas de ações se estabelecendo com um conjunto de sistemas de objetos. As ações são mediadas pelos objetos, realizadas através e com os objetos (o ser humano também como um objeto, ou um quase objeto). Poderíamos falar então, também, de relações dos objetos. O que nos causa desconforto são os seres humanos tratados e tentados a serem objetos, e mais preocupante ainda é encontrarmos os seres humanos abaixo dos objetos. Os objetos triunfando no mundo. Uma autêntica sociedade dos objetos querendo triunfar sobre a sociedade de seres humanos.

“No Brasil, o pessoal é mais humano, de certa maneira recebe melhor, tem mais calor humano. Como os próprios japoneses dizem, que hoje os japoneses, o pessoal trabalha em benefício da máquina, não a máquina trabalha em benefício do povo, porque a gente precisa acompanhar a máquina. Uma pessoa quando vai à linha de montagem, praticamente ela é uma peça da máquina, se faltar uma pessoa, é a mesma coisa que faltar uma peça da máquina. E o japonês mesmo falou isso daí. Não é a máquina que trabalha em nosso benefício, é a gente que tem que trabalhar em benefício dela, porque se atrasar serviço dá problema, atrapalha até as outras fábricas” (Minoru, 54 anos, 2001).

O sistema técnico, base material hegemônica, autoriza determinados comportamentos, autoriza um conjunto de comportamentos; e a existência de diferentes temporalidades no espaço, mostra-nos os diferentes graus e formas de participação nesse sistema. O termo de inclusão precária no espaço, ou inserção precária, torna-se relevante, quando pensamos a questão do acesso ao espaço. É assim que podemos afirmar que a inserção dos brasileiros de kasseguis no Japão é principalmente uma inserção no sistema produtivo, tanto na produção propriamente, quanto no consumo e na circulação.

Há também uma inserção e a possibilidade de uso dos serviços públicos dos de kasseguis no Japão. No entanto já não podemos afirmar se realmente ocorre uma completa inserção no território japonês. Tudo indica que este movimento de inserção pode caminhar e vem caminhando lentamente para um processo de integração ainda fragmentado e hostilizado. Isto pode de fato se dar com a segunda geração ou mesmo com

a terceira geração de imigrantes. No entanto, temos o exemplo da imigração coreana para o Japão, que já está na segunda geração, terceira geração, do qual seus membros não são reconhecidos como japoneses no território japonês.

Os brasileiros, por sua vez, por não se manterem inseridos no Brasil, ou terem um acesso restrito ao sistema produtivo e conseqüentemente a própria sociedade brasileira, no que se refere aos bens e serviços principalmente, procuram o Japão, território que lhe possibilita acesso de entrada e permanência no sistema produtivo. É uma inserção precária, mas melhor se comparada ao seu lugar de origem. Na sociedade japonesa existe um acesso ao trabalho com “satisfatória” remuneração, e, com isso, acesso à vida, reduzida a muito aos circuitos do consumo. Nesse sentido, é que podemos dizer que no território japonês ocorre a inserção desses nipo-brasileiros na produção e no consumo, mesmo que de forma incompleta, se comparada aos dos japoneses. De qualquer forma, a inserção acontece, pois o território japonês se vê obrigado a “abrigar” e recolher, sempre que possível, sob controle, esses dekasseguis e até outros imigrantes, em função da necessidade de mão-de-obra barata do seu mercado de trabalho japonês e também do envelhecimento por que passa a sua população.

Podemos afirmar que, em alguns momentos o sistema de objetos é mais forte, porque é o espelho dos atores fortes e, em outros, o sistema de ações ganha força, porque encontra agentes de políticas fortes. Quem de fato tem força nas ações é quem em tese controla a informação uma outra variável importante do período intitulado técnico, científico e informacional. Muitas ações recriam os objetos e outras apenas os animam.

“No mundo de hoje... as ações racionais são cada vez mais numerosas. Sua racionalidade deve-se, em grande parte, a própria natureza dos objetos técnicos, cuja vocação original é, exatamente, servir a uma ação racional, ação que se quer precisa, graças às técnicas concretas... Em virtude do papel dos objetos técnicos, a ação é cada vez mais racional... Mas a ação humana não é exclusivamente uma ação racional. Weber já o havia dito... quando enumerou as suas quatro formas básicas: ações racionais por via do instrumento, racionais pelo valor, tradicionais e afetivas... Habermas fala de uma oposição entre atividade instrumental e atividade comunicacional...” (Santos, 1999, p.66).

“... Haverá três tipos de agir: técnico, formal e simbólico. O agir técnico leva a interações formalmente requeridas pela técnica. O agir formal supõe obediência aos formalismos jurídicos, econômicos e científicos. E existe um agir simbólico, que não é

regulado por cálculo e compreende formas afetivas, emotivas, rituais, determinadas pelos modelos gerais de significação e de representação” (Santos, 1999, p. 66).

É assim que podemos pensar as relações dos dekasseguis com os outros agentes e com os objetos técnicos. *“Tinha um colega que morava no mesmo apartamento que eu. Ele já estava lá uns, eu cheguei, quando eu completei um ano e meio de Japão lá,... ele já tinha completado uns dois anos e meio, eu tinha ajuntado trinta mil reais e ele não tinha ajuntado nada, porque ele era aquela pessoa que gostava de, no quarto dele tinha som, computador, tinha telão, tinha vídeo cassete, ele tinha vídeo game. Saía um modelo novo de aparelhagem ele comprava, saía não sei o que novo ele comprava, qualquer novidade ele comprava, acho que ele tentava, ele era uma pessoa que não conseguia demonstrar o sentimento dele, de saudade, ele queria comprar coisas para suprir aquela falta que os parentes dele estavam fazendo, ele queria dizer que ele estava com o conforto dele ali e não precisava de mais ninguém, acho que mais ou menos isso. E ele não ajuntou nada... a gente percebia que ele não ligava para a casa... e lá ele começou a comprar, comprar”* (Lucas, 23 anos, 2001).

De certa forma os objetos técnicos e de consumo estão também comandando o sentido da vida no período atual, e isto acaba tendo uma importância significativa no movimento migratório dos dekasseguis para o Japão. Segundo Santos (1999:51), *“o espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade...”* Na artificialidade do meio, a espontaneidade e a emotividade ficam desta maneira cada vez mais comprometidas.

Até onde estamos envolvidos e mergulhados nesse reino mágico-científico-tecnológico? O sociólogo Octavio Ianni, em sua aula magna proferida na Universidade de São Paulo (03/03/04), chega a falar do teatro dentro do próprio teatro, da fantasia engolindo a realidade, na mistura da realidade com a ficção. *“Segundo, o cientista social, o filósofo e o escritor, bem como outros artistas, em geral estão também taquigrafando algo da vida, a realidade, o modo de ser, as situações, as convulsões sociais, as objetividades, as subjetividades, as inquietações, as ilusões ou os imaginários, sempre de modo a esclarecer, compreender, explicar ou revelar o labirinto, babel ou caos indecifrável, indizível...”* (Ianni, 2004, p. 11).

Quando as relações de pessoas entre objetos técnicos se intensificam, os sentimentos se perdem e se recriam de maneira fantástica, passamos a interagir, a dialogar,

a pensar, a chorar e a rir na companhia deles, encontramos alguém ou alguma coisa, preenchemos os vazios interiores, somos povoados e povoamos nosso imaginário, ganhamos poder e *status*. Há vantagens e desvantagens. É nesse sentido, por exemplo, que ter um automóvel, um celular, ou um outro aparelho eletro-eletrônico na nossa sociedade é muito importante. No caso do automóvel, quanto mais moderno, mais equipado e maior o veículo, maior é a superioridade, o *status* e o poder. No caso do celular, mania nacional no Japão, quanto menor, mas equipado e cheio de funções, menor é a necessidade de contato com as pessoas ao redor e mais bem acompanhado se está. Em alguns momentos no Japão, as entrevistas ou as conversas eram realizadas a três: o pesquisador, o entrevistado e o celular.

Aparelhos de CD, DVDs, TVs, videokês, computadores, CDs, celulares, etc, preenchem momentaneamente os sonhos, descontraem nossas vidas, amenizam o cansaço do trabalho, a discriminação, a ausência, o distanciamento e também trazem a recompensa, as imagens e a memória de lugares e pessoas do outro lado do mundo, que os migrantes deixaram para trás. É uma nova forma de re-ligação e manutenção das relações e emoções. A novidade é que as informações nas migrações contemporâneas podem se processar em tempo real. E, caso os territórios permitam, os migrantes podem transitar entre os espaços, de forma mais ágil, mantendo os vínculos com os lugares de origem. Por tudo isso, deslumbramo-nos com a tecnociência.

Em sua análise sobre a sociedade do espetáculo Debord (1997:23-24) nos afirma: *“o sistema econômico fundado no isolamento é uma produção circular do isolamento. O isolamento fundamenta a técnica; reciprocamente, o processo técnico isola. Do automóvel à televisão, todos os bens selecionados pelo sistema espetacular são também suas armas para o reforço constante das condições de isolamento das multidões solitárias... O espetáculo reúne o separado, mas o reúne como separado”*.

“A alienação do espectador em favor do objeto contemplado (o que resulta de sua própria atividade inconsciente) se expressa assim: quanto mais ele contempla, menos vive; quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes da necessidade, menos compreende sua própria existência e seu próprio desejo. Em relação ao ser humano do espetáculo que age, a exterioridade do espetáculo aparece no fato de seus próprios gestos já não serem seus, mas de um outro que os representa por ele” (Debord, 1997, p. 24).

A partir dessa reflexão, podemos entender a dificuldade de união ou mesmo de organização e até mesmo de emancipação dos migrantes dekassegais. Uma dificuldade não só dos migrantes, mas de toda a sociedade. Ao mesmo tempo em que estamos separados, estamos reunidos. O fato é que estamos vivendo, e a convivência dos dekassegais, antes possuída aqui, está também ocorrendo lá.

Os churrascos nos parques japoneses e nas calçadas das ruas japonesas, que reúnem parentes e amigos conterrâneos, por vezes, peruanos, e até mesmo alguns nativos, chegando a causar estranheza dos vizinhos japoneses, e o aparecimento da polícia, ajudam-nos a refletir sobre a nova sociabilidade do lugar, e pensar também em outras sociabilidades que vêm ocorrendo, por exemplo, nos “espaços da religião”.

A metamorfose do ser humano, em ser objeto, não se realiza por completo, pelo fato de que o ser humano não é objeto. O espaço racional reina, porém as emoções, os sentimentos, de forma contraditória, ainda afloram. As ações e as emoções que podem ser provocadas pelos objetos, também são meio de possibilidades de novas ações. Ao mesmo tempo em que o sistema técnico atual despedaça as relações humanas, ele re-liga as emoções dos migrantes. Talvez seja essa a confusão dos espíritos instalada no período atual, mencionada por Milton Santos.

“Querida Teresa há quanto tempo! Como vão as coisas por aí? Muito ocupada? Por aqui tudo bem graças a Deus, trabalhando e o tempo passando!!! Já estamos indo para sete meses, estou aqui na casa do tio Pedrinho de visita pois não moro mais aqui já tem um mês, fomos morar perto da fábrica pois estávamos longe demais. Aqui estão todos bem, tio Pedrinho, tio Jonas e tio Henrique. O Cacá não liga mesmo, já faz um mês que não falo com ele. Parece que as coisas no Brasil não estão melhorando muito não é? Uma amiga minha formada em nutrição não consegue emprego e está voltando para cá de novo depois de cinco anos no Brasil, a única saída é o Japão de novo!!!”

“Assistimos o Jornal Nacional todos os dias e a gente fica meio impressionada com tanta notícia ruim. Se um dia meus pais topassem em vir para cá, o que é meio impossível, eu acho que viveria muito bem por aqui, com as crianças, aqui você trabalha e não precisa ficar contando os trocados para ver se dá para comer um cachorro quente no final de semana!!! A única coisa que estraga é esse medo de terremoto coisa que ninguém pode prever, mas faz parte! E aí o que anda fazendo? ... Como estão todos? E a nossa família? Estou um pouco preocupada com minha mãe, ela anda meio cansada ultimamente! Não sei

se são as crianças que estão desgastando-a, ela disse que anda desanimada, você há viu por esses dias? Bom Teresa se cuida e fica com Deus. Um grande abraço... Ana Maria". (E-mail de Ana Maria, no Japão, enviado a Teresa, no Brasil, em 01 de novembro de 2003, às oito horas, dez minutos e onze segundos).

4.2. A emoção no mundo moderno

Para Kawamura (2000) na medida em que a modernidade esteve associada com a racionalidade em atos e relações sociais, esta última foi crescentemente requerida, seja através de novas tecnologias, seja como teorias e processos de organização racional nos empreendimentos, na organização do trabalho, no lazer, na vida privada, familiar e emocional. A ascensão do Japão como potência econômica mundial baseou-se na busca incessante de inserção nessa modernidade, trazendo transformações não só econômicas, mas sociais e culturais, em que se desenvolveram padrões e condutas “modernas” que, embora não se constituam em meras cópias da modernidade ocidental, contêm as bases da racionalidade funcional características das sociedades capitalistas, especialmente, ao se considerar sua inserção em um mundo em globalização.⁹⁴

É, portanto na vivência cotidiana, que o trabalhador brasileiro expressa mais seus sentimentos, emoções e costumes, muitas vezes não aceitos no sistema disciplinar rígido da organização do trabalho japonês. Este sistema disciplinar racional incorporado e desenvolvido pela moderna sociedade japonesa é também o fundamento das relações sociais do cotidiano japonês, ou mesmo do espaço japonês. (Kawamura, 1999). Já para Yamasaki (2004) a cultura brasileira precisa de muita explicação, enquanto que a asiática se expressa e se basta pelo sentimento. De acordo com esta cineasta em seu *set* de filmagens do filme “Ama-me como sou” (2005), enquanto os atores japoneses queriam reduzir os textos de suas falas, os atores brasileiros, mesmo os descendentes de japoneses, queriam acrescentar mais falas ao texto. “O cinema está mais para as emoções, que já dizem praticamente tudo, não precisando de muita explicação”.⁹⁵

---

⁹⁴ “A modernidade japonesa compreende um amálgama de formas da tradicional cultura nipônica (com elevado peso da filosofia confuciana), com a difusão da modernidade globalizante ou cultura global, cultura mundializada, cultura transnacional” (Kawamura, 2000, p. 14).

⁹⁵ Palestra seguida de debate com a cineasta Tizuka Yamasaki, em 14 de setembro de 2004, após a exibição do filme “Gaijin” (1979), no CINUSP em São Paulo. Neste momento Tizuka Yamasaki estava finalizando a produção do filme “Gaijin 2. Ama-me como sou” que tivemos a oportunidade de presenciar sua estréia em

Todavia, não se trata aqui de pensar qual povo tem mais ou menos emoções ou sentimentos. Ambos são constituídos pela razão e pela emoção (Santos, 1999). O que queremos destacar é que os japoneses passaram a controlar mais as suas emoções e os seus sentimentos em prol de uma sociedade contemporânea mais racional, do ponto de vista do funcionamento do capitalismo. Os brasileiros tendem a ser mais expansivos e espontâneos uma vez que nem toda a sociedade foi de fato foi tomada perfeitamente pela racionalidade moderna. O encontro destas duas populações ao mesmo tempo em que produz um choque, também produz uma aprendizagem, nos parece evidente que a maioria neste caso tem sempre mais hegemonia e peso, principalmente estando em seu próprio território.⁹⁶

Podemos colocar que um dos principais dilemas vividos pelos migrantes, é que racionalmente, suas condições de existência no Japão são melhores e passam a ser idealizadas em face de problemas econômico-financeiros aqui encontrados, embora, na esfera emocional, manifestem desejo de voltar e permanecer em seu país de origem, sobretudo por laços afetivos. Já os migrantes que revelam suas expressões emotivas no contexto do trabalho e na vida cotidiana, esses passam a entrar em situações conflitivas com grupos sociais locais, que chegam até a agressões verbais e físicas. Ao expressar emoções, buscam racionalizar essa prática, reafirmando seus valores, seus comportamentos e suas atitudes dentro de padrões culturais vividos no país de origem, o que destoa do contexto cultural japonês.⁹⁷

Mas, de acordo com Santos (1999), podemos dizer que o novo meio ambiente opera para o migrante como uma espécie de detonador. Aliás, o próprio migrante também traz elementos novos para o ambiente, causando algum impacto, por menor que seja, ou que pareça ser. A relação deste ambiente ou deste lugar com o novo morador se manifesta dialeticamente como territorialidade nova e cultura nova, que interferem reciprocamente, mudando-se paralelamente territorialidade e cultura; mudando tanto os novos habitantes do lugar quanto os velhos habitantes do lugar. Velhos habitantes que se vêem próximos destes seres diferentes, mesmo, muitas vezes estando longe, ou mantendo a distância. Quando esta síntese do lugar com o migrante é percebida, o processo de alienação vai cedendo ao processo de integração e de entendimento, e o migrante recupera parte do seu ser que

---

2005, na cidade de Nagoya, como parte das comemorações da visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Japão.

⁹⁶ De todos os modos estas questões abordadas merecem ser desenvolvidas privilegiando a herança histórica e o enfoque cultural.

⁹⁷ Kawamura (2000).

parecia perdida. Pensamos, no entanto que este processo pode ser lento, e nem sempre se completa por inteiro.

Kawamura (1999), ainda nos explica, abordando a questão da emoção, que o controle emocional e corporal característico do processo de trabalho japonês, presente na vida cotidiana moderna, estendeu-se aos costumes e comportamentos da população, intensificando o controle cada vez maior das emoções. O extravasamento da necessidade de expressão de emoções incontroláveis, muitas vezes provocadas pelo próprio espaço de lazer criado, como megashows, shows, shopping-centers, olimpíadas e similares, é controlado por regras disciplinadoras desse mesmo espaço, constituindo-se em campos próprios para expressão controlada das emoções liberadas. Tais espaços, funcionando como válvulas de escape e amortecedores de emoções descontroladas e conflituosas em sociedades modernas, altamente disciplinadas, expandem-se como redes de lazer comuns e lucrativas em praticamente todo mundo.

Por outro lado, os brasileiros, mesmo os descendentes de japoneses, ainda sim extravasam suas emoções de uma maneira mais expansiva do que os japoneses, porque o seu país de origem ainda não estendeu à racionalidade moderna, de forma generalizada e eficaz por todo o território. Segundo Kawamura (1999) o incômodo da população local em relação a atitudes e comportamentos emotivos dos brasileiros considerados negativos ou imorais, o distanciamento entre brasileiros e japoneses, pelo desconhecimento de uma linguagem comum, constitui-se em formas veladas de pressão social para induzirem esses imigrantes à busca de um aprendizado de costumes e valores da população local (resultados não mais apenas de uma cultura tradicional, mas de uma cultura moderna).

Sobre esta questão podemos dizer que existem basicamente três grupos de migrantes: aqueles que apreciam e estão mais próximos da cultura japonesa, os que passam a se adequar ao lugar e aqueles que nutrem uma determinada hostilidade a ela. O dekassegui César de 35 anos de idade, afirma que se adaptou bem aos costumes japoneses e não tem intenção de voltar ao Brasil, uma vez que está realizado profissionalmente. O dekassegui Pedrinho, de 48 anos de idade, há mais de cinco anos no Japão, parece ter se adequadado à lógica da vida do espaço japonês, o seu cotidiano é vivido em sua maior parte dentro da fábrica, em finais de semana, procura cuidar da casa e fazer compras, em feriados visita parentes e amigos, e sempre que tem tempo, gosta de utilizar a internet, acessando sites relacionados à sua cidade natal. Já o dekassegui Marcelo, de 40 anos, há

quinze anos no Japão, apesar de trabalhar muito e ter uma vida razoavelmente confortável no Japão, desabafa que preferiria ter ficado no Brasil.

O dilema do migrante pode ser posto da seguinte forma: em termos racionais, o Japão, se apresenta como melhor país para se morar, porém em termos emocionais o Brasil é considerado o melhor lugar para se viver. O dekasegui Tiago, de 28 anos, afirma que: *“em determinados momentos eu prefiro o Brasil, mas eu morando no Brasil, meu pensamento esta sempre no Japão. Eu seria capaz de morar no Japão. Mas eu fico muito dividido. O estilo japonês de vida funciona, tudo funciona, tudo esta no seu devido lugar, tudo é muito limpo, isso tem muito a ver com minha personalidade, eu sou muito exigente. A organização deste país me faz bem”* (1997). É importante lembrar que na migração revela-se para o migrante um limite de aproximação com a sociedade receptora, ou seja, uma fronteira não só externa, mas também interna aparece entre ele e o lugar de destino. O depoimento de Tiago nos mostra este momento: *“no Japão eu era brasileiro, porque eu nasci no Brasil, tenho consciência disto. Mas sendo descendente de japonês eu queria me aproximar ao máximo do padrão japonês. Só que eu percebi que isto era impossível”*.

De um lado temos o discurso racional e a eficiência do território, como no caso do Japão, ou em pedaços do território, como no caso do Brasil, e de outro a emoção integrada e ao mesmo tempo desencontrada com este discurso racional e esta base material. É assim que Santos (2000) nos diz que vivemos em um mundo confuso e confusamente percebido. Temos abusivamente mencionado o extraordinário progresso das ciências e das técnicas, das quais um dos frutos são os novos materiais artificiais que autorizam a precisão e a intencionalidade. Além da referência obrigatória à aceleração contemporânea e todas as vertigens que ela cria, a começar pela própria velocidade. Todos esses, porém, são dados de um mundo físico fabricado pelo homem, cuja utilização, aliás, permite que o mundo se torne esse mundo confuso e confusamente percebido. Explicações mecanicistas, todavia são insuficientes, sendo que muitas vezes acabam sendo maniqueístas, falsas e ilusórias ao se apresentarem como convincentes.

Sobre esta base material produzida por um mundo que quer um discurso único, é que se vem produzindo a história humana. Base material esta responsável pela criação da torre de babel em que vive a era globalizada. *“Quando tudo permite imaginar que se tornou possível à criação de um mundo veraz, o que é imposto aos espíritos é um mundo de fabulações, que se aproveita do alargamento dos contextos para consagrar um discurso*

único. Seus fundamentos são a informação e o seu império, que encontram alicerce na produção de imagens e do imaginário, e se põem ao serviço do império do dinheiro, fundado na economização e na monetarização da vida social e da vida pessoal” (Santos, 2000, p. 17-18).

É sobre ainda esta base material que encontramos também a fundamentação, por exemplo, para explicar o que acontece com a família, e particularmente com a família do dekassegui nesta situação de movimento migratório. Não é caso raro encontrar famílias separadas, por longos anos, filhos no Brasil, pais no Japão. Filhos no Japão, pais no Brasil. Esposa no Brasil, marido no Japão e vice-versa, e nem sempre o fato de estarem juntos no Japão, significa necessariamente que estão próximos. Nesta situação os que mais ficam comprometidos são as crianças (algumas delas inclusive são deixadas com as avós) uma vez que, são obrigadas a acompanhar a “decisão ou indecisão” dos pais, nem sempre a mais coerente diante deste nosso mundo confuso, que aparenta ser confiante de si mesmo.

Para a dekassegui Marta, 44 anos *“muitos brasileiros vem para o Japão e passam dificuldades, mas o dinheiro muitas vezes fala mais alto, as amizades muitas vezes morrem, em vez de nos unirmos, ocorre o contrário, nos separamos, as famílias se desfazem, formam-se outras... O casal trabalha muito, existe um desgaste na fábrica, este desgaste se estende para a casa, o diálogo acaba, começam as brigas, o dinheiro aparece rápido, ocorre à separação das coisas, no princípio o pensamento era de comprar uma casa... Muitos começam a sair com os amigos... Neste processo são os filhos que mais sofrem. O índice de criminalidade é bem alto entre os brasileiros, os pais trabalham vinte e quatro horas e não se encontram, não vêem os seus filhos... Como não podem cuidar dos filhos dão dinheiro para eles... Nisso o valor família se perde...”*

É evidente que não podemos generalizar esta situação para todos os dekasseguis. Vale ressaltar, no entanto, que este depoimento é feito por uma socióloga formada em uma Universidade Pública brasileira. Esta dekassegui trabalha agora como vendedora e toma conta de um estabelecimento comercial “brasileiro” no Japão. Há mais de catorze anos em território japonês, e depois de ter trabalhado em fábricas e até em escolas como professora e motorista, transportando crianças dekasseguis da casa para a escola, e vice versa, afirma que não vê mais possibilidade de volta para o Brasil. Afirma ela: *“Depois de estar há mais de catorze anos no Japão, como vou me reintegrar no mercado de trabalho brasileiro e*

mesmo na própria sociedade brasileira, estou completamente desatualizada no que se refere, por exemplo, a minha formação” (Marta, 2005).

Sua observação muito atenta mostra uma realidade de vida destes brasileiros no Japão, ou seja, a grande dificuldade de re-inserção ou mesmo reintegração à sociedade brasileira, e a interferência marcante da variável dinheiro na sociedade moderna. É importante ressaltar aqui que esta pesquisa não visa buscar a generalização dos fatos, mas sim apresentar uma análise a partir de um lugar, ou de alguns lugares sobre outros lugares, ou mesmo de um único lugar em conexão com o mundo. O mundo que também se faz no lugar. Lugar este que por sua vez, influencia o mundo, ou compõe aquilo que pensamos ser o mundo. A tese é um trabalho que tem como referência o ofício de um artesão. Um ofício que de certa forma entra em contradição com a sociedade racional em que vivemos.

4.3. A inserção brasileira no espaço japonês

Uma questão muito interessante de ser analisada é aquilo que podemos denominar de o “espaço das empresas étnicas capitalistas”⁹⁸, ou seja, pequenas, médias ou grandes empresas, que possuem a presença ou, de alguma forma a marca brasileira. Desde pequenas formas de comércio realizadas pelos dekassegus no Japão, até os grandes bancos brasileiros, que chamaremos aqui de grandes empresas financeiras, como o Bradesco que se instalam no território japonês, visando o cuidado com o dinheiro adquirido por estas pessoas. As formas de comércio realizadas pelos brasileiros em território japonês podem ser apresentadas como um processo de inserção neste lugar. Por sua vez a presença de bancos, como o Bradesco em parceria com um outro banco japonês, ou mesmo do Banco do Brasil, mostram também a nova forma de inserção no território em um mundo globalizado.

Já para Pintaui (1991) a integração da sociedade moderna se faz via mercado. A ideologia é a mercadoria. A concepção de mundo é aquela veiculada pela publicidade da mercadoria. Nas sociedades industriais, o espaço comercial era produto das exigências da produção industrial e, portanto, por ela comandado, ao mesmo tempo em que era suporte

---

⁹⁸ O termo empresa étnica é utilizado por Sales (2004), em seus estudos sobre a presença de brasileiros nos Estados Unidos. Não iremos desenvolver neste momento uma discussão sobre a questão da etnia. Para nós o importante é nomear estas formas de comércio e de consumo ligadas e desenvolvidas pelos brasileiros ou mesmo pelos japoneses que visam principalmente ao público brasileiro, e às vezes aos demais estrangeiros e até mesmo aos próprios japoneses.

para a reprodução de relações sociais específicas daquelas sociedades. Nas sociedades burocráticas de consumo dirigido, o espaço urbano dedicado ao comércio apresenta uma nova dimensão. Enquanto o produto de relações sociais específicas desta sociedade, o “espaço comercial” é a tradução de uma racionalidade na gestão do capital e enquanto condição de reprodução das relações sociais, este espaço é a sustentação de um cotidiano programado, principalmente pelas empresas para a realização do consumo.

De todo o modo é importante diferenciar os pequenos e médios empreendimentos comerciais desenvolvidos pelos brasileiros ou, que estão voltados para os brasileiros e demais estrangeiros, dos grandes empreendimentos comerciais e financeiros. Podemos encontrar hoje, no Japão, diversos equipamentos comerciais, financeiros e de prestação de serviços. O desenvolvimento destes empreendimentos propicia facilidades em termos de acesso e atendimento para os dekassegus, neles inclusive, principalmente nos pequenos e médios, há a possibilidade de um convívio e uma sociabilidade mais próxima e generosa entre os brasileiros, e até dos demais estrangeiros, como outros latino-americanos e asiáticos.

É fato que nos grandes estabelecimentos, no entanto, a dose de racionalidade pragmática é bem maior, dificultando ou não permitindo uma outra forma de sociabilidade mais espontânea e menos prisioneira da lógica de mercado. No Guia Japão (2005), organizado e editado pelo International Press (o jornal brasileiro no Japão) podemos encontrar no território japonês os seguintes empreendimentos (de comércio e de serviços) que atendem o público brasileiro: 279 lojas de produtos brasileiros, açougues e locadoras; 136 escolas profissionalizantes e de língua; 102 restaurantes, lanchonetes e bares; 66 agências de viagens (passagens aéreas); 48 atacadistas e importadores; 42 escolas de ensino fundamental e médio; 36 estabelecimentos de moda/fashion; 30 formas de assessoria em geral, advocacia, contabilidade, despachante e serviços de tradução; 19 firmas de informática e eletro-eletrônica; 13 agências de automóveis (compra, venda, locação, etc.); 11 companhias telefônicas; 11 bancos; 10 agências de publicidade, gráficas e editoras; 10 jornais, rádios, revistas, tvs e publicações; 08 transportadoras e mudanças; 06 creches; e outras 103 formas e empreendimentos de comércio e serviços, como salão de beleza, produções de vídeo e foto, lojas de decorações, clínicas de odontologia, etc.⁹⁹

---

⁹⁹ A concentração e a localização destes empreendimentos no território japonês está relacionada à presença dos dekassegus. Em praticamente quase todas as províncias japonesas encontramos brasileiros. As que possuem maior número de brasileiros, segundo dados do Ministério da Justiça do Japão são: Aichi (57.336),

No Japão, podemos afirmar então que a inserção de parte destes brasileiros ocorre também na realização e participação nestes empreendimentos, em muito através do trabalho e do consumo neles. Mesmo tendo, muitas vezes, na organização destes empreendimentos, a presença direta ou indireta dos japoneses. As escolas brasileiras apesar de entrarem na lógica capitalista e serem tratadas como empresas no Japão, merecem ser pensadas em um outro estudo, com mais cuidado e carinho diante deste contexto, porque nelas encontramos crianças, jovens, alunos, professores, funcionários, diretores, ou seja, pessoas ligadas à dimensão da educação.

O que nos interessa aqui, no entanto, é mostrar também como a vida do migrante se realiza no espaço japonês, na produção de um “lugar brasileiro” no Japão. Um lugar único, marcado pela racionalidade do período, mas feito pela presença dos brasileiros, principalmente de descendentes de japoneses, em meio aos japoneses. Silva (1995) chama esse movimento cotidiano da vida de “espaço da vida”. Para ele viver no presente é continuamente estar a abrir espaço, desde o da habitação até o da vida afetiva. O que este autor chama de espaço, nos chamamos de lugar, ou seja, o lugar onde a vida se dá, onde a vida se move, movendo o próprio lugar...

Assim sendo, o primeiro lugar visitado no Japão, no dia 03 de maio de 2005, foi uma loja de produtos brasileiros em conjunto com um restaurante também brasileiro. Ambos, loja e restaurante, pertencem ao mesmo proprietário, um japonês que já conhecia o Brasil e falava um pouco o português. A loja funciona desde 1992. Lá é possível encontrar praticamente os mesmos produtos que se encontram num pequeno supermercado do Brasil, além de cartões telefônicos para ligações internacionais, revistas e jornais voltados para o público brasileiro no Japão.

No andar superior da loja fica o restaurante, tendo como responsáveis duas brasileiras, ambas *nissei*, Margarida de 60 anos de idade e Lídia, de 57 anos. A cozinheira, brasileira, não descendente de japoneses, há dois anos no Japão com o marido, não vê a hora de voltar para o Brasil, para rever seus pais e irmãos. O restaurante tem um cardápio típico de um restaurante no Brasil: arroz com feijão e bife, arroz a grega, feijoada, lasanha, pizza, batata frita, mandioca frita, etc., além do guaraná Antártica. É muito comum as lojas

---

Shizuoka (41.489), Mie (17.619), Nagano (17.098), Gifu (16.449), Gunma (15.756), Saitama (13.932), Kanagawa (13.837), Shiga (10.995), Ibaraki (10.940), etc. (Jornal Nippo-Brasil, 21-27 jul. 2004, p. 3A).

e os restaurantes brasileiros terem uma bandeira do Brasil e, às vezes do Peru, uma vez que, depois dos brasileiros, são os peruanos o quarto maior grupo de estrangeiros no Japão.

No restaurante, pode-se saborear a comida brasileira ao som da cantora Ivete Sangalo, ou até assistir à novela das nove, *América*, da Rede Globo de televisão. O restaurante também possui *videokê*, com um imenso repertório de músicas sertanejas e outros cantores brasileiros. É muito interessante encontrar, no meio do Japão, um pedaço do Brasil, materializado nos restaurantes, nas comidas, nas músicas, nas pessoas, na atmosfera e até mesmo nas novelas da Rede Globo.

É marcante a presença de famílias brasileiras no restaurante, geralmente casais com filhos acompanhados de outros amigos. Apesar do carinhoso acolhimento da casa é possível notar a tristeza no olhar e o cansaço no rosto destes brasileiros. É possível perceber também que após alguns anos no Japão, o lugar se introjeta nos brasileiros, eles incorporam também hábitos dos japoneses, o modo de ser japonês, parece também estar introjetado na maneira de ser do brasileiro. Não foi de se estranhar ouvir os brasileiros, descendentes de japoneses, cantarem músicas japonesas no *videokê* deste restaurante brasileiro no meio do território japonês.

Segundo Margarida (2005), alguns japoneses freqüentam o restaurante, mas ainda são poucos. O restaurante abre também à noite. Durante a semana, funciona das seis às onze horas da noite; aos sábados, das onze horas da manhã, podendo até passar às onze horas da noite, dependendo do movimento e do entusiasmo dos brasileiros. A cozinheira da casa nos relatou sua experiência no Japão, à beira do calor do fogão, enquanto preparava os pratos a serem servidos. Com muita descontração, ela mexia a colher nas panelas e ia falando da imensa saudade que sente do nosso Brasil.

Ela não é descendente de japoneses, e está há dois anos no Japão, com seu marido, descendente de japonês, que trabalha em uma fábrica. Deixou São Paulo por questões financeiras, mas afirma a todo momento que sua terra é o Brasil. “Eu sou 100% brasileira”, afirma ela. É também com muito orgulho que diz ter conseguido comprar a sua casa no Brasil, ganhando dinheiro no Japão. O marido já havia trabalhado, no Japão em 1989, portanto era a sua segunda vez no Japão. Ela se aventurou em 2003, quando seu trabalho, com a confecção, não estava dando mais certo.

Margarida (2005), de 60 anos de idade, está com uma parte da família no Japão: dois filhos moram com ela, e dois estão no Brasil. Margarida é divorciada e está há dez

anos no Japão. Ela diz que pretende morar, em definitivo lá: *“Me adaptei bem aqui, fiquei um ano em Takayama, lavando louça em um hotel, e agora estou neste restaurante desde quando foi inaugurado, gosto de trabalhar aqui, moro com minha irmã e uma sobrinha, sei falar o japonês, já sabia dos costumes japoneses e valorizo muito a tranquilidade desse país”* afirma ela.

“Em São Paulo, sofremos um assalto à mão armada, logo depois desse assalto vim para o Japão, meus filhos já estavam aqui, depois chamei minha irmã. No começo o Japão era novidade, agora minha vida é normal, só tenho saudade dos filhos que ficaram no Brasil” (Margarida, 2005). Margarida tem o visto permanente para estadia no Japão. Muitos brasileiros, descendentes de japoneses, vêm retirando o visto permanente no Japão.¹⁰⁰ Este fato demonstra já uma decisão de permanência mais longa desses brasileiros no Japão. Para ela, os *nisseis* querem ficar no Japão, e os *sanseis*, principalmente os mestiços, querem voltar para o Brasil. Uma questão que se coloca, para estas pessoas, já com uma longa permanência no Japão é a situação da previdência social, a maioria não contribui em território japonês, argumentando que o gasto com os impostos são elevados. Uma parte dos brasileiros trabalha no Japão e paga a sua aposentadoria no Brasil. Na verdade, existe nesta questão um embate entre o mercado, o estado japonês e o estado brasileiro.

Lídia, com 57 anos de idade, nasceu no interior de São Paulo, apesar de ter sido criada em São Paulo, capital. Aos 49 anos de idade, foi para o Japão, são, portanto, quase oito anos de Japão. Ela esteve no Brasil há quatro anos, para fazer uma cirurgia. *“Aqui no Japão depois dos 40 anos de idade, fazemos exames, de graça, pois temos o seguro saúde Kokumim Hoken, se pagamos um pouco mais, pode-se fazer um exame mais detalhado, descobri que estava com câncer no intestino, por isso fui para o Brasil. Estou com 57 anos de idade e o que vou ganhar no Brasil com essa idade? Não tenho profissão, lá trabalhava de balconista em uma farmácia, a farmácia faliu, estava com dívida entre família, para poder pagar essa dívida vim para cá. Com o dinheiro daqui consegui pagar minha dívida”* (Lídia, 57 anos, 2005).

---

¹⁰⁰ Ao *nissei* e ao *sansei* é concedido o visto de permanência de três anos no Japão. Podendo ser renovado após o seu vencimento. Este visto também é estendido aos cônjuges destes descendentes. Atualmente, após, a permanência de mais de cinco anos em território japonês, é possível a solicitação do visto permanente. Este visto mostra de alguma forma a possibilidade de permanência e de fixação desta população em território japonês, garantindo também o trânsito entre os dois países Brasil e Japão.

No restaurante, Margarida nos apresentou seus netos. Segundo ela, os menores já haviam nascido no Japão. Bruno, filho de Margarida, com 40 anos de idade está há catorze anos no Japão. Foi lá para trabalhar e conseguir um futuro melhor. *“Aqui já consegui um futuro melhor, uma vida melhor em termos financeiros, a saúde é melhor, fiz boas amizades, apesar de existir muitos atritos e inveja entre os brasileiros. Penso em voltar, mas não consigo me acostumar mais no Brasil. Não consigo me acostumar com o padrão de vida de lá, no Brasil há poucos recursos para ganhar dinheiro, abrir um negócio é complicado, lá você tem muitos gastos com impostos. Tenho uma lanchonete no Brasil, mas quando estou lá, penso no Japão, em vir para cá... No começo foi sacrificante, estar sozinho, tenho uma filha que está no Brasil, tenho muita saudade, mando pensão para ela. Sou separado e esta é minha outra filha que está comigo, ela tem 11 anos, e está a cinco meses aqui”* (Bruno, 40 anos, 2005).

Bruno afirma viver bem no Japão, entende um pouco de japonês, tem o visto de três anos e trabalha em uma fábrica de alumínio. Segundo ele, é difícil manter o padrão de vida que se tem no Japão, e por isso prefere ficar lá. Esse padrão de vida, em muito relacionado ao consumo, alcançado pelo trabalho, com um salário maior se comparado ao do Brasil, é sem dúvida um fator significativo de permanência dos dekasseguis no Japão, aliado evidentemente a outros fatores.

Outro dekassegui que estava no restaurante era Cleiton, de 29 anos, há dez anos no Japão. Voltou apenas duas vezes ao Brasil. Veio para o Japão em busca da independência financeira dos pais. Tem como pretensão ficar mais uns três anos para juntar dinheiro e poder ampliar o comércio do pai, uma mercearia no interior de São Paulo. Cleiton estava com a família, a esposa e os dois filhos. A filha mais velha, de quatro anos, já está na escola japonesa; o filho menor tem apenas um ano e meio. Os dois nasceram no Japão e foram registrados como brasileiros, apesar de terem nascido em território japonês. A legislação japonesa não permite registrar os filhos dos estrangeiros nascidos no Japão como japoneses. Contudo, Cleiton enfatiza que pelo menos consta que eles nasceram no Japão. Para ele, a dificuldade enfrentada pela filha na escola é que a comida servida é japonesa. *“A minha filha estranha à comida japonesa da escola, pois minha esposa só faz comida brasileira em casa”*.

No Japão, os brasileiros têm também condições financeiras de frequentar os restaurantes japoneses, ou seja, têm acesso aos mesmos alimentos de consumo dos

japoneses. Durante a conversa dos dekassegus, é hábito falar das redes de supermercados e lojas de departamentos (*depato*). Esse assunto, sempre em pauta, acaba sendo um incentivo ao consumo dos produtos oferecidos por essas lojas. Todos se vêem envolvidos nesse processo, e também participam dele.

Outro equipamento de comércio e consumo brasileiro, visitado, funciona da seguinte forma: na parte inferior, temos um supermercado brasileiro, uma locadora para o público brasileiro e uma loja de eletrônicos e serviços de telefonia e Internet. Na parte superior, temos uma loja de produtos diversos, um salão de beleza, uma lanchonete e uma Associação Brasileira. Danilo, de 34 anos, gerente do estabelecimento informou-nos que existe hoje uma rede de importadoras que trazem vários produtos do Brasil para o Japão.

“Muitas indústrias no Brasil estão atentas a esse mercado voltado para o público brasileiro no Japão, algumas indústrias até estão reformulando seus produtos para poderem exportar para cá, é o caso da farinha Láctea da Nestlé que precisou retirar o ferro do seu produto para conseguir entrar aqui. Isto daqui é uma rede de supermercados, açougue, padaria, lanchonete, loja de roupa, locadora, tudo isso começou muito pequeno, com um empresário alugando fitas de vídeo para dekassegus no início, enquanto trabalhava em fábrica” (Danilo, 34 anos, 2005).

De acordo com Danilo, o movimento do estabelecimento é bom, além dos brasileiros e outros latinos, freqüentam também o estabelecimento, nigerianos, turcos, filipinos, etc. *“Temos também produtos peruanos e filipinos, não colocamos bandeira brasileira na loja, justamente para não especificar, que é apenas um lugar de brasileiros. Eu até aprendi a falar boa tarde em turco. É preciso atrair outros estrangeiros, pois muitos brasileiros já freqüentam lojas japonesas. Os japoneses estão começando a vir também, tem uma senhora japonesa que vem sempre comprar frango para fazer aos brasileiros”* – acrescenta ele.

Podemos observar que o vendedor brasileiro é mais versátil e, com isso, mais acolhedor, em se tratando de atender o consumidor estrangeiro; diferentemente do vendedor japonês que, muitas vezes, trata a todos, japoneses e estrangeiros, de uma única forma padronizada. Ser recebido com uma “boa tarde” na sua língua pátria faz muita diferença para um estrangeiro que se encontra tão distante de casa.

“Vendemos, em média, uma tonelada de carne por semana” (Danilo, 34 anos). A quantidade dos produtos é também um atrativo aos brasileiros e aos outros estrangeiros,

que estão acostumados a comprar a carne por quilo, não por unidade como é de costume em supermercados japoneses. Em supermercados japoneses, vende-se a carne não por quilo, mas por unidade, uma fatia de bife, duas fatias, assim também é feito com peixes, e outras carnes e produtos alimentícios, como legumes e frutas.

“O arroz tio João de cinco quilos está aqui por 5.040 *yen*, o equivalente a aproximadamente 40 dólares, tem gente que compra...” (Danilo, 34 anos). Quarenta dólares por cinco quilos de arroz, tio João, é bastante elevado se comparado com preço do Brasil. Para os brasileiros no Japão, também acaba sendo um preço caro, mas o salário do trabalhador *dekassegui* pode lhe dar o acesso a essa mercadoria com gosto de terra natal.

“Faz seis anos que esta loja abriu, todos os funcionários são brasileiros, antes havia uma peruana que trabalhava aqui, a minoria fala o japonês, e parte dos funcionários fazem arubaito¹⁰¹, ou seja, estão em um período de experiência, se a pessoa trabalha bem, ela acaba permanecendo na loja. Em fábricas se ganha mais, mas muitas pessoas preferem o convívio com os brasileiros, não se adaptam ao trabalho de fábricas. Na fábrica você fica na condição de um escravo. Trabalhar neste estabelecimento está sendo uma escola, é realmente um aprendizado lidar com o comércio, aprendi até a trabalhar no açougue” (Danilo, 2005).

Danilo veio para o Japão com 20 anos de idade, queria muito comprar um carro, mas, com a idade, passou a pensar mais no futuro. O seu terceiro filho vai nascer em outubro deste ano. Uma das filhas já está em escola japonesa e, segundo ele, muitos brasileiros não estão ganhando mais tão bem no Japão: *“Antes o pessoal gastava mais, hoje o pessoal está gastando menos, o custo de vida daqui é muito caro, porém muitas pessoas estão comprando casa no Japão, tirando o visto permanente; na cidade de Minokamo já tem um brasileiro arrumando a compra de casa para brasileiros. Tem muitas pessoas comprando casa aqui”*. Ao falar sobre a aposentadoria, disse que paga o INSS no Brasil, e que muitos brasileiros não pagam, um dos sócios do estabelecimento está pensando em fazer um fundo de garantia para os funcionários.

“Quero voltar para o Brasil por causa dos meus pais, mas quando estou lá, percebo que muita gente me deixa de lado. Quando ficamos fora do Brasil, não conseguimos mais nos integrar de novo, as relações ficam frias, estando lá eu só ficava em

---

¹⁰¹ *Arubaito* pode significar trabalho temporário, trabalho de finais de semana, de folgas ou de feriados ou período de experiência.

casa. Quero ir embora, mas não tenho uma data, vontade de voltar eu tenho, o Japão é muito estressante, mas no Brasil ficamos limitados; por outro lado, o serviço é muito rígido e exigente aqui. De maneira geral, os japoneses de mais idade não gostam dos estrangeiros, os jovens já são diferentes. Já houve uma ocasião em que um japonês virou o rosto para mim, porém percebo também que isso vem mudando aos poucos” (Danilo, 34 anos).

Edna, de 42 anos, *nissei*, é caixa do supermercado deste estabelecimento, e, em meio a um e outro freguês, ela nos atendeu: “Está vendo esse freguês que passou, ele não era brasileiro, vem gente de diferentes lugares aqui, pessoas do Sirilanka, das Filipinas...” Edna fala o japonês e afirma que gosta muito do Japão, só não quer ficar definitivamente lá porque tem pai, mãe e um filho de onze anos que está no Brasil.

“É só por causa deles que preciso voltar, se pudesse eu ficava mais aqui. O Japão é muito seguro, tem mais oportunidade, sempre fui muito bem atendida nesse país, nunca fui discriminada. No começo trabalhava em fábrica e trabalhava no supermercado nos finais de semana. Neste serviço conheço descendentes de japoneses do Brasil inteiro. Fiquei no Brasil por seis meses, e agora estou como arubaito, pois só faz um mês que estou no Japão. Não trouxe meu filho porque ele está na escola, as escolas daqui são muito caras, e ele é o único neto dos meus pais, nos sentimos falta dele, mas é aqui que estamos conseguindo vencer. Ernesto, meu marido já faz três anos que está no Japão, ele quer voltar para tentar abrir um negócio no Brasil, assim poderemos fixar nossa vida lá com a família, o difícil vai ser se separar das amizades que já fiz aqui...” (Edna, 42 anos, 2005).

Nestes estabelecimentos comerciais a sensação é realmente de estar no Brasil. Os vendedores brasileiros acolhem muito bem os fregueses e seus conterrâneos, alguns inclusive se conhecem, pois já trabalharam juntos em fábricas, tornando o meio ainda mais familiar. A vendedora brasileira da loja recebe aqueles que chegam, com brincadeiras e muito sorriso no rosto; o gerente também sempre atencioso, diz que faz fiado para aqueles fregueses que precisam e que demonstram boa índole. Alguns brasileiros chegam vestidos com camiseta verde e amarela. Na lanchonete, é possível encontrar praticamente todos os salgadinhos vendidos no Brasil, como coxinha, pastel, quibe, enroladinhos de presunto e queijo.

Os bares e os restaurantes brasileiros são lugares freqüentados pelos brasileiros, principalmente por aqueles que têm a necessidade de sentir o gosto da saudade do Brasil. Uma refeição com arroz, salada, purê de batata e bife a parmegiana sai por 1.500 *yen*¹⁰² (37,50 reais). O prato especial de sábado e quarta-feira é a feijoada da Dona Marlene, com arroz, couve refogada, farofa e vinagrete, que é vendido por 2.500 *yen* (62,50 reais). O guaraná custa 250 *yen* (6,50 reais), o chop *kirin* sai por 500 *yen* (12,50 reais) e a famosa caipirinha brasileira é vendida por 500 *yen* (12,50 reais).

Alan, de 26 anos, trabalha como garçon no restaurante brasileiro. Está no Japão há sete anos. Diz ele que no Brasil não conseguia arrumar emprego: “Pretendo ficar no Japão mais uns cinco anos, depois volto de vez para o Brasil, pois minha família está toda lá”. Alan também trabalha em uma fábrica de ar condicionado. Em feriados e finais de semana, faz *arubaito* no restaurante, como garçon, e diz que faz um pouco de tudo. É casado, tem dois filhos. A esposa está no Brasil tirando carta de motorista, segundo ele, daqui a uns quatro meses ela está de volta, seus filhos estão estudando em escola japonesa.

Um problema que vem surgindo com muita força nesse processo migratório é a questão da segunda geração. Sales e Loureiro (2004) discutem essa questão no caso da imigração de brasileiros para os Estados Unidos. No caso japonês, parte das crianças brasileiras é colocada em escolas japonesas, uma outra freqüenta as escolas brasileiras, além de muitas estarem fora da sala de aula. Sobre as escolas brasileiras existem muitos pontos a serem discutidos, por exemplo, no que se refere desde o material didático utilizado até a regulamentação e o reconhecimento delas em pleno território japonês.

É notável a grande dificuldade do acompanhamento das crianças brasileiras nas escolas japonesas, após passarem alguns anos no ensino japonês, elas começam a aprender a língua japonesa e, de certa forma, passam a incorporar a cultura japonesa. O choque se estabelece na casa, na maioria das vezes, com os pais que ainda mantêm fortemente o projeto ou a intenção de voltar para o Brasil. Todavia a presença das crianças em escolas japonesas já demonstra, mesmo muitas vezes com falta de clareza dos pais, um importante movimento no sentido de fixação e integração no território japonês. A escola japonesa é o lugar dos choques culturais e sociais, mas é também o lugar por excelência desta integração à sociedade.

---

¹⁰² Tendo como referência o período do trabalho de campo no Japão, estamos adotando a seguinte equivalência: 100 *yen* = 1 *dólar* = 2,50 reais.

Fotografia 03: Crianças brasileiras na Associação Amigos do Brasil na cidade de Minokamo, Japão. A Associação foi uma iniciativa muito interessante dos próprios brasileiros no sentido de complementar e reforçar as aulas da escola japonesa. Do lado direito, próximo à janela, uma das professoras. O objetivo principal é fazer com que as crianças tenham condições de acompanhar o exigente ensino japonês, preservar a língua portuguesa e interagir mais com a própria sociedade japonesa (Foto gentilmente enviada pela Associação Amigos do Brasil, SAB, 2005).

Leonardo, de 28 anos, é o proprietário do bar e restaurante brasileiro que funciona há quase um ano e dez meses, onde Alan trabalha. Leonardo era de São Paulo e está no Japão há oito anos. Durante dois anos trabalhou em fábrica, depois passou a trabalhar em casas noturnas japonesas, em danceterias. Em dois anos aprendeu a língua japonesa e passou a trabalhar na portaria como *promoter* (profissional que recebe os convidados e faz divulgação da danceteria). Sua vontade era abrir um restaurante no Brasil, mas devido à violência da cidade de São Paulo, resolveu mudar de idéia e montou o bar e restaurante no Japão. A questão da insegurança em todos os sentidos e da ineficiência e lentidão dos serviços no Brasil foram questões ressaltadas pelos brasileiros em vários momentos das entrevistas.

“Meu vizinho foi seqüestrado no Brasil, isso nos deixou muito assustados. O dinheiro do Japão é forte, e isso ajuda, acaba sendo um incentivo para nós. Minha esposa e sogra também estão aqui, elas também trabalham no restaurante. Aos sábados e

domingos funciona durante dia o restaurante, em dias de semana abrimos a partir das 18:00 horas, e, às noites de finais de semana, temos a balada (danceteria), com DJ brasileiro. Esta cidade japonesa até então não tinha nada nesse gênero, morei aqui e me perguntava: por que os brasileiros não investem nesta cidade? Aos poucos comecei a constatar que a máfia tem uma atuação forte nessa região. Contudo, resolvi seguir em frente com o projeto. Este lugar está praticamente no centro de muitas cidades que têm um considerável número de brasileiros... Fiz tudo no meu nome, alugamos o local, abrimos firma, conseguimos a licença junto às repartições públicas japonesas, e tenho certeza que estamos fazendo um trabalho que ninguém antes havia feito nesta província. O movimento é intenso com a balada; em finais de semana, sábado, recebemos em média umas quatrocentas pessoas, inclusive filipinos, peruanos, demais estrangeiros, além de alguns japoneses” (Leonardo, 28 anos, 2005).

Eduardo, de 25 anos, tem uma oficina de consertos de automóveis no Japão: “No começo precisei ter um bom dinheiro, para ter um capital de giro, foram uns cinco ou seis meses para me ajustar. Tinha um estacionamento na frente de casa e comecei arrumando os carros dos meus amigos. Vim para o Japão com quinze anos de idade, sempre tive muito gosto por carros, aprendi pela minha curiosidade. Durante dois anos trabalhei em um barracão alugado, depois consegui comprar um terreno e construí meu próprio barracão. Estou com essa oficina há uns três anos e meio. Sou casado e tenho gêmeos que estão com cinco meses, pretendo colocá-los em escolas japonesas. Não tenho uma meta traçada de voltar para o Brasil ou ficar aqui, pois minha mulher é romena, porém pelo menos mais uns dez anos eu fico no Japão. No início, quando vim para cá, foi como turista, trabalhava seis meses e depois voltava para renovar o visto, trabalhei em um bar. Agora tenho minha situação regularizada... e a cada dois anos minha mãe vem do Brasil nos visitar”.

Uma das três unidades do Shopping Curitiba está localizada na cidade de Minokamo. No shopping, é possível encontrar produtos brasileiros e peruanos: açougue, frios e laticínios, assados, lanchonete, roupas e lingerie, perfumaria, CDs e DVDs, livros, revistas e jornais, além de um atendimento brasileiro no meio de uma cidade japonesa. Segundo o gerente do estabelecimento, o shopping mudará de endereço em breve: “O novo shopping em Minokamo vai se localizar perto da Sony, será ampliado e terá dois andares para melhor atender o público brasileiro”. A empresa da Sony é uma das maiores

empregadoras de brasileiros na cidade, logo a localização do shopping será estratégica, afirma ele. Mais uma vez foi possível constatar que o comportamento dos brasileiros no shopping, em muito, já incorporou o comportamento dos japoneses: o falar baixo e o silêncio são as características nesse estabelecimento, principalmente no momento das refeições.

Telma, por volta dos seus 30 anos, brasileira, não descendente, estava voltando das compras no Shopping Curitiba. Há três anos no Japão, com dois filhos, um de cinco anos e o outro de oito, ambos estudando em escola japonesa, diz que quer muito voltar para o Brasil. Para ela o povo brasileiro é mais carinhoso, afetuoso, diferente dos japoneses que são mais distantes. Telma quer muito que os filhos conheçam os seus familiares no Brasil, porém suas crianças não querem mais voltar. *“O meu filho mais velho já fala que quer fazer faculdade aqui, mas eu vou levá-lo, mesmo assim, para o Brasil...”* Telma mora próximo ao Shopping Curitiba e estava comprando coisas para a festa de aniversário que iam fazer para as crianças.

Na prefeitura da cidade de Komaki, encontramos uma receptiva colombiana de nacionalidade japonesa que, além de intérprete, recebe e dá toda forma de assistência aos estrangeiros latinos, incluindo os brasileiros. Há doze anos no Japão, veio primeiramente para estudar em Kagoshima, sul do Japão; casou-se com um japonês e hoje tem uma filha de dois anos: *“Atendemos muitos brasileiros na prefeitura, alguns asiáticos, turcos também aparecem, todos eles vêm até aqui para tirar informações ou pedir atestados, documentações, informações sobre moradia, creches...”* Segundo ela, a população de Komaki é de 150.000 habitantes, sendo destes 4.300 brasileiros, e mais ou menos 1.000 peruanos e bolivianos. O número dos demais estrangeiros ela não tinha naquele momento. Estes eram aproximadamente os números dos estrangeiros registrados. *“Todos os estrangeiros têm que se registrar nas prefeituras das respectivas cidades aonde moram”* – dizia ela.

De acordo com esta funcionária da prefeitura, no Japão existem moradias do estado e da prefeitura, que possuem o aluguel mais barato, se comparado com os imóveis particulares. Essas moradias têm uma procura muito grande, são destinadas a idosos e pessoas que ganham pouco; ultimamente, elas vêm sendo em muito requisitadas por estrangeiros. As inscrições são feitas por ordem de chegada e, posteriormente, realiza-se um sorteio para entrega dessas moradias, mas existe um salário-limite para se conseguir

alugá-las. Os aluguéis das moradias do estado variam de 10.000 *yen* a 60.000 *yen* (250,00 reais a 1.500 reais). Dependendo do salário do pai, da mãe e dos filhos, existe um limite e um respectivo correspondente para o aluguel. Os apartamentos do estado têm de dois a três quartos, uma sala, uma cozinha e um banheiro. A garagem para o automóvel é alugada separadamente.

Residências particulares são mais caras e dificilmente são alugadas para estrangeiros. Os donos geralmente não querem alugar para os estrangeiros, porém a intermediação de um fiador japonês ou, às vezes, os laços estabelecidos entre o estrangeiro e o proprietário do imóvel pode, por vezes, contornar essa situação.

No hospital de uma das cidades japonesas em que visitamos, trabalhando como tradutora, encontramos uma brasileira: *“Sou tradutora deste hospital e faço parte de uma associação de tradutores; as prefeituras das cidades japonesas contratam e colocam tradutores nos mais variados lugares, sem dar muitas vezes orientações. Eu, por exemplo, vim parar num hospital sem saber os termos técnicos, tive que estudar e aprender praticamente sozinha. Infelizmente o hospital não permite que divulguemos informações, pois há casos delicados que ocorrem, como estupros, abortos... Nós trabalhamos em duas brasileiras aqui, mas nesses dias estou trabalhando sozinha”*. Em função da correria do hospital e de sua presença ter sido solicitada, a brasileira precisou voltar ao trabalho.

No Banco do Brasil de Nagoya, um funcionário brasileiro, não descendente de japonês, não quis fornecer nenhuma informação e nem demonstrou nenhuma vontade em cooperar com a pesquisa. No Consulado do Brasil em Nagoya, fomos recebidos pela secretária do Cônsul, que após pedir algumas informações sobre a pesquisa, informou que tentaria marcar uma entrevista com ele, mas devido à sobrecarga dos preparativos da vinda do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Japão, não houve horário disponível em sua agenda. No bairro onde se localizam o Banco do Brasil e o Consulado Brasileiro em Nagoya, é possível, com mais frequência, encontrar brasileiros andando pelas avenidas. Muitas vezes as informações obtidas referentes à localização foram pedidas a esses brasileiros que encontrávamos nas ruas e avenidas das cidades japonesas marcadas pela presença brasileira.

Próximo ao Consulado Brasileiro, encontra-se um outro estabelecimento comercial, um mini-supermercado e restaurante. Lá tivemos contato com três brasileiros: uma moça que está a apenas um ano no Japão, um jovem rapaz que está há sete anos, ambos

trabalhando no estabelecimento; e um senhor brasileiro, não descendente de japoneses, de 60 anos de idade, um assíduo freqüentador do lugar que ainda trabalha como dekasegui, e que gentilmente foi o nosso guia até a complexa estação de trens e metro de Nagoya. Este senhor contou-nos sua história de vida e a sua experiência de ter vivido, por alguns anos, como mendigo na cidade de Hamamatsu, no Japão. Este estabelecimento comercial brasileiro é uma rede integrada de açougue, padaria e supermercado instalado em diversas províncias do Japão, que possuem considerável número de brasileiros.

Além destes estabelecimentos serem espaços de comércio e de consumo para brasileiros, funcionam também como lugares de encontro dos brasileiros. As marcas das mercadorias, com as quais estamos acostumados no nosso país, tornam o lugar conhecido e familiar. O simples fato de poder ler as embalagens em português já é algo significativo, para quem está tão distante de sua terra natal; ouvir as pessoas falando em português e ser atendido por brasileiros, num lugar brasileiro, dá uma sensação de alívio e bem-estar, uma impressão de que, finalmente, chegamos em casa, após termos percorrido um longo caminho estranho.

Neste lugar próximo ao Consulado a comida é servida no sistema *self service* por quilo. O arroz é feito na panela eletrônica japonesa, mas é possível encontrar o feijão, o bife, as saladas, etc, como num restaurante do Brasil. Há também salgadinhos, lanches e sucos. As músicas baianas prevalecem no lugar e animam alguns freqüentadores, que falam inclusive da Bahia. Mais uma vez é possível constatar a presença de outros estrangeiros nesses estabelecimentos brasileiros. O café é a bebida que permeia as conversas dos brasileiros. O jovem brasileiro trabalha fazendo lanches e atendendo os fregueses, prefere trabalhar neste lugar, porque, segundo ele, tem possibilidades de entrar em contato com diferentes pessoas. Afirma que já tem o seu apartamento no Brasil, conseguido com o trabalho no Japão.

Em pesquisa de campo no Japão algumas vezes avistávamos no trem alguns brasileiros, voltando para casa, após um longo e exaustivo dia de trabalho. Uma das brasileiras era Priscila, de 44 anos, *sansei*, mestiça, veio para o Japão em 1991. Natural de Cafelândia, ela trabalha atualmente em autopeças e tem uma filha de quatro anos que está matriculada em uma escola japonesa. Em muitos momentos nos trens e nas ruas do Japão, encontrávamos brasileiros, às vezes, caminhando, em outras, andando de bicicleta.

Numa dessas ocasiões em Komakihara, avistamos uma brasileira não descendente, andando de bicicleta. Ela estava voltando da prefeitura. Fazia alguns meses que estava no Japão. Um fato marcante na paisagem japonesa são os brasileiros não descendentes de japoneses, que muitas vezes encontrávamos no caminho e nos lugares visitados. Outra dekasegui, *sansei*, Érica, com 21 anos, com a qual paramos para conversar estava na bicicleta, com os seus dois filhos pequenos: o menino na garupa e a menina na frente. Ela estava retornando da escola japonesa, levando as crianças para casa, uma rotina comum para esta brasileira no território japonês.

Na cidade de Nagoya, a lanchonete, no andar térreo, e o restaurante, no andar superior, conhecido como Osso Brasil está localizado próximo à estação de metrô de Kamimaezu. A lanchonete é famosa pela sua máquina de assar frangos exposta no calçadão de Kamimaezu, que atrai os brasileiros, demais latinos e até os japoneses. Essa maneira de assar frango chama muito a atenção dos japoneses que não estão acostumados, com esta forma de preparo do assado. Outro fato marcante foi observar a presença de dois *cawboys*, descendentes de japoneses, no estabelecimento. A lanchonete brasileira se localiza no meio de uma gigantesca galeria de ruas voltada para o comércio e o consumo. A galeria é toda coberta e possui diversos estabelecimentos comerciais, como lojas, lanchonetes, *games*, etc. Próximo a galeria encontra-se também um templo que nos coloca uma questão: compreender qual é o limite do significado religioso e da atração turística do lugar.

Para Zélia, 24 anos, *sansei*, casada, com dois filhos, uma menina de um ano e nove meses e um menino de oito meses, ambos nascidos em território japonês: *“no Japão você saiu, você está gastando, é uma sociedade que funciona, mas tudo se paga, e se paga caro. Por outro lado o trabalhador aqui tem condições de bancar esse custo de vida, e para o dekasegui vale a pena ser estrangeiro e não ser japonês, pois os impostos sobre o trabalhador japonês não recai sobre o brasileiro, e é aí que reside a compensação”*. A situação do dekasegui e também da sua família, no entanto se agrava, quando o trabalhador é descartado pela empreiteira e pela fábrica, por problemas de saúde, muitas vezes causados pela ausência de segurança e excesso de trabalho, além do manuseamento de produtos químicos desconhecidos por longos períodos de tempo.

Zélia que já trabalhou em fábricas, não trabalha mais fora e fica no apartamento cuidando das crianças, *“não deixo minhas crianças em creches brasileiras devido aos*

maus tratos. Como só o meu marido está trabalhando fora, não conseguimos poupar mais, pois manter as crianças no Japão é muito caro, mesmo assim eu prefiro ficar cuidando das crianças em casa, não tenho coragem de deixar elas em creches brasileiras, como muitas mães brasileiras fazem, para ir trabalhar. Teve um caso de uma brasileira que cuidava de uma criança e que só dava miojo para ela comer, e ainda de vez em quando... Em creches japonesas, eles também não atendem direito, as crianças maiores batem nas menores”. O marido de Zélia trabalha no turno da noite e, para ele dormir, ela também dorme durante o dia com as crianças e faz todo o serviço de casa à noite. É importante não generalizarmos este relato de Zélia no que se refere às creches e as escolas no Japão.

Após longa caminhada a brasileira Érica, de 21 anos, nos levou até uma filial de um estabelecimento comercial brasileiro, localizado à beira de uma avenida, muito semelhante a uma rodovia, com considerável movimento de automóveis. Em uma outra avenida movimentada, um grande *outdoor* do estabelecimento comercial com a bandeira do Brasil é destaque na paisagem japonesa. Lá, fomos recebidos com grande entusiasmo pela vendedora da loja.

De acordo com ela: *“No Japão muitas vezes só se vê o poder aquisitivo, as escolas não têm muita preocupação com a educação de fato, meu filho estudou na sexta e sétima séries aqui. E eu trabalhei como professora, sofri muito, mas aprendi muito também. Trabalhei dois anos em fábricas e em empreiteira, depois vim para o comércio, sempre gostei de lidar com pessoas... Um professor ganha no Japão em torno de 150.000 yen a 180.000 yen (3.500 reais a 4.000 reais) por mês. No Brasil tinha meu comércio, dava aula para crianças da Apae, trabalhei em sanatórios, fazia visitas para presidiários. Hoje se for voltar para o Brasil vou fazer o quê?”*

Como era freqüente a presença de outros estrangeiros e principalmente de outros latinos na loja brasileira, tentamos conversar com uma peruana que fazia suas compras com seus dois filhos, uma menina maior e um menino menor. Muito receosa ela não quis falar o nome. *“Nada, nada de nombre!...”* Ela somente nos disse que, em seu país não há trabalho, e que no Japão é mais tranquilo. Por insistência da filha que também demonstrava aflição, ela não quis falar mais nada. Além dos brasileiros, portanto, os peruanos procuram muito o estabelecimento. De acordo com um outro peruano que estava fazendo compras, *“nós, peruanos, gostamos muito de vir aqui, pois 80% do que tem neste estabelecimento,*

tem no Peru”. Latinos em geral, filipinos, indonésios, chineses, um ou outro australiano e americano freqüentam o supermercado brasileiro, de acordo com a vendedora.

“Eles vêm para cá, porque encontram os produtos em maior quantidade, um quilo de carne, por exemplo, sai mais em conta, se comparado com um supermercado japonês. Além disso, é claro, tratamos todos os nossos clientes com mais carinho, e eu estou aprendendo a falar a língua do Sirilanka, falo um pouco de chinês, espanhol, creio que é um dom que tenho” afirma a vendedora brasileira. Neste estabelecimento, dentre outras coisas, é possível encontrar: o creme de leite Nestlé, por 490 yen; o quilo do colchão mole por 790 yen; a pamonha dona Cláudia, 270 gramas, duas unidades, por 577 yen; o suco Mais, a 368 yen; o café passado na hora, o pão de queijo e o guaraná Antártica, além da receptividade calorosa dos funcionários brasileiros. Apesar de toda alegria demonstrada pela vendedora da loja, ela nos disse que não pensa em morar para sempre no Japão...

Outra funcionaria era Bianca, de 29 anos, não descendente, está há cinco meses no Japão, veio dois meses depois do marido. Bianca deixou os filhos de seis, doze e catorze anos de idade, com os sogros no Brasil: *“Viemos para comprar nossa casa. Trabalhei na fábrica da Nitoko, com celulares, depois fui para o bentoya (fábrica de alimentos), mas nessas fábricas fui muito humilhada por brasileiros, quando se é novata se leva toda a culpa; havia também um japonês que gritava comigo, em todas as fábricas é muito difícil lidar com os brasileiros. Aqui no supermercado eu faço arubaito (trabalho temporário). O movimento maior é de sábado e de domingo”*.

“É muito difícil fazer amigos neste país, vamos embora em novembro, depois a gente não volta mais. Entrei em depressão neste lugar por muita saudade, trabalhava em horário diferente do meu marido, e ficava difícil da gente se ver... No Brasil sempre estava com minha mãe e minhas irmãs. Aqui a solidão é muito ruim... Cada vez que saímos gastamos... Meu marido está conseguindo ganhar bem, e está guardando, manda mais ou menos de 100.000 a 200.000 yen (2500 reais a 5000 reais) para o Brasil. Eu não pretendo voltar mais para o Japão, estou me recuperando de uma depressão, e, um dia, caso precise voltar de novo, só volto se for com meus filhos” (Bianca, 29 anos).

O senhor Otávio, *nissei*, de 50 anos de idade, há dois anos no Japão, que também trabalha neste estabelecimento comercial afirma que, para ele, o Japão é um lugar para se ganhar dinheiro, não é um lugar para se viver. *“No Japão pelo menos temos o conforto de carro, de poder comer bem, com o dinheiro se pode comprar, no Brasil não dá para fazer*

isso. Hoje já têm as lojas brasileiras que têm tudo que tem lá... Mas este não é o lugar para nós vivermos, eu prefiro a minha terrinha. Alguns estão tirando visto permanente para ficar... Mas a carga horária de trabalho é muito grande aqui, sábado entro às sete da manhã e saio às dez e meia da noite. Sou contratado direto do supermercado, mas no contrato minha condição está como arubaito. O dono é japonês, e o pessoal que trabalha com ele é brasileiro, o braço direito dele é brasileiro. Cada loja tem seu gerente, são catorze lojas, e recentemente foi inaugurada mais uma em outra cidade japonesa”.

Por mais permeados que sejam pela racionalidade econômica, que de certa forma fragmenta e movimenta a vida das pessoas, é também nestes lugares hoje, que a sociabilidade ou a territorialidade se realiza. É neles que ainda encontramos uma diluída, mais interessante densidade comunicacional, uma mistura de culturas, costumes e personalidades, ou seja, a própria sociobiodiversidade, apontada como algo positivo por Santos (1987, 1996, 1999, 2000).

São também nestes espaços, em meio às mercadorias locais e globais com “o sabor de Brasil”, que podemos encontrar os nossos conterrâneos, batalhando, concorrendo, comprando, competindo, se solidarizando, se encontrando ou se desencontrando em suas histórias de vida. Enfim se (re)inserindo, vivendo ou mesmo se integrando, construindo um novo lugar no novo território. Uma inserção que ocorre principalmente via mercado, pelo trabalho e pelo consumo. A verdadeira integração cidadã, esta vem sendo construída de forma muito lenta, com diversos problemas, aos poucos, diante da concepção de mundo em que vivemos, da realidade brasileira e da condição destes brasileiros, migrantes, no território japonês.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A vida não é uma vela de efêmera duração... Ela é uma espécie de tocha esplêndida que tenho em minha posse neste momento, e desejo fazer com que ela queime com o máximo de brilho possível antes de legá-la às futuras gerações”
(George Bernard Shaw).

Uma das principais questões perseguidas neste estudo foi compreender o movimento migratório de brasileiros, principalmente de descendentes de japoneses e seus cônjuges do Brasil para o Japão. Para isto partimos do pressuposto que a migração internacional é hoje também um meio de (re)inserção no espaço geográfico. Esta (re)inserção ocorre basicamente pelo trabalho acompanhado necessariamente de um melhor salário se comparado ao seu lugar de origem, o que lhe dá possibilidades de maior acesso a sociedade contemporânea fortemente marcada pelo consumo.

O dado a ser considerado é que a dimensão do consumo invade completamente a vida, ou mesmo o próprio “espaço da vida”. O consumo é entendido, portanto, como um momento importante da produção que se constitui em um modo de vida. Ele não é visto como o principal “motor” da migração contemporânea, mas sim como uma variável chave do espaço geográfico, presente na produção dos lugares, que influi e envolve direta ou indiretamente o movimento de kassegui.

Podemos dizer que no mundo moderno o movimento é um pressuposto para a eficiência do sistema capitalista. Quanto mais o território ou o espaço estiver apto para o movimento, mais apto ele estará para participar do mundo globalizado. Na globalização, a possibilidade de movimento é maior, porém apenas uma parcela da população tem reais possibilidades de se colocar em constante movimento. É por isto que estar em movimento é um desejo das pessoas.

A migração internacional contemporânea precisa ser entendida também como uma sujeição ao movimento do próprio capital, ou seja, como uma necessidade e uma resposta do mundo moderno capitalista, que ganha suas especificidades em cada momento histórico e em cada lugar. No entanto, mesmo o migrante, estando submetido a esta lógica, ainda sim, ele tem um certo “domínio” na sua decisão do ato de migrar.

No atual período técnico-científico informacional, nesta virada de século, os recursos técnicos científicos e a informatização, colocados à disposição da humanidade conferem uma nova dimensão à análise e interpretação do espaço da sociedade e dos fluxos

migratórios. Para este momento, podemos afirmar que os espaços mais densos de capital e/ou propícios à modernização, sejam eles áreas ou países, são hoje os que mais atraem e/ou necessitam dos migrantes, provenientes dos espaços mais rarefeitos de capital. Principalmente quando estes migrantes não têm a sua inserção satisfatória no seu lugar de origem.

São esses espaços luminosos e aptos à luminosidade, produtos e a serviço do capital, que mais atraem os migrantes. Regiões e cidades também podem ser manchas ou pontos luminosos, para onde se dirigem os migrantes. Neste final de século e início de século, o Brasil, até então um país fortemente imigrantista, passa a ser também um país emigrantista, exportador de mão-de-obra e de gente. A depender da escala e da situação do espaço no tempo, o país ou a área, pode estar em uma condição de luminosidade ou opacidade. O Brasil neste momento histórico pode ser considerado opaco e luminoso ao mesmo tempo; opaco quando parte de sua população deixa o país em busca de melhores condições de vida nos Estados Unidos, no Japão ou na Europa, espaços luminosos do capitalismo; e luminoso, quando, por exemplo, a sua cidade de São Paulo atrai bolivianos, coreanos, chineses, ou mesmo europeus, americanos, japoneses de empresas multinacionais.

Podemos dizer que o Japão praticamente na sua totalidade, hoje, se configura em um meio-técnico-científico informacional, pela presença de uma densidade industrial, de transporte, de tecnologia, de conhecimento, etc, evidentemente com áreas mais concentradas e outras menos. A extensão territorial de Tóquio a Osaka é a região mais altamente concentrada de indústrias, porém todo o território japonês está interligado por uma eficiente malha ferroviária. A população japonesa como um todo fez parte e está integrada ao projeto de nação capitalista, todos praticamente participam dela, na condição de trabalhador e na condição de consumidor-cidadão.

O Brasil se configura muito mais como um território que apresenta manchas ou pontos de efetiva implantação de um meio-técnico-científico-infomacional, a racionalidade cobre todo o espaço, mas a sua existência está concentrada em algumas áreas, e não engloba efetivamente a grande maioria da população. Muitos vivem à margem ou precariamente neste processo. É apenas uma parte que está inserida de fato nesse meio e dele participa. A materialização do meio-técnico-científico-informacional faz parte do projeto de modernidade, que inclui o projeto de vida moderno. E é atrás do projeto de vida

moderno, ou ideal de vida moderno ou mesmo forma de vida moderna, maneira hegemônica de se viver hoje, não acessível à parte da população brasileira como um todo, que faz uma parcela da população migrar para os espaços mais luminosos. Levam para estes lugares também uma bagagem cultural e uma história de vida própria do lugar.

O que nos cabe afirmar aqui é que a migração internacional é um dos meios ou caminhos para a inserção ou a re-inserção no mundo capitalista contemporâneo, movido pelo processo de modernização e idealizado pela modernidade. A (re)inserção acaba definindo o movimento ou a permanência do migrante no lugar e no território, ou seja a própria migração em si, que engloba tanto o movimento, a permanência no movimento e a permanência após o movimento.

A migração internacional representa neste fim de século e início de século, muito mais uma oportunidade de re-inserção no contexto modernizado, seja a re-inserção no país de destino propriamente, ou o imaginário de que, re-inserindo-se no lugar de destino, podem transplantar os recursos financeiros adquiridos para o país de origem, e com isso garantir a sua re-inserção futura no lugar de origem. É por isto que adquirir imóveis na terra natal é para muitos desses migrantes, a realização de um projeto, a materialização e a possibilidade de garantia da re-inserção na sociedade de origem, que pode se completar com o trabalho, a presença da família e o acesso aos bens e serviços do lugar.

Se não ocorre a conquista ou a manutenção do imóvel, se o trabalho não satisfaz em termos salariais, se a família é desconsiderada, desmanchada, transplantada para o lugar de destino ou re-criada no lugar de destino e se os bens e serviços não são acessíveis, o lugar de origem pode ser descartado pelo migrante, que por sua vez está sendo descartado pelo próprio lugar, nesse sentido ocorre a volta para o lugar de destino, onde a re-inserção à vida moderna é possível e se faz com mais força, principalmente no que se refere à acessibilidade ao consumo ou ao próprio território em si, mesmo sendo ele um migrante. No Japão o dekassegui, de maneira geral, tem condições de pagar o aluguel do seu apartamento, pode ter um ou dois automóveis, tem dinheiro para pagar suas contas de luz, água, telefone, tem acesso aos meios de transportes, etc. mesmo enquanto um estrangeiro e estando em condições intensas e precárias de trabalho.

Por outro lado, uma outra parte dos dekasseguis, após a experiência migratória também pautada em longa dedicação ao trabalho e sob a égide da rígida disciplina japonesa, após conseguir adquirir um ou mais imóvel no Brasil e arrumar trabalho com

uma remuneração razoavelmente satisfatória, que permita pelo menos um mínimo de acesso aos bens e serviços, acaba por se fixar novamente no território brasileiro. Este grupo de dekasseguis mais determinados a voltar a se re-inserir novamente no seu lugar de origem, acaba por privilegiar mais a poupança, e por vezes, se dá pelo menos em termos satisfeito com a sua re-inserção no Brasil. Todavia a possibilidade de volta ao Japão, ainda pode permanecer, mesmo que secretamente, nesses “ex-dekasseguis”, podendo vir à tona, em momentos de ruptura e fragilidade dessa re-inserção no seu território.

“Eu e minha esposa, moramos três anos e meio fora do Brasil, no país de origem dos meus avós, o Japão, para tentar uma vida como fazem muitos brasileiros. Durante esse período fazíamos muitos planos, de como seria o nosso retorno ao Brasil, enfim da nossa vida. Chegando ao Brasil, a realidade foi outra, com muitas dificuldades em vários aspectos. Fiquei desempregado muito tempo, foi então que conheci pessoas que me ajudaram, e foram solidárias comigo. Sempre conversando com minha esposa, me perguntava o por quê daquela situação, pois fora do nosso país tínhamos opções de emprego... Depois de dois anos de muito esforço, estudando, batalhando consegui arrumar novamente um emprego aqui...” (Trecho de um depoimento dado e escrito pelo casal Ezequiel e Isabel, a uma igreja evangélica no Brasil, que foi gentilmente cedido para esta pesquisa em 2006).

Diante da necessidade de vender sua força de trabalho para o capital, mas mais do que nunca, de ganhar a quantia de dinheiro suficiente para realizar os seus projetos pessoais, frutos de um projeto maior da modernidade, as pessoas se tornam migrantes, e se submetem à lei do mercado de um outro país, sem questionamentos emancipatórios. As únicas opções que tem são: ficar ou partir, permanecer ou retornar, decisões e dilemas vividos pelos migrantes.

Como os brasileiros têm a sua situação de permanência regularizada no Japão, por serem filhos e netos de descendentes de japoneses, ou cônjuges destes, desde a revisão da lei de imigração japonesa ocorrida em 1990, isto pode ser um fator que explique o porquê de não haver maiores interesses por mobilizações reivindicatórias, uma vez que eles têm parcialmente o seu reconhecimento pelo território japonês, o que lhes permite ingressar no mercado de trabalho e com isto usufruir da sociedade japonesa mesmo que de forma limitada por serem estrangeiros. São estrangeiros, mas de certa forma estão inseridos no sistema produtivo, tendo inclusive, acesso aos equipamentos e serviços japoneses, sejam

eles públicos ou privados, evidentemente não nas mesmas condições que o cidadão japonês.

Além do desemprego, que também atinge os descendentes de japoneses, é notável que muitos encontram trabalho no Brasil, porém com uma remuneração não satisfatória. Alguns jovens têm possibilidades de continuar os estudos, no entanto, mesmo assim, uma parte deles migra para o Japão. O movimento de kassegui é também o resultado do embate de forças entre o mercado e o Estado japonês, diante de um contexto de crise estrutural do território brasileiro. O mercado de trabalho japonês necessita de mão-de-obra imigrante para competir no mundo globalizado e o Estado, de tradição protecionista com relação à imigração, procura regular os fluxos.

O Brasil encontra-se debilitado ou impossibilitado de inserir plenamente parte dos brasileiros no sistema capitalista, e o Japão, re-insere em parte esses brasileiros nikkeis de acordo com os interesses do capital. As pessoas buscam a forma de viver proposta pela modernidade, que está presente em doses diferenciadas em parcelas do espaço-mundo, esta forma de viver é divulgada pelos meios de comunicação, que também compõem as redes técnicas. A migração internacional hoje em muito pode ser entendida pela busca ou manutenção dessa forma de viver, que inclui o acesso, a circulação, o consumo, os projetos pessoais, os sonhos, os próprios benefícios e os dramas pessoais.

Em algumas ocasiões, como observado no movimento de kassegui, os projetos pessoais podem abranger projetos mais amplos. A Associação Amigos do Brasil, visitada no Japão, é um bom exemplo, formada por de kasseguis, que realizam um trabalho de apoio e reforço escolar para crianças brasileiras que enfrentam grandes dificuldades no ensino das escolas japonesas. A meta do grupo, que inclui professores, uma psicóloga e intérpretes brasileiros, contratados pelas prefeituras locais do Japão, é valorizar a importância da educação, retomando, assim, uma antiga meta de perseverança dos imigrantes japoneses, que se dirigiram para o Brasil no século passado, a manutenção dos seus filhos em escolas.

A importância de garantir a educação de qualidade para a segunda geração passa também pela questão da ascensão social e da afirmação do próprio grupo no território. O desejo da Associação é mostrar para esses jovens um outro caminho que não seja somente o do trabalho em fábricas e do acesso rápido ao mundo da “independência” do consumo. A formação de associações de brasileiros em terras estrangeiras, pode, desta forma, estar se configurando em um outro uso do território, que extrapola os limites das fábricas e as

condições de consumo. Contudo, ainda assim, é importante ressaltar que a maioria dos brasileiros continua sendo empregada, principalmente via empreiteira, em pequenas e médias empresas japonesas, sem a garantia dos devidos direitos trabalhistas no Japão.

No entanto, quando um mercado capitalista clama por trabalhadores, os Estados se vêem obrigados, de alguma forma, a ceder, se quiserem continuar na posição de controladores dos fluxos. As fronteiras por mais rígidas que possam ser com relação às pessoas, ainda sim são permeáveis, num mundo com enorme exército industrial de reserva, ou população sobrando, sedenta por participar deste mesmo mundo moderno, que a todo o momento propõe e/ou dá condições à fluidez. Na divisão territorial do trabalho, o Brasil aparece, hoje, também como exportador de força de trabalho, e o Japão, como importador de força de trabalho.

O fato é que o Japão enquanto “espaço do consumo perfeito” é acessível aos brasileiros. Praticamente todos têm acesso, e parte deles ainda tem a perseverança de trabalhar muito para poupar e regressar ao Brasil, vivendo uma vida mais cativa do ponto de vista da participação nesta sociedade de consumo. A questão é que mesmo levando uma vida mais restrita, isto não deixa de ser um ato repressivo de viver, principalmente quando se vive em uma sociedade ou em um mundo construído de objetos sedutores e saborosos.

No caso dos dekassegus, não podemos afirmar aqui que se trata de um consumismo desenfreado, e sim de um modo de vida a que estão submetidos, com graus de envolvimento diferenciado. Aliás, que todos nós estamos submetidos de uma forma ou de outra. Por outro lado, é notória a ressalva de que apreciam e se sentem bem com a organização do território japonês. A questão da segurança e da eficiência do atendimento tanto em órgãos públicos e até em estabelecimentos privados, fato que segundo eles não acontece no Brasil, foi sempre enfatizada ou ao menos lembrada em muitas entrevistas realizadas com os dekassegus.

A partir de nossos estudos, podemos afirmar que o movimento migratório dekassegui é tanto um movimento de população no espaço quanto um processo de migração. Nas duas colocações estão presentes a mobilidade espacial da vida humana. É impossível descolar as diversas dimensões da existência humana, no que se refere ao assunto em questão. O fato de deixarem um lugar para viverem em um outro lugar por um determinado ou indeterminado tempo, já os coloca na condição de migrantes.

Com relação ao “espaço do consumo”, os shopping-centers, hipermercados, lojas de conveniência, restaurantes com estilo oriental e ocidental são lugares do consumo marcantes na paisagem das cidades japonesas, além de outros importantes espaços de lazer, como parques aquáticos, parques de diversões, *patinko* (casa de jogos), danceterias, castelos, museus, etc. No Japão após longas e exaustivas jornadas de trabalho, são na maior parte das vezes estes espaços ou lugares, freqüentados por muitos japoneses, que os dekasseguis vão se deparar, e na medida do possível também desfrutar como quer também a maioria de nós.

É importante ressaltar que uma considerável parte dos dekasseguis procura poupar e enviar suas economias para investimentos no Brasil e manutenção da família. Um outro dado interessante é que para alguns entrevistados, após terem sonhado e vivido um ritmo mais intenso do consumo incentivado tanto pelo espaço japonês quanto pelo espaço brasileiro, não deixando muitas vezes de fazer suas remessas de dinheiro para o Brasil, começam a constatar um certo limite desta situação, ou seja, começam a questionar a sua condição de migrante trabalhador e consumidor.

Em face de um território programado para ser a segunda maior potência econômica do mundo, os japoneses procuram controlar e re-direcionar mais as suas emoções e os seus sentimentos em prol de uma sociedade mais racional, de um objetivo único, coletivo, do ponto de vista do funcionamento do capitalismo, aspecto este herdado da tradição cultural. De maneira geral os brasileiros, com toda a sua história e bagagem cultural, do lugar, tendem a ser mais expansivos e espontâneos uma vez que nem toda a sociedade foi de fato tomada perfeitamente pela racionalidade moderna. O encontro destas duas populações ao mesmo tempo em que produz um choque, também produz uma aprendizagem, nos parece evidente que a maioria neste caso tem sempre mais hegemonia e peso, principalmente estando em seu próprio território.

No Japão a inserção de parte destes brasileiros ocorre também na realização e participação dos empreendimentos comerciais, em muito através do trabalho e do consumo neles. Nestes estabelecimentos comerciais a sensação é realmente de estar no Brasil. Os vendedores brasileiros acolhem de maneira geral muito bem os fregueses e seus conterrâneos, alguns inclusive se conhecem, pois já trabalharam juntos em fábricas, tornando o meio ainda mais familiar. Estes espaços se configuram também como lugares de encontro dos brasileiros e até de outros estrangeiros.

Uma questão que vem surgindo com muita força nesse processo migratório é a presença da segunda geração de imigrantes. No caso japonês parte das crianças brasileiras é colocada em escolas japonesas; além da dificuldade do acompanhamento dessas crianças nessas escolas, após passarem alguns anos no ensino japonês, elas começam a aprender a língua japonesa e, de certa forma, passam a incorporar a cultura japonesa. O choque se estabelece também na casa, na maioria das vezes, com os pais que ainda mantêm fortemente o projeto ou a intenção de voltar para o Brasil. Todavia a presença das crianças em escolas japonesas já demonstra, mesmo muitas vezes com a falta de clareza dos pais, um importante movimento no sentido de fixação e integração no território japonês, aliada a possibilidade da solicitação do visto permanente. A escola é o lugar dos choques culturais e sociais, mas é também o lugar ainda por excelência da integração à sociedade.

“Meus filhos não querem mais voltar para o Brasil, este que você conheceu não fala mais o português, ele consegue entender alguma coisa, o outro já terminou os estudos na escola japonesa, e este ainda está estudando... Agora independente de continuar os estudos, ou não, eles não pretendem, não tem vontade de ir para o Brasil, ainda mais agora que o meu filho mais velho veio para cá, porque enquanto a gente estava separado, nada tinha graça para gente, mas depois que ele veio para cá... Intenção de voltar a morar lá, a gente não tem” (Miuka, 43 anos, já a dez anos no Japão, 2005).

“Hoje se a gente vê um rapaz brasileiro, que veio quando era criança para o Japão, a gente já não tem mais certeza se ele ainda é brasileiro. Os jovens também se vestem com as roupas dos japoneses” (Agneta, 57 anos, em trânsito há aproximadamente sete anos entre o Brasil e o Japão, 2005). *“Eu já acostumei aqui, porque eu passei a maior parte da minha vida aqui no Japão, então no momento eu prefiro aqui, mas eu penso em voltar para o Brasil... eu penso em morar no Brasil, mais ainda não sei quando, não sei o tempo”* (Mônica, 16 anos, há oito anos no Japão, 2005).

“Eu cheguei, entrei na escola japonesa, aí eu fiz até a sexta série, e mudei para estudar em uma escola brasileira, na escola brasileira, estudei até a oitava série, e depois eu saí para trabalhar... Eu não gostava muito de estudar na escola japonesa, queria ver como é que era estudar em uma escola brasileira, como era o pessoal da minha idade aqui no Japão, então mudei e fiz amizades com os brasileiros. Mas, eu gostei até da escola japonesa, fiz muitas amizades, foi lá que aprendi a falar mais o japonês, como os japoneses, convivi muito com eles, saía... Eu conseguia fazer amizades com as crianças.

Os professores japoneses me tratavam bem, me ensinavam, como eu era brasileira, eles procuravam ensinar melhor ainda, davam mais atenção, explicavam de uma forma mais fácil de entender. É lógico no primeiro dia foi horrível, porque eu não sabia nada, como se fazia, porque a escola japonesa é completamente diferente da brasileira, eu era pequena... não sabia nem como tirar e onde colocar o sapato, não sabia a série, era totalmente diferente, as pessoas viam e ajudavam, tinha alguns brasileiros que falavam, mas depois eu fui me acostumando, aprendendo o japonês, aí ficou normal” (Mônica, 16 anos, 2005).

“A nossa convivência deixa um pouco a desejar..., eu acho que muitos japoneses ainda não se acostumaram com a idéia de conviver com os estrangeiros, eu ia falar principalmente os mais idosos, mas a faixa etária não influi muito, eu acho que ainda existe um pouco de preconceito, tem muitos alunos brasileiros que sofreram dificuldade em escolas japonesas, as crianças brasileiras são discriminadas pelas crianças japonesas, são até mal tratadas, a gente chama isto de ijime, é uma coisa muito comum nas escolas japonesa, mesmo entre os japoneses... A sociedade japonesa, o formato da escola japonesa é de que todos eles formam os alunos, para que todos sejam iguais, e se tem alguma coisa diferente entre eles, eles se sentem incomodados...” (César, de 35 anos, há onze anos no Japão, 2005, não demonstra intenção de voltar para o Brasil).

De todos os depoimentos ouvidos, no entanto, e de questões colocadas neste estudo, um deles, em tom de desabafo, parece nos intrigar ainda mais, apresentando um delineamento de caminho na discussão das migrações internacionais contemporâneas: *“Eu acho que nos (migrantes) não estamos integrados em nenhum dos dois países, nos estamos inventando uma sociedade nova, que não é nem japonesa e nem brasileira, eu nunca vi japoneses como nos, e nem brasileiros como a gente. Nos estamos vivendo uma coisa nova, porque essa vida que nos estamos levando não é nem de brasileiro e nem de japonês!”* O depoimento é dado por Edgar (2005), de quinze anos de idade, há onze anos no Japão. Até o presente momento Edgar continuava lá, trabalhando em uma fábrica, e enfrentando os percursos de ser um jovem migrante no mundo.

BIBLIOGRAFIA

Artigos de Periódicos

AMARAL, L. A. Frida Kahlo: personagem de si mesma. **Imaginário e América Latina**, n. 7, São Paulo, 2001. p. 84-118.

CARDOSO, R. C. L. Movimentos sociais na América Latina. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, 1(3), fev. 1987, p.27-37.

CORDEIRO, H. K. Reflexões sobre o tempo do cotidiano no centro metropolitano de São Paulo. **Revista Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro: AGETEO, Vol. 21, Nº 42, 1991, p. 64-69.

DAMIANI, A. L. Urbanização e globalização: a fragmentação do espaço e da personalidade. **Revista Geosp Espaço e Tempo**. São Paulo, Nº 5, 1999, p. 19-25.

DEFFONTAINES, P. Posições da geografia humana. Por que geografia humana? **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo: Seção São Paulo – Associação dos Geógrafos Brasileiros, n. 1 (1949), n. 81, dez. 2004, p. 93-112.

DUARTE, C. F. Espaços de convergência e utopia: um diálogo entre as obras de Milton Santos e Henri Lefebvre. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, Vol. XV, Nº 1, 2001, p. 137-146.

HAGUETTE, T. M. F. Os direitos de cidadania do nordeste brasileiro. **Revista de Ciências Sociais**, São Paulo. v.12-13, n. 1-2, p.121-145, 1982.

HEIDEMANN, H. D. Um novo modo de ser (inclusive migrante): flexi-existência “just in time”. **Travessia Revista do Migrante**, São Paulo: Publicação do CEM, Ano XVI, Nº 45, p. 3. Jan-Abr. 2003.

LE MOS, A. I. Geografia da modernidade e geografia da pós-modernidade. **Revista Geosp Espaço e Tempo**. São Paulo, Nº 5, 1999, p. 27-39.

OCADA, F. Migração e trabalho no mundo contemporâneo. Uma experiência acerca da migração de kassegui. **Travessia Revista do Migrante**, São Paulo: Publicação do CEM, ano XVI, n. 45, p.37-41, jan-abr. 2003.

PINTAUDI, S. M. Os shopping-centers e o cotidiano da metrópole paulista. **Revista Boletim de Geografia Teorética**, Vol. 21, Nº 42, Rio Claro: AGETEO, 1991, p. 78-81.

- PÓVOA-NETO, H. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual. Novos desafios para a análise. **Revista Experimental**, São Paulo, Humanitas Publicações, FFLCH/USP, Nº 2, p. 11-23. mar. 1997.
- RIBAS, C. Dekassegui-koo trabalhadores brasileiros no Japão. **Travessia Revista do Migrante**, São Paulo: Publicação do CEM, Ano XVI, Nº 45, p. 17-22. Jan-Abr. 2003.
- SALES, T.; LOUREIRO, M. Imigrantes brasileiros adolescentes e de segunda geração em Massachusetts, EUA. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas: REBEP, vol. 21, n. 2, p. 217- 239, jul./dez. 2004.
- SALES, T. Brasileiros migrantes na literatura. **Travessia Revista do Migrante**, São Paulo: Publicação do CEM, Ano XV, Nº 43, p. 17-20. Mai.-Ago. 2002.
- SANTOS, M. Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência. **Boletim Gaúcho de Geografia**. Porto Alegre, RS, Nº 21, p.07-14. Ago. 1996.
- SCARIM, P. C. Crítica à apologia dos objetos. **Revista Geosp Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 5, 1999, p. 57-60.
- SILVA, A. C. Pensando o espaço do homem. **Revista Tamoios**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 71-76, jan/jun. 2001.
- SOUZA, M. A. A. Razão global / razão local / razão clandestina / razão migrante. Reflexos sobre a cidadania e o migrante. Relendo (sempre) e homenageando Milton Santos. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n 20, p. 64-67, 1995.
- TELLES Jr., G. Meditações sobre a desordem. **Imaginário**, USP, São Paulo, Nº 3, p. 209-215, 1996.
- URANO, E. I. Um olhar sobre o trabalhador dekassegui. Processo migratório e trabalho através da mídia étnica. **Travessia Revista do Migrante**, São Paulo: Publicação do CEM, Ano XV, Nº 43, p. 26-30. Mai.-Ago. 2002.
- VIDEIRA, S. L. Território – Rede: Influência do tempo das coexistências. **Revista Geografia**, Rio Claro, SP, Vol. 30, Nº 3, Set.-Dez. 2005, p. 421-430.

Artigos de Sites

- FERREIRA, R. H.; GARCIA, L. B. dos R. O Estado na migração internacional dekassegui. **Scripta Nova. Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales**. Número extraordinario dedicado al III Coloquio Internacional de Geocrítica. Barcelona:

Universidad de Barcelona, nº 94, 1 de agosto de 2001. (ISSN 1138-9788) Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/sn-94-57.htm>

MELCHIOR, L. **Mobilidade de trabalhadores no fim do século XX. Os nikkeis de Londrina/PR.** In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP, 2004. Caxambu, MG. 19 p. Disponível em <<http://www.abep.org.br/>> Acesso em: 04 set. 2004.

OCADA, F. K. **A cultura e o *habitus* japonês: ingredientes da experiência.** In: XIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 4 a 8 nov. 2002. Ouro Preto, MG. 15p. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/>> Acesso em: 16 ago. 2003.

ROSSINI, R. **Da intenção de voltar à “necessidade” de ficar: a presença do Brasil no Japão (1985-2005).** In: XV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2006. Caxambu, MG. 10p. Disponível em <<http://www.abep.org.br/>> Acesso em: 09 jun. 2006.

ROSSINI, R. E. **O novo enraizamento: a conquista do espaço pelos nikkeis do Brasil no Japão.** In: XIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 4-8 nov. 2002. Caxambu, MG. 18p. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/>>. Acesso em: 16 ago. 2003.

ZUSMAN, P. & QUINTAR, A. Éxodo y ciudadanía global en la construcción del contra-imperio: el papel del inmigrante em la creación de um “nuevo lugar” en “el no lugar”, según Antonio Negri y Michael Hardt. **Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona, n.94(7), 9p., 1 ago. 2001. Disponível em:<www.ub.es/geocrit/sn-94-7.htm>. Acesso em: 15 ago. 2002.

Jornais

DA REPORTAGEM LOCAL. 100 mil brasileiros emigram por ano. **Jornal Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10 ago. 2003. Mundo, p. A22.

FACKLER, M. Economia japonesa supera traumas. **Jornal O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 11 dez. 2005. Economia, p. B10.

FOLHA DE S. PAULO. Dekassegui vive crise de identidade no Japão. **Jornal Folha de S. Paulo**. São Paulo, 10 ago. 2003, Mundo, p. A22.

FOLHA DE SÃO PAULO. Jovem dekassegui vira caso de polícia. **Jornal Folha de S. Paulo**. São Paulo, 23 fev. 2003. Cotidiano, p.C4.

HASHIZUME, E. História dekassegui pode virar memorial. **Jornal Nippo-Brasil**, São Paulo, 3-9 dez. 2003.

HASHIZUME, E. Trocar de emprego deixou de ser vantajoso. **Jornal Nippo-Brasil**, São Paulo, 3-9 dez. 2003.

HENRIQUE, W. A natureza na cidade. **Território e Cidadania**, Boletim LPM, Deplan, IGCE, UNESP, Rio Claro, SP, ano 3, n. 2, p.3, jul.-dez. 2003.

HORIKAWA, H. Aumenta salário mínimo médio do trabalhador no Japão. **Jornal Nippo Brasil**, Comunidade. São Paulo, 3-9 set. 2003.

HORIKAWA, H. Keidanren vai apresentar planos para atrair mais estrangeiros. **Jornal Nippo Brasil**, Comunidade. São Paulo, 3-9 set. 2003.

IANNI, O. Variações sobre ciência e arte. **Jornal da USP**, São Paulo, p.10-11, 19-25 abr. 2004.

MAISONNAVE, F. Dekassegui vive crise de identidade no Japão. **Jornal Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. A22, 10 ago. 2003.

MITUTI Jr. R. Brasil pode enviar desempregados ao exterior. **Jornal Nippo-Brasil**, São Paulo, 12-18 de maio de 2004, p. 3A.

NIPPO-BRASIL. Comunidade. **Jornal Nippo-Brasil**, São Paulo, 21-27 jul. 2004, p. 3A.

PINTAUDI, S. M. Aos futuros geógrafos e professores de geografia. **Jornal Informativo do Curso de Geografia**, UNESP, Rio Claro, Ano I, Nº 1, Ago. 2001.

SOTERO, P. Brasileiros se mobilizam nos EUA. **Jornal O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 23 abr. 2006. p. C, C3.

SUGIMOTO, L. “Japonês” no Brasil e estrangeiro no Japão, o dekassegui cria um jogo de identidades para enfrentar situações constrangedoras. Parece, mas não é. **Jornal da UNICAMP**, Campinas 24 a 30 jun. 2002, p. 11.

VIANNA, H. O direito de querer menos. **Jornal Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 dez. 2003. Caderno *Mais!*, p.12-13.

Livros

- ARENDT, H. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. 352 p.
- BARROS, B. F. **Viagem ao Japão**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991, 109 p.
- BASAGLIA, R. **Tengoku no taizai. Estada no paraíso**. São Paulo, 2003, 62 p.
- BAUDRILLARD, J. **A sociedade de consumo**. Rio de Janeiro: Elfos; Lisboa: Edições 70, 1995. 213 p.
- BAUDRILLARD, J. **Simulacros e simulação**. Lisboa: Relógio D' Água, 1991. 201 p.
- BAUMAN, Z. **Identidade**. Entrevista a Benetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, 110 p.
- BEAUJEU-GARNIER, J. **Geografia e população**. 2ª Edição. São Paulo: Ed. Nacional, 1980. 441 p.
- BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997. 178 p.
- BECKER, O. M. S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia e contextos. In: CASTRO, I. E. et al (Orgs.) **Explorações Geográficas. Percurso no Fim do Século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 319-367.
- BOFF, L. **Tempo de transcendência. O ser humano como um projeto infinito**. Rio de Janeiro: Sextante. 2000. 93 p.
- BRIOSCHI, L. R.; TRIGO, M. H. B. Da descrição à publicidade: ensaio para pensar a família na atualidade. In: FUKUI, L. (Org.) **Segredos de família**. São Paulo: Annablume, Nemge, USP, 2002. p. 133-138.
- CARLOS, A. F. A. & LEMOS, A. I. G. (Orgs.). **Dilemas urbanos. Novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2005. 430 p.
- CARLOS, A. F. A. (Org.) **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.
- CARLOS, A. F. A. (Org.). **Os caminhos da reflexão sobre cidade e urbano**. São Paulo: Edusp, 1994. 390 p.
- CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996. 150 p.
- CARLOS, A. F. A. O lugar: mundialização e fragmentação. In: SANTOS, M. et al (Orgs.) **O novo mapa do mundo fim de século e globalização**. São Paulo: Hucitec, 1993. p. 303-309.

- CASTELLS, M. **The city and the grassroots**. London, Edward Arnold, 1983.
- CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 418 p.
- CASTORIADIS, C. **As encruzilhadas do labirinto I**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- CASTORIADIS, C. **Les carrefours du labyrinthe I**. Paris: Éditions du Seuil, 1978.
- CASTORIADIS, C. **Los dominios del hombre: Las encrucijadas del laberinto**. Barcelona: Gedisa, 1988. 246 p.
- CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996. 335 p.
- CORIAT, B. **Pensar pelo avesso. O modelo japonês de trabalho e organização**. Rio de Janeiro: Revan, UFRJ, 1994, 209 p.
- DAMIANI, A. L. (Coord.) **O futuro do trabalho. Elementos para a discussão das taxas de mais-valia e de lucro**. São Paulo: AGB, LABUR, DG, FFLCH, USP, 2006, 72 p.
- DAMIANI, A. L. **População e geografia**. São Paulo: Contexto, 1998. 107 p.
- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo. Comentários sobre a sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002, 237 p.
- FERREIRA, R. H.; GARCIA, L. B. dos R. O lugar e o migrante de kassegui In: GERARDI, L. H. de O. e MENDES, I. A. **Do natural, do social e de suas interações: visões geográficas**. Rio Claro: AGETEO. 2002. p 133-141.
- GALIMBERTTI, P. **O caminho que o de kassegui sonhou. Cultura e subjetividade no movimento de kassegui**. São Paulo: Educ e UEL, 2002, 234 p.
- GAUDEMAR, J. P. O conceito marxista de mobilidade do trabalho. In: **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. São Paulo: Estampa. p. 185-211.
- GEORGE, P. **Geografia do Consumo**. 2.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971. 119 p.
- GUIA JAPÃO 2005. Tokyo: **International Press Japan Co.**, 2005. 256 p.
- HABERMAS, J., **Técnica e ciência como “ideologia”**. Lisboa-Portugal: Biblioteca de Filosofia Contemporânea edições 70, 1994.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização. Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 395 p.
- HANASHIRO, M. A. **Meus momentos no Japão**. Rio de Janeiro: Câmara Brasileira de Jovens Escritores. 2004. 62 p.
- HARVEY, D. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004. 382 p.

HARVEY, D. **Los límites del capitalismo y la teoría marxista**. México: Fondo de Cultura Económica, 1990. 468 p.

HIRATA, H. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2002. 335 p.

IIDA, I. **Pequena e média empresa no Japão**. São Paulo: Brasiliense (Brasília), 1984.

JAPIASSÚ, H. & MARCONDES, D. **Dicionário básico de filosofia**. 3 ed., rev. e amp., Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. 296 p.

KAWAMURA, L. **Para onde vão os brasileiros?** Campinas, SP: Ed. Unicamp. Fundação Japão, 1999. 236 p.

KAWAMURA, L. O mundo emocional de migrantes na rota Brasil-Japão. Entre a razão e a emoção: O cotidiano de brasileiros no Japão (Prefácio). In: GALIMBERTTI, P. **O caminho que o dekasegui sonhou. Cultura e subjetividade no movimento dekasegui**. São Paulo: EDUC, FAPESP, Londrina: UEL, 2002. p. 09-19.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática. 1991. 216p.

MAIOR, M. S. **As vidas de Chico Xavier**. 2ª Ed. São Paulo: Planeta, 2003, 271 p.

MARCUSE, H. **Five lectures: psychoanalysis, politics and utopia**. Boston: Beacon Press, 1970.

MARX, K. **Manuscritos econômico – filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1974. 413 p.

MARX, K. **Manuscritos econômico – filosóficos**. Lisboa: Ed. 70, 1964. 270 p.

MATTOSO, J. **A desordem do trabalho**. Ed. Scritta, 1995. 210p.

MEDEIROS, R. **A passagem**. 8. ed. São Paulo: Vida e Consciência, 2000. 148 p.

MEIHY, J. C. S. B. **Brasil fora de si. Experiências de brasileiros em Nova York**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004, 383 p.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. 3ª Edição. São Paulo: Loyola, 2000, 111 p.

NASCIMENTO, G. **Maria Sakamura. Japão: “Lágrimas da Separação”**. Shizuoka-Ken, Japão: Meka Corporation, 2003, 289 p.

NILO, L. Geografia cidadã – Contribuindo para a emoção como categoria de análise para a geografia. In: SOUZA, M. A. A. **Território brasileiro usos e abusos**. Campinas: Ed. Territoriais. 2003. p 146-153.

NOGUEIRA, A. R. **Imigração japonesa na história contemporânea do Brasil**. São Paulo: Massao Ohno, Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1984, 190 p.

- ORTIGOZA, S. A. G. & PINTAUDI, S. M. O tempo e o espaço da alimentação no centro da Metrópole Paulista. In: GERARDI, L. H. de O. & MENDES, I. A. **Do natural, do social e de suas interações: visões geográficas**. Rio Claro: AGETEO, 2002. p 173-185.
- ORTIZ, R. **O próximo e o distante. Japão e modernidade – mundo**. São Paulo: Brasiliense. 2000, 202 p.
- PATARRA, N. L. (Coord.) **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. Programa Interinstitucional de Avaliação e Acompanhamento das Migrações Internacionais no Brasil, 2ª Edição, V. 1, Campinas, 1996.
- PATARRA, N. L. (Coord.) **Migrações Internacionais. Herança XX. Agenda XXI**, Programa Interinstitucional de Avaliação e Acompanhamento das Migrações Internacionais no Brasil, V. 2, Campinas, 1996.
- PELIANO, J. C. **Acumulação de trabalho e mobilidade do capital**. Brasília: UnB, 1990, 155 p.
- REIS, R. R. & SALES, T. **Cenas do Brasil migrante**. São Paulo: Boitempo, 1999. 311p.
- RIBEIRO, A. C. T. Pequena Reflexão sobre categorias da teoria crítica do espaço: território usado, território praticado. In: SOUZA, M. A. A. (Org.) **Território Brasileiro usos e abusos**. Campinas: Edições Territorial, p.29-40. 2003.
- RICHMOND, A. H. **Immigration and ethnic conflict**. Toronto: Macmillan Press. York University, 1988. 183p.
- ROSSINI, R. E. A *interculturalidade* na metrópole: os velhos e novos migrantes internacionais. In: CARLOS, A. F.; OLIVEIRA, A. U. (Orgs.). **Geografias de São Paulo. Representação e crise da metrópole**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 343-368.
- ROSSINI, R. E. Os “dekasseguis” do Brasil à procura do eldorado japonês. In: SCARLATO, F. et al. **O novo mapa do mundo. globalização e espaço Latinoamericano**. São Paulo: Hucitec – Anpur, 1997 p. 283-291.
- SALES, T. **Brasileiros longe de casa**. São Paulo: Cortez, 1999. 232 p.
- SANTOS, B. S. **A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2002.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 308 p.

SANTOS, M. Desenvolvimento econômico e urbanização em países subdesenvolvidos: os dois sistemas de fluxo da economia urbana e suas implicações espaciais. In: SANTOS, M. **Espaço e Sociedade (Ensaio)**, Petrópolis: Vozes, 1979, p.128-152.

SANTOS, M. Espaço e dominação: uma abordagem marxista. In: SANTOS, M. **Economia Espacial**. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2003. p.137-164.

SANTOS, M. **Espaço e método**. 4. Ed. São Paulo: Nobel, 1997. 88 p.

SANTOS, M. et al. **O papel ativo da geografia: um manifesto**. Estudos Territoriais Brasileiros. São Paulo: Laboplan. FFLCH, USP, 2000. 13 p.

SANTOS, M. **O Espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987. 142 p.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. (1982) 5. ed., São Paulo: Edusp, 2004. 91 p.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova. Da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Hucitec e Edusp, 1978, 236 p.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal**. 3 ed. São Paulo: Record, 2000. 174 p.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Record, 2001. 472 p.

SASAKI, E. M. Movimento de kasssegu. A experiência migratória e identitária dos brasileiros descendentes de japoneses no Japão. In: REIS, R. R.; SALES, T. (Org.) **Cenas do Brasil migrante**. São Paulo: Boitempo, 1999. p. 243-274.

SAYAD. **A imigração**. São Paulo: Edusp, 1998. 299 p.

SEABRA, O.; CARVALHO, M. de; LEITE, J. C. **Território e sociedade. Entrevista com Milton Santos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. 127 p.

SHARMA, R. S. **O monge que vendeu sua Ferrari**. Campinas: Verus, 2002. 212 p.

SHOJI, K. **Sociedade japonesa**. Série de Referência 6. Tokyo: International Society for Educational Information, Inc., 1992, 67p.

SILVA, A. C. da. Ponto de vista. O pós-marxismo e o espaço cotidiano. In: MESQUITA, Z. e BRANDÃO, C. R. **Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências**. Porto Alegre, Santa Cruz do Sul: Ed. Universidade, UFRGS, Ed. Universidade de Santa Cruz do Sul, UNISC, 1995. p. 27-29.

SOARES, W. Emigração e (i) mobilidade residencial. Momentos de ruptura na reprodução/ continuidade da segregação social no espaço urbano. In: REIS, R. R.; SALES, T. (Org.) **Cenas do Brasil migrante**. São Paulo: Boitempo, 1999. p.167-192.

SORJ, B. **A nova sociedade brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. 169p.

SORRE, M. Migrações e mobilidade do ecúmeno. In: MEGALE, J. F. (Org.); FERNANDES, F. (Coord.). **Max. Sorre**. São Paulo: Ática, 1984. p.124-139.

SORRE, M. O espaço do geógrafo e do sociólogo. In: MEGALE, J. F. (Org.); FERNANDES, F. (Coord.). **Max. Sorre**. São Paulo: Ática, 1984. p.140-155.

SOUZA, M. A. A. (Org.) **Território brasileiro. Usos e abusos**. Campinas: Edições Territorial, 2003. 610 p.

STRAFORINI, R. **Ensinar geografia. O desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais**. São Paulo: Annablume, 2004. 188 p.

TAVARES, M. da C. **Destruição não criadora. Memórias de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada**. Rio de Janeiro: Record, 1999, 300 p.

TSUKAMOTO, T. Sociologia do imigrante: algumas considerações sobre o processo migratório. In: SAITO, H. et al (Orgs.) **Estudos Brasileiros – Assimilação e Integração dos japoneses no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1973, p. 13-31.

WOOD, E. M. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. 143 p.

YOSHIOKA, R. **Por que migramos do e para o Japão**. São Paulo: Massao Ohno Ed. 1995. 180 p.

YÜN, H. **Budismo significados profundos**. São Paulo: Ed. de Cultura, 2003. 188 p.

Revistas

ALENCAR, M. V. de Vítimas do mercado. Como a indústria do consumo interfere em nossos desejos. Filosofia e Cotidiano. **Revista Discutindo Filosofia**. São Paulo, ano 1, n. 1, 2005. p. 39.

ANDRADE, A. C. Militante da liberdade. Centenário de Sartre. **Revista Discutindo Filosofia**. São Paulo, Ano 1, Nº 1, 2005. p. 32-37.

ARAI, J. et al. Quem é o novo dekasegui. **Revista Made in Japan**. São Paulo, ano 7, n.79, p.4, 25-31, 2004.

ELIAS, R. Braços para fazer um país. **Revista Nossa História**. Ano 2, Nº 24, p.14-19. Out. 2005.

FARIAS, J. B. Ganhando as ruas. **Revista Nossa História**. Ano 2, Nº 24, p.23-25. Out. 2005.

ISHI, A. Uma radiografia da comunidade brasileira no Japão. **Revista Alternativa**. Japão. Ano V. Edição 92. 14 jan. 2005, p. 14-23.

MÉDICI, M. de C.; ALMEIDA, M. L. de. Geografia. Economia urbano-industrial. **Coleção Nova Geração**. São Paulo: Nova Geração, 2001, 121 p.

MENEZES, L. M. A devolução dos indesejáveis. **Revista Nossa História**. Ano 2, Nº 24, p.26-29. Out. 2005.

PESSANHA, A. S. Em nome do progresso. **Revista Nossa História**. Ano 2, Nº 24, p.20-22. Out. 2005.

REVISTA MADE IN JAPAN. Na mão contrária. **Revista Made in Japan**. São Paulo, ano 3, n. 29, p.38-41, 2000.

REVISTA MADE IN JAPAN. Passaporte para o sonho. **Revista Made in Japan**. São Paulo, ano 3, n. 30, p.36-39, mar. 2000.

REVISTA NOSSA HISTÓRIA. Imigração. O Brasil que veio de longe. **Revista Nossa História**. Ano 2, Nº 24, p.12-38. Out. 2005.

TAKADA, C. Lula em Nagoya. Visita a expoBusiness da início a uma nova era na comunidade brasileira. **Revista Alternativa**. Japão, Ano V, Edição 103, 17 jun. 2005, p. 112-119.

TAKADA, C.; NACIMENTO, G.; SUZUKI, M. Escolas brasileiras no Japão. **Revista Alternativa**. Japão, Ano V, Edições 96, 11 mar. 2005. p. 12-19.

Teses, Dissertações e Relatórios Científicos

ASARI, A. Y., “...E eu só queria voltar ao Japão” (colonos japoneses em Assai), 1992. 204f. Tese (Doutorado) - FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

BOMTEMPO, D. C. **Os sonhos da migração: um estudo dos japoneses e seus descendentes no município de Álvares Machado, SP**. 2003. 178f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.

FERREIRA, R. H. **O confronto dos lugares no migrante dekassegui.** 2001. 147f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2001.

FERREIRA, R. H. **O fenômeno dekassegui como mobilidade espacial do trabalho: O caso de Itapetininga.** 1997. 161f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1997.

LOBO, R. **Psicanálise e imaginação. Uma introdução ao pensamento de Castoriadis.** 2004. 133f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

MAEJIMA, W. K. **Imigração japonesa no estado de São Paulo, 1908-1941.** 2005. 123 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Geografia, FFLCH, USP, São Paulo, 2005.

MAGALHÃES, V. B. de. **Educação, trabalho e migrações internacionais: O caso dos dekassegui paulistas.** 1996. 96f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

OCADA, F. K. **A tecelagem da vida com fios partidos: As motivações invisíveis da emigração dekassegui ao Japão em quatro estações.** 2006. 270f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, 2006.

OLIVEIRA, A. C. de. **Japoneses no Brasil ou brasileiros no Japão: A trajetória de uma identidade em um contexto migratório.** 1997. 198f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

PINTAUDI, S. M. **Os supermercados na grande São Paulo. Contribuição ao estudo da transformação do comércio varejista de gêneros alimentícios nas grandes metrópoles.** 1981. 108 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Geografia, FFLCH, USP, São Paulo, 1981.

REIS, R. R. **Construindo fronteiras: políticas de imigração na França e nos Estados Unidos (1980-1998).** 2002. 218 f. Tese de Doutorado – Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

ROSEIRA, A. M. Espaço e território: uma leitura. In: **Relatório CNPq de pós-graduação ao Departamento de Geografia, FFLCH, USP, São Paulo, jan. 2004.** p. 07-13.

SANTOS, R. B. **Osasco: migrações, condições de vida e apropriação do espaço**. 1983. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983.

SASAKI, E. M. **O jogo da diferença: a experiência identitária no movimento dekassegui**. 1998. 219f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, SP, 1998.

Textos Digitados

CAZETTA, V. **Travessia**. Rio Claro, SP, 2004. 11 p.

HIRANO, F. Y. **O caminho para casa: O retorno dos dekassegui**. Rio de Janeiro, 2005. 20 p.

Textos e Resumos de Encontros Científicos

BARBOSA, I. C. **O período técnico-científico e a organização do espaço**. In: SIMPÓSIO TEORIA E ENSINO DA GEOGRAFIA. SESU-UFGM, Belo Horizonte, MG, 1983. p. 49-57.

FERREIRA, R. H. O confronto dos lugares no imaginário do migrante dekassegui. In: II Encontro Nacional de Migração, 1999, Ouro Preto, MG, **Anais**. Ouro Preto, MG: ABEP/GT Migração, 1999. 21 p.

HEIDEMANN, H. D. Migrantes e a crise da sociedade do trabalho: humilhação secundária, resistência e emancipação. In: 3º FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, **Mesa Redonda**: Novas formas de discriminação e alternativas de resistência, 2003, Porto Alegre. 12 p.

KAWAMURA, L. Migração nikkey: novas relações entre Brasil e Japão. In: XI Encontro Nacional de Professores Universitários de Língua, Literatura e Cultura Japonesa, **Anais**. UnB, Brasília, 2001 p. 439-448,

MEIHY, J. C. S. B. Paradoxo da emigração brasileira: envio do dinheiro do exterior ao Brasil e suas implicações e políticas públicas. In: Simpósio Internacional Universidade de Sophia, Japão e Universidade de São Paulo, Brasil “Globalização. Análise abrangente a partir da perspectiva local e regional”. **Programação e Resumos**. São Paulo, 2005.

ROSSINI, R. E. Migração da força de trabalho do Brasil para o exterior: o exemplo dos nikkeis para o Japão. In: **O mundo do cidadão. Um cidadão do mundo**, Encontro Internacional, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 13-16 de out. 1996. p.177.

ROSSINI, R. E. O mundo mudou: Brasil, país de emigração (o exemplo dos nikkeis para o Japão). In: SOUZA, M. A. de. (Org). **O mundo do cidadão. Um cidadão do mundo**. São Paulo. Hucitec. 1996. p. 331-342.